C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

191 jul./dez. 2016

ISSN 1413-1536

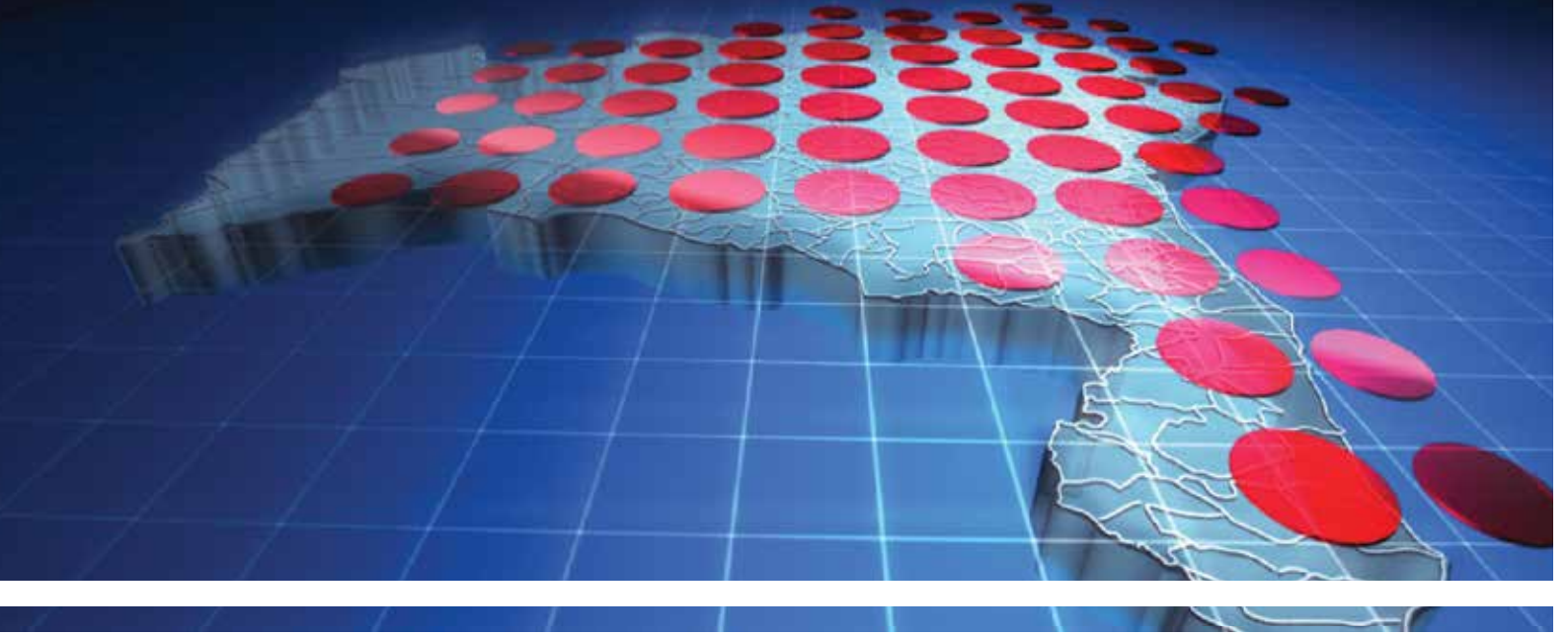
Entrevista:
Reinaldo Sampaio
Pensar no futuro investindo em planejamento

Ponto de vista:
Vitor Lopes
Redução do crédito e dificuldades ao crescimento

Inclusão financeira na Bahia: uma análise da presença do Banco Postal

Declínio da economia baiana: terceiro trimestre de 2016

publicações SEI



IDE.Bahia

Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado da Bahia

Acesse já e informe-se
geoportal.ide.ba.gov.br

Instituída pelo Decreto n° 16.219 de 24/07/2015, publicado no Diário Oficial em 25/07/2015, a IDE Bahia, tem como objetivo facilitar o acesso a geoinformação produzida pela administração pública fornecendo subsídios para a tomada de decisão, formulação de políticas e a sociedade em geral.

A IDE Bahia, é um conjunto distribuído de dados, serviços e aplicações que permitem o compartilhamento e utilização da informação geoespacial produzida pelas instituições públicas estaduais, cujo acesso se faz através do GEOPORTAL BAHIA.

CONDER Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
embasa
inema
SEI Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
BAHIA GOVERNO DO ESTADO

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

191 jul./dez. 2016

Sumário

5
Carta do editor

Economia em destaque

7
Declínio da economia baiana: terceiro trimestre de 2016
Carla do Nascimento
Elissandra Britto
Pedro Marques

Entrevista

18
Pensar no futuro investindo em planejamento
Reinaldo Sampaio

Artigos

25
A informalidade nas ruas de Salvador (BA): o caso dos vendedores ambulantes da Av. Sete de Setembro (2014)
Fabricia de Matos Lemos

37
Indicador de criminalidade e violência (ICV): uma proposta para gestão pública da segurança
Vitória Bispo Souza
Aloísio Machado da Silva Filho
Osmar Cuentas Toledo

49
Aproveitamento da radiação solar na Bahia
Dirceu de Oliveira Martins

57
Rios urbanos: realidades e possibilidades – o caso de Salvador (BA)
Maira Tamara de Menezes Torres
Lays Britto Azevedo
Luan Britto Azevedo

69
O Inclusão financeira na Bahia: uma análise da presença do Banco Postal
Vivian Brendle
Laumar Neves de Souza

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
RUI COSTA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
JOÃO LEÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA
ELIANA BOAVENTURA

CONSELHO EDITORIAL
Andréa da Silva Gomes, Antônio Alberto Valença, Antônio Plínio Pires de Moura, Celeste Maria Philigret Baptista, César Barbosa, Edmundo Sá Barreto Figuerôa, Gildásio Santana Júnior, Jackson Ornelas Mendonça, Jorge Antonio Santos Silva, José Ribeiro Soares Guimarães, Laumar Neves de Souza, Paulo Henrique de Almeida, Ranieri Muricy, Rosembergue Valverde de Jesus, Thiago Reis Góes

DIRETORIA DE INDICADORES E ESTATÍSTICAS
Gustavo Casseb Pessoti

COORDENAÇÃO GERAL
Luiz Mário Ribeiro Vieira

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Elissandra Alves de Britto
Rosangela Conceição

EQUIPE TÉCNICA
Maria Margarete de Carvalho Abreu Perazzo
Mercejane Wanderley Santana
Zélia Góis
Caroline Crisostomo dos Santos (estagiária)

COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO
Eliana Marta Gomes da Silva Souza

NORMALIZAÇÃO
Eliana Marta Gomes da Silva Souza
Isabel Dino Almeida
Patrícia Fernanda Assis da Silva

COORDENAÇÃO DE DISSEMINAÇÃO DE INFORMAÇÕES
Augusto Cezar Pereira Orrico

EDITORIA-GERAL
COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO EDITORIAL
Elisabete Cristina Teixeira Barretto

REVISÃO
Calixto Sabatini (Linguagem)
Ludmila Nagamatsu (Padronização e Estilo)

DESIGN GRÁFICO
Nando Cordeiro

ILUSTRAÇÕES
Vinícius Luz

EDITORAÇÃO
Rita de Cássia Assis

FOTOS
Secom/ba, Stock XCHNG

IMPRESSÃO
EGBA – Tiragem: 150

Ponto de vista

82
Redução do crédito e dificuldades ao crescimento
Vitor Lopes

84
Livros

86
Conjuntura econômica baiana

100
Investimentos na Bahia

102
Indicadores conjunturais

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). É permitida a reprodução total ou parcial dos textos desta revista, desde que seja citada a fonte. Esta publicação está indexada no *Ulrich's International Periodicals Directory* e no sistema *Qualis* da Capes.

Conjuntura & Planejamento / Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. n. 1 (jun. 1994) –. Salvador: SEI, 2017.
n. 191
Semestral
Continuação de: Síntese Executiva. Periodicidade: Mensal até o número 154; trimestral até o número 189.
ISSN 1413-1536

1. Planejamento econômico – Bahia. I. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

CDU 338(813.8)

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Av. Luiz Viana Filho, 4ª Avenida, 435, CAB
Salvador (BA) Cep: 41.745-002
Tel.: (71) 3115 4822 Fax: (71) 3116 1781
www.sei.ba.gov.br sei@sei.ba.gov.br

Quem mais estuda a Bahia não pode faltar na sua estante.

A SEI, por meio de sua linha editorial, publica regularmente livros e revistas que debatem aspectos socioeconômicos e geoambientais do estado. Quem se interessa pela Bahia não pode deixar de ler.

Bahia Análise & Dados

Revista temática trimestral que aborda temas atuais através de artigos e entrevistas elaborados por colaboradores externos e especialistas da SEI.

Conjuntura & Planejamento

Publicação trimestral colorida e ilustrada que traz artigos assinados e entrevistas sobre a conjuntura econômica da Bahia. A publicação compila estatísticas e indicadores que revelam o desempenho do estado no período.

Série Estudos e Pesquisas

Divulga os resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos, na sua maioria, por técnicos da SEI nas áreas de demografia, indústria, energia, agropecuária, saúde, educação, agricultura e geoambiental.

Estudos e Relatórios

Também faz parte da linha editorial da SEI, estudos e relatórios que retratam a realidade socioeconômica e cultural do estado. Entre estes estudos, indicamos para leitura a revista eletrônica CAS Centro Antigo de Salvador: Território de Referência; a TRU: Tabela de Recursos e Usos do Estado da Bahia, instrumento que permite uma análise da dinâmica econômica do estado; e a série de Textos para Discussão.

Onde comprar: Biblioteca Rômulo Almeida – SEI CAB, 4ª Avenida, 435, térreo

Download gratuito:
www.sei.ba.gov.br

@eu_sei

imprensa.sei

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Carta do editor

A revista *Conjuntura & Planejamento*, edição de número 191, discute a retração da economia brasileira. De acordo com a equipe de conjuntura da publicação e com os números divulgados recentemente, o ano de 2016 teve retração da atividade econômica, motivando questionamentos sobre a condução da política macroeconômica. Ainda segundo os dados conhecidos e a avaliação da equipe, o país vivenciou uma intensa recessão, atribuída, em grande parte, à elevação do nível de preços, e ao aumento das taxas de juros, com efeitos diretos sobre o emprego e consumo.

Como colaboradores convidados, a edição traz, na seção *Ponto de Vista*, a reflexão de Vitor Lopes, economista, professor da Uneb e conselheiro do Corecon-BA, sobre as dificuldades para o crescimento do país. Segundo ele, em 2016, o saldo total das operações de crédito do sistema financeiro nacional registrou uma queda expressiva, ao sair de 53,6% do PIB, em 2015, para 49,3%. Esse fato reflete a elevada inadimplência e a consequente piora na percepção de risco das instituições financeiras, sendo que os juros e spreads subiram ao longo desse período.

Na seção *Entrevista*, uma conversa com Reinaldo Sampaio, economista e Superintendente de Estudos e Políticas Públicas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado. Ele comenta sobre a necessidade de planejamento em longo prazo para o desenvolvimento econômico da Bahia e trata de assuntos como alternativas de desenvolvimento para regiões semiáridas, agricultura familiar e descentralização econômica. Para Sampaio, a pesquisa, a inovação e o dinamismo da indústria são aspectos essenciais ao desenvolvimento.

Entre os artigos publicados está o trabalho de Vivian Brendle e Laumar Neves de Souza intitulado *Inclusão financeira na Bahia: uma análise da presença do banco postal*. Os autores fazem uma avaliação da importância do processo de inclusão financeira para o desenvolvimento nacional. De acordo com eles, a inserção no SFN e o acesso ao crédito configuram-se como instrumentos que podem, de forma geral, elevar os níveis de circulação de moeda e formação de capital nos municípios. Esse processo contribui para o desenvolvimento local, propiciando alternativas de liberdade econômica e melhores possibilidades de vida para as pessoas, além de viabilizar a execução de programas de redistribuição de renda vinculados às políticas públicas do governo. Diante da relevância dos correspondentes bancários e da finalidade precípua do banco postal, o estudo tem como objetivo realizar uma análise espacial do suprimento desse canal de atendimento nos territórios de identidade baianos, entre os anos de 2010 e 2014. Em outro artigo, com o título *Indicador de criminalidade e violência: uma proposta para gestão pública da segurança*, Vitória Bispo Souza, Aloísio Machado da Silva Filho e Osmar Cuentas Toledo chamam a atenção para a violência na ótica da gestão pública. De acordo com o autores, o trabalho pretende propor uma metodologia de análise de um indicador de criminalidade e violência a partir de registros de crimes violentos letais intencionais, de acordo com o conceito da Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Assim, a edição 191 da C&P, além de oferecer discussões de caráter estruturante sobre o planejamento e os desafios para as economias brasileira e baiana em uma conjuntura adversa, aborda alternativas que viabilizem o crescimento econômico em longo prazo. Nesse aspecto, a SEI, não tendo pretensões de esgotar o assunto e emitir juízo de valor sobre as questões aqui discutidas, convida o leitor a fazer uma reflexão sobre as variáveis que determinam o comportamento da economia nos âmbitos nacional e estadual em curto e longo prazo.

Declínio da economia baiana: terceiro trimestre de 2016

Carla do Nascimento*
Elissandra Britto**
Pedro Marques***

O ano de 2016 começou com baixo crescimento da atividade econômica e motivou questionamentos sobre a condução da política macroeconômica. O primeiro ponto tem relação com a principal consequência da desaceleração da economia: queda do nível de emprego. O segundo diz respeito às principais causas que conduziram a essa desaceleração: elevação do nível de preços, aumento das taxas de juros e retração do consumo. Mas outro elemento ainda ronda o cenário econômico: a incerteza política.

Na economia mundial, o crescimento é moderado e os principais aspectos de incerteza estão relacionados ao cenário econômico chinês e seu respectivo desdobramento em outras economias; à perspectiva dos preços das *commodities*; ao ambiente para a economia americana após as eleições; e à situação da União Europeia após a saída do Reino Unido (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2016).

A conjuntura econômica brasileira ainda permanece desafiadora. A forte desaceleração de importantes setores da economia, como serviços, construção e infraestrutura, afetou o mercado de trabalho com a elevação do desemprego, reduzindo a renda, encarecendo o crédito e, como consequência, impactando o consumo das famílias e o nível dos investimentos. Os resultados dos indicadores econômicos explanados a seguir confirmam esse cenário.

A economia brasileira apresentou desaceleração no período entre janeiro e outubro de 2016, com queda da atividade econômica, segundo o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) – utilizado como indicador antecedente do PIB –, que foi de -4,8%, na comparação com o mesmo período do ano anterior (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016b).

Os resultados do PIB nacional divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o terceiro trimestre de 2016, evidenciaram taxa de -0,8%, comparado com o trimestre anterior (-0,4% no período de abr.-jun./2016), de acordo com os dados dessazonalizados pelo IBGE. O PIB no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2016 recuou 4,0% em relação a igual período de 2015. É a maior queda acumulada para o período de janeiro a setembro desde o início da série histórica em 1996. Nesta base de comparação, Agropecuária (-6,9%), Indústria (-4,3%) e Serviços (-2,8%) acumularam queda (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016).

A inflação recente mostrou-se mais favorável que o esperado, em parte em decorrência da reversão da alta dos preços dos alimentos. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no acumulado de janeiro a novembro, situou-se em 5,97%, bem abaixo dos 9,62% de igual período do ano anterior.

* Mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). carlajanira@sei.ba.gov.br
** Mestre em Economia e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Técnica da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). elissandra@sei.ba.gov.br
*** Mestre em Economia e graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Especialista em produção de informações econômicas, sociais e geoambientais da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). pedromarques@sei.ba.gov.br

A principal razão para as perdas do setor agropecuário está na severa estiagem, atribuída ao fenômeno climático El Niño, que atingiu todas as regiões do estado

No acumulado de 12 meses, a taxa ficou acima da meta de inflação (4,5%), com 6,99%, mas abaixo dos 7,87% relativos aos 12 meses imediatamente anteriores (ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO, 2016).

À luz do cenário econômico recente, com a inflação recuando a taxas mais próximas da meta, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, na última reunião, flexibilizar a política monetária, e reduziu a taxa básica de juros (Selic) para 13,75% a.a., sem viés (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016c).

Nesse ínterim, o nível de emprego apresentou retração, afetando o poder de compra do consumidor. A taxa de desocupação do país, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2016), foi estimada em 11,8% no terceiro trimestre de 2016, aumento de 2,9 pontos percentuais (p.p.) em relação ao terceiro trimestre de 2015 (quando a taxa foi de 8,9%). O nível da ocupação foi estimado em 54,0% no terceiro trimestre de 2016, apresentando declínio de 2,0 p.p. ante o mesmo período de 2015. O rendimento médio real habitualmente recebido em todos os trabalhos pelas pessoas ocupadas foi estimado em R$ 2.015, denotando queda 2,1% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Na Bahia, a atividade econômica, no terceiro trimestre de 2016, recuou 0,9% em relação ao segundo trimestre, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal, de acordo com dados divulgados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). No período de janeiro a setembro, a economia baiana retraiu-se em 5,1%, devido ao fraco desempenho da Agropecuária (-27,0%), Indústria (-5,9%) e Serviços (-2,4%). Além das variações negativas verificadas nos grandes setores, o imposto sobre produtos caiu 4,8% no acumulado do ano (PIB..., 2016).

Confirmando o resultado das contas regionais trimestrais (PIB..., 2016) para a economia baiana, o Índice do Banco Central Regional (IBCR) registrou, para a Bahia, decréscimo de 4,9% no período de janeiro a outubro de 2016 em relação ao mesmo período do ano anterior (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2016b). As próximas seções apresentam o desempenho setorial da economia baiana ao longo de 2016.

AGRICULTURA BAIANA SOFRE COM ESTIAGEM

No terceiro trimestre de 2016, o valor agregado bruto (VAB) da agropecuária baiana apresentou retração de 20,7%, na comparação com o mesmo período de 2015. Este foi o terceiro resultado trimestral negativo do setor, determinado, sobretudo, pela quebra da safra anual de grãos (Gráfico 1). No acumulado de janeiro a setembro, a taxa apresentou uma queda significativa de 27,0%. A principal razão para as perdas do setor agropecuário está na severa estiagem, atribuída ao fenômeno climático El Niño, que atingiu todas as regiões do estado. Com isso, houve importante recuo da produtividade em lavouras como soja, milho, algodão, feijão, café e cacau, além de prejuízos importantes aos segmentos da pecuária de corte e leiteira.

Observa-se, pelo Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (2016), realizado pelo IBGE, a estimativa de queda de 35,0% na produção de grãos entre as safras de 2015 e 2016 na Bahia. A previsão é de um volume de 5,9 milhões de toneladas, em 3,1 milhões de hectares (ha) plantados, representando uma área 9,7% menor em relação à de 2015. A área colhida, por sua vez, estimada em 2,9 milhões de ha, ficou 11,1% menor que a de 2015. Destaca-se, também, que a produtividade média da lavoura de grãos sofreu declínio de 26,9% com relação à safra anterior (Tabela 1).

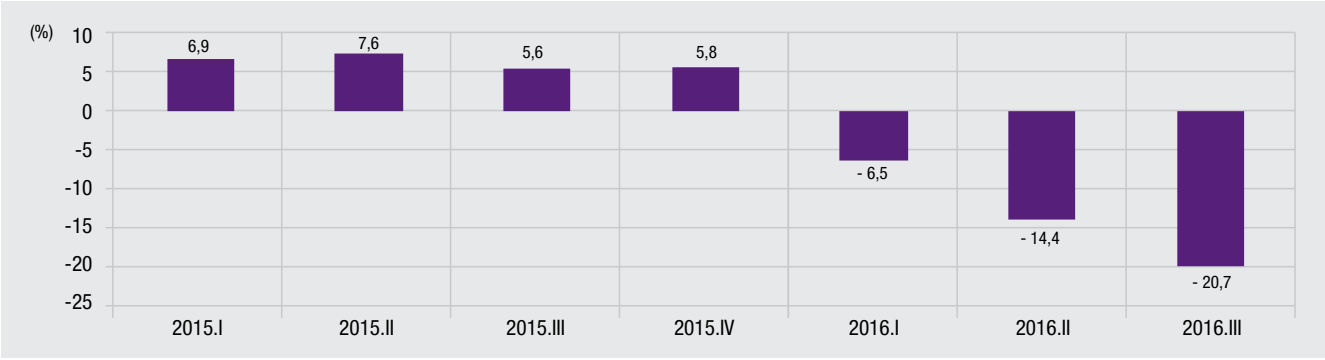


Gráfico 1
Taxa trimestral de crescimento do VAB agropecuário (%)(1)

Fontes: IBGE, SEI.
(1) trimestre atual em relação ao mesmo trimestre ano anterior.

O principal grão produzido no estado, a soja, teve uma queda de 28,0% na safra colhida em maio em comparação à de 2015. O volume total estimado foi de 3,2 milhões de toneladas. Apesar da expansão em cerca de 87 mil hectares plantados, o rendimento da lavoura decresceu 33,0%, em razão das altas temperaturas e da escassez de chuvas no oeste baiano, o que comprometeu o desenvolvimento e a qualidade do grão, sobretudo na área de produção não irrigada (sequeiro).

A previsão para as duas safras anuais do feijão, um dos vilões da inflação no ano, totalizou 171 mil toneladas, de acordo com as projeções do IBGE. As perdas estimadas ficaram em torno de 60,0%, em relação ao ano anterior. O forte recuo de área plantada (36,0%), totalizando 361 mil hectares, deveu-se ao desestímulo dos produtores com as condições climáticas desfavoráveis. A primeira safra (verão) teve produção de 85,2 mil toneladas, com encolhimento de 62,1% em relação a 2015. A segunda safra (inverno), por sua vez, estimada em 85,7 mil toneladas, acumulou perdas de 54,8%.

A previsão para as duas safras anuais do feijão, um dos vilões da inflação no ano, totalizou 171 mil toneladas, de acordo com as projeções do IBGE

O algodão caiu 33,6% em relação à safra anterior, com produção presumida de 795 mil toneladas, numa área de 257 mil hectares colhidos, cerca de 22,7% menor em relação a 2015. A previsão para a safra de milho apontou um volume de 1,5 milhão de toneladas, em 697 mil hectares, um declínio de 42,4%. A primeira safra, colhida entre maio e julho, foi a mais prejudicada pelas adversidades climáticas e totalizou 1,3 milhão de toneladas, queda de 37,2% em comparação à anterior. Para a segunda safra, a ser colhida entre outubro e novembro, espera-se declínio de 58,5%, num total de 272 mil toneladas.

O rendimento esperado para a lavoura cafeeira também sofreu forte revés, com queda de 35,0%, devido à ausência de chuvas nos períodos adequados à floração e desenvolvimento do fruto. Com isso, a produção, estimada em 135 mil toneladas, teve perda 35,6%. Em relação a outras culturas importantes do estado, destaque para queda da produção de mandioca, que deve terminar o ano com um volume de 1,9 milhão de toneladas, ficando 10,9% abaixo da safra anterior. Com relação à cana-de-açúcar, a produção deve alcançar 5,6 milhões de toneladas, o que representa redução de 9,7%. A safra de cacau, prevista em 116 mil toneladas, recuou 24,2% e seu rendimento médio de 215 kg/ha é 28,0% inferior ao de 2015.

O Índice de *Commodities* Agrícolas da Bahia (2016)[1], acompanhado pela Superintendência de Estudos Econômicos e

1 O objetivo do índice é observar variações nos preços dos principais produtos agrícolas comercializáveis (*tradables*) pelo estado da Bahia. Os itens que compõem a cesta de *commodities* pesquisadas são: algodão, café, cacau, feijão, laranja, mamão, manga, milho, soja e uva.

Tabela 1
Estimativa de produção física, áreas plantada e colhida e rendimentos dos principais produtos Bahia – 2015/2016

Produtos/safras	Produção física (mil t)			Área Plantada (mil ha)			Área Colhida (mil ha)			Rendimento (kg/ha)		
	2015 (1)	2016 (2)	Var. (%)	2015 (1)	2016 (2)	Var. (%)	2015 (1)	2016 (2)	Var. (%)	2015 (3)	2016 (3)	Var. (%)
Mandioca	2.099	1.870	-10,9	195	227	16,4	190	170	-10,4	11.057	11.000	-0,5
Cana de açúcar	6.228	5.625	-9,7	105	121	15,4	105	111	6,0	59.477	50.676	-14,8
Cacau	153	116	-24,2	514	560	9,0	514	540	5,1	298	215	-27,9
Grãos	9.152	5.951	-35,0	3.440	3.107	-9,7	3.263	2.901	-11,1	2.805	2.052	-26,9
Algodão	1.197	795	-33,6	333	257	-22,7	333	257	-22,7	3.599	3.092	-14,1
Café	209	135	-35,6	167	175	4,8	164	162	-1,0	1.276	830	-35,0
Feijão	414	171	-58,8	565	361	-36,0	506	324	-36,0	819	528	-35,5
Milho	2.683	1.546	-42,4	814	697	-14,4	702	546	-22,2	3.824	2.833	-25,9
Soja	4.514	3.213	-28,8	1.440	1.527	6,0	1.440	1.527	6,0	3.134	2.104	-32,9
Sorgo	135	92	-32,3	121	90	-25,7	118	85	-28,3	1.142	1.079	-5,5
Total	**-**	**-**	**-**	**4.254**	**4.015**	**-5,6**	**4.071**	**3.722**	**-8,6**	**-**	**-**	**-**

Fonte: IBGE - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola; Pesquisa Agrícola Municipal.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) LSPA/IBGE previsão de safra 2015.
(2) LSPA/IBGE previsão de safra 2016 (out. 16).
(3) Rendimento = produção física/área colhida.

Sociais da Bahia (SEI), alcançou 127,2 pontos em outubro, recuando 4,3% na comparação com o mês anterior. Quando comparado ao mesmo mês do ano anterior, o indicador teve variação positiva de 6,0%. Considerando o acumulado de 12 meses, a alta do ICAB foi de 18,3%. Dentre os itens que compõem a cesta, os preços de milho, soja e feijão foram os que mais pesaram na composição do índice.

No tocante ao comércio exterior, as exportações de produtos primários recuaram 24,2%, em valores nominais (dólar), no acumulado de janeiro a outubro de 2016, alcançando US$ 2,5 bilhões (Tabela 2). Os segmentos Papel e celulose (38,0%) e Soja e derivados (29,0%) foram responsáveis por cerca de 67,0% do valor exportado no período. A fraca demanda externa refletiu-se no recuo de 19,0% no volume físico exportado, pouco superior a 5,1 milhões de toneladas, com destaque positivo apenas para os embarques dos segmentos Cacau e derivados (11,6%) e Couro e peles (31,5%).

Tabela 2
Exportações baianas de produtos agrícolas – Jan./out. 2015/2016

Segmentos	Valores (US$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %	Var. % Preço médio	Peso (ton)		Var. %
	2015	2016				2015	2016	
Papel e celulose	1.185.150	960.227	-19,0	38,0	-17,3	2.614.975	2.562.287	-2,0
Soja e derivados	1.222.532	732.174	-40,1	29,0	-11,6	3.209.789	2.174.284	-32,3
Cacau e derivados	203.134	250.083	23,1	9,9	10,3	45.976	51.294	11,6
Algodão e seus subprodutos	253.388	222.122	-12,3	8,8	-4,8	164.420	151.447	-7,9
Frutas e suas preparações	114.873	108.083	-5,9	4,3	7,7	110.721	96.711	-12,7
Couros e peles	105.297	81.323	-22,8	3,2	-41,3	14.236	18.719	31,5
Sisal e derivados	98.347	75.199	-23,5	3,0	-14,6	53.027	47.480	-10,5
Café e especiarias	99.501	63.591	-36,1	2,5	4,7	33.261	20.311	-38,9
Fumo e derivados	23.628	22.582	-4,4	0,9	2,1	1.682	1.575	-6,4
Carne e miudezas de aves	7.351	6.271	-14,7	0,2	11,5	3.929	3.007	-23,5
Milho e derivados	18.462	4.010	-78,3	0,2	-4,0	104.627	23.668	-77,4
Total	**3.331.664**	**2.525.666**	**-24,2**	**100,0**	**-**	**6.356.645**	**5.150.783**	**-19,0**

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 08/11/2016.
Elaboração: SEI/CAC.

RETRAÇÃO NA INDÚSTRIA E NAS EXPORTAÇÕES BAIANAS

O valor adicionado pela indústria baiana caiu 5,9% no acumulado do ano até o terceiro trimestre de 2016, abaixo do resultado nacional (-4,3%). Decompondo-se este setor, observa-se queda em todas as atividades: Indústria de transformação (-1,3%), Construção civil (-5,0%), Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (-7,6%) e Extrativa mineral (-16,3%).

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE no período de janeiro a outubro de 2016 mostraram que a produção física da Indústria geral (extrativa e transformação) diminuiu 4,6% na Bahia e 7,7% em nível nacional.

A análise trimestral indica, no Gráfico 2, a intensa retração da produção física da indústria baiana no terceiro trimestre de 2016, sinalizando a difícil retomada do setor ainda este ano. O resultado pode ser parcialmente explicado pela demanda retraída, tanto interna como externamente.

Em sentido oposto, o setor Produtos químicos teve a maior influência positiva no indicador, com aumento de 3,8%, explicado, em grande medida, pela maior produção de amoníaco (amônia), ureia e policloreto de vinila (PVC). Importante ressaltar também os resultados positivos assinalados por Metalurgia (5,1%), Produtos alimentícios (5,0%), Celulose, papel e produtos de papel (1,9%), Bebidas (7,5%) e Couros, artigos para viagem e calçados (4,2%).

O declínio na produção de veículos é fruto principalmente da demanda retraída, tanto no mercado interno como no externo. Segundo informações da Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores (2016), entre janeiro e novembro de 2016, foram vendidas 75.184 unidades na Bahia, frente a 103.604 no mesmo período de 2015, representando um recuo de 27,4%.

O setor Produtos químicos apresentou dois fatores que contribuíram para o desempenho no período. Primeiro, o preço médio da nafta registrou queda,

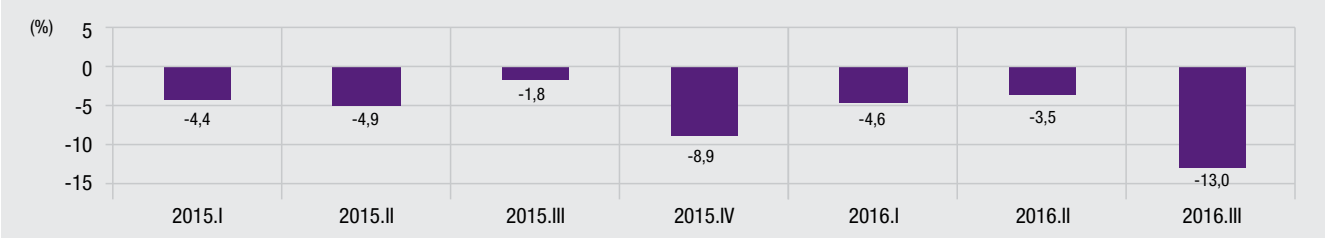


Gráfico 2
Variações Trimestrais da Produção Física Industrial(1) – Bahia – 2015/2016

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

O fraco desempenho da Indústria de transformação no acumulado do ano até outubro decorreu da contração na produção do segmento Derivados de petróleo, que registrou queda de 9,7%, pressionado pela menor produção de óleo diesel, óleos combustíveis, naftas para petroquímica e gás liquefeito de petróleo (GLP); e Veículos (-13,7%), pressionado pela menor produção de automóveis e de painéis para instrumentos dos veículos automotores. Vale citar ainda a redução de Produtos de minerais não metálicos (-18,6%) e Produtos de borracha e de material plástico (-5,4%), segundo a Pesquisa Industrial Mensal (2016) do IBGE.

em razão do maior volume de estoques de petróleo, principalmente no golfo dos Estados Unidos; houve normalização na produção de algumas refinarias e petroquímicas afetadas por paradas programadas e não programadas no primeiro semestre de 2015; e ocorreu aumento da taxa básica de juros norte-americana, o que provocou a elevação do dólar, impactando o preço das *commodities* negociadas nesta moeda. Segundo, a moeda brasileira esteve em patamares historicamente depreciados, o que favoreceu a balança comercial de produtos químicos.

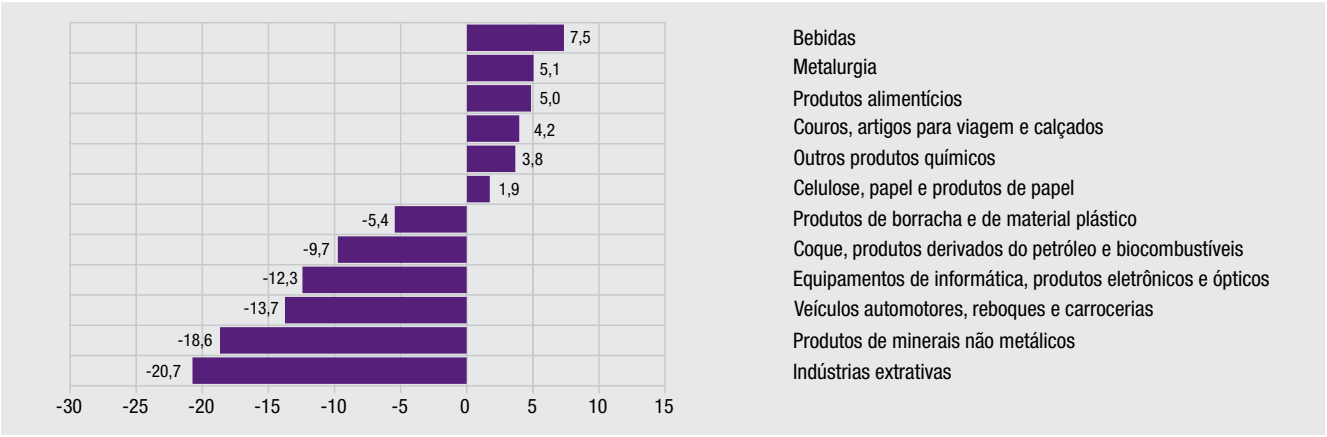


Gráfico 3
Produção física da indúsrtria geral por gênero (%)(1) – Bahia – Jan./out. 2016/2015

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Jan./out. 2016/2015.

No setor metalúrgico, o contínuo crescimento das vendas para o mercado externo contribuiu para compensar a desaceleração no mercado interno. No entanto, as incertezas estão pautadas na continuidade do desempenho pífio da indústria de transformação e na falta de financiamento no mercado interno, em função da queda acentuada do PIB industrial e do setor de construção civil, além das tensões político-econômicas que afetam o Brasil.

A produção física da Indústria extrativa assinalou retração de 20,7% em 2016, basicamente influenciada pela queda de 8,4% na extração de petróleo e de 8,4% na produção de gás natural, entre janeiro e outubro de 2016, de acordo com dados divulgados pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (2016). Ocorreu também redução na produção de minérios de cobre e magnésio (PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL, 2016).

A desaceleração da indústria se refletiu no comércio exterior do estado, segundo dados divulgados pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e analisados no Boletim de Comércio Exterior da Bahia (2016). A balança comercial registrou superávit de US$ 473 milhões no acumulado até novembro de 2016 – no ano anterior foi observado um déficit de US$ 488 milhões. As exportações apresentaram redução de 13,5%, em decorrência da queda nos preços das *commodities* e pela desaceleração das economias de importantes parceiros comerciais, em especial a China.

Vale ressaltar que a participação dos manufaturados na pauta de exportação da Bahia aumentou de 37,7%, em 2015, para 41,3%, em 2016, enquanto a dos produtos básicos caiu 6,2 p.p., para 23,6%, no período. Na comparação com 2015, o valor das exportações de básicos recuou 31,5%, e o de manufaturados diminuiu 5,4%. As vendas de básicos concentraram-se em *commodities* agrícolas – soja, farelo de soja e algodão. Os embarques de produtos industrializados corresponderam a óleos combustíveis, automóveis de passageiros e cobre.

Em relação aos principais parceiros comerciais da Bahia, observa-se retração das exportações no período para a China (32,2%), enquanto destaca-se o aumento de 16,5% para os EUA e de 2,5% para a Argentina.

A balança comercial registrou superávit de US$ 473 milhões no acumulado até novembro de 2016 – no ano anterior foi observado um déficit de US$ 488 milhões

China, EUA e Argentina adquiriram, em conjunto, 47,3% das exportações baianas no período. As compras da China concentraram-se em celulose, soja e catodos de cobre, e as dos EUA, em pneumáticos novos de borracha, outras gasolinas, manteiga, gordura e óleo de cacau, e petroquímicos.

Refletindo a retração da atividade econômica interna, as importações recuaram 25,1% no acumulado de 2016 até novembro, em relação a igual período do ano anterior. A queda das importações baiana reproduziu diminuições nas compras em todas as grandes categorias econômicas. As aquisições de bens intermediários corresponderam a 39,3% do total no período, destacando-se os recuos em minérios de cobre, trigo, borracha e cacau bruto. O mesmo comportamento ocorreu com as compras de combustíveis e lubrificantes, com participação de 32,4%, ressaltando-se a redução acentuada em nafta para petroquímica e gás natural.

As importações provenientes da Argélia, Argentina e China representaram 33,2% das compras baianas no acumulado do ano até novembro. As importações originárias da Argélia concentraram-se em naftas para petroquímicas, e as oriundas da Argentina, em automóveis.

DECLÍNIO NO SETOR DE SERVIÇOS E COMÉRCIO VAREJISTA

O setor de Serviços registrou recuo de 2,4% no valor adicionado, no acumulado até o terceiro trimestre de 2016. Considerando-se os resultados da Pesquisa Mensal de Serviços (2016) do IBGE, houve queda de 9,3% no volume de serviços no acumulado do ano até outubro. Tal resultado foi atribuído à queda em todas as atividades do setor, em especial Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-14,3%) e Serviços prestados às famílias (-7,2%). Comportamento semelhante foi observado no Comércio, cujo volume de negócios no varejo registrou, no acumulado até outubro, queda de 13,0%, acompanhada por quase todos os ramos de atividade. De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (2016) do IBGE (Gráfico 4), o setor foi fortemente prejudicado pela inflação, elevadas taxas de juros, crédito seletivo e redução dos rendimentos. Em termos de valor adicionado, observou-se queda de 7,9% no Comércio no acumulado dos três primeiros trimestres.

O Comércio varejista apresentou quedas consecutivas nas vendas desde janeiro de 2015, na comparação do mês em relação a igual mês do ano anterior. Esse comportamento é atribuído ao cenário de retração econômica vivenciado no país. A conjuntura foi agravada pela desconfiança, por parte dos consumidores, de que o setor se manteria apresentando sinais de perda de fôlego, reforçada pela alta da inflação, dos juros, do crédito, pelo elevado endividamento das famílias, além do arrefecimento do mercado de trabalho. Assim, o cenário adverso contribuiu para que a confiança se reduzisse de forma mais intensa e disseminada entre os segmentos que compõem o setor.

Em 2016, quase todos os segmentos que compõem o setor apresentaram declínio nas vendas no acumulado do ano até o mês de outubro, em comparação ao mesmo período do ano anterior, com exceção de Livros, jornais, revistas e papelaria (0,0%). Os que mais contribuíram para a retração nos negócios foram Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-9,1%), Móveis e eletrodomésticos (-17,8%) e Combustíveis e lubrificantes (-17,4%) (Gráfico 4).

O forte recuo observado em Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, segmento de maior peso para o indicador de volume de vendas do comércio varejista, deve-se principalmente ao aumento nos preços dos alimentos e à queda no rendimento real. A retração do volume de negócios nesse segmento revelou o momento inquietante do Comércio varejista, por se tratar de uma atividade que comercializa, principalmente, bens de subsistência.

Quanto aos desempenhos dos segmentos Móveis e eletrodomésticos e Combustíveis e lubrificantes, observam-se

As importações provenientes da Argélia, Argentina e China representaram 33,2% das compras baianas no acumulado do ano até novembro

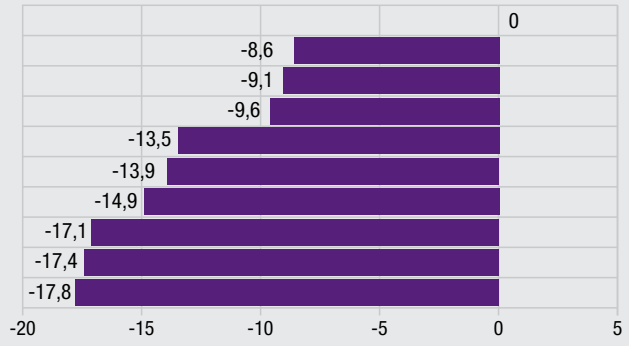


Gráfico 4
Volume de vendas das atividades do comércio varejista(1)
Bahia – 2015

Fonte: IBGE–Pesquisa Mensal de Comércio.
(1) Variação acumulada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

variações negativas no período de 17,8% e 17,4%, respectivamente. O comportamento do primeiro reflete não somente a queda na renda disponível, mas também a seletividade do crédito, resultando no elevado custo de financiamento. Quanto ao segundo, o resultado é atribuído ao menor ritmo da atividade econômica, ao menor poder de compra da população, além da elevação dos preços dos combustíveis acima da inflação no acumulado de 12 meses.

No Comércio varejista ampliado, a redução registrada nas vendas no acumulado do ano até outubro foi de 12,1%. No segmento Veículos, a queda alcançou 9,6%, enquanto em Material de construção a variação negativa foi 13,5%.

Assim, o cenário descrito para o setor induz a perspectivas desalentadoras quanto à sua trajetória para os próximos meses. À vista disso, as decisões sobre a política econômica vigente no país serão decisivas para estabelecer o desempenho para o setor.

DESACELERAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO

O cenário econômico baiano atual retrata o desaquecimento do mercado de trabalho, com o arrefecimento do nível de emprego, decréscimo do rendimento médio real habitual da população ocupada e diminuição da massa de rendimento real habitual.

A taxa de desocupação baiana passou de 12,8% para 15,9% (aumento de 3,1 pontos percentuais), entre o terceiro trimestre de 2015 e o terceiro trimestre de 2016 (Gráfico 5), de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2016) trimestral do IBGE. A população desocupada totalizou 1.151 mil indivíduos no terceiro trimestre de 2016, indicando acréscimo de 19,5% em comparação ao mesmo período do ano anterior. O contingente dos ocupados foi estimado em 6.083 mil, apresentando queda de 7,0% (menos 455 mil pessoas) frente ao terceiro trimestre de 2015. O aumento do desemprego foi mais influenciado pela elevação da desocupação do que pela queda da ocupação.

O cenário econômico baiano atual retrata o desaquecimento do mercado de trabalho, com o arrefecimento do nível de emprego, decréscimo do rendimento médio real habitual da população ocupada e diminuição da massa de rendimento real habitual

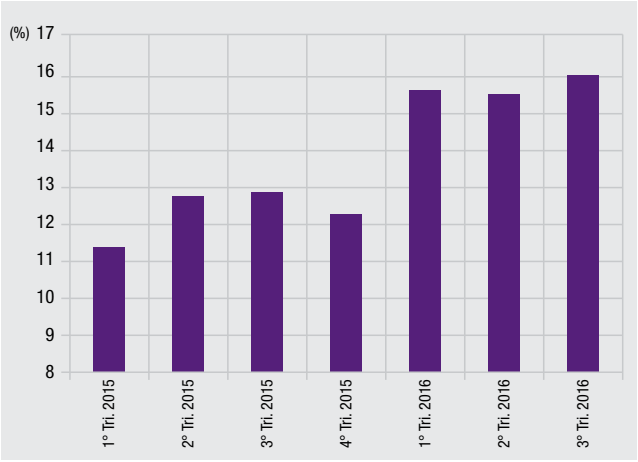


Gráfico 5
Taxa de Desocupação – Bahia – 1° tri. 2015/3° tri. 2016

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referêncial.

Considerando-se os ocupados por grupamento de atividade no estado, em termos relativos, as quedas mais significativas foram observadas em Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (-13,8%, menos 191 mil pessoas), Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (-7,6%, menos 88 mil pessoas), Construção (-4,9%, menos 27 mil pessoas) e Indústria geral (-8,0%, menos 40 mil pessoas). Em contrapartida, Alojamento e alimentação (18,1%, mais 58 mil pessoas) e Serviço doméstico (2,3%, mais 10 mil pessoas) foram os únicos agregados que apresentaram variação positiva.

Considerando-se as categorias de ocupação, o Setor privado teve taxa nula, sendo observado índice de 1,3% para a parcela Com carteira assinada e de -9,2% para Sem carteira assinada. Houve queda de 3,5% para Autônomos e aumento de 2,4% para Domésticos, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2016) trimestral do IBGE.

O rendimento médio real habitual da população ocupada, de todos os trabalhos, estimado no terceiro trimestre de 2015 em R$ 1.419, registrou decréscimo de 7,4% e atingiu R$ 1.314 no terceiro trimestre de 2016 (Gráfico 6). A massa de rendimento real habitual dos ocupados, estimada em R$ 7,7 bilhões para o terceiro trimestre de 2016, registrou decréscimo de 5,9% na comparação com o terceiro trimestre de 2015 (Gráfico 7).

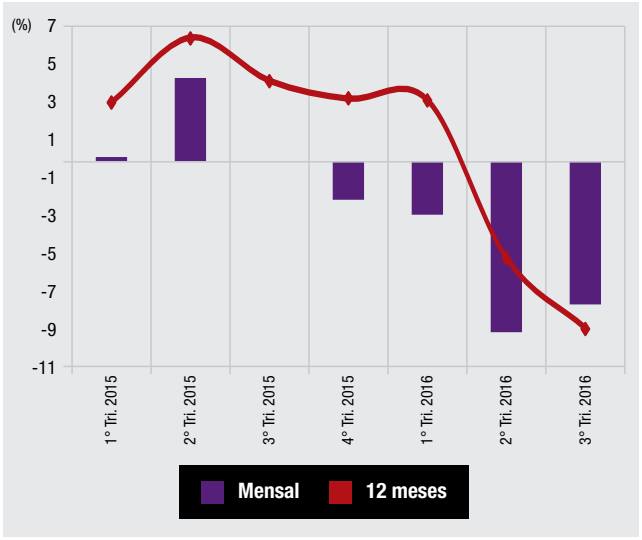


Gráfico 6
Rendimento médio de todos os trabalhos ocupados – Bahia
1º tri. 2015/3ºtri. 2016

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: Usa o deflator do mês do meio do último tri. de coleta divulgado. Rendimento médio de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

De acordo com o Boletim Mensal do Caged (2016), foram eliminados 47.829 empregos celetistas entre janeiro e outubro de 2016, com ajustes até setembro do mesmo

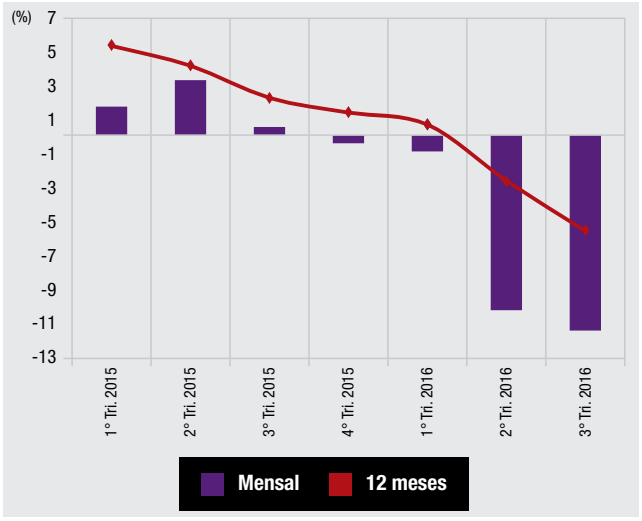


Gráfico 7
Massa de rendimentos real dos ocupados – Bahia
1º tri. 2015/3ºtri. 2016

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: Usa o deflator do mês do meio do último tri. de coleta divulgado. Rendimento médio de todos os trabalhos, habitualmente recebido por mês, pelas pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência.

ano. O setor Serviços liderou o declínio do emprego formal, com redução de 22.533 postos de trabalho, seguido por Comércio, com diminuição de 15.747, e Construção civil, com perda de 13.808. Em contrapartida, Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca (5.515 postos) e Administração pública (1.879 postos) geraram mais postos de trabalho com carteira assinada (Gráfico 8).

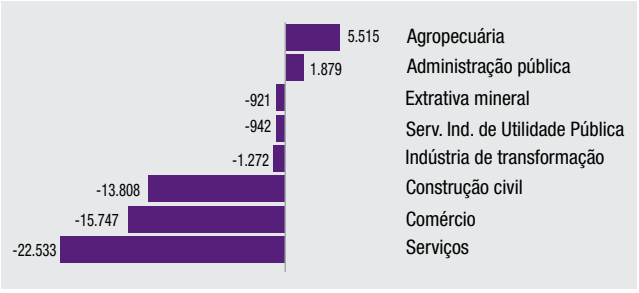


Gráfico 8
Saldo do emprego celetista por setor de atividade econômica
Bahia – Jan.-out. 2016

Fonte: MTPS–Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

O comportamento do mercado de trabalho celetista intraestadual, no acumulado de janeiro a outubro de 2016, com ajustes até setembro, revela o fechamento de 44.439 postos na Região Metropolitana de Salvador, enquanto o interior da Bahia eliminou 3.390 posições de trabalho com carteira assinada (BOLETIM MENSAL DO CAGED, 2016). No total dos dez meses, Salvador (-188.687 postos) foi o município que mais encerrou postos de trabalho. Em contrapartida, Juazeiro (5.369 postos) foi o que mais criou empregos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira encontra-se num ciclo econômico recessivo, em meio a um cenário de grandes incertezas do ponto de vista econômico e político. Além da grave crise institucional, as políticas fiscal e monetária aprofundaram a deterioração das condições macroeconômicas, retardando o processo de recuperação do crescimento econômico.

Pode-se atribuir ao elevado endividamento dos consumidores e das empresas, à alta ociosidade de capacidade produtiva da indústria, assim como às condições restritivas para oferta de crédito, parte das dificuldades para a retomada do crescimento. Com isso, todos os setores de atividade econômica apresentaram desempenho negativo até o terceiro trimestre de 2016, com reflexos nocivos sobre o mercado de trabalho. O aumento do desemprego e a redução dos rendimentos do trabalho são as consequências desse processo.

A resolução do impasse político não trouxe, de imediato, a confiança esperada para o retorno dos investimentos produtivos. Além disso, a estiagem em importantes regiões produtoras do país tem comprometido o desempenho da Agricultura, importante vetor de crescimento dos últimos anos. A Indústria não apresentou retomada da produção, afetando o desempenho do Comércio e dos Serviços. Observa-se que a baixa demanda por produtos industriais, o menor dinamismo da Construção civil e a queda de confiança dos mais variados segmentos de atividade fortaleceram as expectativas negativas relativas ao cenário econômico deste ano.

No plano internacional, os efeitos da crise financeira de 2008 ainda persistem sobre a economia mundial, retardando a plena retomada das atividades econômicas nas economias avançadas. O baixo ritmo de crescimento econômico e os riscos deflacionários das economias desenvolvidas, notadamente dos Estados Unidos (EUA), Zona do Euro e Japão, são ainda os principais sinais de incerteza do cenário internacional. Com isso, os bancos centrais dessas economias mantiveram as políticas de estímulo monetário, com juros reduzidos e compra massiva de títulos públicos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. *Dados estatísticos mensais*. Brasília: ANP, nov. 2016. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/dados-estatisticos>. Acesso em: 20 dez. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Focus*: relatório de mercado. Brasília: BCB, 16 dez. 2016a. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pec/GCI/PORT/readout/R20161216.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016a.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Indicadores econômicos consolidados*. Brasília: BCB, 2016b. Disponível em: <http://

www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Notas da 203ª Reunião do Comitê de Política Monetária*. Brasília: BCB, 30 nov. 2016c. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/copom/not20161130203.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

BOLETIM DE COMÉRCIO EXTERIOR DA BAHIA. Salvador: SEI, nov. 2016. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/bce/bce_nov_2016.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

BOLETIM MENSAL DO CAGED. Salvador: SEI, out. 2016. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_out16.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2016.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Cadastro Geral de Empregados e Desempregados*.Brasília: MTE, out. 2016. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/caged?view=default>. Acesso em: 21 dez. 2016.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE DISTRIBUIÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES. Índices e números: emplacamentos. São Paulo: Fenabrave, nov. 2016. Disponível em: <http://www3.fenabrave.org.br:8082/plus/modulos/listas/index.php?tac=indices-e-numeros&idtipo=1&layout=indices-e-numeros>. Acesso em: 21 dez. 2016.

ÍNDICE DE COMMODITIES AGRÍCOLAS DA BAHIA. Salvador: SEI, out. 2016. Mensal. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/icab/rel_ICAB_out16.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO. Rio de Janeiro: IBGE, nov. 2016. Mensal. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Precos_Indices_de_Precos_ao_Consumidor/IPCA/Fasciculo_Indicadores_IBGE/ipca-inpc_201611caderno.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. A economia brasileira no 3º trimestre de 2016: visão geral. In: _____. *Contas nacionais trimestrais*: indicadores de volume e valores correntes. [Rio de Janeiro]: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_201603caderno.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. *World economic outlook*: subdued demand symptoms and remedies. Washington, DC, Oct. 2016. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/02/pdf/text.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

LEVANTAMENTO SISTEMÁTICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. Rio de Janeiro: IBGE, maio 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/lspa/default_publ_completa.shtm>. Acesso em: 20 dez. 2016.

PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2016. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&o=1&i=P&c=1618>. Acesso em: 20 dez. 2016.

PESQUISA MENSAL DE COMÉRCIO. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2016. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/comerc/default.asp>. Acesso em: 10 dez. 2016.

PESQUISA MENSAL DE SERVIÇOS. Rio de Janeiro: IBGE, out. 2016. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp>. Acesso em: 10 dez. 2016.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS CONTÍNUA. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Comentarios_Sinteticos/pnadc_201603_trimestre_comentarios_sinteticos_Brasil.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

PIB baiano recua 5,2% no terceiro trimestre e estimativa é retração de 4,5% em 2016. Salvador: SEI, 2016. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/pib/pdf/estadual/trimestral/bol_PIB_trim_2016_3.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

Reinaldo Sampaio

Pensar no futuro investindo em planejamento

O superintendente de Estudos e Políticas Públicas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do estado da Bahia, Reinaldo Dantas Sampaio, comenta, nesta entrevista, a necessidade de planejamento em longo prazo para o desenvolvimento econômico da Bahia. O economista, que foi vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, também discute assuntos como alternativas de desenvolvimento para regiões semiáridas, agricultura familiar e descentralização econômica, entre outros. Para Sampaio, pesquisa, inovação e dinamismo da indústria são aspectos essenciais do desenvolvimento.

SEI – A missão da SDE é promover o desenvolvimento socialmente inclusivo em bases modernas e competitivas. Quais são os programas e planos da SDE que visam alcançar esses objetivos?
RS – A transformação da Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração (SICM) em Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) representa uma alteração substantiva e não apenas semântica, ao estabelecer como competência primeira da SDE a formulação e coordenação da política de desenvolvimento econômico do estado e supervisionar a sua execução.

O planejamento estratégico da SDE nos mostrou que, ao lado das ações permanentes de estudos prospectivos, atração de investimentos e adequado acolhimento dos empreendimentos em implantação e implantados, a elaboração de um plano de desenvolvimento de longo prazo da economia do estado é essencial, de modo a definir prioridades estruturantes e transformadoras da realidade e estabelecer objetivos que levem a economia e a sociedade baiana a um novo e mais elevado patamar de desenvolvimento.

A concepção conceitual do plano de desenvolvimento econômico foi construída através do diálogo com a inteligência técnica das diversas secretarias de estado e agora passa por encaminhamentos finais para iniciar sua construção participativa, envolvendo o governo, a sociedade, a iniciativa privada, a academia e outras instituições públicas.

É preciso criar condições para elevar a taxa de investimento da economia, aumentando o estoque de capital por trabalhador e, portanto, a produtividade do trabalho, além de mais investimentos em educação, ciência e tecnologia. O plano deve constituir-se em um sistema lógico, integrado e territorializado, que atraia novos investimentos, em especial da indústria de transformação, viabilizando o catching-up da economia do estado.

O PDE ampliará a percepção das prioridades a serem atendidas, dos limites que as condicionam e das efetivas possibilidades de serem alcançadas.

SEI – A concentração econômica ainda é uma realidade na Bahia, ao mesmo tempo em que há um compromisso de vários governos, desde o século passado, de reduzi-la. Estamos avançando nesse processo? Investimentos como a FIOL podem mudar esse quadro?
RS – Sem fazer um aprofundamento teórico do modelo, parece que a permanência dessa concentração econômica observada acarreta uma outra, de natureza não econômica, ou seja, cultural, como as artes, a educação, a ciência e a política. A interação entre esses fatores contribui para que o processo de concentração se fortaleça, inclusive porque o território que concentra a produção detém melhor infraestrutura e oferta de serviços e qualificação laboral que atrai as grandes firmas.

As políticas de estado, de natureza estratégica e de longo prazo, são imprescindíveis para fornecer soluções para um problema de tal complexidade. Devem-se observar, porém, os limites impostos pelo orçamento do governo, indicando a urgência de uma política nacional de desenvolvimento regional para romper essa lógica; algo que exige um pacto nacional pelo desenvolvimento integral do país, o que me parece, no momento, cada vez mais distante.

Evidentemente que, dentro do marco da capacidade do estado, deve-se reforçar a disponibilização de infraestruturas modernas e eficientes nas regiões interiores da Bahia como fator de indução e atração de investimentos. Nesse sentido, como bem observado, o complexo FIOL-Porto Sul tem natureza estruturante e contribuirá sobremaneira para a interiorização do desenvolvimento.

É preciso criar condições para elevar a taxa de investimento da economia, aumentando o estoque de capital por trabalhador e, portanto, a produtividade do trabalho, além de mais investimentos em educação, ciência e tecnologia

SEI – Quais seriam as alternativas viáveis e potencialidades para promoção do desenvolvimento das áreas rurais da Bahia, que, em sua grande maioria, se caracterizam pelo isolamento econômico e pela economia de subsistência, principalmente os municípios da região semiárida?
RS – Esse é outro desafio secular da Bahia e do Nordeste, e o conteúdo da pergunta resume a problemática: o isolamento econômico e a economia de subsistência. O primeiro se dá pelo predominante atraso das técnicas de produção, de manejo da terra, da genética das criações e da formação das pessoas, o que leva à baixa produtividade e à economia de subsistência. A oferta organizada desses fatores deve ser parte da solução, associada ao que se denomina "produção de água" na região semiárida. Existem técnicas consagradas para captar, armazenar e distribuir racionalmente as águas de regiões semiáridas no mundo, e essa é uma condição primordial que caminha em paralelo ao permanente esforço de organização dos produtores em cooperativas e associações e à disseminação de ciência e técnica.

É preciso alterar o modelo atual de financiamento, de modo que incorpore avanços tecnológicos e de produtividade substantivos e generalizados na agricultura familiar da Bahia e do Nordeste

A pesquisa genética de animais e vegetais objetivando maior produtividade deve contribuir nesse sentido, justificando pensar em um importante centro tecnológico instalado no semiárido baiano, dedicado a esse mister.

Por outro lado, creio que há uma alocação mais eficaz para os recursos do Fundo de Financiamento do Nordeste (FNE) à agricultura familiar do que simplesmente seu financiamento. É evidente que financiar a agricultura familiar nas melhores condições possíveis é um imperativo, mas a fonte desse financiamento deveria ser outra, como, por exemplo, o ministério da pasta ou o tesouro nacional, como ocorre em outras regiões do país. O entendimento é que, quando se financia a atividade nas condições existentes, apenas se perpetua o velho modo de produzir, sem repercussões na melhoria da produtividade. Sendo assim, os recursos do FNE seriam destinados para as ações transformadoras dessa realidade, em apoio à disseminação tecnológica, organização da produção em bases mais modernas e competitivas e outras que elevem a produtividade da micro e pequena propriedade rural. É preciso alterar o modelo atual de financiamento, de modo que incorpore avanços tecnológicos e de produtividade substantivos e generalizados na agricultura familiar da Bahia e do Nordeste.

SEI – A indústria da Bahia é altamente concentrada e, nos últimos anos, seu desempenho não acompanhou o ritmo de crescimento do PIB. Quais as causas desse baixo desempenho?
RS –Creio que os ciclos de industrialização da Bahia não geraram o efeito spread desejado, de expansão das atividades econômicas para outras áreas, nem tampouco puderam ser direcionados para o campo da especialização, entre outros fatores, porque também não houve até então uma política industrial nacional orientada para a regionalização, a especialização e a sofisticação produtiva, como ocorreu na Coreia do Sul, Taiwan e China, por exemplo. Ao contrário, preservou-se o modelo que conserva e concentra a indústria de transformação no Sul/Sudeste. A não expansão industrial restringiu a demanda efetiva da economia baiana, impedindo ganhos de economias de escala, necessárias para a expansão e diversificação da matriz industrial. Uma das etapas do plano de desenvolvimento econômico é compreender essa dinâmica recente e propor novas estratégias, levando-se em conta que a indústria mundial passará, num horizonte próximo, por transformações tecnológicas disruptivas, mediadas por intensa automação dos sistemas de produção, logística e estocagem, operação em rede com fornecedores e compradores, autonomia operacional de máquinas e equipamentos etc.

Ao lado do adequado diagnóstico desse passado recente e dos fatores econômicos, sociais e políticos que determinaram a trajetória da economia baiana, é preciso compreender as mudanças que se delineiam no futuro e fazer os ajustes necessários.

SEI – Nos últimos anos, estamos assistindo a um processo de substituição de produtos manufaturados por produtos básicos nas exportações brasileiras. Na visão do senhor, quais são os fatores que estão contribuindo para essa mudança?

RS – Há uma corrente de pensamento econômico denominada de "novo desenvolvimentismo" que sustenta a tese de que, nas últimas três décadas, o Brasil praticou políticas econômicas que atuaram em favor da tendência da sobrevalorização cíclica e crônica da taxa de câmbio, dos déficits em conta corrente, pela substituição da poupança interna pela poupança externa, a qual se orientou mais para o consumo e a especulação financeira do que para a produção. Essas políticas engendram um processo de altas taxas de juros e taxa de câmbio valorizada, que afetam a taxa de lucro do setor industrial, reduzindo o investimento e a capacidade de exportação, levando a crises financeiras cíclicas e minando a competitividade da indústria brasileira.

A permanência dessa política anti-industrial e anticompetitiva se viabiliza por contar o Brasil com condições naturais favoráveis para a produção agrícola e mineral orientada para a exportação, favorecendo o fenômeno da "doença holandesa", ou seja, a crescente substituição dos bens industrializados de média e alta tecnologia por produtos primários na pauta de exportação, quebrando elos importantes da cadeia industrial e evidenciando o processo, ainda que lento, de desindustrialização.

Eu concordo com os novos desenvolvimentistas.

SEI – As instituições que pensaram e implementaram as políticas de desenvolvimento para a Bahia e o Nordeste foram perdendo força. Cada estado passou a adotar políticas isoladas de crescimento e atração de empresas, como a "guerra fiscal", que não resultaram em grandes avanços, com a participação do Nordeste do PIB estabilizada em torno de 13%. Como ter um plano de desenvolvimento para a região como um todo?

RS – Historicamente, os mais fracos e desfavorecidos somente logram êxito na defesa dos seus interesses quando se unem. Quando agem individualmente, se enfraquecem e perdem. O enfraquecimento das instituições decorreu da fragmentação político-estratégica dos estados, o que tornou o "Nordeste" uma abstração política.

Cabe às lideranças econômicas, políticas e intelectuais da região o esforço de resgatar um nível de coesão que suporte a defesa e a implantação da política nacional de desenvolvimento regional, que deve abrigar fundos constitucionais específicos, destinados à superação das profundas disparidades regionais.

Como assinalei antes, política dessa natureza requer uma "concertação" nacional, porque se trata de transferência de recursos de fundos constitucionais direcionada para as áreas e regiões mais atrasadas ou estagnadas, adicionais àqueles previstos nas regras atuais do orçamento da União.

É uma política solidária sem ser paternalista, porque objetiva o equilíbrio econômico do país, liberando as potencialidades de desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas em benefício de todos. Eu diria mesmo em benefício ainda maior, das regiões mais ricas e dos capitais ali alocados.

Com o fim da guerra fiscal, que parece iminente, ainda não há nenhum mecanismo concretamente concebido e pactuado para esse fim.

SEI – Qual é o papel da pesquisa e inovação para o desenvolvimento econômico de um estado periférico como a Bahia?

RS – O marco da economia do conhecimento, como foi chamada a revolução tecnológica ocorrida em meados da década de 1975, não foi percebido pelas lideranças da sociedade brasileira à época e não se fez a revolução do sistema educacional do país orientada para os novos tempos. Se isso houvesse sido feito, passados 40 anos, algumas gerações deteriam elevado nível técnico-científico, haveriam contribuído com a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do país, e a inserção do Brasil na economia global se realizaria pela via da industrialização e da especialização e não pela via financeira, cuja tendência à valorização da taxa de câmbio mina a competitividade da indústria.

Como assinalei anteriormente, a indústria do futuro, denominada "indústria 4.g", traçará um novo divisor de águas entre desenvolvimento e subdesenvolvimento educacional, tecnológico e produtivo em escala mundial e se reproduzirá em menor escala em nível nacional, de modo que uma estratégia bem estruturada no campo da

pesquisa e inovação será determinante para as pretensões de desenvolvimento da nossa economia. Essa é uma tarefa na qual o setor industrial tem papel preponderante como protagonista e demandante dos avanços tecnológicos inovativos. Ao estado e à União cabem as políticas e a disponibilização de recursos adequados.

Apesar das desvantagens quantitativas de centros de pesquisa e inovação e de pesquisadores no Nordeste em relação ao Sul e Sudeste, a Bahia conta com uma estrutura diferenciada nesse sentido, que é o Senai-Cimatec. Esse é um dos centros tecnológicos mais modernos e completos do país e que está se expandindo para novas competências tecnológicas de grande repercussão no campo de P,D & I, associado a um sistema educacional que retroalimenta a estrutura existente.

A Bahia tem também o tecnocentro, orientado para as áreas de biotecnologia e saúde e tecnologia da informação, dentre outras, além dos laboratórios das universidades.

SEI – Qual é a nova política industrial do estado que a SDE pretende lançar para colocar o setor industrial como o mais dinâmico da economia baiana?

RS – O Plano de Desenvolvimento Econômico será construído com a participação da sociedade e suas representações institucionais, subsidiadas por estudos e cenários prospectivos que permitam traçar a estratégia a ser seguida. O alcance do estado em matéria de política industrial é limitado e influenciado pela eventual existência de uma política industrial nacional, que no momento não há. Como lembrava o mestre Milton Santos ao definir os esforços necessários para o desenvolvimento territorial: "Nós somos uma totalidade menor, dentro de uma totalidade maior nacional e internacional". Vale salientar que a equipe da SDE inventariou todas as políticas, planos e estudos elaborados e/ou em execução nas diversas secretarias de estado, que deverão ser considerados na construção do PDE. Dentre elas, a proposta de política industrial elaborada em conjunto pela FIEB e a SICM em 2013.

SEI – Muitos empresários criticam o nosso sistema tributário, considerando-o burocrático e complexo. Como simplificar esse sistema para tornar mais competitiva nossa economia?

RS – A estrutura tributária nacional é burocrática, complexa e injusta. Onera o trabalho e o investimento e premia a renda, o luxo e o excesso de riqueza. Evidencia-se nessa definição uma correlação de forças que até aqui tem garantido o sistema intocável ou piorado com novos tributos e normativos que oneram e criam incerteza jurídica. Alterá-lo deveria ser um mister para melhorar a competitividade da economia e perseguir a justiça tributária. Porém, os conflito de interesses, inclusive entre os entes federativos, tem tornado impossível a reforma necessária. É possível simplificá-la um pouco, o que traria economia para as empresas que precisam sustentar departamentos inteiros para gerir a administração fiscal. Parece incontestável, todavia, a necessidade de uma profunda reforma fiscal orientada para a melhoria da eficiência e da competitividade da economia, com justiça social. Quando ela se realizar, a arrecadação aumentará.

SEI – O Brasil está há dois anos em recessão, com desemprego elevado e queda na renda real dos trabalhadores. Quais seriam as políticas recomendadas pelo senhor para a retomada do crescimento em 2017?

RS – Para esse horizonte temporal, eu me incluo dentre aqueles que pouco ou nada sabem para solucionar o problema. Me preocupa, no entanto, essa abordagem simplificadora que confunde a macroeconomia com a economia doméstica ou da empresa.

Uma estratégia bem estruturada no campo da pesquisa e inovação será determinante para as pretensões de desenvolvimento da nossa economia

O Plano de Desenvolvimento Econômico será construído com a participação da sociedade e suas representações institucionais, subsidiadas por estudos e cenários prospectivos que permitam traçar a estratégia a ser seguida

Nessa, quando os gastos superam as receitas, sacrificar o consumo e o investimento é a forma de gerar poupança para vencer as adversidades do momento.

Na macroeconomia é muito diferente. Nela, o meu gasto é a renda do outro e vice-versa. De modo que, se os dois deixam de gastar, os dois empobrecem. É uma verdade óbvia, mas não é simples.

Quando observamos as políticas de austeridade praticadas por diversas economias no mundo, o resultado foi o empobrecimento geral, a desnacionalização de empresas asfixiadas e desvalorizadas, desemprego, queda da arrecadação, crescimento da dívida pública e queda dos investimentos. Alguns desses países ainda tiveram que ser cogovernados pelo FMI.

Nesse sentido, o que há de mais relevante no momento, no Brasil, é a PEC 241, cujos efeitos no longo prazo não foram exaustivamente analisados. Creio que, se os contingenciamentos forem executados como propostos, significará a aplicação de uma dura política contracionista, com prováveis efeitos muito negativos em longo prazo sobre o produto e o emprego.

Vale salientar ainda que a dimensão estratégica da educação, da saúde e da previdência social foi reduzida para um nível obscurantista na proposta do governo, não assegurando o aporte de recursos adicionais para essas destinações. Dado que não têm essa garantia, os demandantes terão que disputá-la na arena política. Mas isso não é política. Quanto a 2017, na melhor das hipóteses, ainda é uma incógnita.

SEI – A Bahia é um estado extenso e populoso e com acentuada desigualdade econômica e social. Diante desse cenário, quais são as medidas que o Plano de Desenvolvimento da Bahia 2030 pretende adotar para tornar o estado menos desigual?

RS – A redução das desigualdades sociais é um desafio sempre maior quanto maior forem a amplitude e a profundidade da pobreza. Quando ambas são elevadas, menos consideráveis serão os efeitos positivos do crescimento econômico sobre a amplitude da pobreza, como alerta Pierre Salama em O Desafio das Desigualdades.

A partir dessas e de outras observações correlatas, Salama conclui que existe uma relação inversa entre o nível das desigualdades e a elasticidade da pobreza quanto ao PIB. Significa que somente um forte e duradouro crescimento poderia afetar positivamente essa realidade e que nem todo crescimento porta efeitos distributivos de renda, podendo mesmo agravar o quadro de desigualdade se o crescimento for moderado e volátil, que é o perfil brasileiro, reivindicando a existência de políticas pro-poor para contrapor esses efeitos negativos.

Sem dúvida, a desigualdade social no Brasil, apesar das políticas sociais dos últimos anos, se encaixa nesse perfil, e de modo mais grave no Nordeste e na Bahia. Por outro lado, a capacidade de intervenção do estado na economia se enfraqueceu historicamente falando, e não são suficientes aquelas políticas de natureza assistencial, cujo montante de recursos aplicados, quando comparado a outros gastos, como o custo da dívida pública, torna-se irrelevante e desproporcional aos objetivos pretendidos. As políticas sociais devem perseguir a equivalência entre a cidadania social e a cidadania política, devendo contemplar um grandioso esforço na educação e capacitação das pessoas. Mas é preciso que haja demanda para os investimentos, o que, por sua vez, criará demanda por pessoal educado e qualificado.

Talvez o caminho não seja o aumento dos gastos públicos, mas redirecioná-los, reestruturá-los, intervindo para repensar a evolução do sistema produtivo, do sistema educacional e de mecanismos para inserção produtiva das pessoas.

No caso da Bahia, o semiárido poderia ser o locus de atuação para mitigar essa realidade.

As políticas sociais devem perseguir a equivalência entre a cidadania social e a cidadania política, devendo contemplar um grandioso esforço na educação e capacitação das pessoas. Mas é preciso que haja demanda para os investimentos, o que, por sua vez, criará demanda por pessoal educado e qualificado

A informalidade nas ruas de Salvador (BA): o caso dos vendedores ambulantes da Av. Sete de Setembro (2014)

Fabricia de Matos Lemos*

O problema da informalidade é sempre presente no mercado de trabalho brasileiro. Com a redução dos empregos de qualidade e ampliação das vagas precárias nos últimos tempos isso se afervorou.

A informalidade tem suprido as necessidades das famílias, quando os indivíduos não conseguem se inserir no mercado formal, e, diante desta perspectiva, o estudo da temática deste artigo se faz relevante, diante da participação da informalidade na composição do mercado de trabalho urbano.

O objeto aqui estudado são os vendedores ambulantes que trabalham na Avenida Sete de Setembro, na cidade de Salvador (Ba), no ano de 2014, pois trata-se de uma importante área de comércio de rua desta cidade, visto que compreende cerca de 800 ambulantes, conforme a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS, 2014).

Após a delimitação do objeto, foi feito o seguinte questionamento: Quais as principais características demográficas dos vendedores ambulantes que trabalhavam na área da Av. Sete de Setembro, em Salvador (BA), no ano de 2014? Com isso, traçou-se o perfil dos ambulantes da região citada.

Para compreensão do fenômeno em estudo, é importante buscar aporte teórico. Assim, com a finalidade de fundamentar o trabalho, utilizou-se a abordagem dedutiva qualitativa. A pesquisa descritiva foi realizada inicialmente com o levantamento bibliográfico, reunindo dados de fontes secundárias e provendo subsídios para o arcabouço teórico. Utilizou-se também a pesquisa de campo, com dados baseados nas entrevistas estruturadas realizadas.

A abordagem metodológica é um estudo de caso de caráter descritivo. Para a pesquisa de campo, entrou-se em contato com representantes de associações de vendedores ambulantes – Associação Integrada de Vendedores Ambulantes, Feirantes e Microempreendedores Individuais de Salvador

* Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (Unifacs) e MBA em Marketing pelo Centro Universitário Jorge Amado (Unijorge). fabricia.lemos@gmail.com

(Assindvan) e Associação dos Empresários da Cidade Alta –, que marcaram reuniões e facilitaram o acesso indicando os pontos nos quais as entrevistas estruturadas in loco com vendedores ambulantes foram realizadas, em novembro do ano de 2014.

Primeiramente, o representante da associação fazia a intermediação prévia entre a pesquisadora e os vendedores ambulantes. Depois, a entrevistadora, sozinha, ia, de barraca em barraca, solicitar a atenção dos trabalhadores individualmente, não havendo anuência preliminar. Houve bastante dificuldade para a coleta de dados, por dois motivos: 1) interrupção, principalmente pela chegada de clientes; e 2) falta de interesse dos trabalhadores em participar.

Foi elaborado um questionário, com perguntas que descrevem os principais atributos dos ambulantes e de sua atividade de trabalho. Para respondê-lo, não se definiu uma quantidade específica de pessoas. Sabia-se apenas que se faria a entrevista com uma amostra não probabilística por conveniência.

A amostra deste trabalho compreendeu vendedores ambulantes que possuem as barracas localizadas na Av. Sete de Setembro, distribuídos no trecho do Edifício Sulacap até a Igreja Nossa Senhora do Rosário, bem como algumas transversais: Beco de Maria Paz, Largo do Rosário, Rua da Forca, Rua do Cabeça, Rua Portão da Piedade e Travessa (Beco) do Mucambinho.

Houve bastante dificuldade para a coleta de dados, por dois motivos: 1) interrupção, principalmente pela chegada de clientes; e 2) falta de interesse dos trabalhadores em participar

A compilação e a análise dos dados coletados foram feitas em uma planilha no programa Microsoft Excel, para as respostas das questões objetivas e o cruzamento das variáveis.

REFLEXÃO TEÓRICA

Tendo o mercado laboral como elemento essencial para a manutenção da acumulação de capital, percebe-se que o trabalho informal foi, e continua sendo, importante elemento na composição da economia soteropolitana. Devido a isto, os vendedores ambulantes fazem parte de um processo de contínua influência dentro do mercado de trabalho da cidade, justificando, assim, seu destaque neste trabalho.

A Av. Sete de Setembro (que se inicia na Ladeira de São Bento e termina no bairro da Barra, com extensão de 4,6 mil metros), popularmente chamada de Av. Sete, foi, durante muitos anos, a principal via de Salvador, pois fazia a ligação da antiga Vila do Pereira ao Centro Histórico. Inaugurada em 1916, pelo então governador José Joaquim Seabra, foi arquitetada como parte de um plano de remodelação urbana para a cidade, iniciado em 1912, tentando fazer o elo entre o centro antigo e os novos bairros que iam aflorando ao sul da cidade (UZEDA, 1988).

Até a década de 1970, a Av. Sete, junto com as ruas Chile, d'Ajuda e Carlos Gomes, concentrava as casas comerciais de luxo, sendo o palco social da cidade, enquanto a chamada Baixa dos Sapateiros afirmava-se como a zona comercial da população mais humilde e desprovida financeiramente (HEINONEN, 2005).

Entretanto, a partir dos anos 1970, a antiga zona comercial "nobre" começou a entrar em decadência, devido ao impacto causado pelo surgimento de novas centralidades na cidade, em função dos modernos *shopping centers*, com a consequente descentralização das atividades comerciais e de serviços. Isso levou o comércio da Av. Sete e imediações a sofrer nova reestruturação, voltada ao atendimento dos segmentos mais populares (HEINONEN, 2005).

Com a ascensão do Shopping Center Iguatemi (atual Shopping da Bahia), localizado em um bairro de classe

alta, antigas casas comerciais abriram filiais ou se mudaram para lá, enquanto os estabelecimentos que ficaram no centro da cidade não conseguiram acompanhar o ritmo frenético da modernização (SANTOS, 2008).

Mas mesmo com o impacto negativo que o comércio local sofreu devido à inserção do *shopping center* na cidade e com o estabelecimento do novo centro na área da Av. Tancredo Neves, ainda se observa grande fluxo de transeuntes em toda a extensão da Av. Sete, circulando entre as lojas, pesquisando nos vendedores ambulantes ou simplesmente querendo chegar a localidades adjacentes (HEINONEN, 2005).

Para amenizar o problema da descentralização do comércio, dois *shopping centers* de médio porte abriram suas portas na área, em 1985 e 1996: o Shopping Piedade e o Shopping Center Lapa. Isso refletiu a importância da área central no espaço urbano de Salvador e o interesse de sua revitalização (HEINONEN, 2005; SANTOS, 2008).

Assim, a Av. Sete passou a abrigar um comércio mais popular, com variedade de lojas, lanchonetes, restaurantes e vendedores ambulantes, atraídos pelo fluxo intenso de transeuntes no local. A via possui uma clientela potencial diversificada, que vai de moradores e trabalhadores da área a estudantes e turistas. Estes disputam os espaços públicos com diversos vendedores ambulantes que trabalham diariamente no local e vendem uma gama de produtos (DURÃES, 2006). Para que essa disputa continue "saudável", a PMS vem tentando organizar os espaços públicos utilizados pelos vendedores ambulantes.

Um exemplo é a Lei nº 5164/96[1] (SALVADOR, 1996), bem como o Decreto nº 12.016, de 8 de junho de 1998[2] (SALVADOR, 1998). Outro exemplo é a Lei nº 5.503/99[3], que formaliza o Código de Polícia Administrativa do Município de Salvador, dotando agentes (o rapa) com poder de repressão e apreensão (SALVADOR, 1999).

Segundo Palma e Lahiri (2014), os fiscais (*rapa*) encontram dificuldades para preservar as calçadas livres, para melhor circulação dos transeuntes. Mesmo com ação intensa, não é sempre que são respeitados, e isto acaba por prejudicar o trabalhado de ordenamento objetivado pela PMS.

Além da ação dos fiscais, no ano de 2014, intervenções começaram a ser feitas na Praça Barão do Rio Branco e no Largo de São Bento, com o intuito de melhorar a movimentação dos transeuntes e o labor dos vendedores ambulantes. Mas essas intervenções vêm causando transtornos e prejuízos para todos que trabalham no local.

Entretanto, essas obras são necessárias para a requalificação do espaço e fazem parte do programa intitulado Território Empreendedor – Centro, autorizado pelo atual prefeito da cidade de Salvador, Antônio Carlos Magalhães Neto. O programa envolve uma gama de ações com o objetivo de requalificar economicamente, socialmente e estruturalmente a região da Av. Sete, Largo Dois de Julho e entorno (REQUALIFICAÇÃO..., 2014).

Para que o Largo do Relógio de São Pedro fique livre para os transeuntes, um levantamento prévio feito pela PMS e apresentado aos vendedores ambulantes identificou 11 locais para deslocamento dos profissionais do comércio informal: as ruas Salvador Pires, Pedro Autran, Onze de Junho, Nova de São Bento, do Cabeça e 21 de

No ano de 2014, intervenções começaram a ser feitas na Praça Barão do Rio Branco e no Largo de São Bento, com o intuito de melhorar a movimentação dos transeuntes e o labor dos vendedores ambulantes

1 Para maiores informações, ler Lei Municipal (SALVADOR, 1996).
2 Para maiores informações, ler Lei Municipal (SALVADOR, 1998).
3 Para maiores informações, ler Diário Oficial do Município de Salvador (SALVADOR, 1999).

Abril; os becos do Mucambinho, das Quebranças e de Maria Paz; e os largos do Rosário e Portão da Piedade (ASSOCIAÇÕES..., 2013).

Entretanto, um estudo mais específico sobre esses trabalhadores é importante no sentido de conhecê-los de maneira mais detalhada, observando suas características e compreendendo seu comportamento diante do mercado laboral.

RESULTADOS E ANÁLISES

A análise aqui exposta atenta para o perfil demográfico dos trabalhadores ambulantes que laboram na Av. Sete de Setembro, Salvador (Bahia). Inicialmente, traçando o perfil dos entrevistados, tem-se que 68,2% são do sexo feminino e 31,8%, do sexo masculino.

Segundo Antunes (2005), esta é uma tendência de enorme significado no mundo do trabalho contemporâneo. O aumento significativo do labor feminino atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, bem como na América Latina.

Além disso, as taxas de desemprego das mulheres estão sempre em patamares mais elevados que as dos homens, em qualquer nível de atividade econômica ou região do Brasil. Com a necessidade de contribuir para o sustento da família, as mulheres viram na atividade informal um meio para ajudar a complementar a renda (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2012).

O aumento significativo do labor feminino atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, bem como na América Latina

A entrada das mulheres no mercado de trabalho implica um processo natural de reorganização de papéis na sociedade. Nos últimos 40 anos, a proporção de mulheres na população em idade ativa (PIA) mais que dobrou. Ainda assim, a responsabilidade pelos afazeres domésticos continua sendo uma função quase exclusivamente feminina. Noventa por cento das mulheres que integram a população não economicamente ativa (PNEA) realizam tarefas domésticas e têm uma jornada laboral média semanal de 34 horas, número próximo do que se observa para as mulheres em ocupações profissionais (36,2 horas por semana) (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Quanto à faixa etária, percebe-se que grande parte dos entrevistados possui mais de 51 anos (41,0%), o que mostra um contingente significativo dos mais velhos nesta atividade no centro comercial de Salvador.

As mulheres são mais velhas entre os consultados, sendo que 46,7% das entrevistadas possuem mais de 51 anos, enquanto que, para os homens, o maior percentual se encontra na faixa de 41 a 50 anos (42,8%). Este aspecto leva à percepção de duas nuances: o fator idade pode ser um limitante para a permanência prolongada no setor formal da economia e, concomitantemente, a experiência profissional destes trabalhadores lhes permite criar meios autônomos de sobrevivência. Além disso, podem-se sugerir os seguintes cenários: as mulheres ingressaram com mais constância no comércio informal ou com mais idade, como reinserção no mercado de trabalho.

Esta é uma possível evidência de que Salvador está passando por um processo de aumento da expectativa de vida e de envelhecimento de sua população, seguindo a tendência nacional, o que contribui para o índice elevado de pessoas mais velhas no mercado laboral. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015b) ratificam que, no ano 2000, 15,5% da população masculina tinha entre 10 e 24 anos de idade, enquanto 16,9% das mulheres tinham entre 15 e 29 anos. Dez anos depois, esses números mudaram para 20 a 34 anos no público masculino (14,1%) e 20 a 39 anos no público feminino (20,3%).

Consegue-se observar o mesmo fenômeno ao se analisar a população economicamente ativa (PEA) da Região

Metropolitana de Salvador. Apesar de um contingente bastante expressivo se concentrar na faixa de 25 a 49 anos, pode-se constatar que, no decorrer dos anos, enquanto houve redução, entre 2010 e 2012, nas faixas de 15 a 24 anos e um pequeno aumento em 2013, a faixa das pessoas com idade a partir de 50 anos na PEA só cresceu de 2011 a 2014. É importante salientar também que, em nenhum ano analisado, o somatório da PEA de 15 a 24 anos foi maior que a PEA a partir de 50 anos (Tabela 1).

Tabela 1
PEA (em 1.000 pessoas), no mês de referência(1)
Salvador – 2010/2014

	2010	2011	2012	2013	2014
De 15 a 17 anos	27	29	24	32	32
De 18 a 24 anos	274	261	237	296	295
De 25 a 49 anos	1262	1245	1255	1251	1292
A partir de 50 anos	371	351	400	427	473

Nota: (1) Mês de referência: Dezembro de cada ano.
Fonte: IBGE (2015a).

Ainda na tentativa de traçar o perfil dos vendedores ambulantes da Av. Sete, passa-se a analisar o estado civil. Grande parte desses trabalhadores encontra-se casado (a) ou mora com um (a) companheiro (a) (45,5%), havendo maior concentração entre o público masculino, em que a maioria informou esse estado civil (71,4%). Entretanto, também existe uma parcela significativa de solteiros (as) (36,4%), principalmente entre o público feminino (46,7% das entrevistadas).

Concernente ao nível de escolaridade, uma parte significativa dos vendedores ambulantes informou ter estudado apenas até a 8ª série do ensino fundamental (45,5%). Nenhum entrevistado declarou não ter estudado ou ter ensino superior ou estar cursando uma graduação. Assim, ainda se depara com a histórica relação entre informalidade e baixa escolaridade.

Em relação à renda, pode-se afirmar que metade dos trabalhadores entrevistados (50%) se enquadra na faixa de baixa renda, com ganho mensal de até um salário mínimo , e nenhum informou ganhar acima de seis salários mínimos (Gráfico 1). É interessante salientar que a maioria das mulheres declarou renda de até um salário mínimo (53,3%). Já entre o público masculino, houve empate na faixa que vai de menos de um até três salários mínimos (43%).

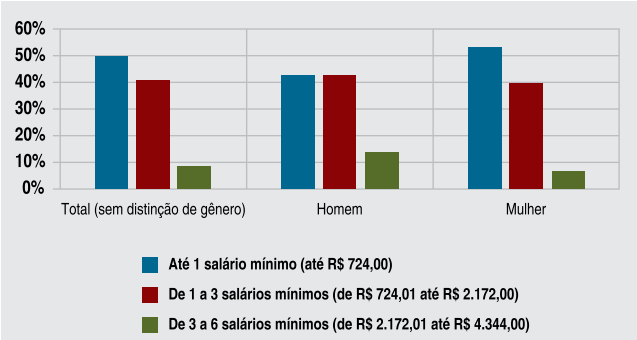


Gráfico 1
Distribuição dos entrevistados por faixa de renda e gênero
Av. Sete de Setembro – Salvador – 2014

Fonte: Elaboração própria (2014).

Observando-se o Gráfico 1, percebe-se também que, até no trabalho informal, o ganho do público feminino é menor que o do público masculino, corroborando os estudos que afirmam que o rendimento das mulheres no mercado de trabalho é inferior ao dos homens. Na Região Metropolitana de Salvador, em 2009, as mulheres ganhavam por hora, em média, 83,2% do recebido pelos homens (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2012).

No período 2012-2013, o rendimento médio real dos homens aumentou (5,1%), enquanto que o das mulheres diminuiu (1,1%). O valor recebido pelas mulheres passou de R$ 963,00, em 2012, para R$ 952,00, em 2013, e o dos homens, de R$ 1.260,00, em 2012, para R$ 1.324,00, em 2013. No ano de 2012, o rendimento médio por hora trabalhada recebido pelas mulheres foi de R$ 5,77, caindo para R$ 5,70 em 2013. No mesmo período, o rendimento por hora trabalhada dos homens passou de R$ 6,69 para R$ 7,19. O rendimento médio por hora auferido pelas mulheres correspondia a 86,2% do rendimento dos homens em 2012, mas passou a 79,3% em 2013, fazendo com que a desigualdade de rendimentos entre os sexos se alargasse (PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2013a, 2013b, 2013c).

No período correspondente aos anos 2013-2014, o valor recebido pelas mulheres cresceu de R$ 1.017,00 para R$ 1.064,00, enquanto que, para os homens, houve um crescimento de R$ 1.414,00 para R$ 1.422,00. O rendimento das mulheres, que correspondia a 79,3% do rendimento dos homens em 2013, passou a equivaler

a 84,6% em 2014. Observa-se que, apesar da redução da distância em 2014, a diferença dos rendimentos entre os sexos persiste maior que a observada em 2010 e em 2012, quando o vencimento feminino foi 85,1% e 86,3% do masculino, respectivamente. (PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 2013a, 2013b, 2013c)

Lorenzo (2015) relata que o rendimento médio do baiano em 2014, descontada a inflação, foi de R$ 1.402,20, não tendo muita diferença se comparado ao dos vendedores ambulantes, visto que 41% ganharam de um a três salários mínimos. Entretanto, não é possível aprofundar os comentários sobre a questão da renda porque muitos trabalhadores ocultam esses dados ou informam valores que não condizem com a realidade.

Em relação à participação do vendedor ambulante na família, 50% informaram que são os responsáveis principais pela vida econômica e sustento de todos no lar. Estão nessa posição 71,4% dos homens e 40% das mulheres entrevistadas. Percebe-se que muitas famílias em Salvador são chefiadas por mulheres, tendência que ocorre igualmente no país, visto que, em 2009, no Brasil, cerca de 22 milhões de famílias eram chefiadas por mulheres (35,2%) (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS, 2012).

Sobre a idade em que os vendedores ambulantes começaram a trabalhar, grande parte informou que ingressou na atividade antes dos 14 anos (60%), para ajudar os pais, não deixando mais o comércio informal. Este fator pode ser um dos motivos da baixa escolaridade, visto que muitos tiveram que se ausentar do ambiente escolar para poder ajudar os pais. Os índices diferem por gênero, pois, enquanto a maioria dos homens começou a laborar antes dos 14 anos de idade (86%), as mulheres começaram entre 15 e 20 anos (53,3%). Uma possibilidade de explicação para este fato é que, enquanto os meninos saem para conseguir alguma renda, as meninas ficam em casa ajudando as mães nos afazeres domésticos.

Nenhum ambulante informou ter começado a trabalhar depois dos 21 anos, evidenciando, mais uma vez, que a atividade do ambulante se inicia cedo. Trata-se de um quadro típico de famílias de baixa renda, cujas crianças ingressam no mercado de trabalho para ajudar a complementar a arrecadação da casa.

O fato de iniciar sua vida profissional na informalidade não significa que o indivíduo vá continuar nessa atividade o resto da vida. A maioria dos entrevistados informou que já teve emprego com carteira assinada (60%). Entre os homens foram 71,4% nessa condição. Já 53,3% das mulheres nunca exerceram uma atividade formal. Assim, verifica-se que, devido ao processo de reestruturação produtiva e desestruturação do mercado de trabalho soteropolitano, a atividade informal ocupou-se de pessoas que saíram do núcleo estruturado do mercado de trabalho. Em busca de alternativas para continuar garantindo seu sustento, esses indivíduos voltaram-se para o trabalho nas ruas.

É importante salientar que todos os entrevistados que exerceram atividade formal atuaram em funções nas quais normalmente se recebe o salário base da categoria e não se exige formação específica ou maior qualificação. São empregos em serviços gerais, na construção civil e segurança, em profissões como cozinheiro, empacotador, porteiro, ajudante de cozinha, armador de móveis, garçom, entregador de pizza, entre outras.

Nenhum homem respondeu que já trabalhou em empresa sem ter a carteira de trabalho assinada, mas 13% das mulheres disseram que já trabalharam informalmente em empresas. Na informalidade ou não, metade dos entrevistados atuou nessas empresas por mais de cinco anos (50%). Ao se considerar o sexo, esta resposta foi dada por 80% dos homens e 33,4% das mulheres.

Em relação à participação do vendedor ambulante na família, 50% informaram que são os responsáveis principais pela vida econômica e sustento de todos no lar

Vários motivos foram apontados como responsáveis pela saída da empresa em que os ambulantes trabalhavam. Para o público feminino, o mais informado foi o fechamento da empresa (33,4%) e, para o público masculino, o baixo rendimento (40%). Este foi o segundo motivo mais indicado pelo público feminino (22,2%). Outras razões foram citadas e resultaram numa expressiva motivação para a saída das empresas (28,6%): falta de segurança no local de trabalho, devido à constante ação de meliantes no estabelecimento, insatisfação com a empresa, não querer mais ter patrão e sonho de ter seu próprio negócio.

A independência, principalmente financeira, a flexibilidade de horário, o sonho de ter seu próprio empreendimento, o fato de não "ter patrão", gostar de trabalhar com vendas e a falta de oportunidade no mercado formal foram os fatores mais citados pelos vendedores ambulantes para o fato de estarem exercendo esse tipo de atividade. Em média, o vendedor ambulante trabalha de oito a 12 horas por dia, seis dias por semana, o que torna a ideia de horário flexível uma utopia, bem como a independência financeira, posto que 50% declararam ter uma faixa de renda de até um salário mínimo.

Grande parte dos entrevistados trabalha há mais de cinco anos como vendedor ambulante (72,8%). Eles contam que já viram muitas mudanças, bem como a segunda parcela maior de entrevistados, com menos de um ano como ambulante (13,6%). Eles reconhecem o esforço do poder público em tentar aprimorar o "local de trabalho". A PMS vem fazendo um trabalho constante para melhorar o aspecto da área e a vida dos ambulantes, como o programa Território Empreendedor – Centro[4]. Os trabalhadores percebem e reconhecem essa movimentação, mas dizem que muito ainda precisa ser feito.

Além de cada vez mais buscarem seu espaço no mercado laboral, as mulheres se arriscam mais que os homens no empreendedorismo. Esse fenômeno foi observado na medida em que não se constatou nenhuma barraca com um a cinco anos de instalada por homem. Isso corrobora a informação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (ANUÁRIO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS E TRABALHADORAS EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, 2013) de que a participação das mulheres como empregadoras e por conta própria é crescente e atingiu, em 2011, 30,8% do total de 22,8 milhões de empreendedores do país.

No que diz respeito ao número de pessoas que trabalham na barraca, apenas 27,3% contam com mais uma pessoa, sendo que os outros 72,7% atuam sozinhos. Nenhum entrevistado informou possuir funcionário, muito provavelmente por não terem um nível de renda que permita contratar outras pessoas, visto que 50% recebem até um salário mínimo. Assim, pode-se concluir que se trata de um tipo de atividade que o indivíduo, predominantemente, executa sozinho.

Esta característica já tinha sido evidenciada no trabalho de Guimarães (2004). Nele, conclui-se que os trabalhadores informais de Salvador exercem suas atividades sozinhos ou com familiares e sócios, além de serem, essencialmente, trabalhadores mais velhos.

Dos que têm alguém para ajudar (auxiliares que não recebem salário), 50% contam com a colaboração de marido/mulher; 33,3%, de filho (a); e 16,7%, do avô (avó). É interessante pontuar que o público masculino recebe

Nenhum entrevistado informou possuir funcionário, muito provavelmente por não terem um nível de renda que permita contratar outras pessoas, visto que 50% recebem até um salário mínimo

4 O programa Território Empreendedor – Centro engloba uma série de ações voltadas à requalificação econômica, social e de infraestrutura da região da Av. Sete. Envolve uma área de dois quilômetros, que perpassa das Mercês à Praça Castro Alves, incluindo a Rua Carlos Gomes, Largo Dois de Julho, Avenida Joana Angélica e Baixa dos Sapateiros. No âmbito geral, objetiva sensibilizar, mobilizar e articular a sociedade civil organizada, entidades públicas e privadas, a fim de atuarem de forma conjunta para a requalificação urbana e o desenvolvimento socioeconômico da região.

ajuda apenas da esposa, fato que pode estar ligado à falta de confiança em outras pessoas. Além disso, percebe-se que o trabalho como vendedor ambulante não incentiva a contratação de empregado. Assim sendo, não contribui diretamente com o aumento da oferta de emprego na cidade de Salvador.

No tocante a associações e sindicatos, a maioria (77,2%) informou que não participa de nenhuma instituição porque não vê benefícios nisso.

O baixo índice de afiliação demonstra a deficiente organização de classe dos vendedores ambulantes, o que influencia na condição social e política e na propagação de uma cidadania passiva. Sem essa organização, os ambulantes são menos capazes de elaborar demandas organizadas para a melhoria das suas condições de vida e trabalho.

Este resultado também foi constatado no trabalho de Santos (2010), visto que apenas 10,4% dos entrevistados afirmaram que participam de assembleias ou movimentos organizados pelo sindicato e (ou) associação.

Uma realidade bastante interessante parte da seguinte percepção: mesmo com todos os percalços, 86,4% dos entrevistados não têm intenção de mudar e pretendem continuar como vendedor ambulante. Quando se considera o gênero, 100% dos homens disseram que não querem desenvolver outra atividade.

Percebe-se, assim, que a maioria demonstrou estar satisfeita com o seu modo de sobrevivência. Eles gostam do que fazem e não têm intenção de deixar a atividade de vendedor ambulante, reafirmando a expectativa por maiores ganhos, uma vida livre em relação a horário e cobranças dos patrões. Por outro lado, têm consciência das dificuldades ocasionadas pelos altos índices de desemprego, que atinge, principalmente, trabalhadores com idade mais avançada, baixa capacitação profissional e baixo nível de escolaridade.

Mesmo com todos os percalços, 86,4% dos entrevistados não têm intenção de mudar e pretendem continuar como vendedor ambulante

A sensação de liberdade concernente ao horário de trabalho e a independência financeira são destacadas pelos vendedores ambulantes, que demonstram satisfação com a atividade

Esse cenário corrobora estudos anteriores. Guimarães (2004) assevera que, no conjunto dos ambulantes abordados em sua pesquisa, 57% pretendiam continuar na atividade laboral informal, e 41% não pretendiam. No primeiro caso, os motivos informados são a "satisfação, porque gosta desse trabalho" ou a "falta de oportunidade de emprego", bem como "a falta de emprego devido à idade".

Alguns verbalizaram que, devido à baixa escolaridade, um emprego formal não lhes daria a renda proporcionada pelo comércio informal. A sensação de liberdade concernente ao horário de trabalho e a independência financeira são destacadas pelos vendedores ambulantes, que demonstram satisfação com a atividade (mesmo as pesquisas mostrando que, na prática, isso não ocorre).

Entretanto, embora a maioria diga que não mudaria seu modo de vida e que gosta do que faz, um percentual considerável dos entrevistados (59,1%) afirmou que deixaria a vida de ambulante se encontrasse um emprego com carteira assinada.

Estes levam em consideração as condições de incerteza do trabalho, a ausência de direitos trabalhistas, além da falta de reconhecimento social da atividade do vendedor ambulante. Os 40,9% que não trocariam de atividade reconheceram os benefícios da renda fixa, mas disseram que a mudança dependeria da proposta e do salário que seria oferecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, pode-se observar que, nos últimos anos, um conjunto de mudanças estruturais, econômicas, sociais e políticas culminou em um novo modelo de organização social, estabelecendo novos padrões de produção e reprodução. Nos anos 1990, a tendência de precarização das relações de trabalho intensificou a atividade temporária e informal. Isso se deve a formas flexíveis de produção criadas pelo capital, em que se mescla o trabalho informal, temporário, precário com trabalho assalariado com ou sem registro em carteira.

Tomando-se como unidade de observação a realidade dos vendedores ambulantes da cidade de Salvador, que têm na rua o espaço de atividade no âmbito da oferta de bens e serviços à população em geral, percebe-se que o trabalho de rua fundamenta-se em duas nuances: uma é a visual, pois se observa uma aparência de atividade realizada para o próprio trabalhador, com total liberdade de controle ante os instrumentos e meios de trabalho; a outra é a essência intrínseca da atividade de rua, que mostra a existência precária e a condição de funcionalidade e subsunção ao capital, na forma de exército industrial de reserva [5](EIR).

Outra característica do trabalho de rua atual é a incerteza da própria condição de trabalhador. Vive-se apenas o presente, sem saber quanto se vai receber, sem certezas futuras. Assim, firma-se uma condição de imediatismo: tem que "vender hoje para poder ter o que comer amanhã", ou até "vender hoje para poder pagar o que comeu ontem". Essas características são históricas e não diferem da realidade vivida pelos trabalhadores de rua do passado.

Trazendo para a discussão os vendedores ambulantes estudados, demonstra-se que o questionamento fundante da pesquisa foi respondido. No âmbito geral, delineou-se que este sujeito pode ser representado por uma mulher, com mais de 51 anos, com baixo nível de escolaridade, possuindo renda de até um salário mínimo, chefe de família, que começou a trabalhar antes dos 14 anos para ajudar a complementar a renda da família. Já trabalhou com carteira assinada e em empresa (mesmo sem carteira) por mais de cinco anos, tendo contato com outro tipo de ocupação. Saiu da empresa em que trabalhou por causa do baixo salário, é ambulante há mais de cinco anos e trabalha, em média, sete horas por dia. Atua sozinho e não participa de sindicatos ou associações. Pretende continuar na atividade, mas, se recebesse oferta de emprego (com algumas ressalvas) em empresa com carteira assinada, deixaria a vida de ambulante.

É importante salientar que este perfil foi desenvolvido sem separação de gênero. Existem algumas variações quando a análise é desmembrada por essa variável.

Existem pontos nos discursos dos vendedores ambulantes da Av. Sete que merecem ser ressaltados. A independência, principalmente financeira, a flexibilidade de horário e a ideia de "não ter patrão" são citadas como razões para exercer esse tipo de atividade. Muitos sentem prazer de trabalhar no local, mas, apesar de não ter que prestar contas a um empregador, eles trabalham até 12 horas por dia e têm renda, em média, de até um salário mínimo.

O presente trabalho não tem a pretensão de apresentar conclusões acabadas sobre o tema. Em vez disso, intenta mostrar que os problemas aqui abordados são questões que não se esgotam e nem se fecham em conclusões, mas que necessitam ser consideradas. Assim, através dos resultados obtidos, abrem-se oportunidades de novas pesquisas, visto que se pode verificar uma gama de situações concernentes aos vendedores ambulantes e suas atividades no mercado soteropolitano,

5 Conceito criado por Karl Marx que, no século XIX, com seu pensamento crítico sobre a economia política, fazendo referencia ao desemprego estrutural contido nas economias capitalista, onde o capitalismo, pela sua própria natureza, cria um contingente de trabalhadores inativos (DAUCHAS, 2017).

além de o assunto envolver um tema atual, com relevância econômica e social, podendo ser trabalhado em outros municípios.

REFERÊNCIAS

AGENCIA DE NOTÍCIAS. Território empreendedor mobiliza ambulantes da Av. Sete. Disponível em: <http://www.agenciadenoticias.salvador.ba.gov.br/index.php/pt-br/releases-2/geral/281-territorio-empreendedor-mobiliza-ambulantes-da-av-sete> Acesso em: 8 fev. 2015.

ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANUÁRIO DAS MULHERES EMPREENDEDORAS E TRABALHADORAS EM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. São Paulo: DIEESE, 2013.

ASSOCIAÇÕES de ambulantes discutem o ordenamento da atividade em Salvador. Tribuna da Bahia, Salvador, 22 fev. 2013. Disponível em: <http://www.tribunadabahia.com.br/2013/02/22/associacoes-de-ambulantes-discutem-ordenamento-da-atividade-em-salvador>. Acesso em: 17 maio 2015.

BRASIL. Decreto nº 4.102, de 24 de Janeiro de 2002. Regulamenta a Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao "Auxílio-Gás". Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 25 out. 2002. Seção 1, p. 2. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4102-24-janeiro-2002-438029-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 21 maio 2015.

_____. Decreto nº 8.166, de 23 de dezembro de 2013. Regulamenta a Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 24 dez. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D8166.htm>. Acesso em: 21 maio 2015.

DAUCHAS, Ivan. Falácias marxistas: o exército industrial de reserva. Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/blog/falacias-marxistas-o-exercito-industrial-de-reserva/>. Acesso em: 3 mar. 2017.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. São Paulo: DIEESE, 2012.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. Trabalhadores de Rua de Salvador: precários nos cantos do século XIX para os encantos e desencantos do século XXI. 2006. 238f. Dissertação (Mestrado)-Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GUIMARÃES. Iracema Brandão. Maturidade e experiência em atividades informais de baixa renda. Caderno CRH, Salvador, v. 17, n. 42, set./dez. 2004.

HEINONEN, Noora. A cidade alta em alta? Circuitos e cenários das dinâmicas comerciais do centro velho de Salvador. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/3031/2136>. Acesso em: 7 nov. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

_____. Pesquisa Mensal de Empregos: sumário das tabelas disponíveis. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/defaulttab_hist.shtm>. Acesso em: 26 maio 2015a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Salvador (BA): 2000. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2000&codigo=292740&corhomem=88C2E6&cormulher=F9C189&wmaxbarra=180>. Acesso em: 25 maio 2015b.

_____. Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade - Salvador (BA): 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2010&codigo=292740&corhomem=88C2E6&cormulher=F9C189&wmaxbarra=180>. Acesso em: 25 maio 2015c.

LORENZO, Francine de. Os dois extremos do mapa do emprego. Disponível em: <http://static.ibefsp.com.br.s3.amazonaws.com/wp-content/uploads/2014/03/ibef-na-imprensa.jpg>. Acesso em: 26 maio 2015.

PALMA, Amanda; LAHIRI, Victor. Fiscalização tenta manter a ordem na Av. Sete, mas ambulantes insistem. Disponível em: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/fiscalizacao-tenta-manter-a-ordem-na-av-sete-mas-ambulantes-insistem/?cHash=1aae552abfd125436c47bdf0b5942055>. Acesso em: 10 dez. 2014.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. Salvador: SEI, out. 2013a. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_out13.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR. Salvador: SEI, nov. 2013b. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_nov13.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

_____. Salvador: SEI, dez. 2013c. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/ped/rel_PED_dez13.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2014.

SALVADOR. Lei nº 5164, de 30 de maio de 1996. Cria camelódromos na cidade de Salvador para atendimento aos vendedores ambulantes e dá outras providências. Diário Oficial [do Município de Salvador], Salvador, BA, 30 maio 1996. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mtfjh>. Acesso em: 28 jul. 2016.

_____. Lei nº 5.503, 28 de dezembro de 1999. Código de Polícia Administrativa do Município do Salvador. Diário Oficial [do Município de Salvador], Salvador, BA, 28 dez. 1999. Disponível em: <http://www.sucom.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/lei5503_1999-1.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

SALVADOR. Decreto nº 12.016 de 08 de junho de 1998. Dispõe sobre a localização e funcionamento do comércio ambulante e de prestação de serviços em logradouros públicos do município do salvador e dá outras providências. Diário Oficial [do Município de Salvador], Salvador, BA, 09 jun. 1998. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/1998/1202/12016/decreto-n-12016-1998-dispoe-sobre-a-localizacao-e-funcionamento-do-comercio-ambulante-e-de-prestacao-de-servicos-em-logradouros-publicos-do-municipio-do-salvador-e-da-outras-providencias> Acesso em: 27 out. 2014.

SANTOS. Carla Liane Nascimento dos. Sociabilidades itinerantes dos trabalhadores ambulantes em Salvador-Bahia: um percurso de “desqualificação social”?. 2010. 303f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. Revista Pro-Posições, Campinas, SP, v. 19, n. 2, p. 151-161, maio/ago. 2008.

UZEDA, Eduarda. Avenida Sete de Setembro faz parte da história de Salvador. A Tarde, Salvador, 14 ago. 1988, p. 5.

Indicador de criminalidade e violência (ICV): uma proposta para gestão pública da segurança[1]

Vitória Bispo Souza*
Aloísio Machado da Silva Filho**
Osmar Cuentas Toledo***

A violência sempre esteve presente na história da humanidade, em suas variadas formas, segundo Odália (2004). Corroborando essa ideia, Viola (2005) afirma que o tema não é novo e remonta à origem da escrita e dos livros sagrados. Na Grécia clássica, os deuses enfurecidos punem Prometeu e os homens: o primeiro, por ter roubado e entregue a chama do conhecimento para os homens, e estes por ousarem conhecer e desafiar os deuses. Ulisses, em busca da civilização, enfrenta titãs e ciclopes, enquanto Antígona denuncia ao povo de Creta que seu irmão permanece insepulto pela tirania simbolizada pela monarquia de Creonte (VIOLA, 2005).

Diante da complexidade que envolve o tema, definir violência não é tarefa fácil, dado o universo de conceitos e o seu relacionamento com diversas áreas do conhecimento, como ciência política, sociologia, psicologia, antropologia, ciências jurídicas, demografia, entre outras. Violência, do latim violentia, que significa veemência, impetuosidade, tem como raiz a palavra vis, que quer dizer força, vigor, potência. De acordo com Michaud (1989), existe violência quando, em uma situação de interação ou conflito, um ou mais indivíduos agem de forma direta ou indireta, maciça ou esparsa, proporcionando danos a uma ou a diversas pessoas em níveis variados, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. Já Nieburg (1963) define violência como uma ação direta ou indireta destinada a limitar, ferir ou destruir as pessoas ou os bens. Espinheira (2001) afirma que a violência é uma forma social de ser, uma forma de representar vontades de interesses de indivíduos e grupos sociais.

---

1 O presente trabalho faz parte da pesquisa desenvolvida pela autora no MBA em Gestão Pública pelo Grupo Educamais EAD/Universidade Cândido Mendes, sob a orientação do professor doutor Aloísio Machado da Silva Filho, da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

* Pós-graduanda em MBA em Gestão Pública pelo Grupo Educamais EAD/Universidade Cândido Mendes. vicbispo@hotmail.com

** Doutor e mestre em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). Professor adjunto do Departamento de Ciências Exatas e professor permanente do Programa de Pós-graduação em Modelagem em Ciências da Terra e do Meio Ambiente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). aloisioestatistico@yahoo.com.br

*** Especialista em Ingeniería Ambiental pela Universidad José Carlos Mariátegui (UJCM) e mestrando do Programa de Pós-graduação em Modelagem em Ciências da Terra e do Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). oscuto@hotmail.com

De acordo com as definições supracitadas, é possível afirmar que há diversas formas de manifestação da violência: física, psicológica, cultural, urbana, da guerra, à cidadania, no trânsito, entre outras. Segundo Morais (1981), existem dois tipos de violência: a criminosa, juridicamente passível de punição, e a não criminosa. Devido à complexidade do tema e objetivo desta pesquisa, será abordada apenas a violência criminosa, ou seja, aquela em que há crime. O crime pode ser caracterizado como um desvio em relação às normas sociais, e sua definição pode fazer parte do rol de todos aqueles atos de violação da lei. No entanto, segundo Felix (2002), mesmo entre estudiosos da área, não existe uma definição uniforme em relação ao crime, totalmente satisfatória ou com características comuns entre elas. Segundo a autora, há diversos enfoques, com variações culturais e até mesmo ideológicas.

O crime pode ser caracterizado como um desvio em relação às normas sociais, e sua definição pode fazer parte do rol de todos aqueles atos de violação da lei. No entanto, segundo Felix (2002), mesmo entre estudiosos da área, não existe uma definição uniforme em relação ao crime

A criminalidade e a violência podem ser analisadas sob vários aspectos, dependendo da abordagem teórica e do objetivo almejado. Pode ser uma abordagem teórica do ponto de vista social, econômico e cultural, questionando o que gerou a violência e a criminalidade em determinado espaço geográfico; ou uma análise dos seus impactos na sociedade. De acordo com Francisco Filho (2004), busca-se a construção de modelos que têm como objetivo geral evitar e minimizar a violência e a criminalidade.

A presente pesquisa pretende propor uma metodologia de análise de um indicador de criminalidade e violência a partir de registros de crimes violentos letais intencionais (CVLI), de acordo com o conceito da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). O espaço amostral da referida metodologia são os registros do número de vítimas de crimes violentos letais intencionais ocorridos na Bahia, por município e território de identidade, no período de 2014.

Com o intuito de atender ao objetivo desta pesquisa, a próxima seção aborda os conceitos e procedimentos relativos aos indicadores de criminalidade e violência. A terceira seção descreve a metodologia utilizada para construção do indicador de criminalidade e violência proposto neste artigo. Já a quarta seção expõe os resultados, e, por fim, são apresentadas as considerações finais.

INDICADORES DE CRIMINALIDADE E VIOLÊNCIA

Os indicadores de criminalidade e violência estão entre os índices sociais que, devido à sua complexidade e importância, são relatados diariamente na mídia eletrônica, em jornais e por gestores públicos em suas discussões. Além disso, são monitorados e compilados por diversas instituições públicas. É possível citar a Senasp, que, a partir do Sistema Nacional de Estatística Criminal, disponibiliza alguns indicadores de criminalidade e violência com periodicidade anual. Por meio desses indicadores, é possível realizar comparações regionais da criminalidade e violência, bem como estudos temporais, além de novos estudos científicos. Segundo Machado Filho, Zebende e Alves (2013), os indicadores de violência e criminalidade são disponibilizados e compilados por diversas organizações internacionais, como a Interpol, a ONU, o FBI, nos Estados Unidos, e o Home Office, na Inglaterra e País de Gales.

A criminalidade é caracterizada ou vista também como uma barreira ou obstáculo para o desenvolvimento socioeconômico, impossibilitando o pleno exercício da cidadania (MACHADO FILHO; ZEBENDE; ALVES, 2013). Para Kahn (2000), a prevalência da criminalidade proporciona custos intangíveis ou perdas de recursos financeiros que deixam de ser adquiridos ou produzidos pela sociedade devido ao medo que ela gera.

Para uma melhor compreensão do tema e da presente pesquisa, encontram-se abaixo alguns indicadores de criminalidade e seus respectivos conceitos, segundo a Senasp (BRASIL, 2006):

• Homicídio doloso – Soma de todos os casos de homicídios classificados como dolosos, isto é, praticados voluntariamente ou intencionalmente, por qualquer instrumento ou meio (norma origem: Código Penal, Art. 121).

• Lesão corporal seguida de morte – Soma de todos os casos de lesão corporal seguida de morte (ofensa voluntária à integridade corporal ou à saúde de outrem, resultando na morte involuntária da vítima) (norma origem: Código Penal, Art. 129, §3º).

• Roubo seguido de morte – Soma de todos os casos de roubo em que a violência utilizada resultou na morte da vítima (norma origem: Código Penal, Art. 157 §3º).

Como os indicadores de criminalidade e violência podem ser caracterizados como indicadores sociais, é relevante definir este último conceito. Na perspectiva de Jannuzzi (2003), indicador social pode ser definido como "[...] uma medida em geral quantitativa dotada de significado social substantivo, usada para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas públicas)". Do ponto de vista acadêmico, é possível citar:

- O trabalho de Machado Filho, Zebende e Alves (2013) abordando os procedimentos necessários na modelagem estatística de indicadores de criminalidade e violência.

- A pesquisa de Machado Filho (2014) e Machado Filho, Fernandes e Zebende (2014) que modelou uma relação estatística temporal entre os homicídios dolosos e homicídios tentados.

- O índice composto de criminalidade a partir de crimes intencionais idealizado por Kahn (1997).

- A pesquisa produzida por Carrera-Fernandez e Lobo (2005) que modelou os indicadores de criminalidade alicerçados nas curvas de ofertas de atividades criminais da teoria econômica do crime.

- A pesquisa de Lee (2009) que mensurou a correlação entre armas de fogo e homicídios dolosos.

- Por fim, a pesquisa de Grinols, Mestard e Staha (2011) que avaliou fluxo turístico e aumento da criminalidade.

Os indicadores sociais podem ser classificados também, de acordo com o uso, como indicadores de recursos, processos ou de resultado. É possível exemplificar os de recursos, em relação aos indicadores de segurança, como o número de policiais por mil habitantes, número de viaturas por mil habitantes etc. Os indicadores de processo podem ser o número de rondas policiais, aprimoramento das investigações, campanha antidroga etc. Já os indicadores de resultados podem ser exemplificados como a redução ou crescimento de alguns crimes por 100 mil habitantes.

Existem diversas metodologias para mensurar ou contabilizar os crimes ocorridos em uma sociedade (MACHADO FILHO; ZEBENDE; ALVES, 2013). Neste universo, além dos registros policiais civis, existem as pesquisas de vitimização, o sistema de informações sobre mortalidade do Ministério da Saúde, os registros

Os indicadores sociais podem ser classificados também, de acordo com o uso, como indicadores de recursos, processos ou de resultado. É possível exemplificar os de recursos, em relação aos indicadores de segurança, como o número de policiais por mil habitantes, número de viaturas por mil habitantes etc

Entre os 417 municípios da Bahia, na modelagem, foram considerados os municípios que apresentaram pelo menos um caso de crime violento letal intencional no ano de 2014, o que proporcionou uma amostra de 361 municípios (86,6%)

da Justiça e, por fim, o Disque Denúncia. Para um melhor entendimento das várias formas de mensurar a criminalidade, é possível consultar Kahn (2000, 2005), Machado Filho (2009), Machado Filho, Zebende e Alves (2013).

METODOLOGIA

Nesta seção serão apresentados os dados da pesquisa e os procedimentos metodológicos para modelagem do indicador de criminalidade e violência (ICV) a partir dos crimes violentos letais intencionais (homicídios dolosos, lesões corporais seguidas de morte e roubos seguidos de morte) sistematizados pela Senasp.

DADOS DA PESQUISA

Os dados da presente pesquisa fazem parte do conjunto de delitos sistematizados pela Senasp e disponibilizados à sociedade brasileira e a gestores públicos em diferentes níveis de estratificação (municípios e unidades da federação).

Elegeu-se para compor o indicador proposto nesta pesquisa (ICV) os crimes violentos letais intencionais (homicídios dolosos, lesão corporal seguida de morte e roubo seguido de morte) conceituados na seção anterior, por apresentarem menores taxas de sub-registro. Diferentemente da Senasp, modelou-se o indicador tendo como base o número de vítimas e não o número de ocorrências policiais. A base de dados utilizada nesta pesquisa foi disponibilizada pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia, referente ao ano de 2014, por município e território de identidade.

O estado da Bahia, espaço geográfico escolhido para modelagem, ocupa uma área de aproximadamente 559.951 km^2 e fica localizado ao sul da Região Nordeste, com uma população estimada de 15.126.371 habitantes e uma densidade demográfica de 26,92 hab./km^2.

Entre os 417 municípios da Bahia, na modelagem, foram considerados os municípios que apresentaram pelo menos um caso de crime violento letal intencional no ano de 2014, o que proporcionou uma amostra de 361 municípios (86,6%). Além da análise por município, os dados foram contabilizados por território de identidade.

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DOS DADOS

Nesta seção será apresentada a análise exploratória dos dados, que inclui análise gráfica, cálculo e análise de medidas descritivas (Tabela 1) das variáveis que compõem o indicador de criminalidade e violência

Tabela 1
Estatística descritiva do número de vítimas dos CVLI – Bahia – 2014

Indicador	Mínimo	Máximo	Média	DP	ASS	Q1	Q2	Q3
Homicídio doloso	0,00	1321,00	13,58	70,12	16,10	1,00	3,00	8,00
Lesão corporal seguida de morte	0,00	26,00	0,30	1,42	14,76	0,00	0,00	0,00
Roubo seguido de morte	0,00	50,00	0,48	2,67	15,90	0,00	0,00	0,00

Fonte: SSP – Bahia (2014).
Nota: 1 – As medidas descritivas foram obtidas com uso do pacote estatístico livre R Commander, idealizado por Fox (2005). 2 – DP denota o desvio padrão; ASS, assimetria; Q1, o primeiro quartil; Q2, o segundo quartil; e Q3, o terceiro quartil.

(homicídio doloso, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte) idealizado nesta pesquisa.

Com base na Tabela 1, foi possível identificar um comportamento assimétrico positivo nos delitos, o que denota concentração de informações abaixo da média. O delito mais frequente entre os CVLI é o homicídio doloso (Figura 1), com uma ocorrência máxima de 1.321 vítimas no período em análise (Tabela 2). A observação da Tabela 2, a partir do terceiro quartil, permite afirmar que 25% dos municípios analisados apresentaram pelo menos oito vítimas de homicídio doloso no ano de 2014. O número máximo de ocorrências de roubo seguido de morte em 2014 foi de 50 vítimas (Tabela 1).

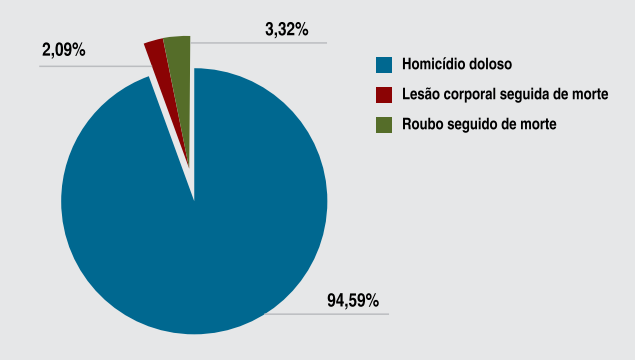


Figura 1
Distribuição do número de vítimas dos crimes violentos letais intencionais que compõem o indicador de criminalidade e violência (ICV) – Bahia – 2014

Fonte: SSP - Bahia (2014).

Entre os delitos que compõem o indicador de criminalidade e violência do estado da Bahia no ano de 2014, 94,59% foram homicídios dolosos; 2,09%, lesões corporais seguidas de morte; e 3,32%, roubos seguidos de morte (latrocínio) (Figura 1).

CONSTRUÇÃO DOS INDICADORES

A metodologia de cálculo adotada neste artigo teve como referência o procedimento utilizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) para construção do seu índice de performance econômica e social dos municípios baianos e territórios de identidade. Tal metodologia pode ser encontrada em detalhe em Santos e outros (2012). E de acordo com os mesmos autores, o índice modelado pela SEI teve como objetivo direcionar o bom emprego de recursos públicos, de modo a reduzir as disparidades econômicas e sociais entre os municípios baianos, servindo como um indicador para gestão pública.

A metodologia de cálculo do indicador de criminalidade e violência (ICV) tem como base o método dos escores padronizados, o que, segundo Santos e outros (2012), possibilita a comparação do indicador em si e a média estadual e um acompanhamento da posição dos municípios ao longo do tempo.

O escore padronizado para o cálculo do ICV é representado pela seguinte expressão [1] (SANTOS et al., 2012):

$$Z = \left[\left(\frac{T_i - T_m}{S_m} \right) \times 100 \right] + 5000 \quad (3.1)$$

em que:

Z denota o escore padronizado do indicador;

T_i representa a taxa por 100 mil habitantes do crime;

T_m indica a taxa média entre os municípios modelados;

S_m caracteriza o desvio padrão obtido com as taxas por 100 mil habitantes do crime.

O uso da expressão 3.1 permite que a média estadual seja igual a 5.000 e que haja comparações entre os municípios, de modo que não exista superposição ou empate entre eles. Após a padronização das variáveis que compõem o ICV, é realizado o cálculo que o define pela seguinte expressão:

$$IVC = \sqrt[3]{HD \times LAT \times LCSM} \quad (3.2)$$

em que:

1 As taxas por 100 mil habitantes foram obtidas pela população estimada por município, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

HD = Total de vítimas de homicídio doloso para cada 100 mil habitantes;

LAT = Total de vítimas de roubo seguido de morte (latrocínio) para cada 100 mil habitantes;

LCSM = Total de vítimas de lesão seguida de morte para cada 100 mil habitantes.

Os valores obtidos com a expressão 3.2 (média geométrica dos indicadores de crimes violentos letais intencionais) permitem avaliar, segundo o modelo proposto, qual região geográfica (município ou território de identidade) possui maior ou menor indicador de criminalidade e violência, caracterizando-se assim como uma ferramenta para gestão pública da segurança. Para uma melhor apropriação dos conceitos e procedimentos estatísticos utilizados na modelagem do ICV, é possível consultar Kahn (1997, 2005), Toledo (1995), Crespo (2009) e Santos e outros (2012).

Na próxima seção serão apresentados os resultados e análises do indicador de criminalidade e violência idealizado nesta pesquisa.

RESULTADOS E ANÁLISES

Com base na Tabela 2, podem-se identificar os municípios que apresentaram maior indicador de criminalidade e violência, a partir das expressões 3.1 e 3.2, segundo a metodologia idealizada nesta pesquisa. A análise da Figura 2 permite visualizar espacialmente os 10 municípios com ICV mais alto e os 10 com ICV mais baixo. É relevante comentar o fato de Salvador, a capital da Bahia, não estar entre os 10 municípios com maior ICV. Uma explicação para isso é o fato de o ICV, em sua construção, considerar o valor relativo dos delitos, expresso pela taxa por 100 mil habitantes. Sendo assim, não sofre interferência dos valores extremos, o que, na literatura, é uma propriedade relevante na construção de indicadores sociais.

A Tabela 3 mostra a distribuição de frequência do ICV em 2014. Analisando-se os resultados obtidos com o indicador de criminalidade e violência, conforme a Tabela 3, é possível constatar que 61,22% dos municípios que fizeram parte da modelagem possuem ICV abaixo da média do estado (ICV<5.000), e 38,78% têm ICV acima da média estadual (ICV>5.000).

Os resultados do ICV por território de identidade (Tabela 4, Figura 3 e Figura 4) permitem avaliar qual território de identidade possuía maior ou menor indicador de criminalidade e violência no período de 2014.

Com a Tabela 5, foi constatado que 70,37% dos territórios de identidade da Bahia obtiveram ICV abaixo de 5.023,90, e 29,63%, acima desse valor, o que mostra concentração do ICV abaixo da média estadual. O território de identidade que teve o maior ICV foi Costa do Descobrimento, com 5.139,34, seguido do Litoral Sul, com o ICV de 5.094,12, e do Litoral Norte e Agreste Baiano, com ICV de 5.089,73 (Tabela 4).

Tabela 2
Os cinco maiores indicadores de criminalidade e violência (ICV) por município – Bahia – 2014

Município	HD	LCSM	LAT	ICV	Ranking do ICV
Ubaitaba	5.110,15	5.171,89	5.497,39	5.257,11	1º
Aurelino Leal	5.111,18	5.293,49	5.241,58	5.214,85	2º
Teodoro Sampaio	5.097,54	5.508,81	4.957,58	5.182,78	3º
Governador Mangabeira	5.107,88	4.961,63	5.492,17	5.182,46	4º
São Félix do Coribe	5.048,23	5.529,43	4.957,58	5.172,45	5º

Fonte: Elaboração dos autores.
Notas: 1 – HD denota indicador de homicídios dolosos; LCSM, indicador de lesões corporais seguidas de morte; e LAT, indicador de roubos seguidos de morte (latrocínio). 2 – As medidas descritivas que compõem o ICV foram obtidas com o uso do pacote estatístico livre R Commander, idealizado por Fox (2005).

Tabela 3
Distribuição de frequência do ICV – Bahia – 2014

Classe	Nº de municípios	%	% acumulada
4.936,05<ICV>5.000,00	221	61,22	61,22
5.000,26<ICV>5.064,47	92	25,48	86,7
5.064,47<ICV>5.128,68	37	10,25	96,95
5.128,68<ICV>5.192,89	9	2,49	99,45
5.192,89<ICV>5.257,10	2	0,55	100

Fonte: Elaboração dos autores.

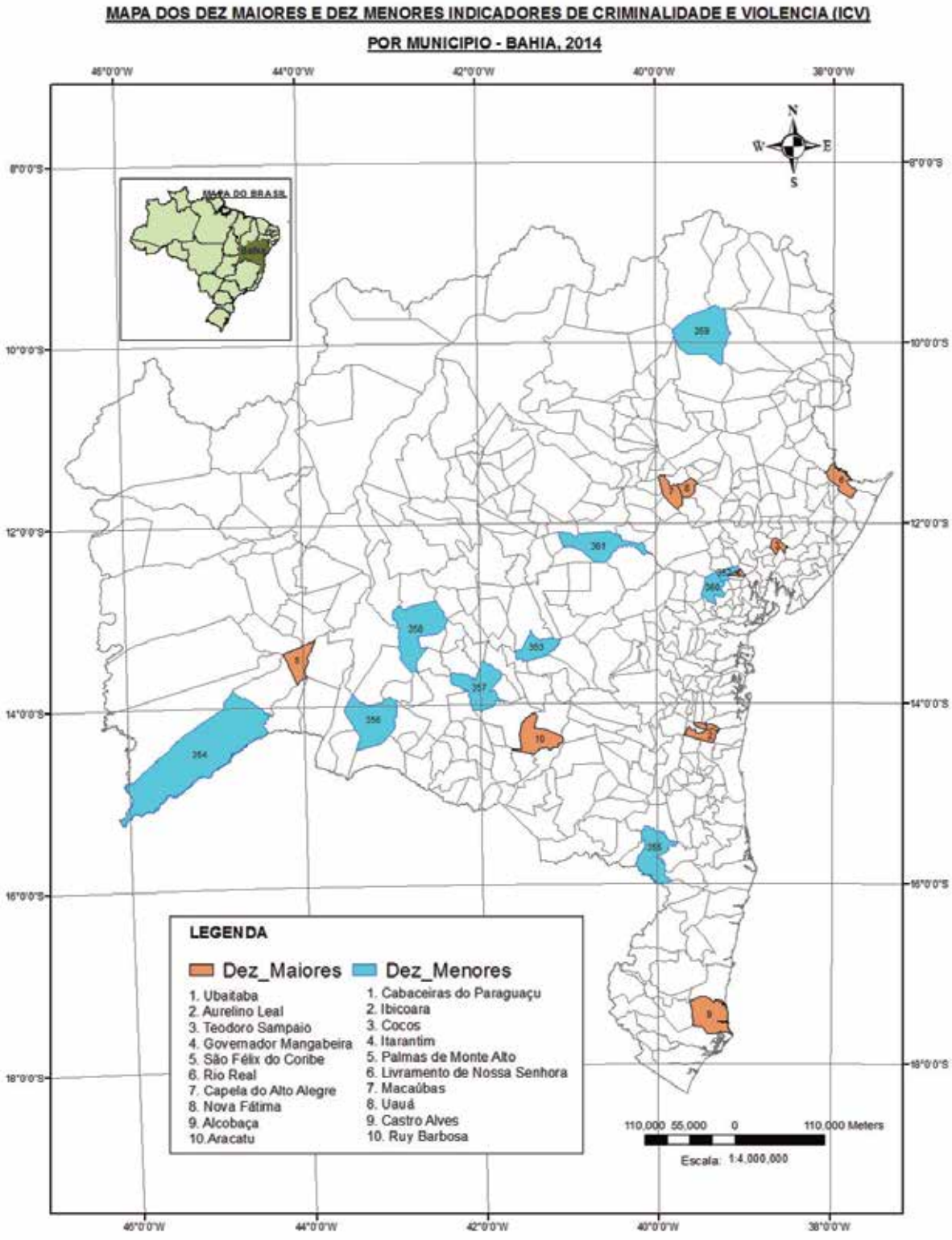


Figura 2
Mapa dos dez maiores e dez menores indicadores de criminalidade e violência (ICV) por município – Bahia – 2014

Fonte: Elaborado pelos autores.

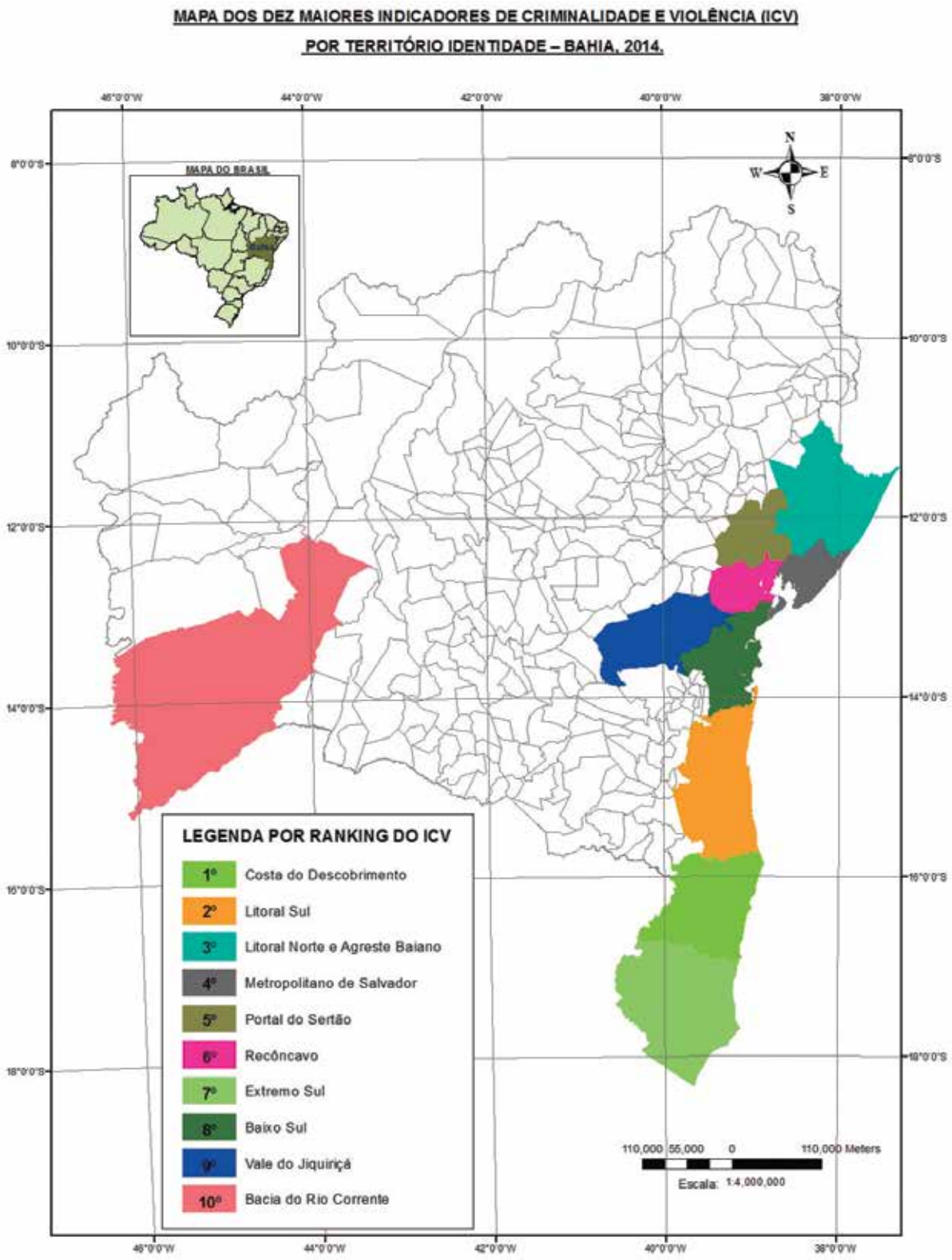


Figura 3
Mapa dos dez maiores indicadores de criminalidade e violência (ICV) por território de identidade – Bahia – 2014

Fonte: Elaborado pelos autores.

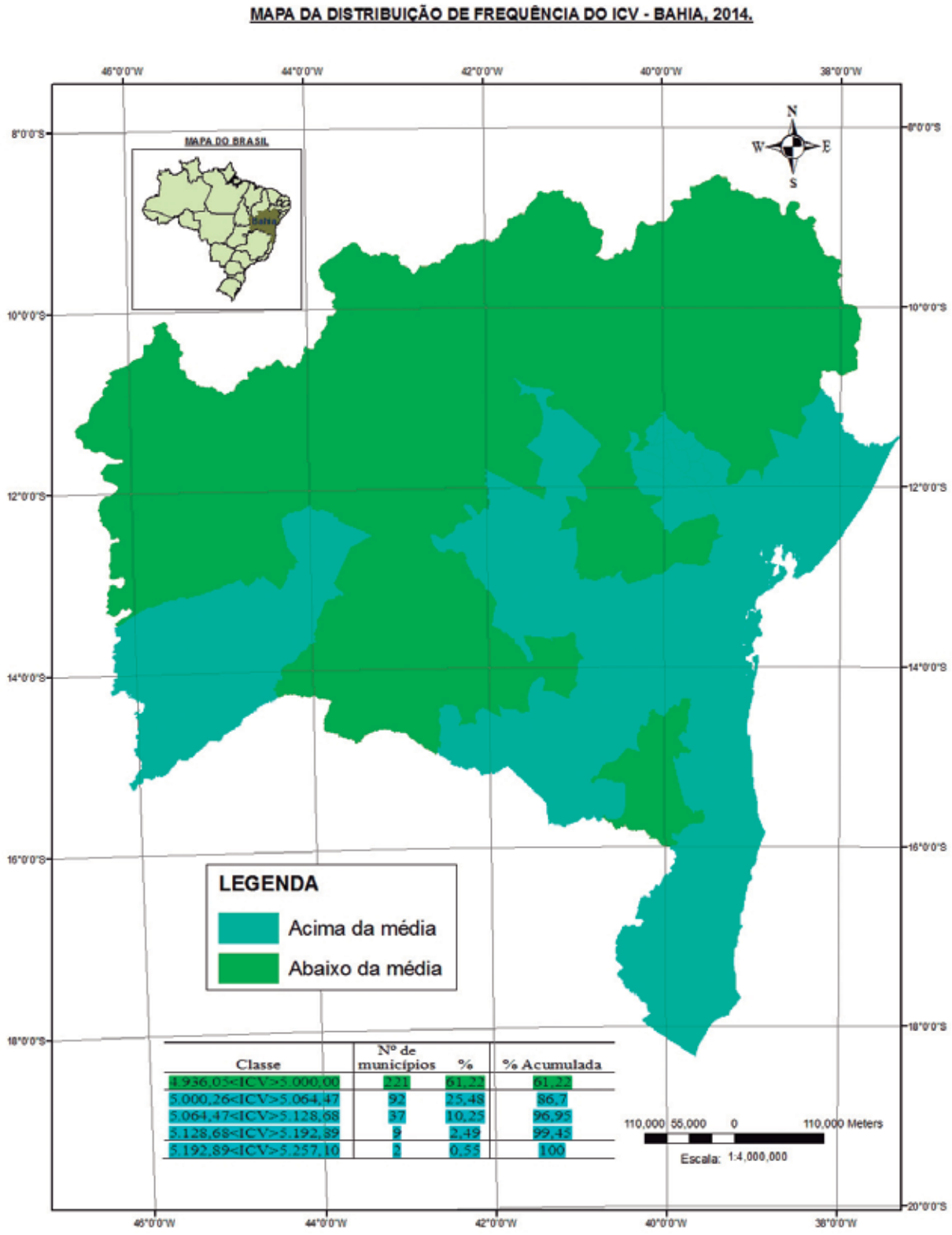


Figura 4
Mapa do ICV por território de identidade – Bahia – 2014

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tabela 4
Os cinco maiores indicadores de criminalidade e violência (ICV) por território de identidade – Bahia – 2014

Território de identidade	HD	LCSM	LAT	ICV	Ranking do ICV
Costa do Descobrimento	5.300,77	5.126,25	4.995,55	5.139,34	1º
Litoral Sul	5.156,91	4.956,85	5.171,45	5.094,12	2º
Litoral Norte e Agreste Baiano	5.086,68	4.956,27	5.229,93	5.089,73	3º
Metropolitano de Salvador	5.139,00	5.034,00	5.093,98	5.088,81	4º
Portal do Sertão	5.096,92	4.944,06	5.148,87	5.062,53	5º

Fonte: Elaboração dos autores.
Nota: HD denota indicador de homicídios dolosos; LCSM, indicador de lesões corporais seguidas de morte; e LAT, indicador de roubos seguidos de morte (latrocínio).

Tabela 5
Distribuição de frequência do ICV por território de identidade Bahia – 2014

Classe	Nº de territórios	%	% acumulada
4.908,47<ICV<4.966,19	9	33,33	33,33
4.966,19<ICV<5.023,90	10	37,04	70,37
5.023,90<ICV<5.081,62	4	14,81	85,19
5.081,62<ICV<5.139,34	4	14,81	100

Fonte: Elaboração dos autores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção e a análise de indicadores de criminalidade e violência, devido a fatores de ordem econômica e social, entre outros, têm ocupado espaço relevante entre analistas econômicos e sociais e gestores públicos. O presente artigo teve como objetivo a modelagem e a análise do indicador de criminalidade e violência (ICV) a partir dos registros oficiais do número de vítimas dos crimes violentos letais intencionais (homicídio doloso, roubo seguido de morte e lesão corporal seguida de morte) no ano de 2014.

Como estratégia metodológica, nesta pesquisa, foram utilizados os delitos ou crimes sistematizados e divulgados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp). Diferentemente deste órgão, adotou-se como medida de análise as taxas por 100 mil habitantes do número de vítimas e não o número de ocorrências. Tal procedimento foi eleito devido à existência de ocorrências policiais dos supracitados delitos com mais de uma vítima. Antes da aplicação do modelo de indicador de criminalidade e violência, foi executada a análise exploratória dos dados (Tabela 1 e Figura 1), para uma melhor compreensão dos crimes violentos letais intencionais. Por meio desta análise, foi identificado um comportamento assimétrico positivo em relação à média dos crimes (Tabela 1) e maior incidência do número de vítimas de homicídio doloso (94,59% das vítimas dos crimes violentos letais intencionais) (Figura 1).

Após a modelagem do ICV idealizado neste artigo, podem-se identificar as regiões geográficas (município ou território de identidade) com maior ou menor indicador de criminalidade e violência (Tabela 2, Tabela 4, Figura 2, Figura 3 e Figura 4), de modo que o ICV possa ser utilizado como uma ferramenta estatística para gestão da segurança pública da Bahia e demais unidades da federação e por aqueles que se interessam pelo tema.

É relevante comentar que o ICV não tem a pretensão, assim como outros indicadores de criminalidade e violência, de representar a realidade do que ocorre em termos de criminalidade e violência em determinada sociedade. O índice destina-se apenas a indicar a dinâmica temporal e espacial da criminalidade e violência de determinada região geográfica, tendo como base os números oficiais de vítimas dos crimes violentos letais intencionais. É do conhecimento de parte da sociedade e de seus representantes que nem todos os delitos ou crimes são registrados pelas autoridades policiais, fenômeno conhecido na literatura como sub-registro.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Secretaria de Segurança Pública. Estatísticas 2014. Disponível em: <http://www.ssp.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36>. Acesso em: 8 fev. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Análise das ocorrências registradas pelas polícias civis (janeiro de 2004 a dezembro de 2005). Brasília: SENASP, 2006. Disponível em: <http://www.observatoriosegurança.org/pdf/mapacrimes.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2016.

CARRERA-FERNANDEZ, J.; LOBO, L. F. A criminalidade na Região Metropolitana de Salvador. Análise Econômica, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 31-65, set. 2005.

CRESPO, A. A. Estatística fácil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ESPINHEIRA, G. Sociabilidade e violência na vida cotidiana em Salvador. Bahia Análise & Dados, Salvador, v. 11, n. 1, p. 8-16, jun. 2001.

FELIX, S. A. Geografia do crime: interdisciplinaridade e relevâncias. Marilia: Unesp-Publicações, 2002.

FOX, J. The R commander: a basic-statistics graphical user interface to R. Journal of Statistical Software, Los Angeles, v. 14, n. 9, Sept. 2005.

FRANCISCO FILHO, L. L. Distribuição espacial da violência em Campinas: uma análise por geoprocessamento. 2004. 213 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

GRINOLS, E. L.; MESTARD, D. B.; STAHA, M. How do visitors affect crime?. Journal of Quantitative Criminology, [S.l.], v. 27, n. 3, p. 363-378, Sept. 2011.

JANNUZZI, P. M. Indicadores Sociais no Brasil. 2. ed. Campinas: Alínea, 2003.

KAHN, T. Índice de criminalidade: construção e usos na área da segurança pública. Revista do ILANUD, São Paulo, n. 2, 1997.

_____. Medindo a criminalidade: um panorama dos principais métodos e projetos existentes. In: FÓRUM DE DEBATES: CRIMINALIDADE, VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS BASES DE DADOS E QUESTÕES METODOLÓGICAS, 1., 2000, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: IPEA; CESEC, jun. 2000.

_____. Estatística de criminalidade: manual de interpretação. São Paulo: SSP, 2005.

LEE, K. W. Applying time-series cross correlation analysis to examine the nexus between firearms and homicide in Hong Kong. Asian Journal of criminology, [S.l.], v. 4, n. 1, p. 31-46, June 2009.

MACHADO FILHO, A. Correlação de longo alcance em indicadores de criminalidade de Salvador-BA: DFA e DCCA. 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado)–Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial, Faculdade de Tecnologia SENAI Cimatec, Salvador, 2009.

_____. Autocorrelação e correlação cruzada: teorias e aplicações. 2014. 127 f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-graduação em Modelagem Computacional e Tecnologia Industrial, Faculdade de Tecnologia SENAI Cimatec, Salvador, 2014.

MACHADO FILHO, A.; ZEBENDE, G. F.; ALVES, L. A. Modelagem estatística da criminalidade: o estado da arte. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n. 178, p. 52-61, jan./mar. 2013.

MACHADO FILHO, A.; FERNANDES, S. M.; ZEBENDE, G. F. Autocorrelation and cross-correlation in time series of homicide and attempted homicide. Physica A, [S.l.], v. 400, p. 12-19, 2014.

MICHAUD, Y. A violência. São Paulo: Ática, 1989.

MORAIS, R. O que é violência urbana. São Paulo: Brasiliense, 1981.

NIEBURG, H. L. Uses of violence. Journal of Conflict Resolution, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 43-54, 1963.

ODÁLIA, N. O que é violência. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SANTOS, A. G. Q. et al. Índice de performance econômica e social dos municípios baianos: conceito, revisão metodológica e resultados. Conjuntura & Planejamento, Salvador, n. 177, p. 66-81, out./dez. 2012.

TOLEDO, Geraldo. Estatística básica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

VIOLA, S. E. A. A sociedade da guerra e a cultura da violência. In: HARTMANN, F.; ROSA JR., N. (Org.). Violências e contemporaneidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2005.

Aproveitamento da radiação solar na Bahia

Dirceu de Oliveira Martins *

O aproveitamento da energia solar, inesgotável na escala de tempo terrestre, como fonte tanto de calor quanto de luz, é uma das alternativas energéticas mais promissoras para gerar energia sustentável para o desenvolvimento humano. O Sol é responsável pela origem de praticamente todas as fontes de energia na Terra.

É a partir da energia do Sol que ocorre a evaporação, início do ciclo das águas, que possibilita o represamento e a consequente geração de eletricidade pelas hidroelétricas. A radiação solar também induz a circulação atmosférica em larga escala, causando os ventos. Assim, a energia eólica é uma forma indireta de manifestação da energia solar, já que os ventos se formam a partir da conversão da radiação solar em energia cinética, em função de um balanço diferenciado nas diferentes altitudes entre a radiação solar incidente e a radiação terrestre emitida. Os combustíveis fósseis – petróleo, carvão e gás natural – foram gerados a partir de resíduos de plantas e animais que originalmente obtiveram do recurso solar a energia necessária ao seu desenvolvimento. É também através da energia do Sol que a matéria orgânica, como a cana-de-açúcar, realiza a fotossíntese e se desenvolve para, posteriormente, ser transformada em combustível nas usinas de açúcar (PINHO; GALDINO, 2014).

Estudos de análise de ciclo de vida mostram que, para a geração de energia de fonte fóssil, os impactos ambientais associados à exploração e ao consumo dos combustíveis são muito maiores, quando se compara com a geração de energia de fonte solar, e esta ainda se destaca como alternativa preferencial (TURNEY; FTHENAKIS, 2011). Entretanto, aumentar a eficiência energética e usar fontes renováveis de energia são estratégias fundamentais para minimizar os impactos ambientais.

RADIAÇÃO SOLAR NA BAHIA

O mapa de radiação solar no Brasil (Figura 1) mostra áreas localizadas em diversos estados onde a incidência solar varia de 4,0 a 6,5 kWh/m2/dia, com maiores índices nas regiões sudoeste e nordeste e, por conseguinte, uma maior média anual potencial para geração de energia a partir de fonte solar. O ponto de maior incidência solar no estado da Bahia apresenta índices com valores médios da ordem de 6,0 a 6,5 kWh/m2/dia, de acordo com o mapa da radiação solar, e fica numa área localizada, aproximadamente, nas coordenadas de latitude -10.053790°S e longitude -42.975436°O. Esta área de expressivas dimensões e características litológicas e geométricas integra as

* Mestre pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e graduado em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista no Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema). dirceu.martins@inema.ba.gov.br

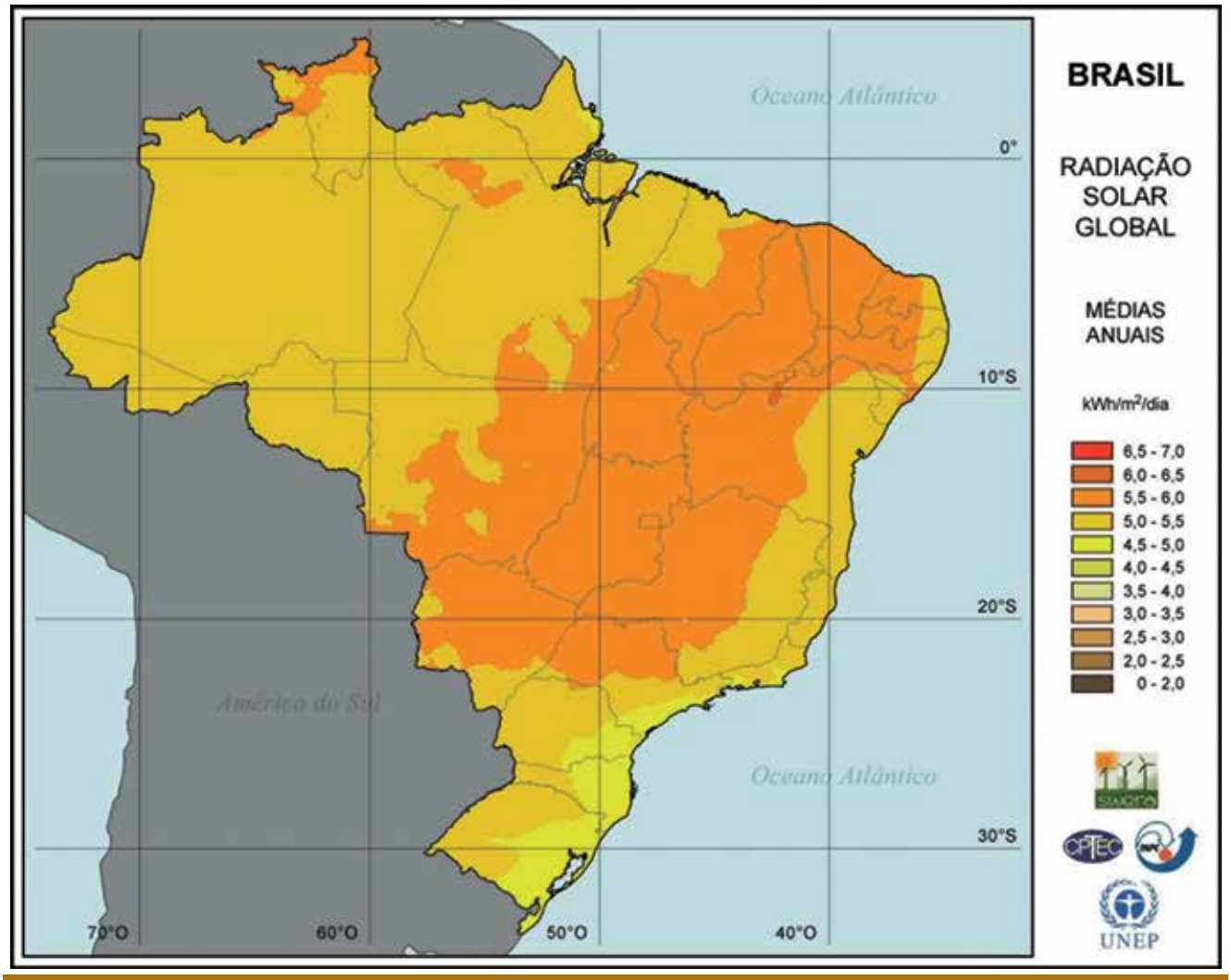


Figura 1
Radiação solar global - médias anuais brasileiras

Fonte: Solarpaces.org.

dunas de Pilão Arcado, cujos depósitos constituem-se num potencial sistema aquífero de grande importância da região semiárida nordestina, com a vegetação local fixadora de dunas, distando cerca de aproximadamente 50 km de Pilão Arcado.

A região encontra-se inserida em uma área de preservação ambiental denominada APA Dunas e Veredas do Baixo Médio São Francisco, caracterizada por feições taxonômicas de fauna e flora características e quase exclusivas, merecendo total atenção de preservação (DINIZ; LIMA, [201-]). A vegetação da APA é rica, diversificada e extremamente singular, composta por uma transição entre o cerrado e a caatinga. Nesse contexto, surgem matas de angico e aroeira, lagoas, brejos e extensas veredas de buritis. Assim como a flora, a fauna da APA também merece destaque, apresentando inclusive algumas espécies de répteis e roedores endêmicos (INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS, 2016).

A Figura 2 mostra uma foto de satélite do local de maior incidência solar na região de Pilão Arcado, na Bahia. A comunidade mais próxima da área fica localizada a cerca de 2 km do Ponto_1, constituída de algumas casas de moradores da região do bioma da caatinga de Pilão Arcado. A área delimitada tem perímetro aproximado de 27,2 km e 5.323 ha (53,2 km^2).

Figura 2
Maior incidência solar na Bahia – Pilão Arcado

Fonte: Google Earth.

Os locais de maior incidência solar na Bahia estão localizados em áreas prioritárias de conservação, com risco de desertificação. Segundo a Convenção das Nações Unidas para a Luta Contra a Desertificação, a sua origem se deve às interações complexas entre fatores físicos, biológicos, políticos, sociais, culturais e econômicos. Na Figura 3, são mostradas as áreas prioritárias para a conservação na Bahia.

A implantação de empreendimentos de geração de energia solar tem seguido a lógica de supressão de vegetação de áreas, contribuindo com o aumento da desertificação de biomas como a caatinga. A situação é agravada pela ausência de uma legislação voltada para a preservação, com grandes perdas de espécies de fauna e flora, quando a lógica deveria ser a sua conservação. Pode-se acrescentar ainda a perda da proteção do solo, com o consequente deslocamento de material sólido para os rios e lagos pela ação de chuvas e ventos, provocando a degradação dos recursos hídricos. Ressalte-se também a ocupação de áreas, deslocando qualquer outra atividade econômica compatível. A Figura 3 exibe o mapa de regiões prioritárias para conservação e utilização sustentável na Bahia, observando-se a ocorrência de áreas com prioridade extremamente alta, muito alta e alta.

O mapa das áreas prioritárias para conservação dos biomas brasileiros, do Ministério do Meio Ambiente (MMA) (Figura 4), mostra maiores detalhes das regiões com seus respectivos biomas. Este mapa apresenta as 900 áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira, resultantes de cinco projetos que avaliaram os biomas brasileiros. Trata-se de uma iniciativa que integra um conjunto de projetos dos seminários e resultados de consultas regionais, promovido pelo MMA, por meio do Programa Nacional de Diversidade Biológica (Pronabio). O objetivo é subsidiar as ações necessárias ao cumprimento das obrigações do país junto à Convenção sobre

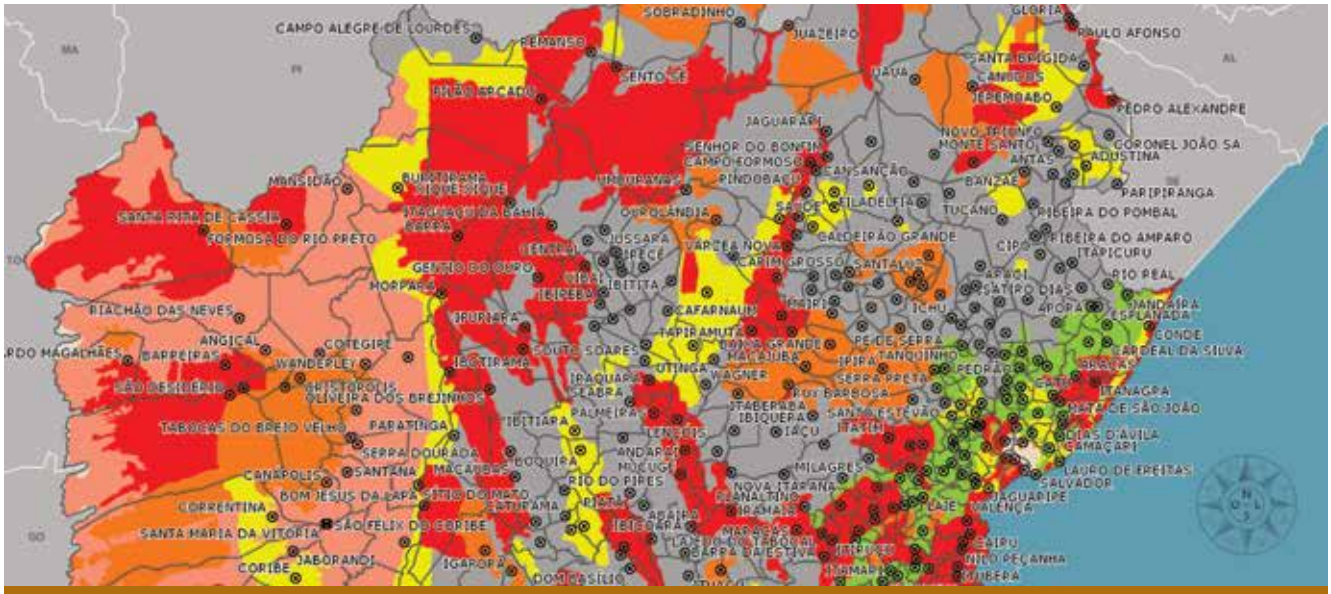


Figura 3
Áreas prioritárias na Bahia

Fonte: Geobahia.

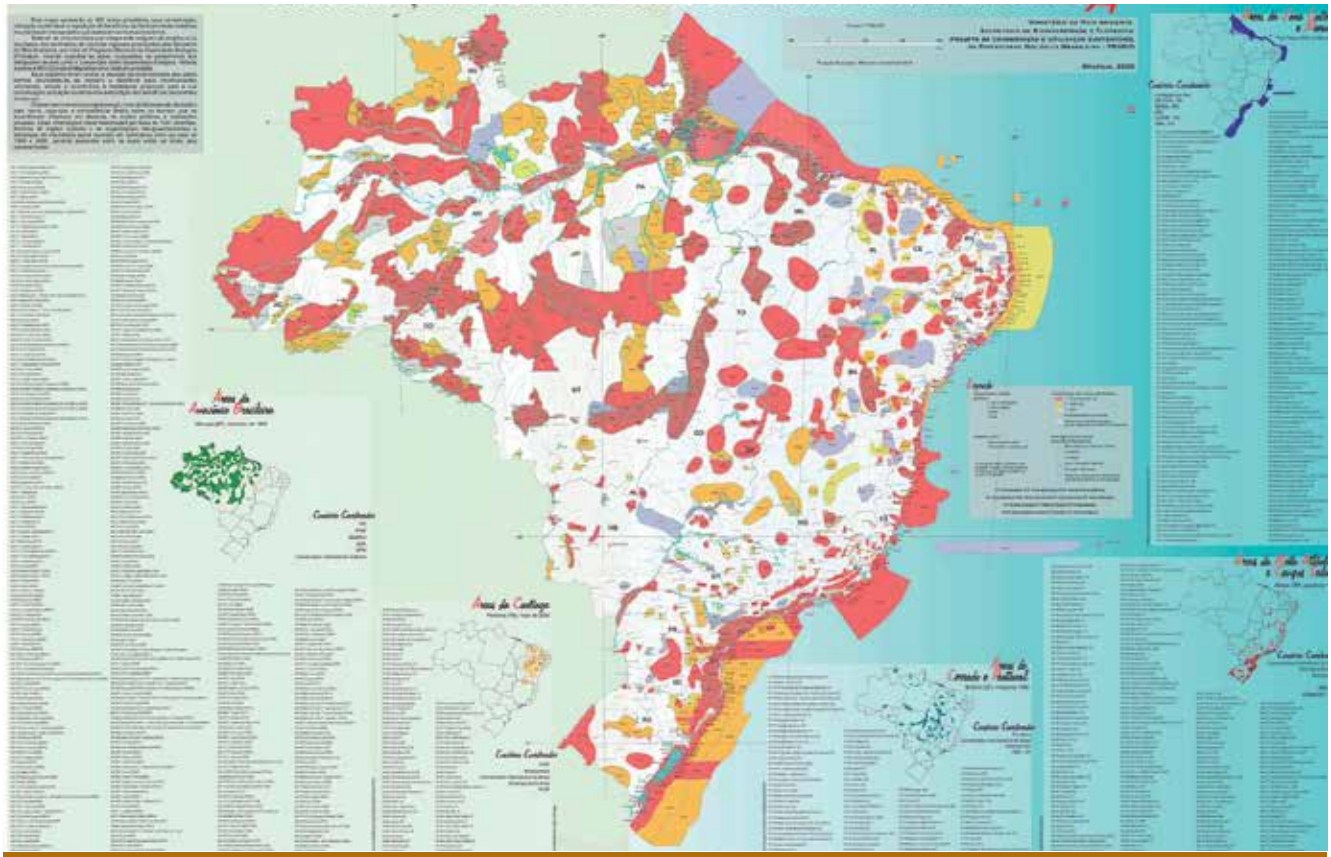


Figura 4
Áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira

Fonte: Brasil (2004).

Diversidade Biológica, firmada durante a Rio-92, e a Estratégia Nacional da Biodiversidade.

CENTRAL SOLAR FLUTUANTE

Uma das alternativas para implantação de centrais solares em grande escala que tem surgido no mundo está relacionada com os projetos de centrais solares flutuantes. O primeiro projeto de exploração de energia solar em lagos de centrais hidroelétricas, com recursos de flutuadores, foi inaugurado no dia 4 de março de 2016, na Hidroelétrica de Balbina, no município de Presidente Figueiredo, no Amazonas. No dia 11 de março de 2016 foi lançado, na Central Hidroelétrica de Sobradinho, na Bahia, um protótipo solar flutuante semelhante, com cerca de 65 m^2.

O projeto é uma parceria entre a Chesf – Companhia Hidrelétrica de Sobradinho – e as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte) e conta com recursos de pesquisa e desenvolvimento. As placas fotovoltaicas flutuantes no reservatório da central solar amazonense vão gerar, inicialmente, 1 MWp de energia. A previsão é que, em outubro de 2017, a potência seja ampliada para 5 MWp, o que é suficiente para abastecer, por exemplo, 9 mil casas, com uma área equivalente a cinco campos de futebol.

Para os projetos da Hidroelétrica de Balbina e de Sobradinho, com área de inundação de 4.214 km^2, está previsto um investimento de quase R$ 100 milhões (R$ 49,964 milhões da Eletronorte e R$ 49,942 milhões da Chesf), com ações previstas até janeiro de 2019, para gerar 10 MWp de energia elétrica.

A escolha de usinas como a de Balbina deve-se ao fato de sua implantação ter causado grande impacto ambiental e pela pouca produtividade. O projeto de geração híbrida utiliza a capacidade dos reservatórios e a infraestrutura de hidrelétricas brasileiras, principalmente as que estão com baixa capacidade de geração de energia. Há cerca de 200 MW de ociosidade em Balbina, que poderá ser suplementada com energia solar, com custo muito reduzido, fazendo com que se tenha melhor eficiência e segurança energética. A Figura 5 mostra o protótipo flutuante de energia solar de Balbina.

Essas são as primeiras centrais de energia solar em lagos no Brasil, sendo que já existem centrais solares instaladas em hidroelétricas no mundo. As estruturas permitem aproveitar as subestações e as linhas de transmissão das hidroelétricas, além da área sobre a água dos reservatórios, evitando a expropriação de terras e outros impactos associados. Projetos semelhantes foram desenvolvidos em outros países, como a central solar japonesa no Lago Nishihira (Figura 6). A falta de espaço no Japão é um problema não só para atividades como a agricultura, mas também para o governo atual, que pretende adotar uma política de redução do uso da energia nuclear, em virtude do acidente na usina de Fukushima.

Figura 5
Protótipo flutuante de energia solar fotovoltaica na Hidroelétrica de Balbina

Fonte: Portal Energia - http://www.portal-energia.com/brasil-inaugura-primeira-central-solar-flutuante-do-mundo/.

Outra vantagem das centrais solares flutuantes é aumentar a eficiência do sistema de geração. No relatório da Korea Water Resources Corporation foi citado que, nas temperaturas mais baixas dos módulos de placas fotovoltaicas flutuantes, a eficiência é 11% superior à equivalente em terra (CHOI, 2014). A água resfria as placas e, assim, ajuda a gerar energia de forma mais eficiente. Ao sombrear a água, as placas também reduzem a evaporação e o crescimento de algas, duas preocupações comuns em relação aos reservatórios das hidroelétricas.

Segundo a Eletrobras, a participação da energia solar na matriz energética brasileira é muito pequena, mas deve crescer nos próximos anos, podendo chegar a 10% ou até a um percentual maior. O custo dos painéis solares fotovoltaicos continua a decrescer no mercado internacional, tornando mais competitiva esta alternativa de geração de

energia. Portanto, maior será a demanda para a ocupação de áreas para a geração da energia solar no Brasil.

O projeto-piloto de Balbina servirá para analisar o grau de eficiência da interação de uma central solar, em conjunto com a operação de centrais hidroelétricas e a influência no ecossistema dos reservatórios. Após os estudos, a expectativa é que a geração de energia solar seja de 300 MW, podendo abastecer 540 mil residências.

O Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE 2020), desenvolvido pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), aponta para uma participação das fontes renováveis de 46,3% em 2020 ante os 44,8% apresentados em 2010. A hidroeletricidade é um elemento diferencial da matriz energética brasileira. Ela é a principal fonte de geração de eletricidade no país e, em 2010, respondeu por 81% do total produzido (TOLMASQUIM, 2012). Entretanto, a geração de energia elétrica de fonte hídrica depende diretamente das variações climáticas que interferem nos níveis dos reservatórios, podendo ocorrer redução de energia nas épocas de estiagem prolongada. Este cenário leva a uma subutilização de todo o sistema elétrico de geração na ocorrência de situações de déficit hídrico, abrindo espaço para uma mudança do paradigma atual, que acarreta na geração de energia por meio de termoelétricas.

CONCLUSÃO

A geração de energia a partir de fonte solar já se tornou uma ótima alternativa quando comparada com os meios tradicionais de fontes fósseis, considerando-se os efeitos dos impactos no meio ambiente em todas as fases, desde a implantação até a operação dos empreendimentos. As usinas de energia solar em grande escala estão sendo desenvolvidas mundialmente num ritmo muito rápido e são configuradas para usar milhares de hectares de terra, principalmente considerando-se que a eficiência das usinas em implantação cobrem uma média de 25 km^2/GWp (TURNEY; FTHENAKIS, 2011). Os projetos de usinas solares na Bahia têm ocupado áreas com valores acima e abaixo desta média.

Figura 6
Central solar japonesa no Lago Nishihira

Fonte: Portal Energia - http://www.portal-energia.com/japao-planeia-construir-maior-usina-solar-flutuante-mundo/.

As questões ambientais relacionadas com as fases de implantação e operação de tais instalações não foram, até agora, abordadas de forma abrangente na literatura. Um estudo realizado nos Estados Unidos identifica e examina 32 impactos nas diversas fases, considerando a intensidade de uso da terra, a saúde humana e o bem-estar, a vida vegetal e animal, recursos hidrogeológicos, e mudanças climáticas. No total foram identificados 22 impactos considerados benéficos. Dos 10 impactos restantes, quatro são neutros, e seis exigem mais pesquisas antes que possam ser avaliados. Nenhum dos impactos na geração de energia por fonte solar foi considerado negativo em relação à geração de energia tradicional a partir do carvão mineral (TURNEY; FTHENAKIS, 2011).

Entretanto, considerando-se que, na Bahia, são utilizadas para localização dos empreendimentos solares regiões de biomas da caatinga e áreas prioritárias para conservação, tornam-se preocupantes os efeitos negativos que poderão surgir por perda de biodiversidade e outras consequências.

Em resumo, as principais vantagens da instalação de centrais solares flutuantes nos reservatórios de centrais hidroelétricas estão na possibilidade de usar a área de inundação da usina e as mesmas linhas de transmissão de energia elétrica. Assim, aproveitam-se as terras já ocupadas pelo sistema de geração e transmissão implantado. Considerando-se ainda que os maiores potenciais de geração de energia solar na Bahia recaem sobre áreas prioritárias para proteção, pode-se concluir que as centrais flutuantes surgem como uma boa alternativa. Associadas ainda à expansão de outras fontes renováveis de produção de eletricidade, elas vão contribuir indubitavelmente para o Brasil preservar a sua matriz energética limpa.

REFERENCIAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Mapa das áreas prioritárias para a conservação dos biomas brasileiros. Brasília: MMA, [2004]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/biodiversidade/projetos-sobre-a-biodiveridade/projeto-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-e-utiliza%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel-da-diversidade-biol%C3%B3gica-brasileira-probio-i/%C3%A1reas-priorit%C3%A1rias>. Acesso em: 20 maio 2016.

_____. Recomendações para as áreas prioritárias. Brasília: MMA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2016.

Célula solar híbrida bate recorde com 25,5% de eficiência — EcoDesenvolvimento.org: Sustentabilidade, Meio Ambiente, Economia, Sociedade e Mudanças Climáticas. Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2016/posts/maio/celulasolarhibridabaterecordecom255de?tag=cienciaetecnologia>. Acesso em: 20 maio 2016.

CHOI, Young-Kwan. A study on power generation analysis of floating PV System Considering Environmental Impact. International Journal of Software Engineering and Its Applications, Tasmania, AUS, v. 8, n. 1, p. 75-84, 2014.

DINIZ, João Alberto Oliveira; LIMA, Josias Barbosa de. O aqüífero de dunas da região do Médio São Francisco – BA. [S.l.: s.n.], [201-]. Disponível em: <http://docplayer.com.br/20756508-O-aquifero-de-dunas-da-regiao-do-medio-sao-francisco-ba-resumo.html>. Acesso em: 20 maio 2016.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. Áreas Prioritárias para Conservação na Bahia, 2007. Salvador: INEMA. Disponível em: <http://geobahia.inema.ba.gov.br/geobahia5/index.html>. Acesso em: 20 abr. 2016.

INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS. APA dunas e veredas do Baixo Médio São Francisco. Salvador: INEMA. Disponível em: <http://www.inema.ba.gov.br/gestao-2/unidades-de-conservacao/apa/apa-dunas-e-veredas-do-baixo-medio-sao-francisco/>. Acesso em: 20 maio 2016.

Japão inaugura usina solar que flutua sobre a água - Mundo da Sustentabilidade. Disponível em: <http://www.sustentabilidades.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1643:japaoinaugurausinasolarqueflutuasobreaagua&catid=3:n…>. Acesso em: 14 maio 2016.

PINHO, João Tavares; GALDINO, Marco Antonio (Org.). Manual de engenharia para sistemas fotovoltaicos. Rev. e atual. Rio de Janeiro: CEPEL; CRESESB, 2014.

PORTAL ENERGIA. Brasil inaugura primeira central solar flutuante do mundo. mar. 2016.

Disponível em: <http://www.portal-energia.com/brasil-inaugura-primeira-central-solar-flutuante-do-mundo>. Acesso em: 14 maio 2016.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno. The energy sector in Brazil: policy and Perspectives. Estud. av., São Paulo, v. 26, n. 74, p. 247-260, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142012000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 8 maio 2016.

TURNEY, Damon; FTHENAKIS, Vasilis. Environmental impacts from the installation and operation of large-scale solar power plants. Renewable and Sustainable Energy Reviews, New York, v. 15, p. 3261-3270, 2011. Disponível em: <https://www.bnl.gov/pv/files/pdf/229_rser_wildlife_2011.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Rios urbanos: realidades e possibilidades – o caso de Salvador (BA)

Maira Tamara de Menezes Torres*
Lays Britto Azevedo**
Luan Britto Azevedo***

O desenvolvimento das cidades e das atividades industriais ao longo do tempo trouxe melhor qualidade e condições de vida para a humanidade, porém estes processos ocorreram de modo predador em relação ao meio ambiente. O avanço tecnológico da sociedade atual também vem contribuindo significativamente para aumentar a geração de poluentes e os desequilíbrios ambientais de diversos níveis, uma vez que existe uma demanda cada vez maior de produtos e, consequentemente, de recursos. Assim, avança-se sobre as reservas naturais de modo desmedido, agravando problemas ambientais. "Na América Latina, mais de 80% da população vive em cidades e, até 2050, espera-se que chegue a 90%, constituindo-se, portanto, na região mais urbanizada de todo o mundo" (ELMQVIST, 2013 apud HERZOG, 2013, p. 21).

Desde os anos 1950, as cidades brasileiras vêm crescendo de maneira desordenada, devido à grande migração da população rural para a zona urbana. Esse fenômeno contribuiu para que as cidades se expandissem sem infraestrutura e sem gestão urbana adequada, proporcionando má qualidade de vida e aumento na desigualdade social (NASCENTE; FERREIRA, 2007). Neste contexto, as questões ambientais na zona urbana se agravam ainda mais. A gestão dos resíduos é ineficiente ou não ocorre, gerando poluição. Há carência de saneamento básico e, mesmo quando este existe, não há tratamento ou destino final ecologicamente correto, sendo que os resíduos biológicos são despejados em rios e córregos. O processo desordenado de expansão urbana, o comportamento cultural no qual a educação e a consciência ambiental não se fazem presentes, a má gestão pública e problemas de planejamento continuam sendo os pilares da problemática ambiental nas cidades contemporâneas. "A cultural omissão do Estado e município na fiscalização e remoção de ocupações irregulares também deve ser considerada como fator a dificultar a despoluição dos rios" (LUTTI, 2013 apud RODRIGUES, 2013, p. 18).

Como em outras cidades brasileiras, o crescimento de Salvador também ocorreu de maneira intensa e desordenada.

> O tecido urbano de Salvador e suas territorializações não se desenvolveram de forma espontânea, ou à deriva dos interesses ideológicos e econômicos de grupos dominantes. Contudo, dizer que a cidade não cresceu espontaneamente não é concordar que ela

* Graduada em Engenharia Ambiental e Sanitária e mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (Unifacs). eng.maira.menezes@outlook.com
** Graduada em Arquitetura e Urbanismo e mestranda em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (Unifacs). laysbritto1@gmail.com
*** Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Salvador (Unifacs). luanbritto42@gmail.com

> evoluiu de forma planejada, onde, a partir da década de 1940, o crescimento urbano de Salvador começou a ser induzido por um profícuo desenvolvimento na indústria (petrolífera e siderúrgica), que fez surgir uma dinâmica de crescimento urbano atrelada a déficits habitacionais e a um rápido processo de expansão e adensamento de áreas favelizadas que se iniciaram por volta de 1945 do século XX. (SOARES, 2009, p. 87).

No século XX, a expansão da estrutura urbana através do modelo rodoviarista, centrado na construção de grandes avenidas como espaço para o deslocamento, consolidou o privilégio dos automóveis em relação aos pedestres, reforçando o descaso com os rios, sendo este um elemento essencial para a estruturação de diversas cidades no passado. As rodovias conformaram barreiras que passaram a diminuir cada vez mais a relação e a conexão entre as pessoas e os rios e a sua importância nas cidades (DELIJAICOV, 2013 apud SIQUEIRA, 2013b).

Na conjuntura econômica mundial atual de crescente internacionalização dos processos de crescimento e desenvolvimento das cidades, os interesses do grande capital internacional têm se sobreposto cada vez mais às necessidades locais, gerando conflitos socioeconômicos, políticos e problemas ambientais (CASTELLS, 1998).

O processo de segregação socioespacial tem se agravado cada vez mais nos grandes centros urbanos. Salvador é um dos principais exemplos brasileiros desta realidade, de modo que este processo provoca fatos que são, no mínimo, contraditórios e que impedem uma vida integral nas cidades. A classe alta tem se fechado em condomínios de luxo cada vez mais afastados do centro; os espaços públicos são cada vez menos usados e cuidados de forma integral; a falta de interação entre os espaços públicos e privados é cada vez maior; o aprofundamento dos problemas ambientais se dá pelo mau uso e gestão dos recursos ambientais. Isso torna cidades como Salvador grandes produtoras de uma diversidade de problemas.

> Las ciudades se están sobredimensionando produciendo un sinfín de problemas como la contaminación, la pérdida de calidad de vida, el estrés y otros problemas que van desde lo social hasta lo psicológico. El problema es que las ciudades carecen de dimensión humana creando espacios patológicos en vez de espacios armoniosos. (CEBERIO, 2007, p. 107).

Observa-se que o meio ambiente – e os rios, em particular – nas grandes metrópoles brasileiras está cada vez mais restrito, confinado e depredado, o que torna cada vez mais distante a ideia de cidade sustentável. “Cidades ecológicas conseguem sustentar os processos socioecológicos no espaço e ao longo do tempo, ou seja, manter o equilíbrio dinâmico entre fatores ambientais, sociais, culturais e econômicos” (HERZOG, 2013, p. 174). Nota-se que, cada vez mais, o meio ambiente vem sendo tratado de forma redutiva, como áreas de proteção ambiental em planos diretores, gerenciadas de modo desintegrado, desagregadas dos processos de produção de edificações e estruturação da cidade, invadidas pela ocupação informal e por empreendimentos imobiliários.

> A coisa mais importante para criação de metrópoles e cidades fluviais é a reforma fundiária, tanto a urbana quanto a agrária. Sem ela, os rios vão continuar a ser esgotos a céu aberto, a terra vai continuar a ser um negócio, a lei é a oferta e a procura, que leva a investir em um ponto e não em outro, gerando desequilíbrios propositais. (DELIJAICOV, 2013 apud SIQUEIRA, 2013b, p. 74).

O modo como é dado o valor das áreas naturais na cidade é outra questão pertinente a ser refletida quando se trata de meio ambiente e rios. Percebe-se que o que é público é considerado e tratado com menor valor e,

O processo de segregação socioespacial tem se agravado cada vez mais nos grandes centros urbanos. Salvador é um dos principais exemplos brasileiros desta realidade que impedem uma vida integral nas cidades

consequentemente, mal cuidado ou desprezado. Esta percepção se estabelece desde o comportamento da população até a gestão pública da cidade. Por outro lado, também são áreas de baixo nível de especulação imobiliária, pois possuem restrições de uso e ocupação rigorosas. Isso "limita" as possibilidades de atividades econômicas e outras de coexistirem nestes espaços, considerando a forma como eles são produzidos (desconectados das questões ambientais locais). Estas medidas, que conferem às áreas de proteção ambiental um tratamento diferenciado, estão previstas em instrumentos reguladores da política urbana, como o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Lei de Ordenamento e Uso do Solo. Deste modo, o valor dos espaços na cidade está associado prioritariamente ao capital, ao investimento, à produção e ao consumo, ou seja, ao capitalismo. Diante deste quadro bastante negativo, a questão ambiental nas cidades surge como "desafio para o século XXI: a necessidade de promover ecologias urbanas para criar cidades sustentáveis" (ROSENZWEIG, 2013 apud HERZOG, 2013, p. 17).

ÁGUAS EM SALVADOR, BAHIA

A capital baiana é entrecortada e circundada pelas águas, possuindo abundância desse recurso natural em seu subsolo e também elevado índice pluviométrico, mas está se tornando árida pelo fato de os caminhos percorridos pelas suas águas estarem sofrendo com a relação entre a urbanização e a natureza, levando à escassez de águas doces na zona urbana.

A capital baiana é entrecortada e circundada pelas águas mas está se tornando árida pelo fato de os caminhos percorridos pelas suas águas estarem sofrendo com a relação entre a urbanização e a natureza, levando à escassez de águas doces na zona urbana

A degradação ambiental de uma área está associada às estratégias de sobrevivência da população que possui menos recursos levando ao aumento da degradação oriunda do crescimento desordenado das cidades

Segundo Santos e outros (2010), pode-se afirmar que esse não é um "privilégio" da Cidade da Bahia, pois a degradação ambiental, assim como a exclusão social, é um problema estrutural comum às nossas grandes metrópoles. Historicamente, a urbanização brasileira estabeleceu uma relação predatória com os recursos ambientais, sendo a história das nossas cidades uma síntese, contraditória, do cotidiano processo de degradação das águas.

Salvador conjuga de forma ímpar degradação ambiental e pobreza urbana, o que torna a qualidade de vida algo precário. A história dos rios e dos bairros de Salvador é a história da luta contra o mato, contra a água e pelo acesso à terra e aos serviços públicos urbanos (SANTOS et al., 2010). Os rios se encontram em tal nível de poluição que passaram a ser encapsulados, devido ao convívio diário dos moradores da cidade com os esgotos a céu aberto, que causam mau cheiro, poluição visual, aparecimento de doenças e proliferação de mosquitos, podendo haver disseminação de doenças em toda a cidade e região metropolitana.

A degradação ambiental de uma área está associada às estratégias de sobrevivência da população que possui menos recursos, que ocupa áreas sem infraestrutura mínima de saneamento básico, levando ao aumento da degradação oriunda do crescimento desordenado das cidades.

> A exclusão social é um dos principais marcos do processo de urbanização das cidades que possuem uma visão econômica capitalista, pois acaba empurrando os mais pobres para áreas de menor valor econômico, ou seja, essas áreas são denominadas áreas de riscos, sem serviços e infraestrutura adequada. Entretanto, acaba acarretando que essas pessoas ocupam áreas livres. Áreas que deveriam ser destinadas à proteção ambiental que vem a ser as áreas de preservação permanente, áreas públicas municipais que são compostas pelos parques, jardins, escolas e outras, áreas reservadas para o escoamento natural das águas pluviais e muitas vezes com grande risco à saúde e ao bem-estar, acarretando assim maior problema na parte socioambiental das cidades. (FERREIRA et al., 2005 apud NASCENTE; FERREIRA, 2007, p. 6).

Todos os rios que perpassam a cidade estão poluídos, podendo estes rios estar em áreas nobres ou periféricas. A Bacia do Seixos é ocupada por uma população com renda mais elevada, pertencendo aos bairros Canela, Barra e Graça

A cidade de Salvador possui 12 bacias hidrográficas: Seixos-Barra/Centenário, Camarajipe, Cobre, Ipitanga, Jaguaribe, Lucaia, Ondina, Paraguari, Passa Vaca, Pedras/Pituaçu, Ilha de Maré e Ilha dos Frades. E nove bacias de drenagem natural: Amaralina/Pituba, Armação/Corsário, Comércio, Itapagipe, Plataforma, São Tomé de Paripe, Stella Maris, Vitória/Contorno e Ilha de Bom Jesus dos Passos (SANTOS et al., 2010).

Todos os rios que perpassam a cidade estão poluídos, podendo estes rios estar em áreas nobres ou periféricas, a exemplo das bacias dos rios dos Seixos e Camarajipe. A Bacia do Seixos é ocupada por uma população com renda mais elevada, pertencendo aos bairros Canela, Barra e Graça. As marcas da antropização são visíveis, como resíduos sólidos e assoreamento de grande parte do seu leito e crescimento de gramíneas na área em que está canalizado. A partir do final da avenida Reitor Miguel Calmon, nas proximidades da Rua dos Reis Católicos, o rio é coberto, seguindo dessa maneira até a Av. Centenário, onde foi totalmente encapsulado com lajes de concreto armado (SANTOS et al., 2010). Apesar de o Rio dos Seixos estar em uma área onde existe um número elevado de ligações de efluentes à rede pública de esgoto, ele tem como principal fonte de poluição os esgotos domésticos, mesmo se encontrando atualmente encapsulado. O rio também recebe as cargas oriundas das chuvas, que arrastam os resíduos descartados de maneira inadequada de residências, postos de combustíveis e atividades comerciais.

Já a Bacia do Camarajipe é ocupada por uma população que corresponde às menores rendas, e, ao longo do seu trajeto, fica evidente o grande comprometimento

Figura 1
Rio dos Seixos em 1884, no trecho final da atual Avenida Centenário, e suas modificações contemporâneas

Fonte: Blog Rios de Salvador.
Nota: Link do blog para maiores informações: http://riosdesalvador.blogspot.com.br/.

da qualidade de suas águas provocado por décadas de lançamento de esgotos sanitários *in natura*. Também se observa a presença de diversos outros processos antrópicos e a ausência de controle e gestão dos recursos hídricos em grande parte da bacia, tanto em seu leito quanto em suas margens. Suas nascentes encontram-se próximas a Pirajá, nos bairros de Marechal Rondon, Boa Vista de São Caetano, Calabetão e Mata Escura, áreas carentes de infraestrutura urbana, com fortes desigualdades socioespaciais, sobretudo as ocupações situadas nas baixadas, em áreas de preservação permanente (APP), sujeitas a inundações. O desmatamento em suas nascentes e margens e o consequente assoreamento, aliados ao uso inadequado do solo, à impermeabilização, ao acúmulo de resíduos sólidos, ao entupimento de bueiros (impedindo a passagem da água da chuva) e à erosão advinda de exploração de pedreiras, vêm provocando danos sociais, ambientais e culturais, contribuindo para a sua degradação (SANTOS et al., 2010).

Esses rios tendem a desaguar no oceano, e suas águas poluídas banham o mar com resíduos, sujando e contaminando a areia. Com isso, a praia torna-se inapropriada para banhos, interferindo em um dos tipos de lazer utilizado pela população que vive na zona urbana, sobretudo numa cidade como Salvador, que possui muitos quilômetros de praias, as quais continuam sendo usadas por sua população, mesmo diante desta realidade.

Nos últimos anos, observa-se a tendência de recuperação de locais abandonados, mal usados ou em desuso, sobretudo espaços abertos e públicos nas cidades, através de projetos de revitalização em diversas escalas, que vão desde a recuperação de praças, parques e edificações a grandes obras para recuperação de rios e canais fluviais

Revitalização de rios urbanos

Nos últimos anos, observa-se a tendência de recuperação de locais abandonados, mal usados ou em desuso, sobretudo espaços abertos e públicos nas cidades, através de projetos de revitalização em diversas escalas, que vão desde a recuperação de praças, parques e edificações a grandes obras para recuperação de rios e canais fluviais. Em diversas cidades do mundo,

Figura 2
Poluição das praias: trecho de rios de Salvador nos bairros Pituba/Costa Azul e Rio Vermelho (Rio Lucaia)

Fonte: Wikipédia, Correio.
Nota: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/5b/Salvador_Bahia_Brasil.jpg http://www.correio24horas.com.br/fileadmin/user_upload/tt_news/Luciana_Diniz/riomar2_01.jpg

com diferentes contextos socioeconômicos, recursos ambientais, estrutura urbana e limitações diversas, iniciativas positivas foram realizadas ou estão em curso. Estas contribuem para melhorar a qualidade ambiental e social urbana, além de minimizar ou superar por completo problemas recorrentes em áreas esvaziadas de vida na cidade. "Novas ideias se desenvolveram em espaços obsoletos, que teriam outras funções e nunca haviam sido pensados como espaços multifuncionais e de alto valor cívico e simbólico" (BUSQUETS, 2013 apud TAMAKI, 2013, p. 78).

A recuperação de rios urbanos promove o surgimento de novos espaços em potencial, atraindo investimentos econômicos, turismo e possibilitando usos diversos pela população. Além de proporcionar lazer, espaços revitalizados podem se tornar educativos, de forma direta, através de atividades educacionais sobre o meio ambiente *in loco*, ou de modo indireto, propiciando às pessoas uma nova forma de conviver com o meio ambiente e percebê-lo na cidade, fortalecendo ou construindo uma cultura de preservação e recuperação ambiental.

> A Metrópole Fluvial é a cidade para as pessoas, que promove o encontro, a convivência e a confiança. A ideia é construir feixes de infraestrutura urbana, integrados a rede de equipamentos sociais, fundamentalmente estruturados pelos cursos d'água. (DELIJAICOV, 2013 apud SIQUEIRA, 2013b, p. 73).

O planejamento urbano e territorial constitui uma ferramenta para a construção de espaços urbanos com qualidade, sendo capaz de tornar o meio ambiente um patrimônio de valor especial, potencializando os processos naturais e a manutenção e aumento da biodiversidade (DIRETRIZES..., 2015). Tal forma de tratar a questão ambiental urbana contribui diretamente para a solução de diversos problemas recorrentes, sobretudo nas metrópoles, como ilhas de calor, impermeabilização e a consequente má drenagem de água da chuva, má gestão de resíduos sólidos e líquidos, poluição, dentre outros.

Reurbanização da favela do Sapé, São Paulo, Brasil

A reurbanização no bairro do Rio Pequeno (figuras 1 e 2), zona oeste de São Paulo, teve início em 2004 como uma iniciativa da Secretaria de Habitação de São Paulo (Sehab), através de regularização fundiária, captação de verbas, licenças ambientais, dentre outras medidas. Em 2010, o projeto de reestruturação urbana foi planejado pelo escritório Base 3 Arquitetos e continua em processo de realização (TRONCOSO, 2013). Consistiu em um projeto de relocação das casas construídas em cima do Córrego do Sapé, em situação de risco. Mais de 800 habitações precisaram ser remanejadas neste processo, o que evidencia o nível da problemática de revitalizações em áreas de ocupação desordenada. Diante desta realidade e considerando o tamanho da população local, cerca de 2.500 famílias, o projeto optou pela implantação

Figura 3
Projeto urbanístico da Favela do Sapé, obras nas márgens do córrego

Fonte: Vitruvius, Infraestrutura Urbana.
Nota: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/15.170/5441 http://infraestruturaurbana.pini.com.br/solucoes-tecnicas/30/favela-do-sape-recuperacao-das-margens-de-corrego-ocupadas-294289-1.aspx.

Figura 4
Reurbanização da Favela do Sapé – São Paulo

Fonte: Vitruvius.
Nota: http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/15.170/5441.

de conjuntos verticalizados, respeitando o córrego e sua margem, como estabelecido no plano estratégico para o bairro (GRINOVER; OTONDO; PESSOA, 2015).

Além de estabelecer rede de água, luz e energia para as famílias locais, foram pensadas a atualização do sistema viário existente e a construção de um parque linear que cruza o córrego. Além disso, priorizou-se o fluxo de pedestres e ciclistas, fazendo com que a rua e a calçada tenham o mesmo nível, a fim de enfatizar a prioridade e liberdade do pedestre. Outras intervenções, como aberturas de vielas, pontes sobre o córrego e melhor estruturação das escadarias, também melhoraram a mobilidade do local. Essas medidas trouxeram uma melhoria na dinâmica urbana, com a reintegração da favela, através do sistema viário, com o restante da cidade, e espaços que incentivam a coletividade (GRINOVER; OTONDO; PESSOA, 2015).

Córrego Cheonggyecheon, Seul, Coreia do Sul

Cercado por duas ruas e cruzado por vias expressas elevadas, o Córrego Cheonggyecheon, que em 1948

Figura 5
Antes e depois: Córrego Cheonggyecheon – Seul – Coreia do Sul

Fonte: Portal Arquitetônico.
Nota: http://portalarquitetonico.com.br/uma-impressionante-renovacao-urbana-em-seul.

havia sido coberto, é agora uma área de lazer para os habitantes de Seul. Essas iniciativas contribuem diretamente para a redução da temperatura no núcleo urbano, fator muito importante para a minimização de ilhas de calor, frequentes em locais com alta densidade populacional e concentração de edificações. As transformações, neste caso, já contribuíram para baixar em cerca de 5° C a temperatura no verão (ROWE, 2013).

Um impasse foi gerado pela relação com o tráfego de carros, que era absurdamente alto, nas vias elevadas, como é possível observar na figura 5). Isso levou a uma nova dinâmica urbana adotada pelo governo: como as vias exigiam uma atenção maior, houve incentivo ao uso de metrô, aumento do número de transportes públicos e designação de um ônibus para o centro (ROWE, 2013).

Figura 6
Antes e depois: Córrego Cheonggyecheon – Seul – Coreia do Sul

Fonte: Cityclock, Portal Arquitetônico.
Nota: http://www.cityclock.org/removing-urban-highways/#.V8MuepgrK00 http://portalarquitetonico.com.br/uma-impressionante-renovacao-urbana-em-seul.

Com 22 pontes e um forte apelo paisagístico, o córrego tem atualmente grande parte de sua extensão usada como espaço de recreação, possuindo uma importância histórica e cultural marcante, além de contribuir economicamente para a cidade através do turismo e surgimento de novos empreendimentos (ROWE, 2013). Importante ressaltar, como pode ser visto na figura 6, o quanto este projeto incentiva as pessoas em Seul a se apropriarem dos espaços, a circularem através de pátios, passeios, escadas etc. Este fator contribui para aumentar a segurança, uma vez que existem múltiplas conexões e pessoas por toda parte.

Rio Rhône, Lyon, França

Em Lyon, na França, a proposta de revitalização social foca o reuso do leito para a criação de espaços públicos onde antes havia estacionamento para cerca de 1.600 carros. Possui áreas de estar e lazer, sendo um incentivo aos meios de locomoção mais responsáveis com o ambiente, como bicicleta, caminhadas etc. Importante ressaltar o processo anterior a esta intervenção urbana, que contou com concurso de ideias, em 2003, e, posteriormente, consultas à população para conhecimento das demandas e expectativas locais (SIQUEIRA, 2013a).

Figura 7
Espaços públicos e Rio Rhône – Lyon – França

Fonte: Revista aU.
Nota: http://www.au.pini.com.br/au/solucoes/galeria.aspx?gid=4061.

O espaço se propõe a, além de manter o fluxo de ciclovia ativo, trazer o pedestre para o leito, através de espaços de interação entre o rio e as pessoas, como pode ser visto na figura 7. Composto também por quadras e deques de pesca, este projeto tornou-se referência para trabalhos que visam a melhorias no uso de locais com este potencial dentro do contexto urbano. Sua proximidade com o centro histórico de Lyon permite o desenvolvimento de atividades culturais, tornando a área ainda mais simbólica (SIQUEIRA, 2013a).

CONCLUSÃO

As cidades contemporâneas, pelo seu processo de crescimento e desenvolvimento de modo ambientalmente predatório ao longo do tempo, possuem diversos desafios, no sentido de uma convivência mais harmônica com a natureza, para seu presente e futuro. Poluição, desmatamento, perda de biodiversidade são alguns dos muitos problemas ambientais recorrentes que, em maior ou menor nível, são enfrentados nas metrópoles brasileiras e estrangeiras. Tal realidade afeta diretamente a qualidade de vida de sua população de diversas formas. Com relação à presença de rios poluídos nas cidades, como é o caso crítico de Salvador, problemas podem ocorrer no setor da saúde, trazendo vulnerabilidade a doenças; na mobilidade urbana, perdendo-se a oportunidade de uso do transporte fluvial; e na vida social, impossibilitando a criação de espaços favoráveis ao desenvolvimento da cultura e do lazer no contato com o rio.

Salvador é um exemplo de capital que teve seu crescimento sem planejamento adequado, com ocupações irregulares e de forma acelerada, Isso causou um desequilíbrio ambiental que pode ser visto nos dias atuais, de modo generalista, pela ausência de áreas verdes, rios poluídos, deficiências com relação ao saneamento básico, dentre outros fatores que prejudicam a qualidade de vida da população. Além da ausência de um planejamento urbano que levasse em conta a questão ambiental e, sobretudo, o planejamento do manejo e uso adequado dos rios, destaca-se, no contexto soteropolitano, as obras

urbanas que vêm sendo feitas nos últimos anos com o objetivo de "esconder" os rios poluídos através do encapsulamento, criando espaços públicos de lazer "por cima do problema". Assim, em relação aos exemplos apresentados neste estudo, nota-se que Salvador possui uma conduta urbana em relação aos rios que multiplica a dificuldade de uma possível resolução destes problemas no futuro.

Através dos exemplos anteriormente citados, nota-se que as iniciativas para recuperação ambiental de espaços degradados nas cidades, sobretudo dos rios urbanos, independentemente da sua escala, trazem inúmeros benefícios às populações, bem como para a dinâmica local. Essas iniciativas acabam por englobar uma série de soluções para os demais problemas agregados, como mobilidade, saneamento, ausência de espaços públicos de lazer, desvalorização de determinadas áreas da cidade, criminalidade etc. Isso reforça a necessidade de mudanças na forma de planejar os espaços para a cidade e a gestão de seus elementos, de modo a permitir que a vida urbana se renove de maneira positiva.

Essas intervenções, tão próprias de cada contexto urbano, reafirmam o caráter de exclusividade e a identidade de cada cidade ou bairro, como foi exposto através dos exemplos descritos neste estudo. Esses fatores demonstram a necessidade de planejar soluções urbanas adaptadas à realidade local, em detrimento da importação de modelos desenvolvidos em/para outros contextos. Por fim, destaca-se como as iniciativas para revitalização de espaços urbanos, tendo como foco a recuperação de rios, proporcionam o surgimento de formas diversas de apropriação do espaço pelas pessoas, manifestação da cultura local, valorização do turismo, potencialização de novas atividades econômicas, incentivo de novos hábitos para a população etc.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. El reverdecimiento del yo: el movimiento ecologista. La factoría, [S.l.], n. 5, p. 135-158, feb./mayo 1998.

CEBERIO, Iñaki. La ecología como forma de vida. Revista Ambiente y Desarrollo, Santiago (CH), v. 23, n. 1, p. 106-107, 2007.

DIRETRIZES internacionais para planejamento urbano e territorial. Nairóbi: ONU-Habitat, 2015. Disponível em: <http://unhabitat.org/wpdm-package/diretrizes-internacionais-para-planejamento-urbano-eterritorialternacionais/?wpdmdl=116755>. Acesso em: 10 ago. 2016.

GRINOVER, Marina; OTONDO, Catherine; PESSOA, Jorge. Reurbanização da favela do Sapé. Vitruvius, São Paulo, v. 170, n. 3, ano 15, fev. 2015. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/15.170/5441>. Acesso em: 10 ago. 2016.

HERZOG, Cecília. Cidades para todos: (re) aprendendo a conviver com a natureza. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

NASCENTE, João; FERREIRA, Osmar. Impactos sócio-ambientais provocados pelas ocupações irregulares do solo urbano: estudo de caso do loteamento Serra Azul. Goiânia: Universidade Católica de Goiás, 2007. Disponível em: <http://www.ucg.br/ucg/prope/cpgss/arquivosupload/36/file/impactos%20s%C3%93cio-ambientais%20provocados%20pelas%20ocupa%C3%87%C3%95es%20irregulares.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2016.

RODRIGUES, Lucas. Por que não conseguimos despoluir nossos rios?. Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 234, p. 18-19, set. 2013.

ROWE, Peter. Respirar, de novo. Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 234, p. 64-69, set. 2013.

SANTOS, Elisabete (Org.) et al.O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010. 486 p. (Coleção Gestão Social). Disponível em: <http://www.meioambiente.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/Livros/caminhodasaguas.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2016.

SIQUEIRA, Mariana. Incentivo ao movimento. Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 234, p. 50-55, set. 2013a.

_____. Infraestrutura das mentalidades. Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 234, p. 72-74, set. 2013b.

SOARES, Antônio. Cidade revelada: pobreza urbana em Salvador-BA. Geografias, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 83-96, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geografias/article/download/482/354>. Acesso em: 13 ago. 2016.

TAMAKI, Luciana. Fluxo livre. Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 234, p. 76-81, set. 2013.

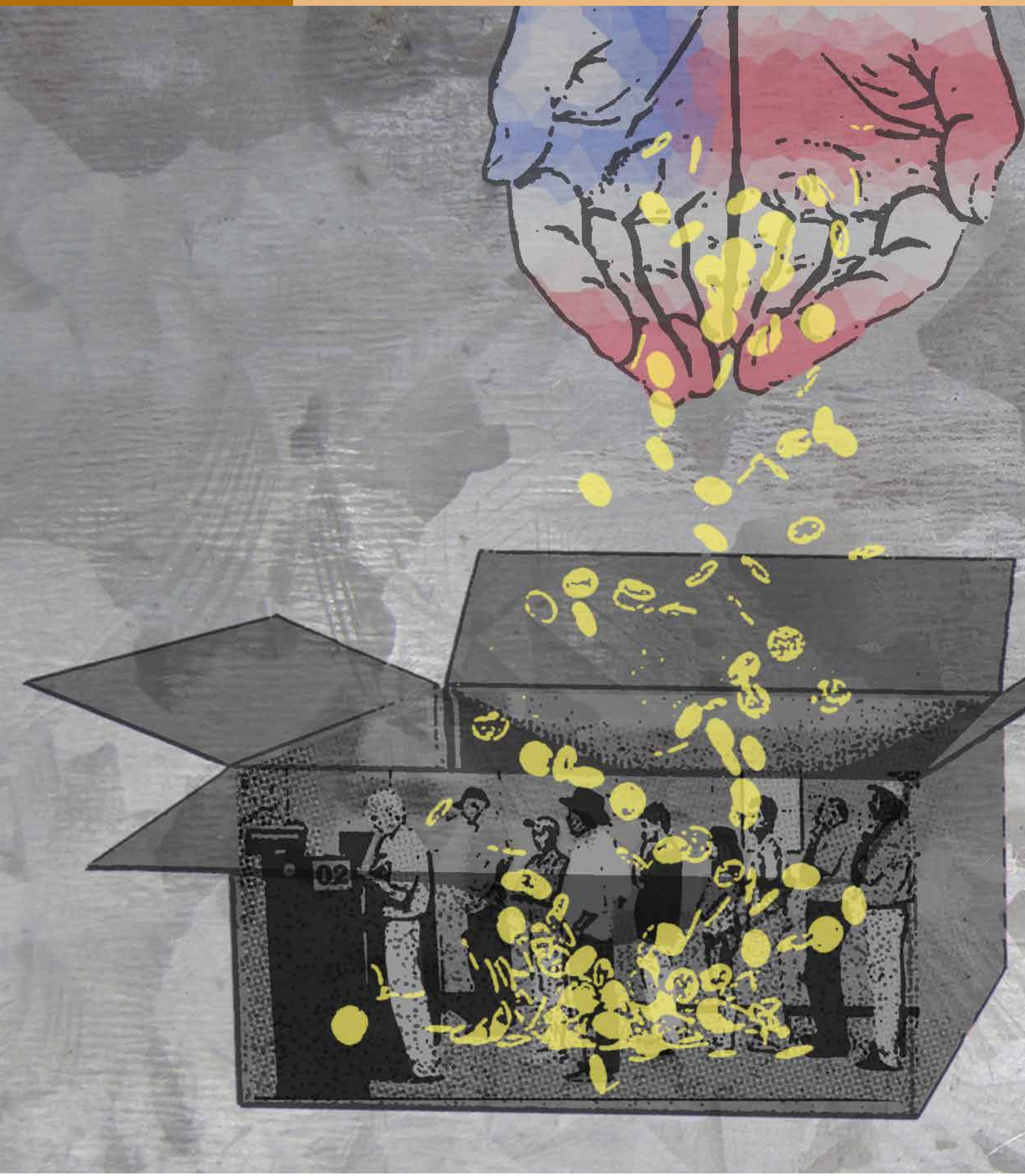
TRONCOSO, Ursula. Construir Processos. Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 234, p. 46-49, set. 2013.

O Azimute é a mais nova ferramenta que a SEI oferece para busca de conhecimento, com perfeita interação entre as pessoas e o sistema de informação. Ele disponibiliza a seus usuários uma gama de informações georreferenciadas sobre a população e os estabelecimentos essenciais de Educação e Saúde do Estado da Bahia. Para interagir com a gente acesse: www.azimute.sei.ba.gov.br

azimute
SISTEMA DE INFORMAÇÃO MULTIDIMENSIONAL

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO | Bahia GOVERNO
TERRA DE TODOS NÓS



Inclusão financeira na Bahia: uma análise da presença do Banco Postal

Vivian Brendle*
Laumar Neves de Souza**

No entendimento de que o Estado nacional precisa ser agente de democratização que oriente os rumos do desenvolvimento econômico e social, e na convicção de que um ambiente de relações financeiras sustentáveis e inclusivas seja catalisador para o desenvolvimento nacional, o Banco Central do Brasil (Bacen) lançou, em 2009, o Projeto Estratégico de Inclusão Financeira (PIF), que visava assegurar a solidez e eficiência do sistema financeiro nacional (SFN), prover acesso a serviços financeiros adequados às necessidades da população e dinamizar o mercado de microfinanças.

* Mestre em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador (Unifacs) e especialista em Logística Empresarial pela Faculdade Castro Alves. Consultora de negócios da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – Regional Bahia. vivianbrendle@oi.com.br

** Doutor em Ciências Sociais e mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador (Unifacs). laumar.souza@unifacs.br

Esse novo canal de atendimento bancário [...] vem se revelando como instrumento versátil para colocar à disposição de amplas camadas da população brasileira [...] facilitando o acesso a serviços financeiros para o público de menor renda ou de localidades mais distantes que não são atendidas por agências bancárias

Neste contexto, a inserção no SFN e o acesso ao crédito configuram-se como instrumentos que podem, de forma geral, elevar os níveis de circulação de moeda e formação de capital nos municípios brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento local, propiciando alternativas de liberdade econômica e melhores possibilidades de vida para as pessoas, além de viabilizar a execução de programas de redistribuição de renda vinculados às políticas públicas sociais do governo.

Dentre as estratégias utilizadas pelo Bacen, voltadas à execução do PIF em larga escala, está a expansão dos canais de atendimento bancário. O governo federal contribuiu decisivamente com a questão ao adequar as regulamentações do sistema bancário para as atuais necessidades do país e introduzir a legislação que possibilitou a criação dos correspondentes bancários[1] – parcerias entre bancos e instituições instalados em municípios de menor porte econômico e populacional –, sendo o banco postal (BP) dos Correios, agente financeiro atuando como correspondente bancário do Banco do Brasil, um exemplo dessas parcerias. Embora a base normativa dos correspondentes tenha origem em 1973, uma série de medidas tomadas a partir de 1999 pelo Bacen teve papel fundamental para regulamentar o modelo e permitir o seu crescimento.

Esse novo canal de atendimento bancário, viabilizado pela aplicação da tecnologia da informação no setor, vem se revelando como instrumento versátil para colocar à disposição de amplas camadas da população brasileira, em todo o território nacional, os principais serviços produzidos pelas instituições que integram o SFN, facilitando o acesso a serviços financeiros para o público de menor renda ou de localidades mais distantes que não são atendidas por agências bancárias.

O modelo de correspondentes foi incorporado pelas instituições bancárias, que encontraram neles uma forma de expandir os seus pontos de atendimento sem incorrer nos custos associados à manutenção de uma agência, tais como despesas com pessoal, segurança e manutenção predial. Essa redução nos custos fixos e variáveis permitiu aos bancos oferecer um portfólio de serviços específico para os segmentos de baixa renda, compatível com o PIF, a exemplo das contas correntes básicas, que possuem isenção de cobrança da taxa de serviço, ou a oferta de linhas de crédito com juros mais baixos.

Para efeito de acompanhamento do grau de inclusão financeira das regiões brasileiras, o Bacen adota como principal indicador de avaliação o índice de inclusão financeira (IIF)[2], composto a partir da agregação de indicadores de dimensões geográficas, demográficas e de utilização dos serviços financeiros. Esse índice permite o monitoramento da evolução do processo de inclusão, de forma a identificar necessidades de ajustes e auxiliar os formuladores de políticas públicas a estabelecerem

1 Os correspondentes bancários são empresas, integrantes ou não do sistema financeiro nacional, contratadas por instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil para a prestação de serviços de atendimento aos clientes e usuários dessas instituições (RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA, 2013).

2 O índice de inclusão financeira (IIF) é composto a partir da agregação de indicadores de diferentes dimensões da inclusão financeira, dentre eles o número de agências bancárias, de postos bancários e de caixas de autoatendimento por adulto; a quantidade de crédito disponível, o volume de depósitos, dentre outros. O índice objetiva identificar tendências e comparativos entre unidades geográficas, de forma a verificar avanços e entraves em cada indicador, possibilitar a avaliação do efeito de políticas públicas que visem à promoção da inclusão financeira e a relação do índice com outras variáveis econômicas e sociais (RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2011).

A eficiência do SFN em promover a inclusão financeira da população e cumprir o seu papel de intermediar recursos entre agentes poupadores e agentes deficitários está diretamente relacionada à sua capacidade em exercer essas atividades para a totalidade dos agentes da economia

a relação deste indicador com outras variáveis econômicas e sociais. Na perspectiva da Bahia, o Relatório de Inclusão Financeira (RIF) (RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2011) mostra que, apesar da elevada quantidade de agências bancárias, o estado ocupa o 20º lugar no ranking nacional de inclusão financeira, obtendo apenas 13,9 pontos para o IIF, um valor muito aquém da média nacional de 21,7 pontos.

Acreditando no papel potencial de um sistema financeiro acessível e inclusivo para a atenuação de desigualdades socioeconômicas regionais no estado da Bahia, na relevância dos correspondentes bancários para levar o atendimento e a oferta de serviços financeiros aos municípios desassistidos de agências bancárias, e diante da finalidade precípua do banco postal, de promover a inclusão financeira e social de populações de baixa renda e de regiões mais isoladas, o presente estudo tem como objetivo realizar uma análise espacial do suprimento desse canal de atendimento nos territórios de identidade (TI) baianos, entre os anos de 2010 e 2014.

Para atingi-lo, procurou-se fazer uso de levantamento bibliográfico pertinente ao tema e de pesquisas documentais, principalmente em relatórios obtidos junto ao Bacen.

Do ponto de vista da estruturação deste artigo, optou-se por organizá-lo em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, busca-se evidenciar a atual capilaridade e distribuição dos canais de atendimento bancário no país, chamando-se a atenção para as desigualdades regionais existentes. Na segunda, apresenta-se, sob a forma de mapas, a distribuição espacial das dependências de agências bancárias e dos bancos postais nos TIs baianos, considerando-se os seus quantitativos absolutos e sob as perspectivas de disponibilidade geográfica e demográfica.

CAPILARIDADE DA REDE DE ATENDIMENTO BANCÁRIO NO BRASIL

A eficiência do SFN em promover a inclusão financeira da população e cumprir o seu papel de intermediar recursos entre agentes poupadores e agentes deficitários está diretamente relacionada à sua capacidade em exercer essas atividades para a totalidade dos agentes da economia. Diante do desígnio, as principais entidades operativas que contribuem para o alcance do SFN em todo o território nacional são as instituições do setor bancário[3], uma vez que a representatividade e a capilaridade do seu sistema são cruciais para dispor de estrutura de pontos de acesso a serviços financeiros para a população.

Para o Relatório de Inclusão Financeira (2010), a dimensão capilaridade diz respeito à distribuição das dependências bancárias no território nacional, que se dá primordialmente por meio de agências, postos de atendimento bancário (PAB), postos avançados de atendimento (PAA), postos de atendimento bancário eletrônico (PAE) e correspondentes.

Apesar de hoje, no Brasil, não existir nenhum município sem algum tipo de canal de acesso a serviços financeiros (RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2010, p. 64), é possível verificar, a partir do Quadro 1, que a distribuição quantitativa dos pontos de atendimento bancário não segue uma equalização geográfica nas regiões do país.

3 Em 2010, os bancos públicos e privados respondiam por 84% do ativo total do sistema financeiro, sendo os principais agentes no processo de intermediação financeira no país (RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA, 2010, p. 48).

Estado/Municípios	Agências	PABs	PAAs	PAEs	Correspondentes bancários
Acre	43	13	5	115	301
Amazonas	176	156	27	607	1.261
Amapá	39	25	10	137	290
Pará	341	123	68	677	2.041
Rondônia	109	19	16	257	969
Roraima	25	13	8	112	197
Tocantins	99	33	79	332	1.180
Norte	832	382	213	2.237	6.239
Alagoas	144	44	55	328	1.502
Bahia	843	241	144	1.937	8.203
Ceará	400	100	74	743	4.772
Maranhão	263	66	123	713	2.605
Pernambuco	519	167	56	977	4.544
Piauí	125	25	127	368	1.880
Paraíba	195	44	132	525	2.288
Rio Grande do Norte	166	34	104	507	2.400
Sergipe	173	38	21	260	1.214
Nordeste	2.828	759	836	6.358	29.408
DF	349	221	-	900	1.678
Goiás	614	152	96	1.034	4.220
Mato Grosso do Sul	257	58	18	538	1.898
Mato Grosso	292	53	48	603	2.472
Centro-Oeste	1.512	484	162	3.075	10.268
Espírito Santo	402	76	-	711	2.445
Minas Gerais	1.962	563	320	3.665	14.493
Rio de Janeiro	1.865	575	1	2.843	7.711
São Paulo	6.622	2.427	105	10.490	30.952
Sudeste	10.851	3.641	426	17.709	55.601
Paraná	1.360	522	118	2.080	10.412
Rio Grande do Sul	1.542	539	183	2.445	10.214
Santa Catarina	888	351	40	1.594	5.853
Sul	3.790	1.412	341	6.119	26.479
Total	**19.813**	**6.678**	**1.978**	**35.498**	**127.995**

Quadro 1
Distribuição dos pontos de atendimento bancário por região/UF – 2010

Fonte: Relatório de Inclusão Financeira (2010).

A Região Sudeste é, disparadamente, aquela com o maior número de dependências, concentrando 45,96% do total do país, enquanto que a Região Norte é a de menor suprimento, possuindo apenas 5,16% do total de pontos de atendimento. Juntas, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste possuem em seu território apenas 25,78% das agências do país.

Em termos de capilaridade, os correspondentes representam a principal forma de acesso ao sistema financeiro, predominando em todas as regiões do país, com 127.995 unidades de atendimento – equivalente a 67% do total dos pontos bancários. Segundo o Relatório de Inclusão Financeira (2010, p. 49), apenas 34 dos 5.561 municípios brasileiros não possuem em sua estrutura de serviços algum correspondente bancário, sendo alternativa a esses municípios o atendimento por meio dos PAAs, PAEs ou PABs.

Em que pese a ampla cobertura dos correspondentes bancários no território nacional ser decisiva para o

processo de aprofundamento da inclusão financeira, em especial nas localidades desassistidas de agências bancárias, verifica-se que, tal qual ocorre com os demais pontos de atendimento, os correspondentes estão majoritariamente distribuídos pelas regiões Sul (26.479) e Sudeste (55.601), apresentando-se em menor número na Região Norte – a de maior extensão territorial, com apenas 6.239 dependências.

A evidência da concentração locacional dos pontos de atendimento bancário no Brasil pode ser melhor observada quando avaliada a distribuição percentual das unidades por região, conforme demonstrado no Gráfico 1.

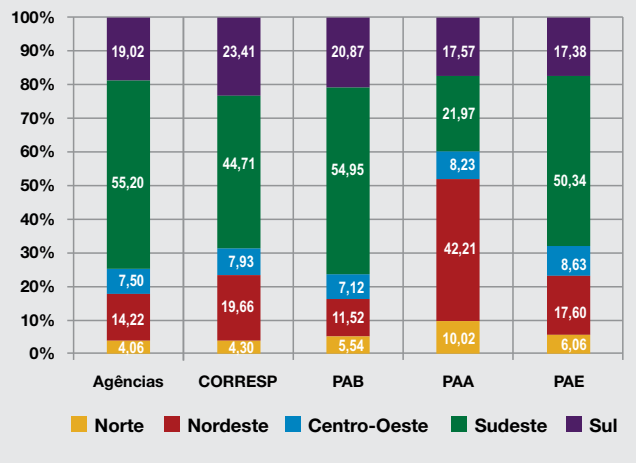


Gráfico 2
Percentual dos pontos de atendimento bancário por região 2010

Fonte: Relatório de Inclusão Financeira (2010, p. 53).

Embora a capilaridade das instituições bancárias aponte para amplas diferenças regionais no que se refere à quantidade absoluta de pontos, pode-se constatar que elas são atenuadas quando proporcionalizadas pelas dimensões geográfica (quantidade de pontos de acesso por 1.000 km^2) e demográfica (quantidade de pontos de atendimento por 10 mil adultos). Tais indicadores devem ser analisados conjuntamente – já que possuem focos distintos, porém complementares – no exame do nível de capilaridade da rede de atendimento ao usuário do SFN. As resultantes das dimensões geográfica e demográfica para cada região do país apresentam-se nas tabelas 1 e 2, respectivamente.

Tabela 1
Número de canais de atendimento bancário/1.000 km^2

Região	Ag.	PABs	PAAs	PAEs	Corresp. bancários
Norte	0,22	0,10	0,06	0,58	1,62
Nordeste	1,82	0,49	0,54	4,09	18,92
Centro-Oeste	0,94	0,30	0,10	1,91	6,39
Sudeste	11,74	3,94	0,46	19,15	60,14
Sul	6,72	2,50	0,60	10,85	46,97
Média Brasil	2,33	0,79	0,23	4,17	15,05

Fonte: Relatório de Inclusão Financeira (2010).

Tabela 2
Número de canais de atendimento bancário/10 mil adultos

Região	Ag.	PABs	PAAs	PAEs	Corresp. bancários
Norte	0,88	0,35	0,20	2,05	5,72
Nordeste	0,73	0,19	0,21	1,63	7,54
Centro-Oeste	1,42	0,46	0,15	2,90	9,67
Sudeste	1,72	0,58	0,07	2,81	8,84
Sul	1,77	0,66	0,16	2,86	12,37
Média Brasil	2,33	0,79	0,23	4,17	15,05

Fonte: Relatório de Inclusão Financeira (2010).

No que tange à distribuição geográfica dos pontos de atendimento, verifica-se, na Tabela 1, que o Brasil possui, em média, 2,33 agências bancárias e 15,05 correspondentes por área de 1.000 km^2. Quando comparadas as cinco regiões, tem-se, no Sudeste, aproximadamente quatro vezes mais agências e três vezes mais correspondentes do que a média nacional, enquanto que as regiões Norte e Centro-Oeste sequer alcançam uma agência por 1.000 km^2 e estão muito aquém da média nacional para todos os demais pontos de atendimento bancário. Para o Relatório de Inclusão Financeira (2010), contribuem para os baixos indicadores das regiões Norte e Centro-Oeste suas extensas dimensões territoriais – que abrangem, respectivamente, cerca de 45% e 18% do território nacional – e a baixa densidade demográfica, haja vista que as duas juntas possuem cerca de 14% da população do país.

No critério do acesso demográfico se verifica uma menor disparidade no provimento de pontos de atendimento bancário entre as regiões, conforme dados da Tabela 2. A Região Centro-Oeste é a que mais se aproxima da média nacional para todos os canais avaliados. A Região Norte permanece a mais carente no suprimento de agências

bancárias e correspondentes – estando aproximadamente 36% abaixo da média nacional –, enquanto que a Região Nordeste manteve-se em baixos patamares para praticamente todas as modalidades de acesso a serviços financeiros, superando a média nacional apenas no canal PAA, com 0,21 ponto de atendimento para cada 10 mil adultos.

Sob as diferentes dimensões de análise, a Região Norte convive com o menor provimento de infraestrutura de atendimento bancário, nas suas diversas modalidades de pontos de atendimento, enquanto que as regiões Sul e Sudeste prevalecem com os melhores indicadores

Para o Sudeste, a perspectiva da disponibilidade demográfica dos pontos de atendimento bancário aproximou a região da média nacional. A atenuação observada para esse indicador é determinada pela alta densidade populacional da região, que abriga em torno de 42,65% da população brasileira. Para esta perspectiva de acesso, a Região Sul encontra-se majoritariamente mais bem servida por todas as modalidades de dependências, superando a média nacional em todos os cinco canais de atendimento (Tabela 2).

Os fatores que influenciam o nível de ocupação territorial das instituições bancárias em determinadas regiões podem ter relação com elementos diversos, a exemplo das mudanças nos cenários político e econômico após o Plano Real (1994), que reduziram drasticamente os ganhos de receitas e levaram a uma reestruturação do setor financeiro, e do crescimento da participação dos bancos estrangeiros no mercado bancário nacional, que promoveram um aumento da competitividade bancária.

No que tange à questão da distribuição dos pontos de atendimento no território, sob a ótica da localização da firma bancária no Brasil, Sicsú e Crocco (2003) e Silva e Jayme Jr. (2010) defendem que há uma tendência de concentração locacional do setor bancário em grandes centros ou em localidades que possuam um maior dinamismo econômico, de forma que o número de agências bancárias em cada estado é proporcional ao produto interno bruto (PIB) ou ao grau de concentração de renda de cada região.

No que tange à questão da distribuição dos pontos de atendimento no território, sob a ótica da localização da firma bancária no Brasil, Sicsú e Crocco (2003) e Silva e Jayme Jr. (2010) defendem que há uma tendência de concentração locacional do setor bancário em grandes centros o número de agências bancárias em cada estado é proporcional ao produto interno bruto (PIB) ou ao grau de concentração de renda de cada região

DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS DE AGÊNCIA BANCÁRIA E BANCOS POSTAIS NOS TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE BAIANOS

Na Bahia, as desigualdades regionais na distribuição espacial das agências bancárias são significativas. O estado representa atualmente a sétima maior economia no ranking nacional (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2012) e é o quarto mais populoso do Brasil, abrigando 7,4% do total da população. Constituído pela extensa área territorial de 564.692 km² (a quinta maior área territorial dentre as UFs), é marcado por discrepantes realidades socioeconômicas entre as regiões e as pessoas que coexistem dentro do seu espaço.

Spinola (2009, p. 441) considera que o isolamento geográfico e a rarefação espacial, caracterizada por grandes vazios no território baiano, configuraram um

Outro fator de grande peso que afeta o desenvolvimento da Bahia é o fenômeno da seca, que impediu a formação de uma atividade agrícola regular em dois terços do território baiano e coadjuvou para a pobreza regional

dos elementos determinantes do atraso socioeconômico do estado. O processo de ocupação de seu território foi marcado por uma acentuada dispersão dos núcleos urbanos, em parte considerável das regiões, provocando um baixo grau de integração entre as cidades que exercem efeitos polarizadores sobre as demais.

Pesa nas disparidades existentes a formação da sociedade baiana, que reflete as determinações de um processo histórico marcado por um largo período escravagista e pelos interesses das oligarquias que comandavam a economia primário-exportadora durante o período colonial. Conforme Spinola (2009, p. 442), o domínio exercido pelo coronelismo no interior do estado contribuiu para inibir a ação governamental em amplos espaços do território baiano e condenar à miséria uma grande parte de sua população.

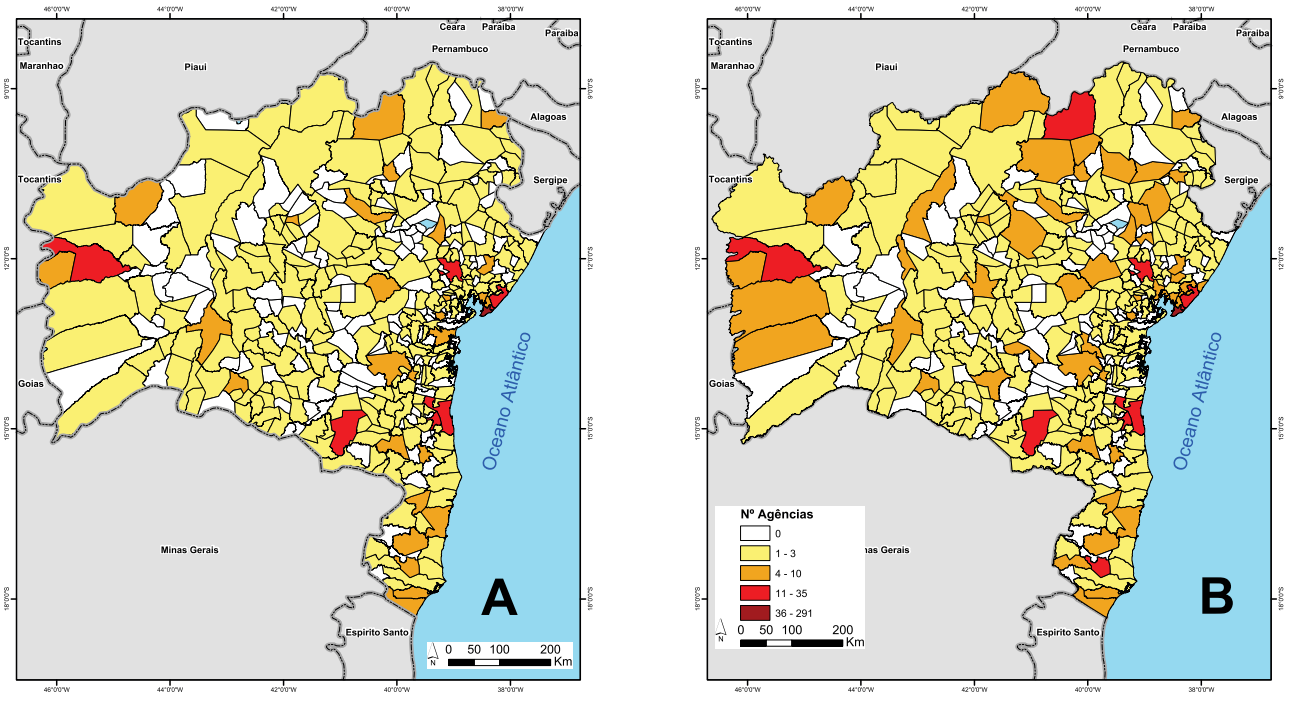
Outro fator de grande peso que afeta o desenvolvimento da Bahia é o fenômeno da seca, que impediu a formação de uma atividade agrícola regular em dois terços do território baiano e coadjuvou para a pobreza regional. Segundo Spinola (2009, p. 47), a seca contribuiu para a formação de oligarquias rurais nas esparsas "ilhas de fertilidade", que detinham o monopólio do abastecimento e faturavam alto em cima da escassez produzida pela falta de água, impedindo o surgimento de um mercado agrícola interno no estado.

O processo de industrialização vivenciado a partir de 1970 acarretou profundas transformações na estrutura baiana. As políticas estaduais de atração de investimentos foram concentradas na Região Metropolitana de Salvador (RMS), de forma que os empreendimentos industriais, principalmente do setor petroquímico, metalúrgico, de celulose e automobilístico, ficaram prioritariamente localizados nessa região. A forma de distribuição dos polos industriais e o processo de acumulação de capital e da produtividade econômica na RMS ocasionaram uma concentração de empregos e renda na região, que, somada a demais fatores, tornou-se empecilho ao desenvolvimento regional equilibrado.

Conforme Spinola (2009, p. 444), nas décadas de 1950 e 1960, muitos bancos deixaram de atuar no interior do estado da Bahia. De um total de 330 no ano de 1992, passaram a 285 no ano 2000. Atualmente, o estado é o sexto colocado no ranking nacional de quantidade de agências bancárias por UF no país (RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA, 2013). Contudo, 42,41% das suas 1.119 agências estão concentradas em apenas 13 municípios, correspondendo a 464 agências bancárias distribuídas em apenas 3,12% dos municípios. Soma-se a esta perspectiva de assimetria o fato de que, em dezembro de 2014, a Bahia ainda contava com 116 dos seus 417 municípios[4] desassistidos de agências bancárias, representando 27,82% do total. Esse cenário evidencia a existência de forte concentração espacial do setor bancário e a necessidade de interferência governamental para atenuar as desigualdades.

No âmbito do estado, houve um expressivo crescimento na oferta de agências bancárias no período de 2010 a 2014, passando de 843 para 1.119 dependências – um crescimento na ordem de 33% no período. O Mapa 1 revela que essa expansão beneficiou todos os territórios de identidade, sendo o do Sisal o que recebeu maior provimento, duplicando o número de agências bancárias. Na sequência, Velho Chico (86,7%), Chapada Diamantina (61,1%) e Bacia do Rio Grande (61,5%) foram os principais beneficiados. Os menores incrementos em termos de ampliação do número de agências foram nos TI Litoral Sul (16,3%), Médio Rio de Contas (17,6%) e Metropolitano de Salvador (18,1%).

4 Dados do Departamento de Organização do Sistema Financeiro do Bacen (2014).



Mapa 1
Distribuição das agências bancárias no estado da Bahia nos anos de 2010 (A) e 2014 (B)

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Dados extraídos do Bacen.

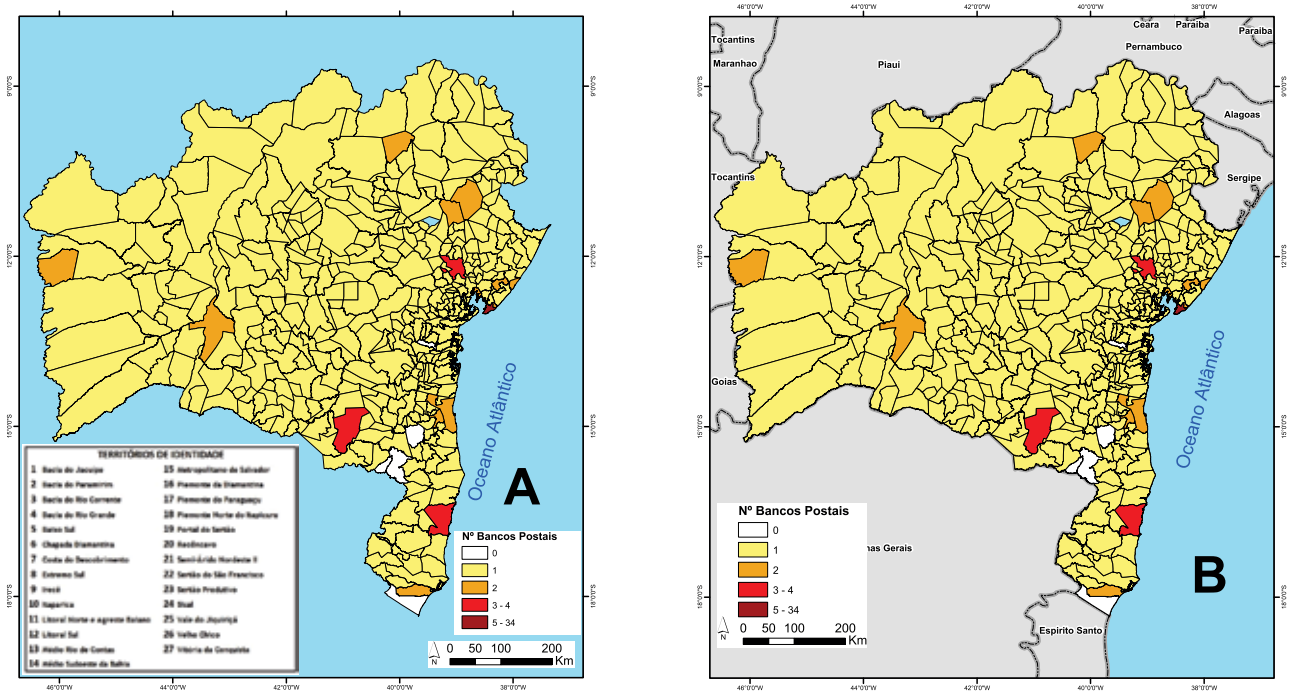
No que se refere às dependências do banco postal, observa-se, no Mapa 2, uma estabilidade no seu quantitativo entre os anos 2010 e 2014, com uma pequena retração no TI Metropolitano de Salvador (-4,3%) e uma baixa evolução, de 5,3%, no Portal do Sertão. É possível verificar que o banco postal possui uma maior área de cobertura, levando serviços financeiros a 98% dos municípios baianos. Apenas Itaju do Colônia, Itarantim, Maiquinique, Mucuri e Teolândia não contam com a presença desse correspondente.

O Mapa 2 também revela que os pontos de atendimento do BP são distribuídos de modo mais uniforme entre os municípios, se comparados às agências bancárias, existindo pouca concentração locacional no estado. A maior oferta de agências bancárias proporcionou uma melhoria na estrutura de serviços da Bahia. Em 2010, havia no estado 147 municípios desassistidos de agências. Em 2014, esse número caiu para 116 cidades, o que representou uma redução na ordem de 21% de localidades com limitações de acesso ao SFN. No que se refere à disponibilidade de bancos postais, mantiveram-se cinco municípios sem esse canal de atendimento em sua estrutura de serviços.

Em termos de localização das agências e dos bancos postais no estado, tem-se uma maior representatividade de ambos os canais localizados no território Metropolitano de Salvador, que concentrava, respectivamente, 31,15% e 9,5% dos pontos no ano de 2014.

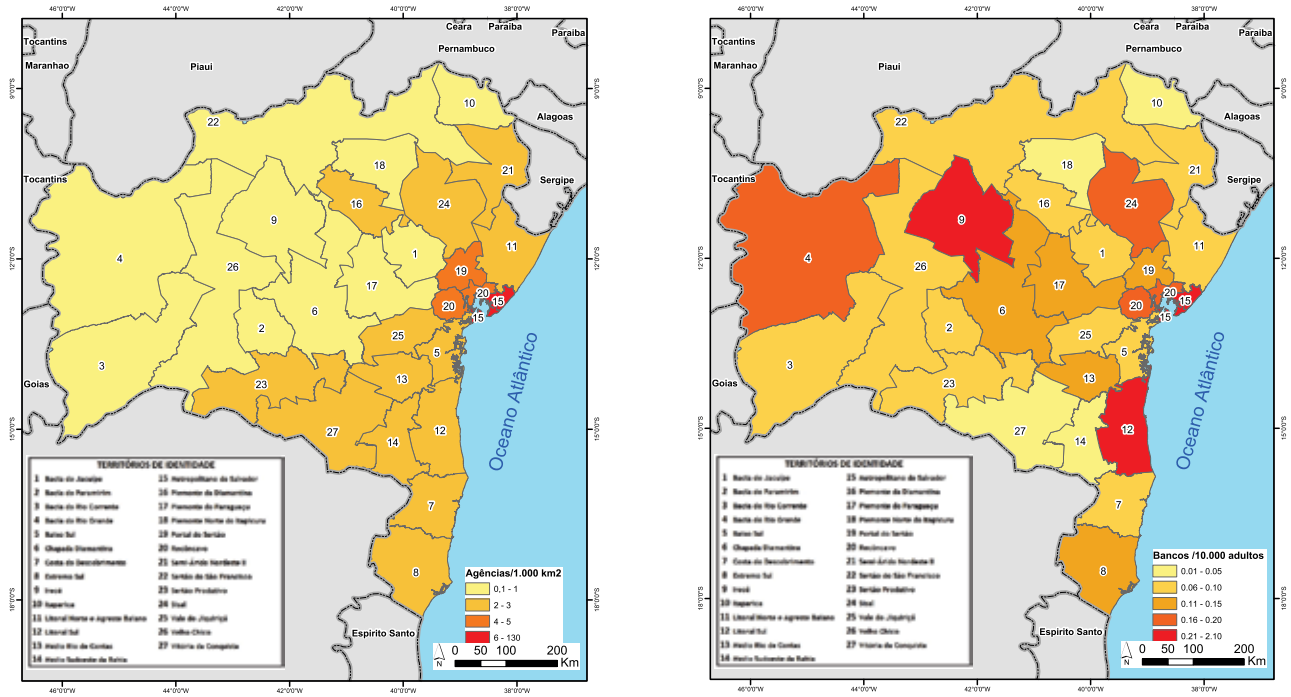
Os indicadores de acesso ao SFN, vinculados ao PIF, consideram a dimensão disponibilidade geográfica – pontos de atendimento por 1.000 km^2 – e disponibilidade demográfica – pontos de atendimento por 10 mil adultos. Nos mapas 3 e 4 tem-se a representação desses indicadores, em um recorte para as agências bancárias e unidades de banco postal, respectivamente, distribuídos nos TI da Bahia.

O índice de disponibilidade geográfica das agências bancárias encontrado para o estado da Bahia foi de 1,98 – resultado abaixo da média nacional de 7,36 agências (BACEN, 2011). Infere-se que a extensa área rural do estado



Mapa 2
Distribuição dos bancos postais no estado da Bahia nos anos de 2010 (A) e 2014 (B)

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Dados extraídos da ECT.



Mapa 3
Acesso a agências bancárias – dimensão geográfica (A) e dimensão demográfica (B), 2014

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Dados extraídos do Bacen e IBGE.

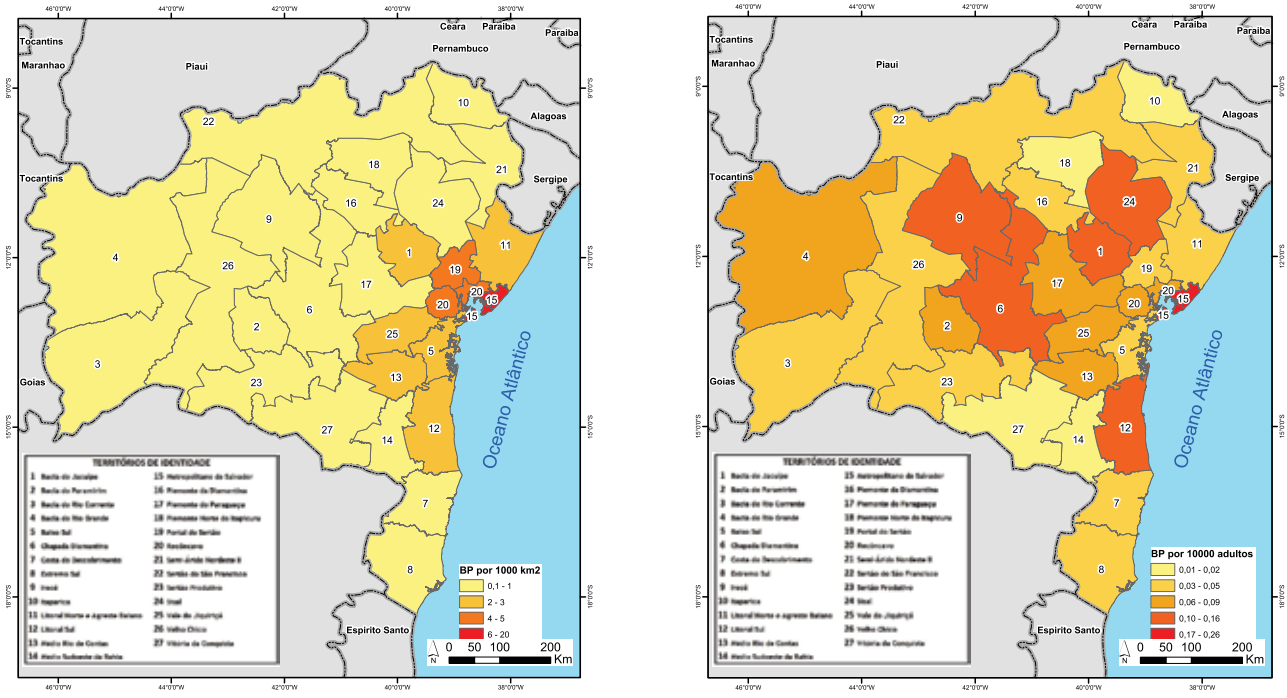
influenciou de forma significativa esse resultado. Dentre os territórios, dez apresentaram, para esse índice, um resultado superior à média do estado: Baixo Sul (2,6), Costa do Descobrimento (2,14), Extremo Sul (2,5), Litoral Norte e Agreste Baiano (2,77), Litoral Sul (3,87), Médio Rio de Contas (2,02), Portal do Sertão (10,32), Recôncavo (8,43), Sisal (2,02) e Metropolitano de Salvador (126,65). Este último obteve um elevado valor para esse índice devido, principalmente, à forte influência da capital do estado, que abriga 291 (26%) das 1.119 agências bancárias da Bahia.

Os menores índices de disponibilidade geográfica das agências bancárias foram verificados nos TI Bacia do Rio Corrente (0,36), Sertão do São Francisco (0,47), Bacia do Rio Grande (0,55) e Velho Chico (0,61) – todos muito aquém da média do estado. Este cenário se repete quando considerado o mesmo índice pelo recorte do banco postal, conforme demonstrado no Mapa 4, variando apenas o posicionamento no ranking dos menores resultados: Sertão do São Francisco (0,16), Bacia do Rio Grande (0,20), Bacia do Corrente (0,25) e Velho Chico (0,37).

Para a dimensão de acesso ao SFN pelo critério de disponibilidade demográfica, optou-se por trabalhar a variável população com os dados absolutos disponíveis no IBGE (Censo 2010), compreendendo que uma projeção de crescimento da população adulta para 2014 não interferiria, de forma significativa, no contexto de resultado desse indicador.

No indicador demográfico verifica-se uma maior atenuação nas diferenças de provimento de pontos de acesso de agências bancárias na Bahia. Nessa dimensão, o Metropolitano de Salvador perde colocação no ranking regional de agências bancárias/10 mil adultos, cedendo a primeira posição para o TI Bacia do Rio Grande (1,47). O pior desempenho, em termos de agências, foi verificado no TI Bacia do Jacuípe (0,63), alcançando apenas 59% da média estadual.

Em relação aos dados concernentes ao banco postal, verifica-se uma maior equidade na distribuição dos pontos de acesso por disponibilidade demográfica. Nesta modalidade de atendimento, apenas quatro TI



Mapa 4
Acesso a bancos postais – dimensão geográfica (A) e dimensão demográfica (B), 2014

Fonte: Elaboração própria.
Nota: Dados extraídos do Bacen, ECT e IBGE.

ficaram abaixo da média do estado: Metropolitano de Salvador (0,16), Sertão do São Francisco (0,28), Velho Chico (0,37) e Extremo Sul (0,43). O baixo desempenho do Metropolitano de Salvador é determinado por sua elevada concentração populacional e reduzida quantidade de bancos postais, se comparado com o quantitativo de agências bancárias. Os melhores desempenhos do banco postal para estes indicadores foram obtidos nos TI Vale do Jiquiriçá (0,90), Chapada Diamantina (0,90) e Bacia do Jacuípe (0,60), o que sugere uma atuação compatível com os seus propósitos de levar acesso a serviços financeiros às localidades remotas e de menor dinamismo econômico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Bahia é marcada por desigualdades socioeconômicas em seu território. Em se tratando da estrutura de serviços do estado, especificamente no que tange ao setor bancário, as assimetrias são atenuadas pela existência de diferentes canais de acesso a serviços financeiros. Contudo, a oferta de serviços não é equilibrada entre as regiões, se considerarmos que o portfólio completo somente é encontrado em agências bancárias.

Apesar do significativo e importante aumento de 33% no número de agências, no período de 2010 a 2014, persistem, nos dias de hoje, 116 localidades desassistidas desse canal de atendimento, evidenciando que ainda há uma grande carência de agências bancárias na Bahia e uma propensão de maior provimento de unidades nas regiões economicamente mais ativas do estado.

A presença maciça de dependências do banco postal no território baiano permite que as pessoas realizem suas transações bancárias no local onde residem, sem a necessidade de se deslocar para cidades centrais (ou maiores centros) e com horário ampliado em comparação ao praticado pelas agências bancárias. Essa facilidade gera comodidade e economicidade às pessoas, ao se considerar a redução de gasto de tempo e de despesas com deslocamentos.

Acredita-se ainda que as facilidades econômicas proporcionadas pelo banco postal, decorrentes da maior acessibilidade aos serviços financeiros, em especial do acesso ao crédito, possam contribuir para a ampliação da participação das pessoas na atividade econômica, seja para iniciar ou fortalecer um pequeno empreendimento produtivo, seja para viabilizar o consumo de bens e serviços essenciais à ampliação da renda e elevação da qualidade de vida, podendo conferir maior autonomia à sua condição de agente de mudanças.

Admite-se a possibilidade de que a manutenção das atividades financeiras dentro dos municípios estimule a dinâmica econômica e o desenvolvimento local, ao se supor que as pessoas gastem a maior parte de seus recursos monetários na própria localidade onde vivem. Infere-se, por esse motivo, que a atuação do BP contribua para evitar os vazamentos ou transferências de depósitos de áreas periféricas para outras regiões, considerando que o crédito fornecido pela instituição pode retornar em benefício da própria localidade.

Contudo, seria precipitado e imprudente afirmar que o banco postal tem propiciado desenvolvimento econômico para essas localidades. Para uma análise desta natureza, seria necessário o estabelecimento de correlações estatísticas entre as atividades do banco postal e indicadores de desenvolvimento socioeconômicos municipais.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Atendimento bancário no país: distribuição do quantitativo de municípios por região e UF. Brasília, DF: BCB, 2005. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d200510/quadro4.asp>. Acesso em: 9 out. 2014.

_____. Departamento de Organização do Sistema Financeiro – DEORF. Quadro 4 – Atendimento bancário no País – Distribuição do quantitativo de municípios por região e UF. Disponível em: < http://www.bcb.gov.br/htms/deorf/d200510/quadro4.asp>. Acesso em: 5 out. 2014.

BRASIL. Resolução 2.099, de 17 de agosto de 1994. Aprova Regulamentos que dispõem sobre as condições relativamente ao acesso ao Sistema Financeiro Nacional, aos valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, à instalação de dependências e à obrigatoriedade da manutenção de patrimônio líquido ajustado em valor compatível com o grau de risco das operações ativas das instituições

financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 ago. 1994. p. 12481-12486. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/res/1994/pdf/res_2099_v1_o.pdf. Acesso em: 19 set. 2013

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. População residente, por grupos de idade, segundo os municípios e o sexo. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=26&uf=29#topo_piramide>. Acesso em: 4 fev. 2014

FELTRIM, Luiz Edson; VENTURA, Elvira Cruvinel Ferreira; DODL, Alessandra von Borowski. Perspectivas e desafios para iclusão financeira no Brasil: visão de diferentes atores. Brasília, DF: BCB, 2009. 254 p. Projeto Inclusão Financeira. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf>. Acesso em: 14 set. 2014.

RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA. Brasília, DF: BCB, n. 1, 2010. <Disponível em: https://www.bcb.gov.br/?RELINCFIN>. Acesso em: 13 set. 2014.

RELATÓRIO DE INCLUSÃO FINANCEIRA. Brasília, DF: BCB, n. 2, 2011. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/RIF2011.pdf>. Acesso em: 13 set. 2014.

RELATÓRIO DE ESTABILIDADE FINANCEIRA. Brasília, DF: BCB, v. 12, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/htms/estabilidade/2013_09/refP.pdf>. Acesso em: 11 out. 2014.

SPINOLA, Noelio Dantaslé. A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: UNIFACS, 2009, 528 p.

SICSÚ, João; CROCCO, Marco. Em busca de uma teoria da localização das agências bancárias: algumas evidências do caso brasileiro. Economia, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 25-42, 2003. Disponível em: <www.anpec.org.br/revista/vol4/v4n1p85_112. pdf>. Acesso em: 26 jul. 2014.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; JAYME Jr., Frederico G. Estratégia de localização bancária: teoria e evidência empírica aplicada ao Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. 32 p. (Texto para discussão, 410).

PROJETO DE ATUALIZAÇÃO DAS DIVISAS MUNICIPAIS.

ATUAL COMO VOCÊ, GRANDE COMO A BAHIA.

A Bahia mudou muito nos últimos anos, mas só em 2011 começou a ser feito o Projeto de Atualização das Divisas Municipais. O trabalho está sendo realizado em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, tendo a cooperação técnica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A SEI já elaborou os estudos técnicos em todos os municípios e os encaminhou à Assembleia Legislativa para que sejam transformados em projetos de lei. Até o momento já foram revistos os limites de 364 dos 417 municípios que compõem o estado.

São informações atualizadas e precisas que estão ajudando o governo a construir uma nova Bahia.

www.sei.ba.gov.br

facebook.com/imprensasei @eu_SEI

SEI Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia | SECRETARIA DO PLANEJAMENTO | BAHIA GOVERNO DO ESTADO

Redução do crédito e dificuldades ao crescimento

Vitor Lopes
Economista, professor da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e presidente do Conselho Regional de Economia da Bahia (Corecon-BA).

Em 2016, o saldo total das operações de crédito do sistema financeiro nacional registrou uma queda expressiva, ao sair de 53,6% do PIB, em 2015, para 49,3%. Esse fato reflete a elevada inadimplência e a consequente piora na percepção de risco das instituições financeiras. No sentido contrário, juros e spreads subiram ao longo de 2016. A taxa de juros nas operações de crédito fechou o ano no patamar de 32% a.a, alta de 2,2 p.p na comparação com o fim de 2015 (29,8% a.a.). O spread médio, por sua vez, obteve expansão de 3,9 p.p frente ao verificado em dezembro de 2015. Ou seja, crédito mais escasso e juros e encargos mais elevados não são boas notícias para o crescimento econômico. Outro impacto importante desse quadro foi registrado na dívida pública federal, que teve expansão de 11,4% ao longo de 2016, justamente devido à apropriação dos juros, e redução do prazo médio de vencimento.

Sabe-se, através dos manuais da macroeconomia, que mais crédito significa mais investimento e mais consumo, o que anima a economia, gerando emprego e renda, e que esse expediente foi recentemente utilizado para impulsionar a economia brasileira. Com o crédito restrito, tem-se dificuldade para dinamizar a atividade econômica e retomar o crescimento, sobretudo em um contexto de restrição fiscal. A brutal redução do PIB em 2016 (-4,4% no terceiro trimestre) e a estagnação prevista para 2017 configuram um quadro preocupante.

Analisando-se a natureza dos tomadores de empréstimo, nota-se que o principal responsável pela queda da oferta total foi o crédito à pessoa jurídica (PJ), que registrou redução nominal de 9,5%, ao longo de 2016, encerrando o ano com saldo de R$ 1,5 trilhão. Para pessoa física (PF) houve um crescimento de 3,2% em 2016. Esse dado também é preocupante, pois a redução de crédito PJ denota menor investimento das empresas e, consequentemente, maiores dificuldades para geração de postos de trabalho, implicando elevado desemprego e queda da renda dos trabalhadores. A economia não vive da etérea "reversão de expectativas" em função do ambiente político que se diz mais estável, dado o apoio da grande mídia ao atual governo. É preciso ações concretas que, além de efeito mais imediato, apontem para cenários melhores.

Com respeito à destinação dos recursos, em 2016, as operações com os recursos livres apresentaram uma queda de 4,9% em relação a 2015, enquanto os recursos direcionados (das instituições financeiras públicas e de desenvolvimento) recuaram 2%, evidenciando que são menos suscetíveis às oscilações do ciclo econômico. Aliás, podem se comportar de forma anticíclica, irrigando o mercado enquanto o setor financeiro privado se restringe. O papel anticíclico dessas instituições financeiras não é novidade no mundo. Aliás, elas foram criadas inclusive para isso. No Brasil, o BNDES, mesmo com algumas críticas que se possa fazer sobre o seu direcionamento estratégico, vem cumprindo um importante papel na formação bruta de capital fixo, contribuindo para o crescimento da capacidade produtiva do país.

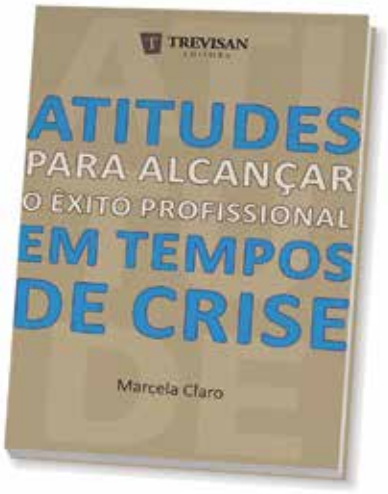
Em 2016, as operações do BNDES apresentaram queda de 11,6% frente a 2015. O setor que teve o maior nível de retração foi a indústria, com recuo de 10,3%, sendo fortemente influenciada pela indústria extrativa, com queda de 30,7%. Sabe-se da importância da indústria como setor alavancador da economia, dada a sua rede de relações a montante e a jusante. Entretanto, para 2017, as perspectivas de aplicação de recursos do banco são ainda menores, prejudicando sobremaneira esse setor.

É importante ressaltar que não existe um mercado de capitais suficientemente desenvolvido para financiamento de largo prazo. Portanto, prescindir da atuação mais robusta do BNDES significa inibir a expansão da capacidade de produção, sobretudo em setores estratégicos, o que, em longo prazo, pode levar a pressões inflacionárias. Em curto prazo, esse efeito não será sentido, pois, devido à recessão e à existência de capacidade ociosa, uma eventual retomada do crescimento não implicaria estrangulamento de oferta.

Associadas às restrições ao crédito, há dificuldades com o setor externo, que exibiu, em 2016, um déficit em transações correntes de 1,3% do PIB. Para a conta capital e financeira, as captações líquidas se mantiveram superiores às concessões líquidas em US$ 16 bilhões. O resultado das transações correntes reflete o desempenho das três contas que as compõem. A conta de serviços acumulou despesas líquidas de US$ 30,4 bilhões ao longo de 2016, valor 17,5% menor do que o observado em 2015 (US$ 36,9 bilhões). A conta de rendas primárias atingiu a cifra de US$ 41 bilhões, 3% maior em relação à do ano anterior. Por sua vez, a balança comercial (BC) chegou a US$ 45 bilhões em 2016, com aumento de US$ 27,3 bilhões na comparação com o ano de 2015. Para 2017, as perspectivas não são tão otimistas, por conta da recente valorização do real frente ao dólar, além do menor crescimento da China e de possíveis alterações nas políticas comerciais dos EUA.

Na conta de capital e financeira, os investimentos diretos no país (IDP) registraram ingresso líquido de US$ 78,9 bilhões em 2016, o que corresponde a 4,3% do PIB, resultado 5,1% superior ao alcançado em 2015 (US$ 75 bilhões, ou 4,2% do PIB). Desta forma, a necessidade de financiamento externo, diferença entre o saldo das transações correntes e os investimentos diretos no país, obteve resultado negativo, equivalente a 3% do PIB. Isso significa uma boa notícia, pois indica que a entrada de capitais estrangeiros menos voláteis foi suficiente para compensar o déficit em transações correntes. Contudo, esse bom resultado deve ser relativizado, posto que a origem do IDP nesse período se deveu fundamentalmente às operações intercompanhia, que registraram um saldo de cerca de US$ 25 bilhões.

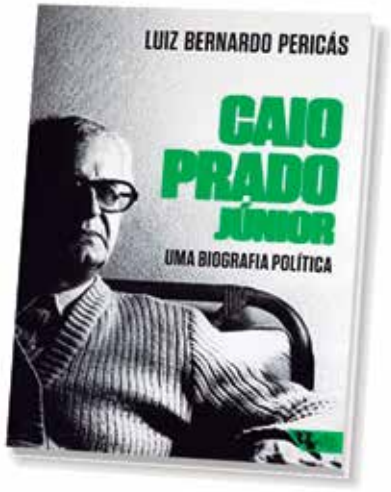
Diante desse quadro, pode-se afirmar que a política econômica atual ainda não encontrou uma forma consistente de reaquecer a economia brasileira. Contração monetária (em que pesem as últimas reduções da taxa Selic), restrições ao crédito e contenção fiscal não costumam resultar em dinamismo econômico. Adicionalmente, e não menos importante, é digno enfatizar a já mencionada valorização cambial, que tem seu componente anti-inflacionário largamente conhecido e utilizado, mas que é deletéria para a economia, prejudicando as exportações e, mais uma vez, a indústria.



ATITUDES PARA ALCANÇAR O ÊXITO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE CRISE
Marcela Claro

A partir da própria experiência da autora e de uma pesquisa exploratória com alguns profissionais e líderes de empresas, o livro Atitudes para Alcançar o Êxito Profissional em Tempos de Crise tem como objetivo propor alternativas que possam alavancar mudanças direcionadas para a satisfação e melhores possibilidades de sucesso profissional.

São mencionadas atitudes essenciais para enfrentar os desafios e superar dificuldades, tais como controlar a ansiedade, aceitar posições contrárias, administrar o tempo e dominar a falta de paciência e o temperamento forte. Além do mais, essas atitudes contribuirão para despertar a disposição para mudar, aceitar a mudança e vivenciá-la.



CAIO PRADO JÚNIOR: UMA BIOGRAFIA POLÍTICA
Luiz Bernardo Pericás

No livro Caio Prado Júnior: uma biografia política, o autor procura mostrar que o Caio Prado Júnior historiador é indissociável do Caio Prado Júnior militante político.

Baseado numa ampla e minuciosa pesquisa de documentos (muito deles inéditos), entrevistas e vasta bibliografia, Luiz Bernardo Pericás busca suprir aspectos da vida e do pensamento de Caio Prado ainda pouco explorados e desconhecidos do grande público: suas relações políticas, viagens aos países socialistas (União Soviética, China e Cuba, por exemplo), suas leituras, prisões e sua visão sobre temas como reformas, revolução, socialismo, questões agrárias e o Brasil em perspectiva histórica.

A decisão que o jovem de família aristocrática tomou – decepcionado com os rumos da Revolução de 1930 – de aderir ao Partido Comunista do Brasil (PCB) norteou o restante de sua vida e obra. Significativamente, foi esse o momento que Pericás escolheu para abrir o primeiro capítulo de seu livro.

GESTÃO FINANCEIRA FAMILIAR: COMO AS EMPRESAS FAZEM
Érico Veras Marques
Jocildo Figueiredo Correia Neto

O objetivo do livro Gestão Financeira Familiar é apresentar e adaptar conceitos e técnicas utilizados nas empresas para a realidade das organizações familiares. Normalmente, a gestão financeira pessoal é muito incipiente e carece de algumas ferramentas que podem ajudar no controle dos gastos, na adequação da renda às necessidades, no planejamento financeiro para o alcance de objetivos e na tranquilidade financeira.

Partindo da premissa de que há certas similaridades entre as gestões financeiras empresariais e familiares, o autor apresenta assuntos pertinentes à administração familiar e pessoal que podem ser compreendidos e gerenciados como uma empresa.

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA VISÃO INTERDISCIPLINAR E CONTEXTUALIZADA

Alvaro Chrispino

O livro Introdução ao Estudo das Políticas Públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada tem como objetivo chamar a atenção da sociedade para a necessidade de entender como se articulam as diversas variáveis, tanto implícitas como explicitas, na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Propõe ainda olhar os acontecimentos recentes, da perspectiva do conhecimento de políticas públicas.

O autor considera que a sociedade contemporânea tem duas formas de atuação frente às políticas públicas: uma mais esclarecida e participativa, que demanda melhores resultados da gestão pública na solução de seus problemas, e outra mais passiva, que assiste com espanto aos fatos que envolvem os desvios em torno da gestão pública.

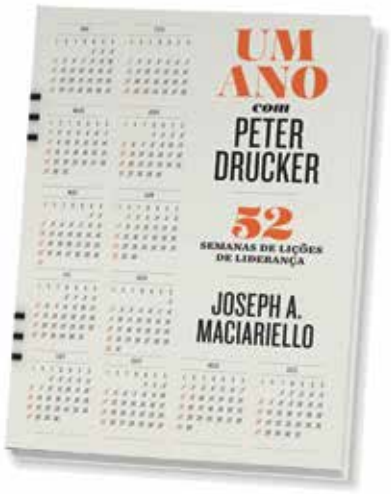
O QUE NÓS APRENDEMOS: A POLÍTICA MACROECONÔMICA NO PÓS-CRISE

George Akerlof; Joseph Stiglitz; David Romer; Olivier Blanchard

Os editores e colaboradores do livro O Que Nós Aprendemos: a política macroeconômica no pós-crise levam em consideração, nas suas análises, as lições aprendidas com a crise e suas consequências.

Desde 2008, os formuladores de políticas econômicas e pesquisadores lidam com um mundo econômico novo e desafiador. Posicionamentos antes consensuais têm sido contestados, antigas suposições são postas em dúvida, e novas abordagens ainda têm de resistir ao teste do tempo. Os estrategistas econômicos se veem obrigados a improvisar, e os pesquisadores, a repensar teorias básicas

Em abril de 2013, o Fundo Monetário Internacional reuniu os principais economistas e responsáveis pela elaboração de políticas econômicas para discutir o futuro macroeconômico, cujos contornos vão, lentamente, se delineando. Este livro é uma compilação de seus insights.



UM ANO COM PETER DRUCKER

Joseph A. Maciariello

Joseph Maciariello, autor do livro Um Ano com Peter Drucker, pretende, com essa obra, compartilhar as técnicas de Peter Drucker, do qual foi aluno e colega durante 26 anos, e que é considerado o grande guru da administração e gestão contemporâneas.

São 52 lições, uma para cada semana do ano, subdivididas em 13 tópicos. Desta forma, o autor concentra a essência dos ensinamentos de Peter Drucker num programa de mentoria em 52 semanas, em que cada uma das lições dá um contributo para o que deve ser uma liderança eficaz.

O livro contém exemplos práticos, mensagens, histórias, sugestões de leitura e reflexões sobre o tema semanal, no intuito de ajudar o leitor a incorporar os ensinamentos no seu cotidiano profissional.

Conjuntura econômica baiana

Observando-se os dados contabilizados, as principais atividades econômicas tiveram redução entre janeiro e setembro de 2016, quando comparadas com as do mesmo período do ano anterior. O desempenho dos indicadores ratifica a desaceleração da economia na Bahia.

Com base na Pesquisa Industrial Mensal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PIM-IBGE), a produção industrial baiana acumulou, entre janeiro e setembro de 2016, queda de 4,4%, comparada com o ano anterior. Dos 11 segmentos da indústria de transformação, seis apresentaram arrefecimento no período, com destaque para *Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos,* que teve retração de 25,1%. Importante ressaltar também os resultados negativos assinalados por *Veículos* (-15,5%); *Fabricação de produtos de minerais não metálicos* (-17,4%); *Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis* (-8,4%); e *Fabricação de produtos de borracha e de material plástico* (-4,4%). Em sentido oposto, os segmentos que apontaram resultados positivos foram *Fabricação de bebidas* (10,0%); *Metalurgia* (9,0%); *Fabricação de produtos alimentícios* (5,0%); *Fabricação de outros produtos químicos* (3,2%); e *Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados* (3,1%).

No mesmo período, a balança comercial registrou superávit. As exportações tiveram retração de 12,7%, e as importações, queda de 22,5%. As vendas externas somaram US$ 5,186 bilhões, e as compras, US$ 5,010 bilhões, proporcionando superávit de US$ 176 milhões, de acordo com os dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). O desempenho das exportações no período decorreu, principalmente, do decrescimento nas vendas de alguns segmentos, tais como *Papel e celulose* (-23,1%); *Químicos e petroquímicos* (-11,8%); *Petróleo e derivados* (-16,4%); e *Soja e derivados* (-33,9%). Entre os segmentos que apresentaram desempenho positivo destacaram-se *Metalúrgicos* (3,8%); *Automotivo* (2,6%); *Metais preciosos* (30,0%); *Cacau e derivados* (21,4%); e *Algodão e seus subprodutos* (9,4%).

Os dados observados na Pesquisa Mensal de Comércio (PMC-IBGE) demonstram que o comércio varejista acumulou, entre janeiro e setembro de 2016,

decrescimento de 12,9% em relação ao mesmo período de 2015. As principais contribuições negativas vieram de *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-17,7%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-15,1%), *Combustíveis e lubrificantes* (-17,9%), *Móveis e eletrodomésticos* (-17,2%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-13,6%), *Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo* (-9,0%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (-7,7%). O comércio varejista ampliado, que inclui os segmentos de *Veículos, motos, partes e peças* (-10,3%) e *Material de construção* (-12,7%), registrou decréscimo de 12,2% na mesma análise.

Em relação à inflação em Salvador, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), acumulou, entre janeiro e setembro de 2016, variação de 6,3%, revelando-se inferior aos 7,1% registrados no mesmo período de 2015. O índice foi impulsionado por todos os grupos, com destaque para *Saúde e cuidados pessoais* (12,1%), *Habitação e encargos* (9,2%), *Alimentos e bebidas* (7,5%) e *Artigos de residência* (6,0%).

Conforme dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-SEI/Dieese/Seade), a taxa média de desemprego entre janeiro e setembro de 2016 fechou em 23,3% da população economicamente ativa na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Por setor de atividade econômica, na comparação com o mês de dezembro de 2015, em termos relativos, a pesquisa apontou retração em todas as principais ocupações, mais intensivamente em *Serviços* (-4,1%), seguida por *Setor público* (-10,7%) e *Comércio e reparação de veículos* (-0,3%). Considerando-se as categorias de ocupação, houve estabilidade relativa para os ocupados *Com carteira assinada* (0,0%) e arrefecimento para os ocupados *Sem carteira assinada* (-11,8%). Com base na mesma pesquisa, o rendimento médio real dos trabalhadores ocupados retraiu-se 3,8% no mesmo período.

Nesse cenário são expostos os principais resultados da conjuntura baiana nas análises dos indicadores mensais e no acumulado de 12 meses, referentes aos dados apurados do ano de 2016 até setembro.

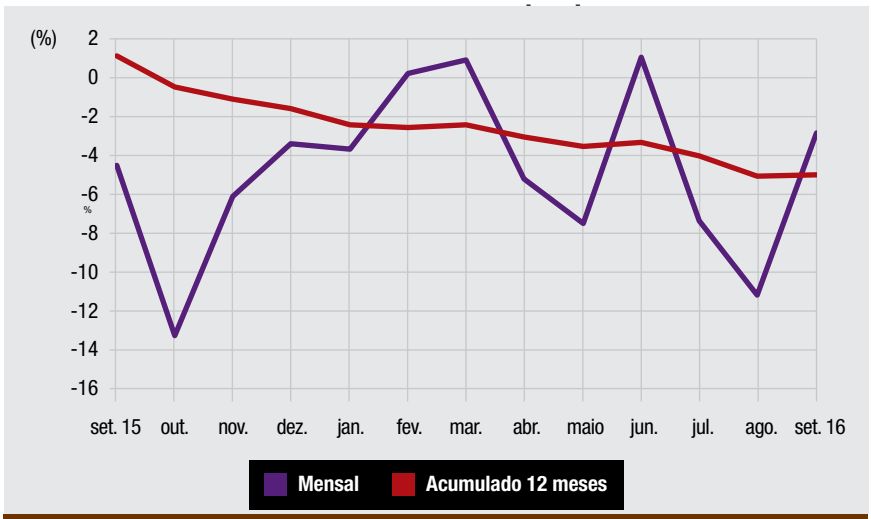


Gráfico 1
Índice de Movimentação Econômica (Imec)
Salvador – Set. 2015-set. 2016

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Movimentação Econômica (Imec), que mede a atividade econômica no município de Salvador, apresentou decréscimo de 2,8% em setembro de 2016, na comparação com o mesmo mês de 2015. No acumulado de 12 meses, o indicador apontou arrefecimento de 5,0%.

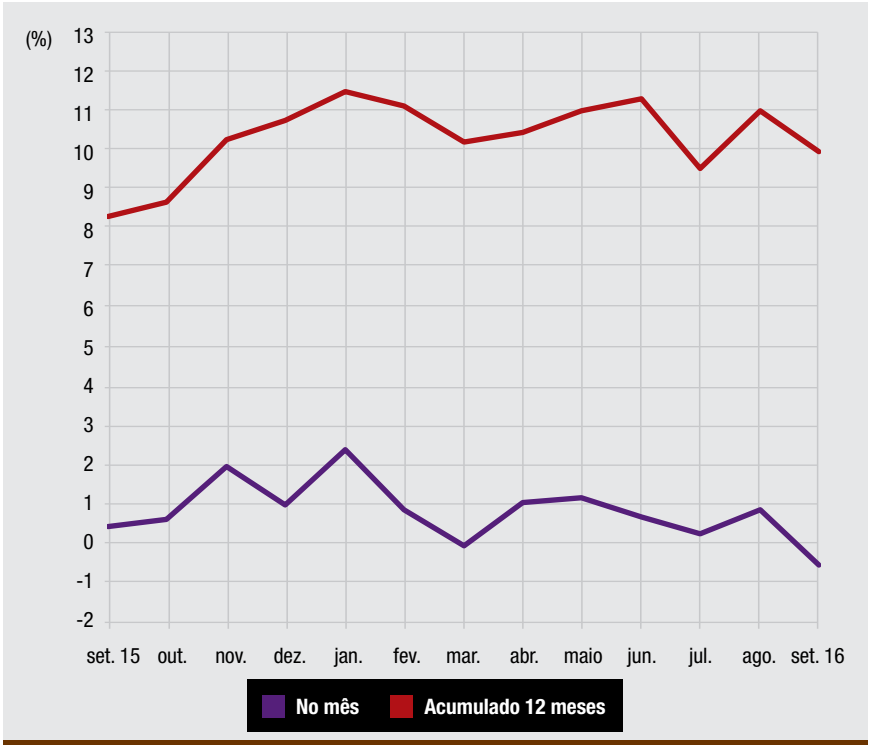


Gráfico 2
Taxa de variação do IPC-SEI – Salvador – Set. 2015-set. 2016

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), calculado pela SEI, mostrou deflação de 0,61% em setembro de 2016. Ressalte-se que, dos 375 produtos/serviços pesquisados mensalmente, 170 exibiram alta nos preços, 82 não sofreram alterações, e 123 apresentaram queda. Dentre aqueles que tiveram as maiores influências negativas na formação do índice, destacam-se *Automóvel novo* (-4,4%), *Óculos e lentes* (-44,4%), *Gasolina* (-3,7%), *Cruzeiro marítimo* (-23,0%), *Passagem aérea* (25,6%), *Camiseta, blusa, e blusão femininos* (8,1%), *Pacote turístico* (-3,6%), *Sandália feminina* (-15,1%), *pão francês* (-2,4%) e *Camisa masculina* (-4,7%). Em contrapartida, os produtos cujos preços exerceram as maiores pressões positivas foram *Calça comprida masculina* (8,9%), *Cerveja fora do domicílio* (3,1%), *Refeição a la carte* (3,2%), *Tomate* (23,6%), *Relógio de pulso* (25,9%), *Calça comprida feminina* (5,8%), *Jogos e apostas* (5,5%), *Medicamento anti-infeccioso* (14,0%), *Feijão mulatinho* (8,3%), *Transporte intermunicipal* (4,1%). No acumulado de 12 meses, o indicador ficou em 9,92%.

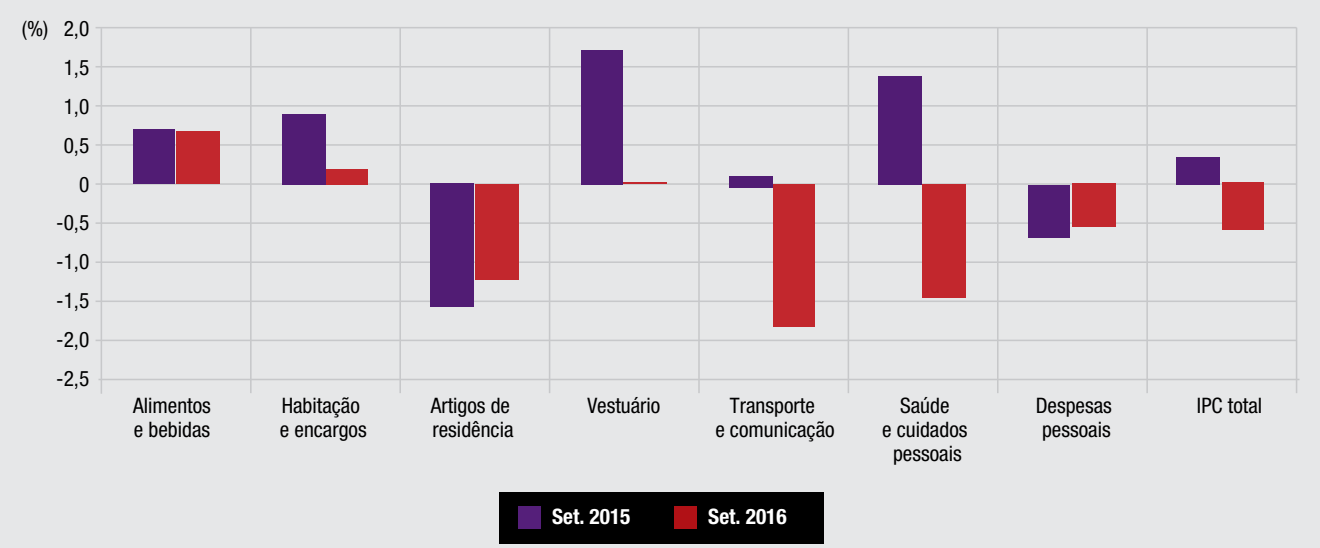


Gráfico 3
Taxa de variação do IPC–SEI: grupos selecionados – Salvador – Set. 2015-set. 2016

Fonte: SEI.
Elaboração: SEI/CAC.

Transporte e comunicação (-1,83%) e *Saúde e cuidados pessoais* (-1,46%) foram os grupos que mais contribuíram para a deflação em Salvador no mês de setembro de 2016. No primeiro, os itens que puxaram os preços para baixo foram *passagem aérea* (-25,6%), *pneus* (-14,2%), *etanol* (-4,6%), *automóvel novo* (-4,4%), *gasolina* (-3,7%) e óleo diesel (-2,2%). Já no grupo *Saúde e cuidados pessoais,* houve retração em itens como óculos e lentes (-44,4%), *escova de dente* (-7,0%), *medicamento anti-inflamatório* (-1,9%), *medicamento antigripal* (-1,5%) e *medicamento anticoagulante* (-1,3%). Em sentido contrário, *Alimentos e bebidas* (0,68%) e *Habitação e encargos* (0,20%) apresentaram alta nos preços.

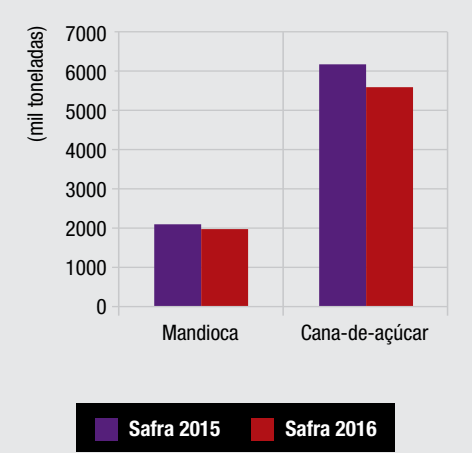


Gráfico 4
Estimativa da produção agrícola: mandioca e cana-de-açúcar – Bahia – 2015/2016

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo informações do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em setembro de 2016, as culturas de mandioca e cana-de-açúcar, em andamento no estado, decresceram 5,1% e 9,7%, respectivamente. O desempenho da mandioca foi oriundo da ampliação da área plantada (28,4%) e diminuição da área colhida (-2,3%), culminando em variação negativa do rendimento médio (-2,9%). Com relação ao cultivo da cana-de-açúcar, houve crescimento da área plantada (15,4%) e colhida (6,0%), porém com queda no rendimento médio (-14%) em relação à safra de 2015.

O LSPA apresentou estimativa de encolhimento da produção das culturas de feijão, milho, algodão e soja, em relação a 2015, com taxas de -58,8%, -42,4%,-41,0% e -28,8%, respectivamente. Para o feijão, calcula-se queda na área cultivada (-36,0%), na área colhida (-36,0%) e no rendimento médio (-35,5%). As projeções de área plantada e área colhida para o milho são de -14,4% e -22,2%, respectivamente, resultando em uma previsão negativa no rendimento de 25,9%. A soja tem indicação da mesma variação positiva para as áreas plantada e colhida (6,0%), com arrefecimento no rendimento médio (-32,9%). O algodão mostra decréscimo na área plantada e colhida (-31,5%), bem como no rendimento (-14,0%).

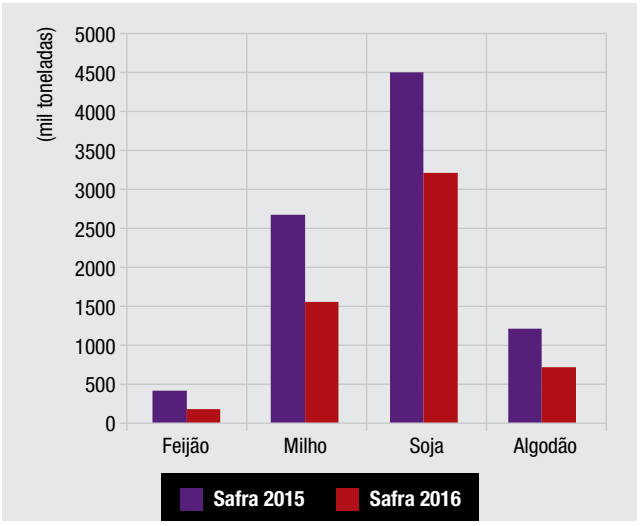


Gráfico 5
Estimativa da produção agrícola: feijão, milho, soja e algodão
Bahia – 2015/2016

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

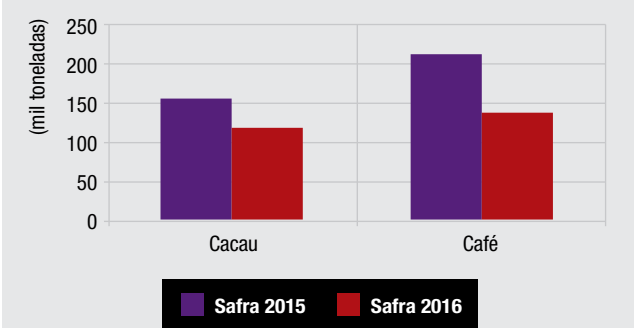


Gráfico 6
Estimativa da produção agrícola: cacau e café
Bahia – 2015/2016

Fonte: IBGE–LSPA.
Elaboração: SEI/CAC.

As estimativas de produção das tradicionais *commodities* da agricultura baiana – cacau e café – seguiram a mesma tendência em 2016. Em relação ao cacau, em fase de colheita, constatou-se decréscimo da produção de 24,2%. Projeta-se ampliação na área plantada (9,0%), na área colhida (5,1%) e retração no rendimento médio (-27,9%). Já para o café, também em fase de colheita, as estimativas apontaram decrescimento na produção (-35,6%) em 2016, com ampliação na área plantada (4,8%) e retração na área colhida (-1,0%) e no rendimento médio (-35,0%).

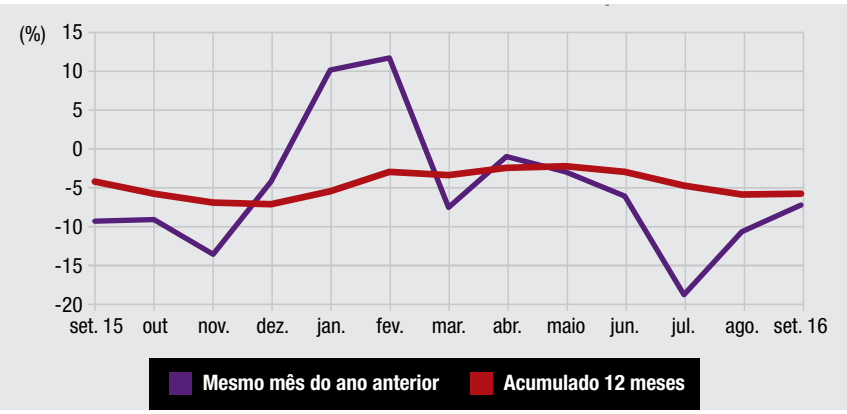


Gráfico 7
Taxa de variação da produção física da indústria de transformação
Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
Nota: CNAE 2.0.

Os dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM–IBGE) referentes à indústria de transformação baiana mostraram decréscimo de 7,0% em setembro de 2016, na comparação com o mesmo mês do ano anterior. O desempenho do setor no mês citado foi influenciado, principalmente, pelos resultados negativos dos segmentos *Coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis* (-28,1%), *Metalurgia* (-36,5%), *Extrativa* (-23,3%), *Produtos minerais não metálicos* (-25,0%), *Produtos de borracha e de material plástico* (-1,3%) e *Bebidas* (-2,0%). Em sentido contrário, apresentaram variação positiva *Veículos* (67,7%), *Produtos químicos* (6,9%), *Produtos alimentícios (*11,8%), *Couros, artigos para viagem e calçados* (16,7%), *Celulose, papel e produtos de papel* (0,7%) e *Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos* (3,8%). No acumulado de 12 meses, o indicador registrou recuo de 5,5%.

A análise da indústria geral indicou queda de 1,6% em setembro de 2016 – eliminando-se influências sazonais –, na comparação com o mês de agosto do mesmo ano. Esse resultado foi determinado, sobretudo, pelo decréscimo da indústria de transformação (-6,2%) e da extrativa mineral (-23,3%).

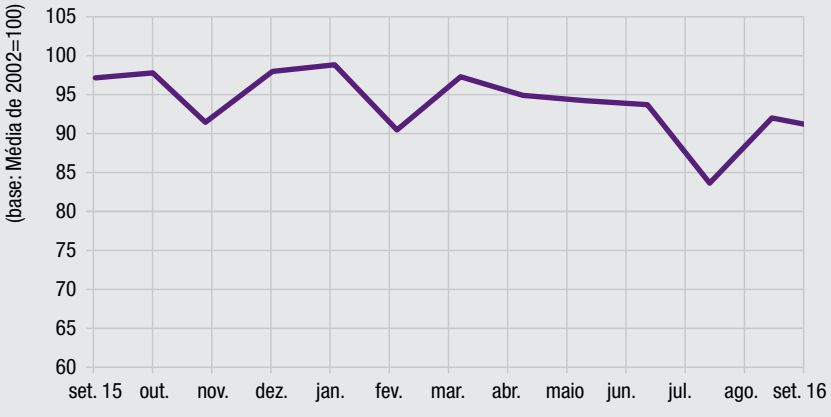


Gráfico 8
Índice dessazonalizado de produção física da indústria geral
Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

O consumo de energia elétrica no estado variou negativamente 4,1% em setembro de 2016, na comparação com o mesmo mês de 2015, totalizando 1,780 GWh (gigawatt/hora). Considerando-se as classes de consumo residencial e comercial, observa-se que, em setembro, elas totalizaram 547 MWh e 267 MWh, respectivamente, representando, para o consumo residencial, um aumento de 5,2%, e para o consumo comercial, um decréscimo de 0,6%, em relação a setembro de 2015. Seguindo a mesma análise, o consumo de energia elétrica na indústria (com participação de 31,4% no total) apresentou taxa negativa de 3,6%. No acumulado de 12 meses, notou-se retração de 1,4% no consumo total, sendo que, entre as classes comercial e residencial, houve ampliação de 5,1% e 3,6%, respectivamente, enquanto a classe industrial marcou retração de 12,4%. Ressalta-se que os dados aqui exibidos são apenas os do consumo do mercado cativo, que congrega as grandes distribuidoras de energia – Coelba e Chesf –, não sendo considerado o mercado de autoprodução e cogeração (mercado livre).

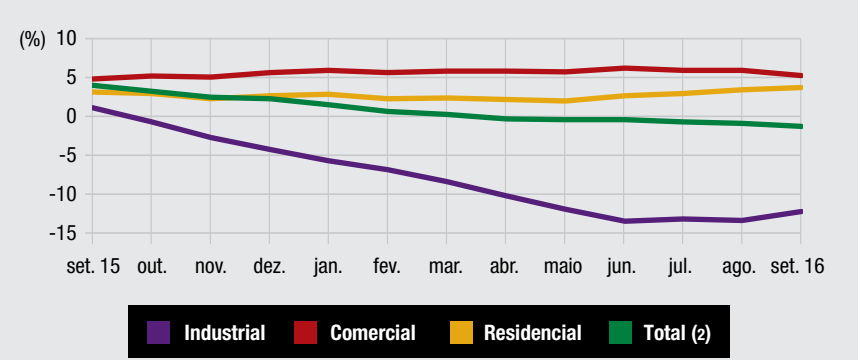


Gráfico 9
Taxa de variação do consumo de energia elétrica (1) – Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.
(2) Total = Rural + Irrigação + Resid. + Indust. + Comercial + Util. pública + S. público + Concessionária. O consumo industrial corresponde a Coelba e Chesf.

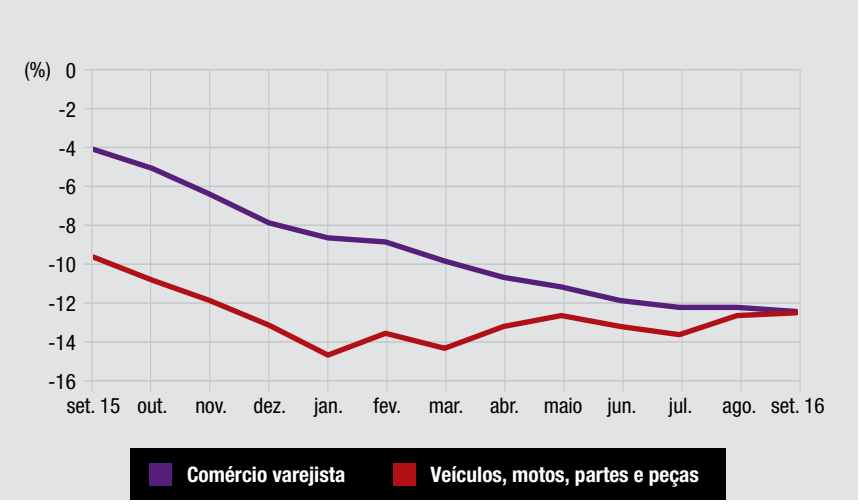


Gráfico 10
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: IBGE–PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

De acordo com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC–IBGE), o comércio varejista baiano teve um decréscimo das vendas de 12,0% no mês de setembro de 2016, considerando-se igual mês do ano anterior. Todas as atividades exibiram taxas negativas em setembro, sendo que as maiores influências vieram de *Móveis e eletrodomésticos* (-19,8%), *Combustíveis e lubrificantes* (-18,9%), *Livros, jornais, revistas e papelaria* (-18,2%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-11,9%) e *Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação* (-14,0%). No acumulado de 12 meses, o comércio varejista e o setor de veículos registraram variações negativas de 12,6% e 12,7%, respectivamente.

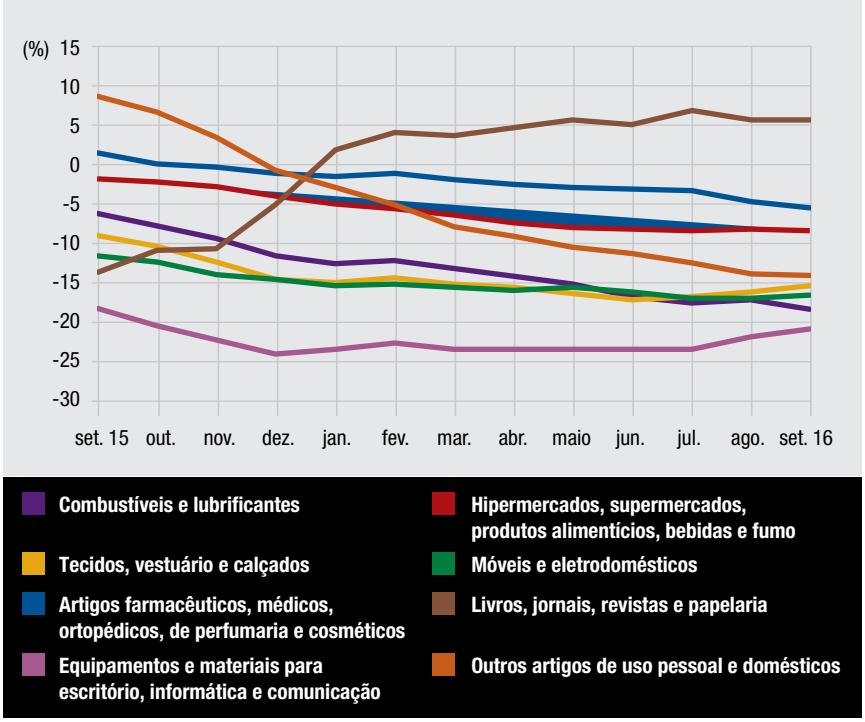


Gráfico 11
Taxa de variação de volume de vendas no varejo (1)
principais segmentos – Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: IBGE–PMC.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado nos últimos 12 meses.

Ainda no acumulado de 12 meses, até setembro de 2016, apenas o segmento *Livros, jornais, revistas e papelaria* apontou expansão (5,8%). Por sua vez, os segmentos que marcaram as maiores quedas foram *Equipamentos e materiais para escritório* (-20,9%), *Combustíveis e lubrificantes* (-18,3%), *Móveis e eletrodomésticos* (-16,6%), *Tecidos, vestuário e calçados* (-15,4%), *Outros artigos de uso pessoal e doméstico* (-14,0%), *Hipermercados* (-8,4%) e *Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos* (-5,5%).

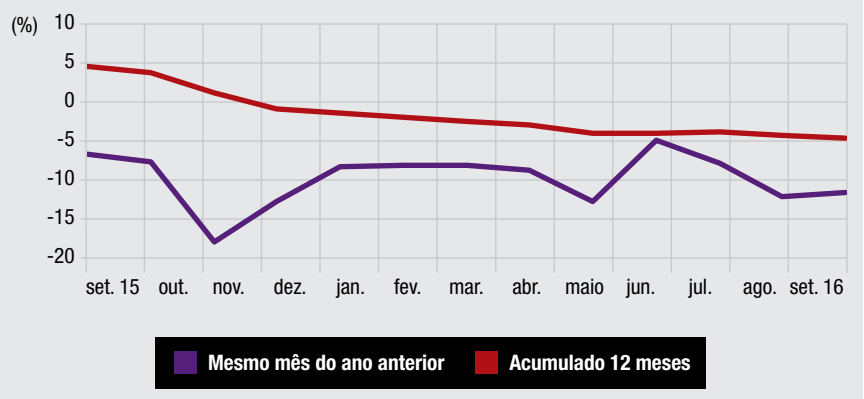


Gráfico 12
Taxa de variação do volume de serviços - Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.

A receita nominal e o volume de serviços apresentaram, em setembro, queda de 7,0% e 11,6%, respectivamente, em relação ao mesmo mês de 2015. No acumulado de 12 meses, a receita teve queda de 4,7%, taxa inferior à apresentada no mês anterior (-4,3%), enquanto o volume apresentou redução de 10,2%, segundo a Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do IBGE. O resultado do volume de serviços na Bahia, em setembro, foi atribuído ao decréscimo em todas as atividades, com destaque para *Transportes, serviços auxiliares aos transportes* (-20,1%), *Outros serviços* (-12,5%) e *Serviços profissionais, administrativos e complementares* (-6,0%).

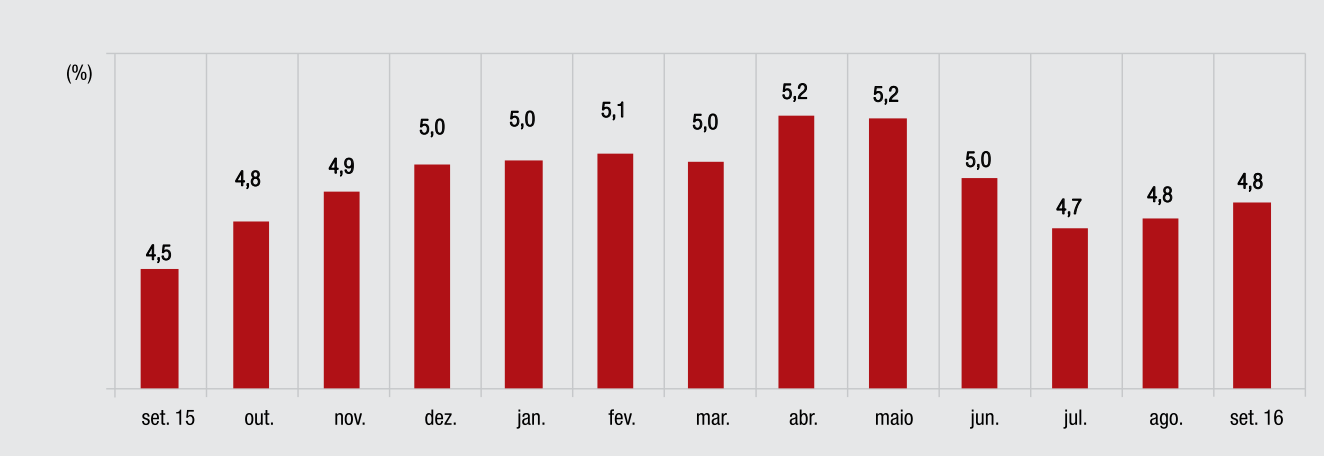


Gráfico 13
Taxa de inadimplência – Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: Bacen.
Elaboração: SEI/CAC.

Conforme dispõem os dados divulgados pelo Bacen, a inadimplência relativa às operações de crédito no estado chegou a 4,8% em setembro de 2016. O índice de inadimplência de pessoas físicas marcou 4,8%, enquanto que o de pessoas jurídicas contabilizou 4,7%.

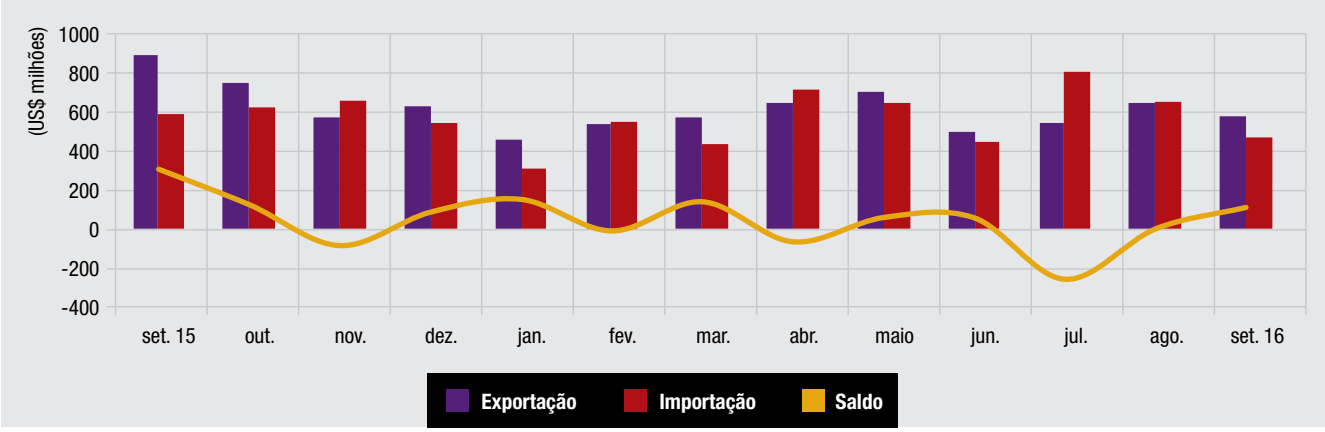


Gráfico 14
Balança comercial – Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em setembro de 2016, as exportações baianas atingiram um volume de US$ 579 milhões, com decréscimo de 35,2% em comparação ao montante anotado no mesmo mês de 2015. As importações registraram queda de 20,2%, com volume de US$ 470 milhões. A balança comercial teve superávit de US$ 109 milhões. Dentre os segmentos que exerceram pressão significativa para o resultado do indicador mensal, destacam-se, com decréscimo nas vendas externas, *Químicos e petroquímicos* (-19,2%), *Papel e celulose* (-47,7%), *Soja e derivados* (-56,8%), *Automotivo* (-26,2%), *Metalúrgicos* (-60,8%) e *Algodão e seus subprodutos* (-49,2%). Já os segmentos que se sobressaíram pelo desempenho positivo foram *Petróleo e derivados* (27,9%), *Metais preciosos* (33,4%), *Cacau e derivados* (22,2%), *Calçados e suas partes* (67,3%) e *Couros e peles* (27,4%).

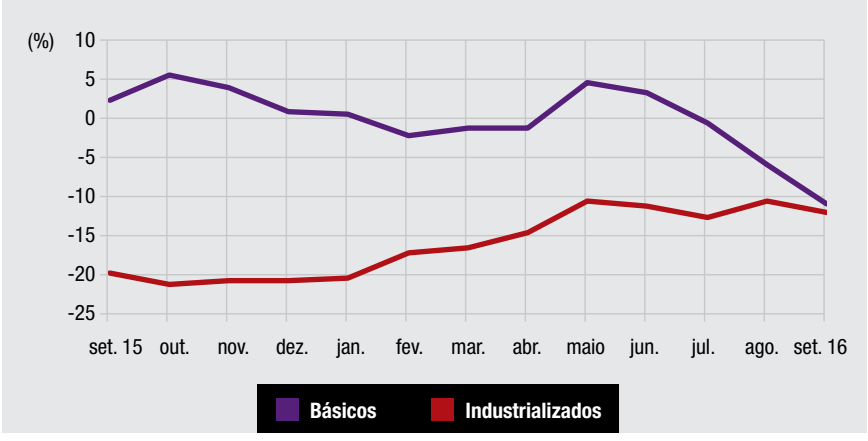


Gráfico 15
Taxa de variação das exportações baianas, por fator agregado (1)
Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Acumulado 12 meses.

As exportações por fator agregado, em setembro de 2016, recuaram tanto nas vendas de produtos básicos (-48,8%), como de produtos industrializados (-29,3%). No acumulado de 12 meses, as exportações dos básicos e industrializados registraram decréscimos de 11,0% e 11,7%, respectivamente.

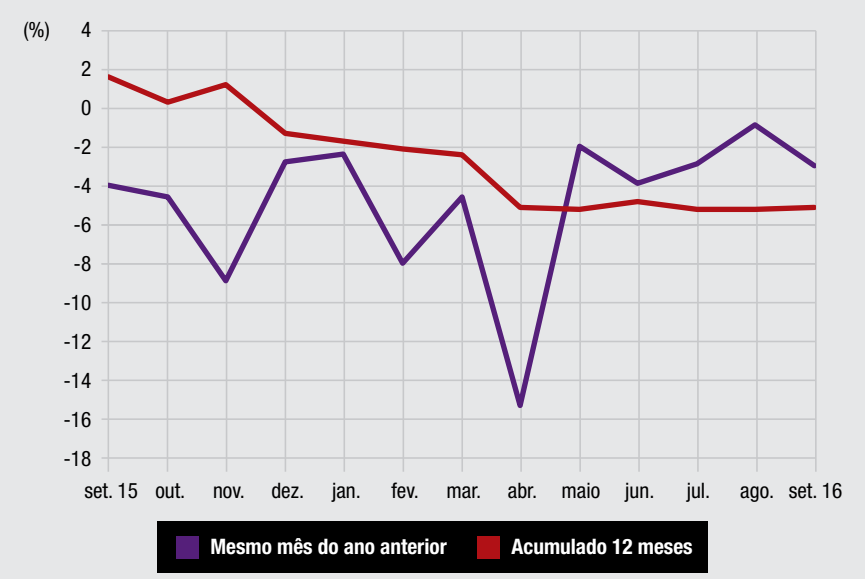


Gráfico 16
Taxa de variação real da arrecadação de ICMS a preços constantes
Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: Sefaz/SAF/Dicop.
Elaboração: SEI/CAC.
Deflator IGP-DI.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia (Sefaz), a arrecadação total – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e outros tributos – somou, aproximadamente, R$ 1,893 bilhão em setembro de 2016, proporcionando decrescimento real de 14,3% em relação ao mesmo mês de 2015. Principal tributo de arrecadação do estado, o ICMS totalizou, aproximadamente, R$ 1,580 bilhão em setembro de 2016, com variação nominal de 6,4% e, em termos reais, queda de 3,0% em relação ao mesmo mês do ano anterior. Com esse resultado, o indicador acumulou, em 12 meses, queda real de 5,1%.

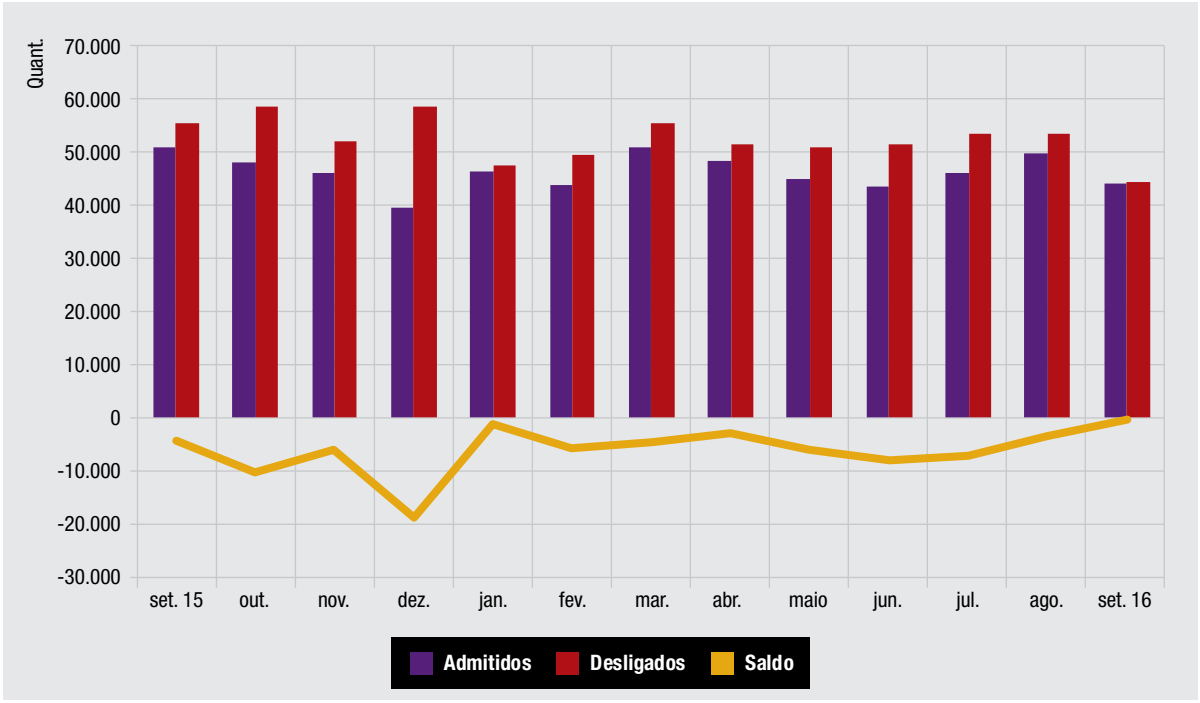


Gráfico 17
Geração de empregos celetistas (1) – Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: Caged.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
Sem ajustes.

Conforme dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o saldo total de empregos com carteira assinada na Bahia apresentou retração de 331 postos de trabalho em setembro de 2016. Esse resultado emanou da redução de empregos em alguns setores da atividade econômica, tais como *Construção civil* (-1.341 postos), *Indústria de transformação* (-1.279 postos) e *Agropecuária* (-569 postos). Em contrapartida, os setores que mais absorveram trabalhadores celetistas foram *Serviços* (+2.461 postos) e *Comércio* (+484 postos).

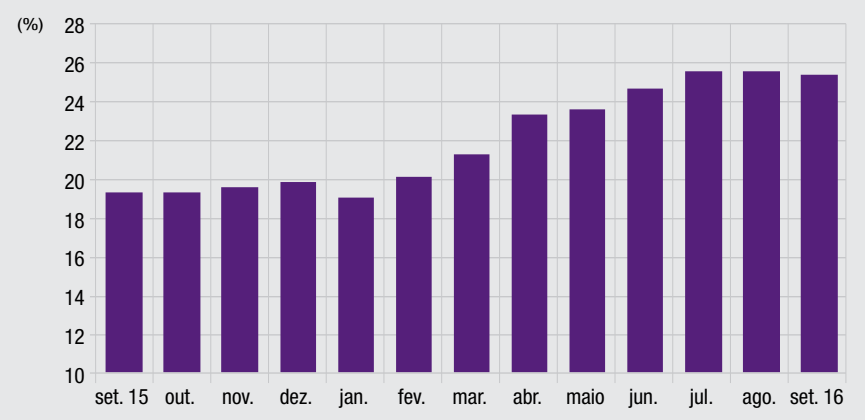


Gráfico 18
Taxa de desemprego total – RMS – Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.

Com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para a Região Metropolitana de Salvador (PED-RMS), 25,5% da população economicamente ativa (PEA) estava desempregada em setembro de 2016. Com relação ao total de ocupados, houve aumento de 0,9% na comparação entre setembro de 2016 e o mesmo mês de 2015. Em termos relativos, ocorreu aumento da ocupação na maioria dos setores, com destaque para *Comércio e reparação de veículos* (2,1%), *Indústria de transformação* (5,6%) e *Construção* (3,8%). Considerando-se as categorias de ocupação, houve aumento no *Setor privado* (2,8%), sendo observada taxa de 2,4% para a parcela *Com carteira assinada* e de 6,5% para *Sem carteira assinada*, com acréscimo de 0,4% para *Autônomos* e redução de 1,7% para *Domésticos*.

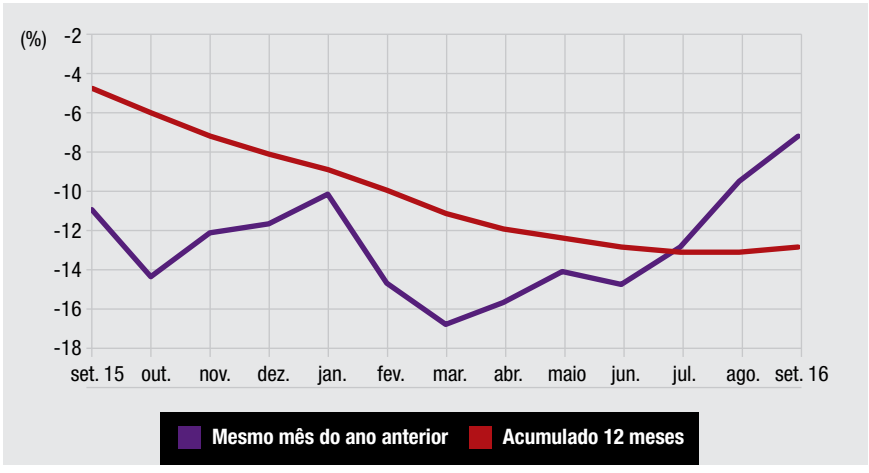


Gráfico 19
Taxa de variação da massa de rendimento dos ocupados (1) – RMS Bahia – Set. 2015-set. 2016

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, UFBA).
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Ocupados no trabalho principal.

A massa real de rendimentos dos ocupados da RMS, calculada pela PED a partir dos dados de população ocupada e de rendimento médio, decresceu 5,9% em setembro de 2016. No acumulado de 12 meses, o indicador ficou em -12,3%.

Sabe onde encontrar informações precisas e atualizadas sobre a Bahia? SEI.

Mais do que coletar dados nas áreas econômica, social, demográfica e geoambiental, a SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – é responsável por informações que ajudam no desenvolvimento de todo o estado. São indicadores e análises que trazem de forma atual, precisa e imparcial o que aconte nos 417 municípios baianos.

Download gratuito das publicações:
www.sei.ba.gov.br

@eu_sei

imprensa.sei

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

Investimentos na Bahia

Tabela 1
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de projetos por segmento – Bahia – 2017-2018

Segmento	Previsão de investimento 2017	Quantidade de projetos 2017	Previsão de investimento 2018	Quantidade de projetos 2018	Previsão de investimento (R$)	Quantidade de projetos	Investimento (%)	Quantidade projeto (%)
Informática/eletro-eletrônico	17.500.000,00	4	57.160.000,00	5	74.660.000,00	9	0,26%	2,69%
Agricultura, pecuária e produção florestal	600.000,00	1			600.000,00	1	0,00%	0,30%
Alimentícios	73.360.000,00	14	90.100.000,00	10	163.460.000,00	24	0,57%	7,19%
Automotivo e componentes	1.370.000,00	2			1.370.000,00	2	0,00%	0,60%
Bebidas	10.000.000,00	1			10.000.000,00	1	0,03%	0,30%
Calçados, couro e componentes	19.500.000,00	3	4.000.000,00	1	23.500.000,00	4	0,08%	1,20%
Comércio e serviços	592.600.000,00	24	248.750.000,00	8	841.350.000,00	32	2,92%	9,58%
Derivados do petróleo e de biocombustíveis	3.000.000,00	1			3.000.000,00	1	0,01%	0,30%
Eletricidade e gás	8.503.777.300,00	49	14.342.852.080,00	118	22.846.629.380,00	167	79,25%	50,00%
Farmoquímicos e farmacêuticos	1.300.000,00	1	87.000.000,00	1	88.300.000,00	2	0,31%	0,60%
Madeireiro	2.000.000,00	1			2.000.000,00	1	0,01%	0,30%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos					0,00	0	0,00%	0,00%
Máquinas e equipamentos	118.500.000,00	2	12.000.000,00	1	130.500.000,00	3	0,45%	0,90%
Metal/mecânico	47.200.000,00	9	126.800.000,00	5	174.000.000,00	14	0,60%	4,19%
Metalurgia/siderurgia			25.350.000,00	2	25.350.000,00	2	0,09%	0,60%
Minerais não metálicos	1.540.520.000,00	12	23.600.000,00	5	1.564.120.000,00	17	5,43%	5,09%
Moveleiro	22.000.000,00	4			22.000.000,00	4	0,08%	1,20%
Papel e celulose	728.090.000,00	5	700.000.000,00	1	1.428.090.000,00	6	4,95%	1,80%
Plásticos e borrachas	144.300.000,00	10	119.800.000,00	5	264.100.000,00	15	0,92%	4,49%
Químico e petroquímico	529.130.000,00	9	532.000.000,00	10	1.061.130.000,00	19	3,68%	5,69%
Reciclagem	94.000.000,00	3	3.300.000,00	2	97.300.000,00	5	0,34%	1,50%
Têxtil	2.350.000,00	3	3.300.000,00	2	5.650.000,00	5	0,02%	1,50%
Total geral	**12.451.097.300,00**	**158**	**16.376.012.080,00**	**176**	**28.827.109.380,00**	**334**	**100%**	**100%**

Fonte: SDE/Sudem/Coordenação de Monitoramento da Implantação do Empreendimento.
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/01/2017.

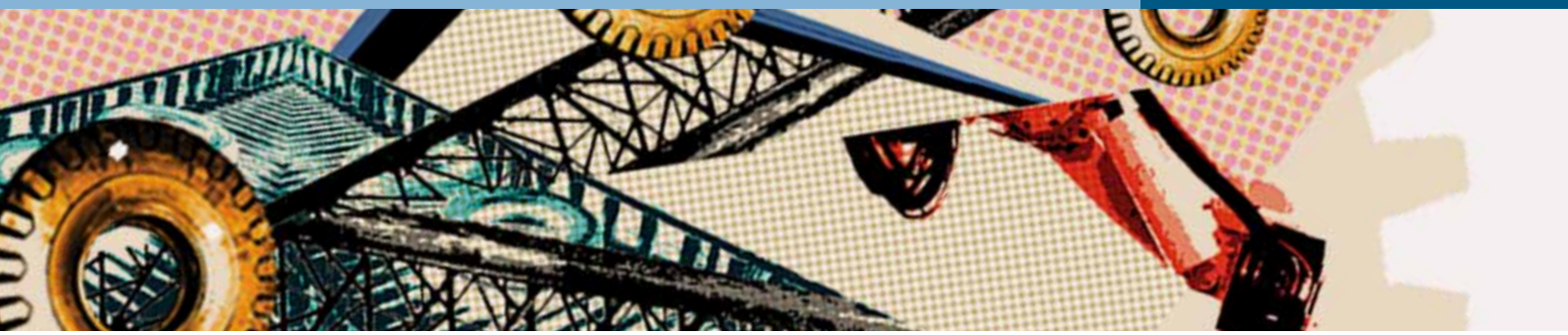
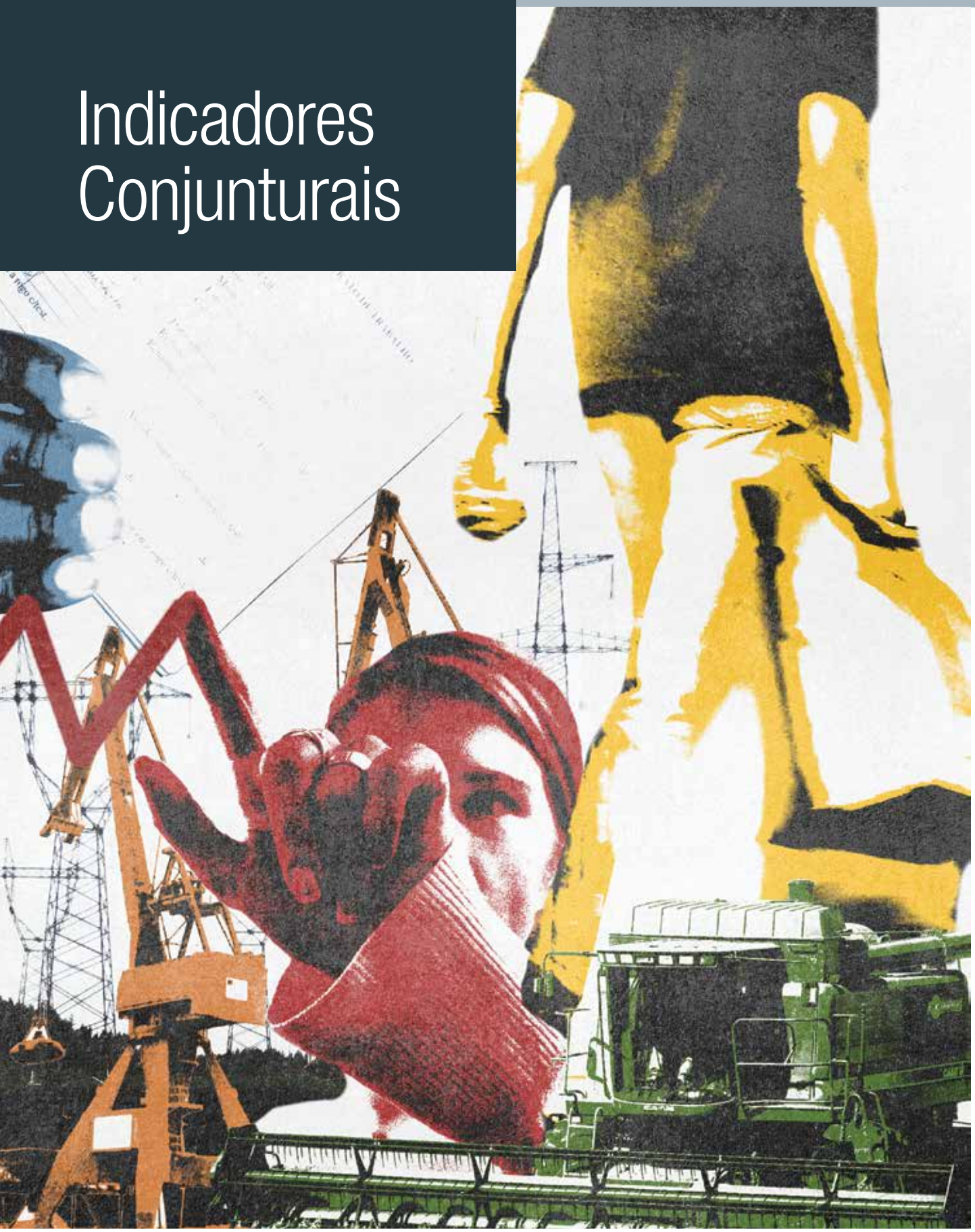


Tabela 2
Investimentos industriais previstos para a Bahia
Volume de investimento e número de empresas por Território de Identidade – Bahia – 2017-2018

Segmento	Previsão de investimento 2017	Quantidade de projetos 2017	Previsão de investimento 2018	Quantidade de projetos 2018	Previsão de investimento (R$)	Quantidade de projetos	Investimento (%)	Quantidade projeto (%)
Diversos			1.124.228.000,00	1	1.124.228.000,00	1	3,90%	0,30%
Bacia do Rio Corrente	1.556.452.000,00	8	1.679.526.080,00	11	3.235.978.080,00	19	11,23%	5,69%
Bacia do Rio Grande	183.099.740,00	9	27.350.000,00	3	210.449.740,00	12	0,73%	3,59%
Chapada Diamantina	255.000.000,00	3	1.850.838.000,00	17	2.105.838.000,00	20	7,31%	5,99%
Costa do Descobrimento	724.200.000,00	4			724.200.000,00	4	2,51%	1,20%
Extremo Sul	4.360.000,00	5	710.800.000,00	4	715.160.000,00	9	2,48%	2,69%
Irecê	1.960.000.000,00	11	2.462.000.000,00	21	4.422.000.000,00	32	15,34%	9,58%
Litoral Norte e Agreste Baiano	21.500.000,00	2	110.000.000,00	1	131.500.000,00	3	0,46%	0,90%
Litoral Sul	15.200.000,00	4	187.000.000,00	3	202.200.000,00	7	0,70%	2,10%
Médio Rio de Contas	14.200.000,00	6	17.000.000,00	1	31.200.000,00	7	0,11%	2,10%
Médio Sudoeste da Bahia	13.000.000,00	2	4.000.000,00	1	17.000.000,00	3	0,06%	0,90%
Metropolitano de Salvador	3.312.620.000,00	35	1.137.000.000,00	23	4.449.620.000,00	58	15,44%	17,37%
Piemonte do Paraguaçu	450.000.000,00	1			450.000.000,00	1	1,56%	0,30%
Piemonte Norte do Itapicuru	792.080.940,00	7			792.080.940,00	7	2,75%	2,10%
Portal do Sertão	194.240.000,00	23	87.550.000,00	12	281.790.000,00	35	0,98%	10,48%
Recôncavo	10.000.000,00	2	24.560.000,00	3	34.560.000,00	5	0,12%	1,50%
Semiárido Nordeste II	870.000.000,00	2			870.000.000,00	2	3,02%	0,60%
Sertão do São Francisco	23.000.000,00	9	2.409.996.000,00	10	2.432.996.000,00	19	8,44%	5,69%
Sertão Produtivo	947.000.000,00	9	2.162.696.000,00	28	3.109.696.000,00	37	10,79%	11,08%
Sisal	3.500.000,00	1			3.500.000,00	1	0,01%	0,30%
Sudoeste Baiano	43.600.000,00	7	178.800.000,00	6	222.400.000,00	13	0,77%	3,89%
Vale do Jiquiriça	12.000.000,00	1			12.000.000,00	1	0,04%	0,30%
Velho Chico	1.046.044.620,00	7	2.181.168.000,00	28	3.227.212.620,00	35	11,20%	10,48%
Vazio			21.500.000,00	3	21.500.000,00	3	0,07%	0,90%
Total	**12.451.097.300,00**	**158**	**16.376.012.080,00**	**176**	**28.827.109.380,00**	**334**	**100%**	**100%**

Fonte: SDE/Sudem/Coordenação de Monitoramento da Implantação do Empreendimento.
Nota: Dados preliminares, sujeito a alterações. Coletados até 30/01/2017.

Indicadores Conjunturais



INDICADORES ECONÔMICOS

Índice de preços

Tabela 1
Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (1) – Salvador – Set. 2016

Grandes grupos	Variações do mês (%)		Variações acumuladas (%)		Índice acumulado	
	Set. 2015	Set. 2016	No ano (2)	Últimos 12 meses (3)	Jun. 2007 = 100	Jun. 1994 = 100
Alimentos e bebidas	0,70	0,68	7,53	11,52	205,91	504,17
Habitação e encargos	0,90	0,20	9,19	10,55	180,71	1239,13
Artigos de residência	-1,58	-1,22	5,97	10,13	110,38	254,07
Vestuário	1,72	-0,01	2,54	5,78	122,41	219,43
Transporte e comunicação	0,15	-1,83	3,39	6,57	133,31	955,90
Saúde e cuidados pessoais	1,39	-1,46	12,13	14,27	196,06	657,10
Despesas pessoais	-0,67	-0,55	4,66	10,04	205,83	811,95
Geral	**0,36**	**-0,61**	**6,32**	**9,94**	**169,86**	**571,09**

Fonte: SEI.
(1) O IPC de Salvador representa a média de 15.000 cotações de uma cesta de consumo de 375 bens e serviços pesquisados em 634 estabelecimentose domicílios, para famílias com rendimentos de 1 - 40 salários mínimos.
(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.
(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 2
Pesquisa Nacional da Cesta Básica
Custo e variação da cesta básica – capitais brasileiras – Set. 2016

Capitais	Valor da cesta (R$)	Variação no mês (1) (%)	Variação acumulada (%) No ano (2)	Porcentagem do salário mínimo
Aracaju	371,30	0,57	21,44	45,86
Belém	424,43	0,74	20,60	52,42
Belo Horizonte	421,55	-1,88	13,78	52,07
Brasília	461,99	2,37	15,89	57,06
Campo Grande	432,27	-1,95	11,28	53,39
Curitiba	424,87	-1,45	8,45	52,48
Florianópolis	449,05	-1,76	5,89	55,47
Fortaleza	415,94	1,42	21,36	51,38
Goiânia	393,39	-4,31	17,23	48,59
João Pessoa	386,92	0,28	19,15	47,79
Manaus	401,44	-0,01	9,15	49,58
Natal	367,54	0,57	17,63	45,40
Porto Alegre	477,69	0,71	12,56	59,00
Recife	375,55	1,06	12,49	46,39
Salvador	381,93	1,46	21,54	47,18
São Paulo	471,57	-0,75	12,78	58,25
Rio de Janeiro	451,58	-0,85	13,49	55,78
Vitória	435,27	-0,29	11,89	53,76

Fonte: Dieese.
(1) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.
(2) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.
(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Agricultura

Tabela 3
Produção física e área plantada dos principais produtos – Bahia – 2015/2016

Lavouras	Produção física (t)			Área plantada (ha)		
	2015 (1)	2016 (2)	Variação (%)	2015 (1)	2016 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	144.827	129.600	-10,5	5.800	7.700	32,8
Algodão herbáceo	1.196.663	705.600	-41,0	332.636	228.000	-31,5
Alho	7.609	6.170	-18,9	745	690	-7,4
Amendoim (2° safra)	3.687	3.840	4,1	3.541	3.200	-9,6
Arroz total	8.357	5.160	-38,3	7.540	5.220	-30,8
Batata-inglesa (2° safra)	60.679	52.090	-14,2	1.316	1.306	-0,8
Cana-de-açúcar	6.227.728	5.625.000	-9,7	104.863	121.000	15,4
Cebola	282.904	255.200	-9,8	9.295	8.560	-7,9
Feijão total	414.479	170.935	-58,8	564.820	361.229	-36,0
Feijão 1ª safra	224.865	85.245	-62,1	308.346	175.139	-43,2
Feijão 2ª safra	189.614	85.690	-54,8	256.474	186.090	-27,4
Fumo	3.716	2.700	-27,3	3.847	3.000	-22,0
Mamona	45.155	20.400	-54,8	74.854	43.000	-42,6
Mandioca	2.098.575	1.991.390	-5,1	195.043	250.505	28,4
Milho total	2.683.111	1.545.690	-42,4	814.311	696.655	-14,4
Milho 1ª safra	2.028.029	1.273.690	-37,2	503.126	446.655	-11,2
Milho 2ª safra	655.082	272.000	-58,5	311.185	250.000	-19,7
Soja	4.513.633	3.212.600	-28,8	1.440.135	1.527.000	6,0
Sorgo granífero	135.292	90.740	-32,9	121.135	89.800	-25,9
Tomate	323.660	175.170	-45,9	7.103	4.055	-42,9
Permanentes						
Banana (4)	1.068.341	1.125.000	5,3	75.613	76.000	0,5
Cacau	153.257	116.122	-24,2	513.811	560.050	9,0
Café total	209.108	134.597	-35,6	167.095	175.192	4,8
Café arábica	125.010	88.720	-29,0	122.210	124.416	1,8
Café cenephora	84.098	45.877	-45,4	44.885	50.776	13,1
Castanha-de-caju	4.543	7.260	59,8	21.434	22.000	2,6
Coco-da-baía (3)	748.904	522.500	-30,2	83.221	74.000	-11,1
Guaraná	2.694	2.600	-3,5	6.736	6.500	-3,5
Laranja (4)	962.978	985.650	2,4	62.380	60.950	-2,3
Pimenta-do-reino	4.696	4.500	-4,2	1.847	1.800	-2,5
Sisal	178.375	127.500	-28,5	191.561	150.000	-21,7
Uva	77.408	57.240	-26,1	2.861	1.919	-32,9

Fonte: IBGE.
Elaboração:SEI/CAC.
(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2014.
(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), setembro de 2016 (dados sujeitos a retificação).
(3) Produção física em mil frutos.
(4) Produção física em tonelada.

Tabela 4
Área colhida e rendimento médio dos principais produtos – Bahia – 2015/2016

Lavouras	Área colhida (ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	2015 (1)	2016 (2)	Variação (%)	2015 (1)	2016 (2)	Variação (%)
Temporárias						
Abacaxi (3)	5.755	5.400	-6,2	25.165	24.000	-4,6
Algodão herbáceo	332.506	228.000	-31,4	3.599	3.095	-14,0
Alho	745	690	-7,4	10.213	8.942	-12,4
Amendoim	3.541	3.200	-9,6	1.041	1.200	15,2
Arroz total	7.540	5.220	-30,8	1.108	989	-10,8
Batata-inglesa	1.316	1.306	-0,8	46.109	39.885	-13,5
Cana-de-açúcar	104.709	111.000	6,0	59.477	50.676	-14,8
Cebola	9.295	8.560	-7,9	30.436	29.813	-2,0
Feijão total	506.014	323.649	-36,0	819	528	-35,5
Feijão 1ª safra	265.838	143.559	-46,0	846	594	-29,8
Feijão 2ª safra	240.176	180.090	-25,0	789	476	-39,7
Fumo	3.847	3.000	-22,0	966	900	-6,8
Mamona	73.326	34.000	-53,6	616	600	-2,6
Mandioca	189.790	185.505	-2,3	11.057	10.735	-2,9
Milho total	701.721	545.655	-22,2	3.824	2.833	-25,9
Milho 1ª safra	425.719	375.655	-11,8	4.764	3.391	-28,8
Milho 2ª safra	276.002	170.000	-38,4	2.373	1.600	-32,6
Soja	1.440.113	1.527.000	6,0	3.134	2.104	-32,9
Sorgo granífero	118.457	84.800	-28,4	1.142	1.070	-6,3
Tomate	7.103	4.055	-42,9	45.567	43.199	-5,2
Permanentes						
Banana (4)	71.220	70.000	-1,7	15.001	16.071	7,1
Cacau	513.811	540.050	5,1	298	215	-27,9
Café total	163.832	162.177	-1,0	1.276	830	-35,0
Café arábica	122.180	118.000	-3,4	1.023	752	-26,5
Café cenephora	41.652	44.177	6,1	2.019	1.038	-48,6
Castanha-de-caju	21.396	22.000	2,8	212	330	55,4
Coco-da-baía (3)	83.190	69.000	-17,1	9.002	7.572	-15,9
Guaraná	6.736	6.500	-3,5	400	400	0,0
Laranja (4)	62.371	60.950	-2,3	15.440	16.171	4,7
Pimenta-do-reino	1.837	1.800	-2,0	2.556	2.500	-2,2
Sisal	191.561	150.000	-21,7	931	850	-8,7
Uva	2.861	1.919	-32,9	27.056	29.828	10,2

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), 2014.
(2) Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), setembro de 2016 (dados sujeitos à retificação).
(3) Rendimento médio em frutos por hectare.
(4) Rendimento médio em quilo por hectare.

Indústria

Tabela 5
Produção física da indústria e dos principais gêneros – Bahia – Set. 2016

(%)

Classes e gêneros	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Indústria Geral	**-7,2**	**-4,4**	**-4,4**
Indústrias extrativas	-23,3	-20,1	-20,1
Indústrias de transformação	-6,2	-3,4	-3,4
Produtos alimentícios	12,2	5,0	5,0
Bebidas	-2,0	10,0	10,0
Couros, artigos para viagem e calçados	16,7	3,1	3,1
Celulose, papel e produtos de papel	0,7	-0,2	-0,2
Coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	-28,1	-8,4	-8,4
Outros produtos químicos	6,8	3,2	3,2
Produtos de borracha e de material plástico	-1,3	-4,4	-4,4
Produtos de minerais não-metálicos	-23,3	-17,4	-17,4
Metalurgia	-36,5	9,2	9,2
Equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	-28,2	-25,1	-25,1
Veículos automotores, reboques e carrocerias	83,5	-15,5	-15,5

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.
(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.
(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Tabela 6
Variação mensal do índice da indústria de transformação – Bahia – Set. 2015-set. 2016

(%)

Períodos	Mensal (1)	Ano (2)	12 meses (3)
Setembro 2015	**-9,6**	**-6,3**	**-4,2**
Outubro	-9,1	-6,6	-4,3
Novembro	-13,1	-7,2	-5,7
Dezembro	-3,4	-6,9	-6,6
Janeiro	11,6	11,6	-6,7
Fevereiro	13,7	12,5	-7,3
Março	-6,5	5,1	-9,1
Abril	0,3	3,8	-10,5
Maio	-1,5	2,7	-12,0
Junho	-4,8	1,3	-13,7
Julho	-18,3	-1,9	-14,7
Agosto	-9,8	-3,0	-16,2
Setembro 2016	**-6,2**	**-3,4**	**-17,8**

Fonte: IBGE.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.
(2) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.
(3) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Energia

Tabela 7
Variação percentual do consumo de energia elétrica por classe – Bahia – Set. 2016
(%)

Classes	Mensal (3)	Acumulado no ano (4)	12 meses (5)
Rural/Irrigação	13,6	21,3	23,5
Residencial	5,2	3,5	3,6
Industrial[1]	-3,6	-12,3	-12,4
Comercial	-0,6	4,2	5,1
Utilidades públicas[2]	3,6	3,1	3,2
Setor público	9,6	6,5	5,7
Concessionária	9,8	2,4	-1,8
Total	**-4,1**	**-1,9**	**-1,4**

Fontes: Chesf, Coelba/GMCH.
Elaboração: SEI/CAC.
(1) Consumo industrial corresponde à Coelba e Chesf.
(2) Corresponde a Iluminação Pública, Água, Esgoto e Saneamento e Tração elétrica.
(3) Variação observada no mês em relação ao mês imediatamente anterior.
(4) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.
(5) Variação acumulada observada no ano em relação ao mesmo período do ano anterior.

Comércio

Tabela 8
Variação no volume de vendas no varejo (1) – Bahia – Set. 2016
(%)

Classes e gêneros	Mensal (2)	No ano (3)	12 meses (4)
Comércio varejista	**-12,0**	**-12,9**	**-12,6**
Combustíveis e lubrificantes	-18,9	-17,9	-18,3
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-5,2	-9,0	-8,4
Hipermercados e supermercados	-1,0	-5,1	-5,0
Tecidos, vestuário e calçados	-10,2	-13,6	-15,4
Móveis e eletrodomésticos	-19,8	-17,2	-16,6
Móveis	-22,3	-13,2	-14,4
Eletrodomésticos	-18,6	-19,0	-17,5
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-11,9	-7,7	-5,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	-18,2	-0,4	5,8
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-14,0	-17,7	-20,9
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	-11,9	-15,1	-14,0
Comércio varejista ampliado	**-13,1**	**-12,2**	**-12,5**
Veículos, motos, partes e peças	-13,9	-10,3	-12,7
Material de construção	-20,0	-12,7	-11,7

Fonte: Elaborado pela SEI/CAC.
(1) Dados deflacionados pelo IPCA.
(2) Variação observada no mês em relação ao mesmo mês do ano anterior.
(3) Variação acumulada observada até o mês do ano em relação ao mesmo período do ano anterior.
(4) Variação acumulada observada nos últimos 12 meses em relação aos 12 meses anteriores.

Comércio exterior

Tabela 9
Exportações, principais segmento – Bahia – Jan.-set. 2015/2016

Segmentos	Valores (US$ 1000 FOB)		Var. (%)	Part. (%)	Var. (%) preço médio
	2015	2016			
Químicos e petroquímicos	997.714	879.897	-11,81	16,97	-21,29
Papel e celulose	1.068.256	820.973	-23,15	15,83	-18,56
Metalúrgicos	659.423	684.452	3,80	13,20	-27,40
Soja e derivados	1.031.573	682.109	-33,88	13,15	-12,57
Automotivo	337.969	346.603	2,55	6,68	-11,48
Petróleo e derivados	412.239	344.683	-16,39	6,65	-29,16
Metais preciosos	205.739	266.784	29,67	5,14	61,55
Cacau e derivados	181.906	220.852	21,41	4,26	8,66
Algodão e seus subprodutos	180.559	197.582	9,43	3,81	-5,84
Borracha e suas obras	153.827	159.957	3,98	3,08	-16,23
Minerais	128.933	89.951	-30,23	1,73	-28,05
Frutas e suas preparações	80.696	81.291	0,74	1,57	9,80
Couros e peles	97.790	70.339	-28,07	1,36	-45,66
Sisal e derivados	91.555	69.315	-24,29	1,34	-14,15
Café e especiarias	87.296	57.256	-34,41	1,10	2,27
Calçados e suas partes	34.413	50.463	46,64	0,97	-9,67
Máquinas, aparelhos e materiais mecânicos e elétricos	38.579	36.111	-6,40	0,70	-2,01
Fumo e derivados	21.957	21.602	-1,62	0,42	6,18
Carne e miudezas de aves	7.212	6.022	-16,49	0,12	8,30
Milho e derivados	18.462	4.010	-78,28	0,08	-3,99
Demais segmentos	101.756	96.100	-5,56	1,85	-25,24
Total	**5.937.853**	**5.186.352**	**-12,66**	**100,00**	**-8,12**

Fonte: MDIC/Secex, dados coletados em 06/10/2016.
Elaboração: SEI.

Tabela 10
Exportações, princípais países – Bahia – Jan.-set. 2015/2016

Países	Pest (ton)		Var. %	(US$ 1000 FOB)		Var. %	Part. %
	2015	2016		2015	2016		
China	2.666.891	2.029.767	-23,89	1.688.887	1.201.271	-28,87	23,16
Estados Unidos	533.379	934.444	75,19	592.951	727.074	22,62	14,02
Argentina	165.449	228.062	37,84	608.209	562.499	-7,52	10,85
Países Baixos (Holanda)	951.472	753.162	-20,84	492.815	327.813	-33,48	6,32
Bélgica	303.064	391.461	29,17	202.361	196.678	-2,81	3,79
Alemanha	445.395	483.305	8,51	175.732	168.410	-4,17	3,25
Canadá	7.128	8.846	24,10	99.447	134.733	35,48	2,60
Coreia do Sul	138.577	117.666	-15,09	100.152	132.267	32,07	2,55
França	359.273	345.704	-3,78	166.395	125.744	-24,43	2,42
Japão	251.651	225.332	-10,46	139.427	108.328	-22,31	2,09
México	132.103	108.734	-17,69	136.653	100.861	-26,19	1,94
Índia	60.020	88.042	46,69	59.953	88.916	48,31	1,71
Chile	26.397	76.129	188,41	68.507	87.973	28,41	1,70
Colômbia	74.205	68.645	-7,49	101.879	78.900	-22,56	1,52
Itália	148.789	130.279	-12,44	114.324	78.651	-31,20	1,52
Espanha	165.024	197.381	19,61	89.192	78.476	-12,01	1,51
Antilhas Holandesas	770.162	423.866	-44,96	220.332	75.810	-65,59	1,46
Turquia	62.393	53.277	-14,61	56.356	59.603	5,76	1,15
Suíça	524	431	-17,78	41.165	57.870	40,58	1,12
Indonésia	23.075	21.709	-5,92	55.524	54.790	-1,32	1,06
Hong Kong	50.591	73.128	44,55	45.312	50.271	10,94	0,97
Taiwan (Formosa)	104.631	120.906	15,55	48.799	49.825	2,10	0,96
Peru	13.087	30.738	134,87	26.496	42.670	61,04	0,82
Emirados Árabes Unidos	1.702	7.663	350,23	20.821	40.703	95,49	0,78
Irã	-	96.371	-	-	34.247	-	0,66
Reino Unido	34.184	61.537	80,01	25.444	31.315	23,08	0,60
Vietnã	20.370	19.671	-3,43	32.626	28.498	-12,65	0,55
Equador	9.207	15.953	73,27	13.135	28.394	116,17	0,55
Uruguai	15.145	13.237	-12,60	31.683	26.896	-15,11	0,52
Virgens, Ilhas (Americanas)	-	91.059	-	-	25.261	-	0,49
Demais países	753.249	661.349	-12,20	483.276	381.607	-21,04	7,36
Total	**8.287.137**	**7.877.853**	**-4,94**	**5.937.853**	**5.186.352**	**-12,66**	**100,00**

Fonte: MDIC/Secex.
Elaboração: SEI.

INDICADORES SOCIAIS

Emprego

Tabela 11
Estimativa da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos, taxas globais de participação e de desemprego total – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2015-set. 2016

(%)

Períodos	População Economicamente Ativa (PEA)						Inativos maiores de 10 Anos		Taxas		População total (1)
	Total		Ocupados		Desempregados						
	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Números absolutos (1)	Índice (2)	Participação (PEA/PIA)	Desemprego total (DES/PEA)	
Janeiro 2015	**1.862**	**124,4**	**1.558**	**141,8**	**304**	**76,4**	**1.354**	**141,3**	**57,9**	**16,3**	**3.653**
Fevereiro	1.846	123,3	1.543	140,4	303	76,1	1.375	143,5	57,3	16,4	3.657
Março	1.845	123,2	1.526	138,9	319	80,2	1.381	144,2	57,2	17,3	3.662
Abril	1.825	121,9	1.506	137,0	319	80,2	1.405	146,7	56,5	17,5	3.666
Maio	1.835	122,6	1.501	136,6	334	83,9	1.401	146,2	56,7	18,2	3.670
Junho	1.828	122,1	1.499	136,4	329	82,7	1.413	147,5	56,4	18,0	3.674
Julho	1.837	122,7	1.488	135,4	349	87,7	1.408	147,0	56,6	19,0	3.678
Agosto	1.820	121,6	1.474	134,1	346	86,9	1.430	149,3	56,0	19,0	3.682
Setembro	1.826	122,0	1.472	133,9	354	88,9	1.429	149,2	56,1	19,4	3.686
Outubro	1.845	123,2	1.487	135,3	358	89,9	1.415	147,7	56,6	19,4	3.690
Novembro	1.874	125,2	1.507	137,1	367	92,2	1.391	145,2	57,4	19,6	3.694
Dezembro	1.893	126,5	1.516	137,9	377	94,7	1.376	143,6	57,9	19,9	3.699
Janeiro 2016	**1.866**	**125**	**1.510**	**137**	**356**	**89**	**1.408**	**147**	**57**	**19**	**3.703**
Fevereiro	1866,0	124,6	1489,0	135,5	377,0	94,7	1413,0	147,5	56,9	20,2	3.707
Março	1852,0	123,7	1457,0	132,6	395,0	99,2	1432,0	149,5	56,4	21,3	3.711
Abril	1878,0	125,5	1439,0	130,9	439,0	110,3	1411,0	147,3	57,1	23,4	3.715
Maio	1861,0	124,3	1420,0	129,2	441,0	110,8	1433,0	149,6	56,5	23,7	3.719
Junho	1874,0	125,2	1409,0	128,2	465,0	116,8	1425,0	148,7	56,8	24,8	3.724
Julho	1893,0	126,5	1406,0	127,9	487,0	122,4	1411,0	147,3	57,3	25,7	3.728
Agosto	1919,0	128,2	1426,0	129,8	493,0	123,9	1390,0	145,1	58,0	25,7	3.732
Setembro	1932,0	129,1	1439,0	130,9	493,0	123,9	1382,0	144,3	58,3	25,5	3.736
Variação mensal (%) Set. 2016/ago. 2016	**0,7**	**0,7**	**0,9**	**0,9**	**0,0**	**0,0**	**-0,6**	**-0,6**	**0,5**	**-0,8**	**0,1**
Variação no ano (%) Set. 2016/dez. 2015	**2,1**	**2,1**	**-5,1**	**-5,1**	**30,8**	**30,8**	**0,4**	**0,4**	**0,7**	**28,1**	**1,0**
Variação anual (%) Set. 2016/set. 2015	**5,8**	**5,8**	**-2,2**	**-2,2**	**39,3**	**39,3**	**-3,3**	**-3,3**	**3,9**	**31,4**	**1,4**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) Em 1000 pessoas.
(2) Base: média de 2000 = 100.
Nota: Projeções populacionais ajustadas com base no Censo de 2010. Ver nota técnica nº 8.

Tabela 12
Taxas de desemprego, por tipo de desemprego
Região Metropolitana de Salvador, município de Salvador e demais municípios da Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2015-set. 2016
(%)

Trimestres	Taxas de desemprego, por tipo										
	Região Metropolitana de Salvador – RMS					Município de Salvador			Demais municípios da Região Metropolitana		
	Total	Aberto	Oculto			Total	Aberto	Oculto	Total	Aberto	Oculto
			Total	Precário	Desalento						
Janeiro 2015	**16,3**	**11,2**	**5,1**	**4,5**	**(1)**	**15,1**	**10,4**	**4,7**	**20,4**	**13,8**	**6,6**
Fevereiro	16,4	11,3	5,0	4,4	(1)	15,2	10,5	4,7	20,3	14,0	6,3
Março	17,3	12,3	5,1	4,4	(1)	15,9	11,3	4,7	22,2	15,8	6,5
Abril	17,5	12,9	4,6	4,1	(1)	15,8	11,7	4,2	23,4	17,2	6,2
Maio	18,2	13,7	4,5	4,0	(1)	16,4	12,5	3,9	24,6	18,0	6,6
Junho	18,0	13,8	4,2	3,6	(1)	16,3	12,6	3,7	24,1	18,2	5,9
Julho	19,0	14,6	4,4	3,8	(1)	17,3	13,2	4,1	25,2	19,6	5,7
Agosto	19,0	14,3	4,7	4,1	(1)	17,4	13,0	4,4	24,5	18,9	(1)
Setembro	19,4	14,2	5,2	4,6	(1)	18,0	13,1	4,9	24,7	18,3	6,4
Outubro	19,4	13,8	5,5	5,0	(1)	18,0	13,0	5,0	24,6	16,9	7,6
Novembro	19,6	13,9	5,7	5,0	(1)	18,0	12,8	5,1	25,6	17,9	7,8
Dezembro	19,9	14,3	5,6	4,9	(1)	18,2	13,2	5,1	25,8	18,4	7,4
Janeiro 2016	**19,1**	**13,6**	**5,5**	**4,9**	**(1)**	**17,8**	**12,6**	**5,2**	**23,9**	**17,3**	**6,6**
Fevereiro	20,2	14,2	6,0	5,5	(1)	19,7	13,6	6,0	22,0	16,2	5,9
Março	21,3	15,2	6,1	5,5	(1)	21,0	14,9	6,2	22,6	16,7	(1)
Abril	23,4	16,7	6,6	6,0	(1)	22,9	16,2	6,7	25,0	18,8	(1)
Maio	23,7	17,5	6,2	5,8	(1)	22,9	16,8	6,1	26,9	20,2	6,8
Junho	24,8	17,8	7,0	6,4	(1)	23,3	16,6	6,7	29,9	21,9	7,9
Julho	25,7	18,6	7,1	6,4	(1)	24,2	17,1	7,0	31,3	23,9	7,4
Agosto	25,7	18,2	7,5	6,6	(1)	24,0	16,7	7,2	32,1	23,6	8,5
Setembro	25,5	18,0	7,5	6,5	(1)	24,2	17,0	7,3	30,0	21,8	8,2
Variação mensal (%) Set. 2016/Ago. 2015	**-0,8**	**-1,1**	**0,0**	**-1,5**	**0,0**	**0,8**	**1,8**	**1,4**	**-6,5**	**-7,6**	**-3,5**
Variação no ano Set. 2016/dez. 2015	**28,1**	**25,9**	**33,9**	**32,7**	**0,0**	**33,0**	**28,8**	**43,1**	**16,3**	**18,5**	**10,8**
Variação anual Set. 2016/set. 2015	**31,4**	**26,8**	**44,2**	**41,3**	**0,0**	**34,4**	**29,8**	**49,0**	**21,5**	**19,1**	**28,1**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 13
Distribuição dos Ocupados, por Setor e CNAE 2.0 Domiciliar – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2015-set. 2016

(%)

Períodos	Distribuição dos ocupados, por setor e CNAE 2.0 domiciliar										
					Serviços						
	Total geral (1)	Indústria de transformação (2)	Construção (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Total (5)	Transporte, armazenagem e Correio (6)	Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais científicas e técnicas (7)	Atividades administrativas e serviços complementares (8)	Administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais (9)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (10)	Serviços domésticos (11)
Janeiro 2015	**100,0**	**8,6**	**9,3**	**19,5**	**60,8**	**6,1**	**5,5**	**9,7**	**18,2**	**13,1**	**7,8**
Fevereiro	100,0	9,1	9,2	19,0	61,1	6,1	5,3	9,6	18,1	13,8	7,7
Março	100,0	9,0	8,5	18,7	62,1	6,0	5,2	10,1	18,5	14,3	7,5
Abril	100,0	8,7	8,6	18,9	61,9	6,0	5,5	9,7	18,2	14,3	7,7
Maio	100,0	8,4	8,1	19,3	62,2	6,2	5,6	9,8	18,9	13,4	7,9
Junho	100,0	8,6	8,1	19,8	61,5	5,9	5,7	8,9	19,0	13,3	7,9
Julho	100,0	8,9	8,0	19,3	62,0	6,1	5,3	9,0	19,6	13,3	8,0
Agosto	100,0	8,4	8,5	19,8	61,6	6,0	5,1	8,7	19,3	13,9	7,9
Setembro	100,0	7,7	8,5	19,7	62,4	6,3	5,4	9,0	18,9	14,4	7,9
Outubro	100,0	7,3	8,5	19,2	63,1	6,2	5,5	9,1	19,3	14,0	8,3
Novembro	100,0	7,4	8,2	18,9	63,4	6,3	5,7	9,5	19,2	14,3	7,9
Dezembro	100,0	7,4	8,3	18,4	64,1	6,1	5,2	9,7	20,8	13,6	8,0
Janeiro 2016	**100,0**	**7,1**	**8,5**	**19,2**	**63,6**	**6,0**	**5,1**	**10,1**	**20,0**	**14,3**	**7,5**
Fevereiro	100,0	7,6	8,5	18,6	63,6	5,7	5,1	10,1	20,0	14,0	8,2
Março	100,0	7,5	8,4	19,1	63,2	5,6	5,7	10,7	18,7	14,1	7,9
Abril	100,0	7,5	7,9	18,6	64,0	5,7	6,4	10,0	19,4	13,5	8,4
Maio	100,0	7,2	7,8	19,4	63,8	6,3	6,4	9,8	19,2	13,2	8,1
Junho	100,0	7,4	7,6	19,7	63,4	6,2	6,1	9,2	19,4	13,2	8,4
Julho	100,0	7,7	7,7	20,2	62,4	5,9	5,8	9,4	19,2	13,4	7,9
Agosto	100,0	7,6	7,3	19,8	63,3	5,6	5,7	9,4	19,6	14,1	8,1
Setembro	100,0	7,9	7,5	20,0	62,5	5,9	5,2	9,2	20,0	13,6	7,9

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(-) Dados não disponíveis. A captação da CNAE 2.0 domiciliar na PED iniciou-se em novembro de 2010.
(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar.
(2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.
(3) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar.
(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.
(5) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar).
(6) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar.
(7) Seções J,K,M da CNAE 2.0 domiciliar.
(8) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar.
(9) Seções O,P,Q da CNAE 2.0 domiciliar.
(10) Seções I,S,R da CNAE 2.0 domiciliar.
(11) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar.
Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 14
Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2015-set. 2016

(%)

Períodos	Posição na ocupação									
	Assalariados				Autônomos			Empregador	Domésticos	Outros (2)
	Total (1)	Assalariado priv. c/carteira assin.	Assalariado priv. s/carteira	Assalariado público	Total	Autônomo trab. p/público	Autônomo trab. p/ empresa			
Janeiro 2015	**69,4**	**53,3**	**7,0**	**9,1**	**18,5**	**16,9**	**1,6**	**2,7**	**7,8**	**1,6**
Fevereiro	69,7	53,9	6,7	9,1	18,3	16,8	1,5	2,3	7,7	2,0
Março	69,9	53,2	6,7	10,0	18,2	16,8	1,4	2,3	7,5	2,1
Abril	68,9	52,0	6,7	10,1	18,5	17,1	1,4	2,7	7,7	2,2
Maio	68,7	52,1	6,3	10,2	18,1	16,9	(3)	3,2	7,9	2,1
Junho	68,5	52,5	6,1	9,9	17,9	16,5	(3)	3,3	7,9	2,4
Julho	68,7	52,8	6,3	9,6	18,5	17,1	(3)	2,9	8,0	1,9
Agosto	67,8	51,6	6,8	9,4	19,2	17,7	(3)	3,1	7,9	2,0
Setembro	67,8	51,3	7,4	9,0	19,5	18,1	(3)	3,0	7,9	1,8
Outubro	67,7	50,8	7,3	9,5	19,0	17,5	1,5	3,1	8,3	1,9
Novembro	68,7	51,7	7,6	9,4	18,7	17,2	1,5	2,7	7,9	2,0
Dezembro	69,4	51,5	7,3	10,6	18,0	16,6	(3)	2,5	8,0	2,1
Janeiro 2016	**70,0**	**52,9**	**7,0**	**10,1**	**17,9**	**16,9**	**(3)**	**2,4**	**7,5**	**2,2**
Fevereiro	69,3	52,8	6,6	9,9	18,0	17,1	(3)	2,4	8,2	2,1
Março	68,8	53,8	6,4	8,6	18,3	17,1	(3)	2,6	7,9	2,4
Abril	68,8	52,8	7,3	8,7	17,8	16,7	(3)	(3)	8,4	2,6
Maio	68,6	52,6	7,2	8,7	18,0	16,7	(3)	(3)	8,1	2,9
Junho	68,0	51,8	7,0	9,1	18,1	17,0	(3)	(3)	8,4	3,2
Julho	66,7	50,6	6,8	9,2	19,1	17,6	(3)	(3)	7,9	3,7
Agosto	66,9	50,7	6,5	9,7	19,1	17,4	(3)	(3)	8,1	3,2
Setembro	68,0	51,4	6,9	9,7	19,0	17,5	(3)	(3)	7,9	2,3

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) Incluem os que não informaram o segmento em que trabalham.
(2) Incluem trabalhadores familiares e donos de negócios familiares.
(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 15
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, assalariados e autônomos no trabalho principal
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2015-set. 2016

(R$)

Trimestres	Rendimento médio real					
	Ocupados (1)		Assalariados (2)		Autônomos	
	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)	Valor absoluto (3)	Índice (4)
Janeiro 2015	**1.506**	**102,8**	**1.611**	**99,4**	**1.221**	**123,1**
Fevereiro	1.500	102,4	1.597	98,5	1.197	120,7
Março	1.480	101,0	1.562	96,4	1.171	118,1
Abril	1.479	101,0	1.559	96,2	1.145	115,4
Maio	1.461	99,7	1.529	94,4	1.168	117,8
Junho	1.435	97,9	1.520	93,8	1.129	113,8
Julho	1.409	96,2	1.493	92,2	1.111	112,0
Agosto	1.391	95,0	1.486	91,7	1.094	110,3
Setembro	1.381	94,3	1.494	92,2	1.050	105,9
Outubro	1.369	93,5	1.466	90,4	1.093	110,3
Novembro	1.407	96,0	1.503	92,7	1.111	112,0
Dezembro	1.395	95,2	1.478	91,2	1.107	111,6
Janeiro 2016	**1.395**	**95,2**	**1.492**	**92,0**	**1.094**	**110,3**
Fevereiro	1.338	91,4	1.420	87,6	1.056	106,5
Março	1.310	89,4	1.383	85,3	1.048	105,7
Abril	1.297	88,5	1.381	85,2	982	99,0
Maio	1.299	88,7	1.395	86,1	954	96,2
Junho	1.307	89,2	1.393	86,0	996	100,4
Julho	1.337	91,3	1.427	88,1	1.059	106,8
Agosto	1.345	91,8	1.426	88,0	1.077	108,6
Setembro	1.341	91,5	1.433	88,4	1.088	109,7
Variação mensal (%) Set. 2016/ago. 2016	**-0,3**	**-0,3**	**0,5**	**0,5**	**1,0**	**1,0**
Variação no ano (%) Set. 2016/dez. 2015	**-3,9**	**-3,9**	**-3,1**	**-3,1**	**-1,7**	**-1,7**
Variação anual (%) Set. 2016/set. 2015	**-2,9**	**-2,9**	**-4,1**	**-4,1**	**3,6**	**3,6**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
(2) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.
(3) Inflator utilizado: IPC–SEI; valores em reais de setembro de 2016.
(4) Base: média de 2000 = 100.

Tabela 16
Rendimento médio real trimestral dos ocupados, por grau de instrução (1) – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2015-set. 2016
(R$)

Períodos	Total (2)	Rendimento médio real trimestral dos ocupados				
		Analfabetos	1º grau incompleto	1º grau completo/ 2º incompleto	2º grau completo/ 3º incompleto	3º grau completo
Janeiro 2015	**1.506**	**(3)**	**1034**	**1077**	**1.452**	**3.568**
Fevereiro	1.500	(3)	1041	1067	1.428	3.599
Março	1.480	(3)	1040	1067	1.441	3.443
Abril	1.479	(3)	1046	1044	1.433	3.462
Maio	1.461	(3)	1017	1025	1.433	3.355
Junho	1.435	(3)	992	1011	1.398	3.310
Julho	1.409	(3)	958	1028	1.353	3.326
Agosto	1.391	(3)	958	1050	1.323	3.245
Setembro	1.381	(3)	930	1036	1.291	3.299
Outubro	1.369	(3)	936	1040	1.303	3.146
Novembro	1.407	(3)	927	1018	1.323	3.261
Dezembro	1.395	(3)	944	1012	1.320	3.231
Janeiro 2016	**1.395**	**(3)**	**951**	**1003**	**1.306**	**3.316**
Fevereiro	1.338	(3)	953	992	1.265	3.195
Março	1.310	(3)	936	995	1.235	3.064
Abril	1.297	(3)	923	975	1.221	3.011
Maio	1.299	(3)	908	980	1.224	3.048
Junho	1.307	(3)	925	996	1.242	2.957
Julho	1.337	(3)	921	1015	1.267	2.996
Agosto	1.345	(3)	920	1047	1.284	2.946
Setembro	1.341	(3)	933	1012	1.287	3.000
Variação mensal (%) Set. 2016/ago. 2016	**-0,3**	**0,0**	**1,4**	**-3,4**	**0,2**	**1,8**
Variação no ano (%) Set. 2016/dez. 2015	**-3,9**	**0,0**	**-1,1**	**0,0**	**-2,5**	**-7,2**
Variação anual (%) Set. 2016/set. 2015	**-2,9**	**0,0**	**0,3**	**-2,4**	**-0,2**	**-9,1**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) Inflator utilizado: IPC–SEI; valores em reais de setembro de 2016.
(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
(3) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

Tabela 17
Rendimento médio real trimestral dos assalariados no setor público e privado, por setor de atividade econômica e carteira de trabalho assinada e não assinada pelo atual empregador (1) – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2015-set. 2016

Trimestres	Total geral (2)	Assalariados no setor privado						Assalariados do setor público (6)
		Total	Setor de atividade			Carteira de trabalho		
			Indústria de transformação (3)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (4)	Serviços (5)	Assinada	Não assinada	
Janeiro 2015	**1.639**	**1.420**	**1.749**	**1.270**	**1.411**	**1.490**	**834**	**3.341**
Fevereiro	1.622	1.391	1.558	1.246	1.400	1.464	818	3.273
Março	1.578	1.367	1.528	1.202	1.377	1.439	822	3.154
Abril	1.577	1.371	1.486	1.180	1.398	1.439	847	3.117
Maio	1.546	1.372	1.471	1.185	1.403	1.429	925	2.984
Junho	1.533	1.376	1.661	1.191	1.381	1.432	942	2.933
Julho	1.509	1.341	1.723	1.154	1.354	1.405	890	2.999
Agosto	1.496	1.339	1.799	1.162	1.330	1.409	857	3.014
Setembro	1.510	1.322	1.720	1.129	1.329	1.391	827	3.128
Outubro	1.487	1.312	1.603	1.127	1.336	1.365	930	3.123
Novembro	1.539	1.321	1.692	1.102	1.360	1.378	905	3.176
Dezembro	1.500	1.290	1.557	1.117	1.331	1.346	870	3.238
Janeiro 2016	**1.511**	**1.292**	**1.565**	**1.157**	**1.306**	**1.355**	**804**	**3.242**
Fevereiro	1.436	1.262	1.470	1.134	1.278	1.322	795	3.148
Março	1.416	1.259	1.533	1.120	1.266	1.327	784	2.860
Abril	1.414	1.259	1.569	1.088	1.270	1.327	758	2.864
Maio	1.428	1.260	1.538	1.120	1.265	1.328	736	2.928
Junho	1.418	1.265	1.477	1.144	1.265	1.331	785	2.817
Julho	1.439	1.276	1.574	1.146	1.282	1.341	793	2.778
Agosto	1.434	1.275	1.659	1.134	1.267	1.345	791	2.665
Setembro	1.442	1.277	1.716	1.114	1.277	1.346	768	2.892
Variação mensal (%) Set. 2016/ago. 2016	**0,6**	**0,1**	**3,4**	**-1,8**	**0,8**	**0,1**	**-3,0**	**8,5**
Variação no ano (%) Set. 2016/dez. 2015	**-3,8**	**-1,1**	**10,2**	**-0,3**	**-4,1**	**0,0**	**-11,8**	**-10,7**
Variação anual (%) Set. 2016/set. 2015	**-4,5**	**-3,5**	**-0,2**	**-1,3**	**-3,9**	**-3,2**	**-7,2**	**-7,5**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) Exclusive os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos. Inflator utilizado: IPC–SEI; valores em reais de setembro de 2016.
(2) Incluem os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.
(3) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar.
(4) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar.
(5) Seções H a S da CNAE 2.0 domiciliar e excluem os serviços domésticos.
(6) Incluem os estatutários e celetistas que trabalham em instituições públicas (governos municipal, estadual, federal, empresa de economia mista, autarquia, fundação, etc.).
Nota: Vide nota técnica nº 01/2012.

Tabela 18
Rendimento real trimestral máximo e mínimo dos ocupados e dos assalariados no trabalho principal (1)
Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2015-set. 2016

Períodos	Rendimento médio real trimestral									
	Ocupados (2)					Assalariados (3)				
	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de	10% mais pobres ganham até	25% mais pobres ganham até	50% mais pobres ganham até	25% mais ricos ganham acima de	10% mais ricos ganham acima de
Janeiro 2015	**591**	**860**	**1.064**	**1.664**	**2.909**	**855**	**916**	**1.164**	**1.758**	**2.957**
Fevereiro	590	907	1.047	1.656	2.877	856	916	1.151	1.745	2.908
Março	582	906	1.036	1.629	2.857	901	917	1.140	1.714	2.877
Abril	570	900	1.029	1.656	2.857	894	906	1.125	1.713	2.877
Maio	563	894	1.020	1.689	2.817	887	900	1.114	1.690	2.817
Junho	561	887	1.011	1.572	2.807	884	893	1.077	1.683	2.807
Julho	551	868	993	1.499	2.703	868	888	1.048	1.577	2.757
Agosto	532	868	992	1.459	2.661	868	885	1.040	1.571	2.772
Setembro	498	868	992	1.442	2.660	868	873	1.047	1.654	2.771
Outubro	549	870	993	1.440	2.439	866	874	1.055	1.546	2.747
Novembro	552	865	996	1.538	2.606	850	870	1.078	1.616	2.747
Dezembro	641	849	992	1.538	2.433	842	866	1.069	1.603	2.565
Janeiro 2016	**593**	**849**	**982**	**1.495**	**2.469**	**841**	**887**	**1.057**	**1.566**	**2.610**
Fevereiro	533	841	961	1.357	2.267	841	910	1.036	1.445	2.382
Março	522	911	955	1.346	2.088	911	913	1.033	1.356	2.282
Abril	518	904	974	1.339	2.073	904	912	1.027	1.347	2.177
Maio	508	894	964	1.340	2.134	894	912	1.016	1.437	2.335
Junho	508	888	969	1.413	2.220	888	903	1.015	1.514	2.361
Julho	504	885	974	1.511	2.518	885	893	1.015	1.513	2.522
Agosto	503	879	999	1.498	2.517	879	887	1.097	1.510	2.522
Setembro	503	878	999	1.480	2.513	878	885	1.098	1.508	2.518
Variação mensal (%) Set. 2016/ago. 2016	**-0,2**	**-0,1**	**0,0**	**-1,2**	**-0,2**	**-0,1**	**-0,2**	**0,1**	**-0,2**	**-0,2**
Variação no ano (%) Set. 2016/dez. 2015	**-21,6**	**3,4**	**0,7**	**-3,8**	**3,3**	**4,3**	**2,3**	**2,8**	**-5,9**	**-1,9**
Variação anual (%) Set. 2016/set. 2015	**0,8**	**1,2**	**0,7**	**2,6**	**-5,6**	**1,2**	**1,4**	**4,9**	**-8,9**	**-9,1**

Fonte: PEDRMS (Convênio SEI, Setre, Dieese, Seade, MTE/FAT).
(1) Inflator utilizado: IPC-SEI; valores em reais de setembro de 2014.
(2) Excluem os assalariados e os empregados domésticos assalariados que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.
(3) Excluem os assalariados que não tiveram remuneração no mês.

Emprego formal

Tabela 19
Flutuação mensal do emprego – Bahia – Jan. 2015-set. 2016

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. tranformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2015 (2)	**-83.076**	**-8.822**	**-33.814**	**-11.470**	**-21.230**
Declaração fora do prazo	**5.844**	**459**	**-487**	**1.924**	**1.397**
Com ajuste (3)	**-77.232**	**-8.363**	**-34.301**	**-9.546**	**-19.833**
Janeiro	-2.872	569	-2.585	-2.734	1.579
Fevereiro	-6.800	-725	-2.901	-1.884	-1.777
Março	-1.167	369	-2.136	-635	404
Abril	-893	834	-3.068	-1.411	59
Maio	-7.419	-874	-4.306	-380	-4.389
Junho	-9.124	-409	-4.081	-271	-4.242
Julho	-8.207	-157	-2.681	-2.544	-2.357
Agosto	-6.853	-648	-2.577	-1.199	-1.618
Setembro	-4.360	-621	-1.899	120	-884
Outubro	-10.409	-1.100	-2.671	-1.093	-2.922
Novembro	-6.004	-2.797	652	2.000	-549
Dezembro	-18.968	-3.263	-5.561	-1.439	-4.534
2016 (2)	**-39.984**	**-1.561**	**-12.956**	**-13.927**	**-15.819**
Declaração fora do prazo	**-1.983**	**-42**	**291**	**-939**	**-3.937**
Com ajuste (3)	**-41.967**	**-1.603**	**-12.665**	**-14.866**	**-19.756**
Janeiro	-1.187	69	-684	-1.067	331
Fevereiro	-5.812	-1.066	-615	-2.490	-2.884
Março	-4.803	-1.547	4	-3.085	-1.630
Abril	-3.022	1.983	-3.457	-1.802	-1.407
Maio	-6.052	-706	-3.454	-2.112	-2.736
Junho	-7.976	-545	-1.984	-823	-4.462
Julho	-7.285	1.163	-1.832	-1.522	-4.603
Agosto	-3.516	367	407	-1.510	-889
Setembro	-331	-1.279	-1.341	484	2.461

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.
(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até maio.

Tabela 20
Flutuação mensal do emprego – Região Metropolitana de Salvador – Jan. 2015-set. 2016

Períodos	Saldo líquido (admissões – desligamentos)				
	Total (1)	Ind. transformação	Const. civil	Comércio	Serviços
2015 (2)	**-49.600**	**-4.067**	**-14.750**	**-6.717**	**-20.161**
Declaração fora do prazo	**-49.739**	**-4.254**	**-15.441**	**-5.862**	**-20.245**
Com ajuste (3)	**-139**	**-187**	**-691**	**855**	**-84**
Janeiro	-992	-114	-122	-1.121	417
Fevereiro	-4.677	-417	-2.081	-797	-1.204
Março	-1.355	-147	62	-935	-457
Abril	-4.505	-726	-1.290	-1.186	-1.278
Maio	-8.138	-300	-2.630	-253	-4.799
Junho	-6.426	-681	-2.681	-213	-2.704
Julho	-4.876	-573	-206	-1.322	-2.212
Agosto	-4.406	-599	-1.167	-728	-1.757
Setembro	-1.752	190	-545	-357	-609
Outubro	-4.420	-232	-1.344	-557	-2.063
Novembro	-1.148	9	811	1.134	-624
Dezembro	-6.905	-477	-3.557	-382	-2.871
2016 (2)	**-34.452**	**-4.483**	**-10.511**	**-6.025**	**-13.534**
Declaração fora do prazo	**-36.080**	**-4.393**	**-10.379**	**-6.953**	**-14.233**
Com ajuste (3)	**-1.628**	**90**	**132**	**-928**	**-699**
Janeiro	-1.196	-34	-349	-450	-357
Fevereiro	-4.219	-1.200	-407	-1.210	-1.553
Março	-3.756	-1.291	80	-1.748	-1.397
Abril	-5.193	-629	-2.902	-707	-994
Maio	-6.775	-418	-3.171	-904	-2.164
Junho	-6.071	-503	-1.531	-371	-3.544
Julho	-5.596	-164	-1.279	-345	-3.651
Agosto	-1.958	263	29	-464	-1.561
Setembro	312	-507	-981	174	1.687

Fonte: MTE–Caged – Lei 4.923/65 – Perfil do estabelecimento.
(1) Incluem todos os setores. Dados preliminares.
(2) Este saldo não levou em consideração o ajuste realizado no ano.
(3) Este saldo levou em consideração o ajuste realizado no ano até maio.

FINANÇAS PÚBLICAS

União

(Continua)

Tabela 21
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-ago. 2016/2015
(R$ 1.000)

Receita realizada	2016			2015		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago
Receita (exceto intraorçamentária) (I)	**222.848.242**	**272.296.730**	**495.144.972**	**109.290.612**	**126.132.609**	**235.423.221**
Receitas correntes	**200.895.622,00**	**210.253.894,00**	**411.149.516,00**	**99.313.236,00**	**97.829.594,00**	**197.142.830**
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	**65.336.175**	**63204743,00**	**128540918,00**	**33.851.172**	**28.215.694**	**62.066.866**
Impostos	64.578.059	62.321.095	126.899.154	33.520.081	27.717.452	61.237.533
Taxas	758	884	1.642	331.090	498.242	829.332
Receita de contribuições	**115.986.007**	**118.245.926**	**234.231.933**	**53.569.888**	**53.918.484**	**107.488.372**
Contribuições sociais	113.247.821	115.946.322	229.194.143	52.204.489	52.715.766	104.920.255
Contribuições econômicas	2.738.185	2.299.604	5.037.789	1.365.400	1.202.718	2.568.118
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	-	-	-	-	-	0
Receita patrimonial	**13.630.454**	**12.092.316**	**25.722.770**	**3.568.600**	**4.384.075**	**7.952.675**
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	391	330	721	237.900	93.826	331.726
Valores mobiliários	3.591.328	4.382.199	7.973.527	1.605.767	2.630.859	4.236.626
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	384	986	1.370	72.315	73.130	145.445
Exploração de recursos naturais	8.978.929	6.063.960	15.042.889	1.598.885	1.530.725	3.129.610
Exploração do patrimônio intangível	-	-	-	-	-	0
Cessão de direitos	284	328	611	51.128	54.345	105.473
Demais receitas patrimoniais	974	718	1.692	2.604	1.190	3.794
Receita agropecuária	**3**	**4**	**7**	**2.974**	**3.656**	**6.630**
Receita industrial	**268**	**115**	**383**	**50.977**	**-**	**50.977**
Receita de serviços	**4.092.283**	**10.186.145**	**14.278.428**	**2.729.995**	**2.822.147**	**5.552.142**
Serviços administrativos e comerciais gerais	726	823	1.548	55.976	-	-
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	544	550	1.094	-	-	-
Serviços e atividades referentes à saúde	265	265	530	-	-	-
Serviços e atividades financeiras	2.552.938	8.541.665	11.094.603	-	-	-
Outros serviços	4	7	12	-	-	-
Transferências correntes	**95**	**132**	**227**	**55.976**	**47.785**	**103.761**
Outras receitas correntes	**1.355.791**	**4.469.087**	**5.824.878**	**4.747.140**	**5.776.381**	**10.523.521**
Multas administrativas, contratuais e judiciais	1.036	1.237	2.273	-	-	0
Indenizações, restituições e ressarcimentos	1.244	1.237.217	1.238.462	-	-	0
Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio público	89	93	181	-	-	-
Demais receitas correntes	-1.297.716	1.395	-1.296.321	-	-	-
Receitas correntes a classificar	**15**	**1.721**	**1.735**	**736.514**	**2.590.445**	**3.326.959**
Receitas de capital	**21.952.620**	**62.042.837**	**83.995.457**	**9.977.376**	**28.303.016**	**38.280.392**
Operações de crédito	**147**	**41.382.022**	**41.382.169**	**43.067**	**18.255.614**	**18.298.681**
Operações de crédito internas	92	40.434.298	40.434.390	35.685	18.218.894	18.254.579
Operações de crédito externas	56	948	1.003	7.382	36.720	44.102
Alienação de bens	**76**	**137**	**213**	**50.244**	**50.294**	**100.538**
Alienação de bens móveis	61	114	175	31.600	33.746	65.346
Alienação de bens imóveis	15	23	38	18.645	16.549	35.194
Alienação de bens intangíveis	-	-	-	-	-	-

(Continua)

Tabela 21
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-ago. 2016/2015
(R$ 1.000)

Receita realizada	2016			2015		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago
Amortizações de empréstimos	**4.864.972**	**4.340.228**	**9.205.200**	**3.453.975**	**3.010.181**	**6.464.156**
Transferências de capital	**23**	**637**	**659**	**-104**	**677**	**573**
Outras receitas de capital	**16.841.773**	**16.180.310**	**33.022.083**	**6.430.194**	**6.986.249**	**13.416.443**
Integralização do capital social	-	-	-	-	-	-
Resultado do banco central	0	0	0	-	-	-
Remuneração das disponibilidades do tesouro	16.841.773	16.180.310	33.022.083	-	-	0
Resgate de títulos do tesouro	-	-	-	-	-	-
Demais receitas de capital	-	-	-	-	-	-
Receitas de capital a classificar	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Receita (intra-orçamentária) (II)	0	0	0	4.276.076	3.232.858	7.508.934
Subtotal das receitas (III) = (I + II)	**227.932.006**	**277.257.235**	**505.189.241**	**113.566.688**	**129.365.467**	**242.932.155**
Operações de crédito - refinanciamento (IV)	**115.047.294**	**144.634.396**	**259.681.690**	**64.987.397**	**69.921.294**	**134.908.691**
Operações de crédito internas	115.047.294	140.229.269	255.276.563	64.987.397	69.921.294	134.908.691
Mobiliária	115.047.294	140.229.269	255.276.563	64.987.397	69.921.294	134.908.691
Operações de crédito externas	-	4.405.127	4.405.127	-	-	-
Mobiliária	-	4.405.127	4.405.127	-	-	-
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	**342.979.300**	**421.891.631**	**764.870.931**	**178.554.085**	**199.286.762**	**377.840.847**
Déficit (VII)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (VIII) = (V + VI + VII)	**342.979.300**	**421.891.631**	**764.870.931**	**178.554.085**	**199.286.762**	**377.840.847**

Receita realizada intraorçamentária	2016			2015		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receita (intraorçamentária) (II)	**5.083.764**	4.960.505	24.591.030	4.276.076	3.232.858	7.508.934
Receitas correntes	5.074.636	4.960.505	24.581.902	3.373.497	3.232.858	6.606.355
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	44	65	409	-22	95	73
Impostos	0	29	95	-29	83	54
Taxas	44	36	313	7	12	19
Receita de contribuições	2.767.065	2.779.262	10.978.504	1.346.727	1.322.841	2.669.568
Contribuições sociais	2.767.065	2.779.262	10.978.477	1.346.727	1.322.839	2.669.566
Contribuições econômicas	0	1	28	0	2	2
Contribuições para ent. privadas de serv. social e de form. profissional	0	0	0	-	-	0
Receita patrimonial	119	622	2.272	1.698	233	1.931
Exploração do patrimônio imobiliário do estado	462	554	2.478	241	218	459
Valores mobiliários	2	0	71	1.441	0	1.441
Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença	0	68	68	17	16	33
Receita industrial	28	28	109	12.552	8.823	21.375
Receita de serviços	486	8	1.446	4.025	15.706	19.731
Serviços administrativos e comerciais gerais	-886	973	100	-	-	0
Serviços e atividades referentes à navegação e ao transporte	0	0	0	-	-	0
Serviços e atividades referentes à saúde	5	781	1.721	-	-	0
Serviços e atividades financeiras	0	0	0	-	-	0
Outros serviços	36	348	384	-	-	0
Outras receitas correntes	2.271.969	1.013.197	12.315.463	2.008.516	1.885.160	3.893.676
Multas administrativas, contratuais e judiciais	13	-5	-316	-	-	0

(Conclusão)

Tabela 21
Demonstrativo das receitas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-ago. 2016/2015
(R$ 1.000)

Receita realizada intraorçamentária	2016			2015		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago
Indenizações, restituições e ressarcimentos	551	500	1.561	-	-	0
Demais receitas correntes	2.259.155	1.012.971	12.296.861	-	-	0
Receitas de capital	**9**	**0**	**9**	**902.580**	**0**	**902.580**
Operações de crédito	**0**	**0**	**0**	**902.580**	**0**	**902.580**
Operações de crédito internas	0	0	0	902.580	0	902.580
Operações de crédito externas	0	0	0	-	0	0
Alienação de bens	**9**	**0**	**9**	**0**	**0**	**0**
Alienação de bens móveis	9	0	9	0	0	0
Alienação de bens imóveis	0	0	0	0	0	0
Alienação de bens intangíveis	0	0	0	0	0	0
Outras receitas de capital	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**
Integralização do capital social	0	0	0	0	0	0
Resultado do banco central	0	0	0	0	0	0
Remuneração das disponibilidades do tesouro	0	0	0	0	0	0
Resgate de títulos do tesouro	0	0	0	0	0	0
Demais receitas de capital	0	0	0	0	0	0

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
Elaboração: SEI/Coref.
RREO – anexo i (LRF, art. 52, Inciso i, alíneas "a" e "b" do inciso ii e §1º).

Tabela 22
Demonstrativo das despesas da União – orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-ago. 2016/2015

Despesa executada	2016			2015		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas (exceto intraorçamentária) (IX)	**243.275.064**	**243.275.064**	**486.550.128**	**106.135.992**	**122.045.494**	**228.181.486**
Despesas correntes	**229.537.878**	**229.537.878**	**459.075.756**	**100.072.350**	**113.498.187**	**213.570.537**
Pessoal e encargos sociais	43.520.420	43.520.420	87.040.840	23.750.304	17.932.099	41.682.403
Juros e encargos da dívida	16.817.078	16.817.078	33.634.156	407.666	21.126.085	21.533.751
Outras despesas correntes	168.342.252	168.342.252	336.684.504	75.914.380	74.440.003	150.354.383
Transferência a estados, df e municípios	51.308.159	51.308.159	102.616.318	22.850.401	22.447.196	45.297.597
Benefícios previdenciários	78.264.425	78.264.425	156.528.850	33.086.633	32.428.678	65.515.311
Demais despesas correntes	38.769.669	38.769.669	77.539.338	19.977.346	19.564.128	39.541.474
Despesas de capital	**13.737.187**	**13.737.187**	**27.474.374**	**6.063.642**	**8.547.307**	**14.610.949**
Investimentos	1.579	1.579	3.159	772.422	1.054.227	1.826.649
Inversões financeiras	11.946.684	11.946.684	23.893.368	4.828.055	7.409.436	12.237.491
Amortização da dívida	211	211	422	463.165	83.643	546.808
Reserva de contingência	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Despesas (intraorçamentárias) (X)	**7.064.659**	**7.064.659**	**14.129.318**	**3.054.789**	**3.451.239**	**6.506.028**
Despesas correntes	**5.476.068**	**5.476.068**	**10.952.136**	**2.565.763**	**3.450.990**	**6.016.753**
Pessoal e encargos sociais	3.061.031	3.061.031	6.122.062	1.548.768	1.517.762	3.066.530
Juros e encargos da dívida	-	-	-	-	-	-
Outras despesas correntes	2.415.038	2.415.038	4.830.076	1.016.995	1.933.229	2.950.224
Demais despesas correntes	2.415.038	2.415.038	4.830.076	1.016.995	1.933.229	2.950.224
Despesas de capital	**1.342.568**	**1.342.568**	**2.685.137**	**489.026**	**249**	**489.275**
Investimentos	2	2	4	(4.782)	244	(4.538)
Inversões financeiras	1.341.536	1.341.536	2.683.072	493.808	4	493.812
Amortização da dívida	-	-	-	-	-	-
Subtotal das despesas (XI) = (IX+ X)	**250.339.724**	**250.339.724**	**500.679.448**	**109.190.781**	**125.496.733**	**234.687.514**
Amortização da dívida - refinanciamento (XII)	**3.867.857**	**3.867.857**	**7.735.714**	**1.578.491**	**4.894.037**	**6.472.528**
Amortização da dívida interna	2.672.267	2.672.267	5.344.534	414.422	809.804	1.224.226
Dívida mobiliária	2.656.556	2.656.556	5.313.112	800.146	809.804	1.609.950
Outras dívidas	16	16	31	(385.724)	-	(385.724)
Amortização da dívida externa	1.092.217	1.092.217	2.184.435	1.164.069	4.084.234	5.248.303
Dívida mobiliária	180	180	359	48.795	4.046.602	4.095.397
Outras dívidas	1.016	1.016	2.032	1.115.274	37.631	1.152.905
Subtotal com refinanciamento (XIII) = (XI+XII)	**254.207.580**	**254.207.580**	**508.415.160**	**110.769.273**	**130.390.770**	**241.160.043**
Superávit (XIV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total (XV) = (XIV + XIII)	**254.207.580**	**254.207.580**	**508.415.160**	**110.769.273**	**130.390.770**	**241.160.043**

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
Elaboração: SEI/Coref.
RREO – Anexo I (LRF, art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º).
Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As despesas liquidadas são consideradas.

Estado

(Continua)

Tabela 23
Balanço orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-ago. 2016/2015
(R$ 1,00)

Receita realizada	2016			2015		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	**6.575.619.910,47**	**6.101.296.431,08**	**6.575.619.910,47**	**5.851.946.000**	**6.072.257.608**	**11.924.203.607**
Receitas correntes	**6.227.919.932,13**	**5.795.077.537,94**	**6.227.919.932,13**	**5.612.892.979**	**6.006.523.721**	**11.619.416.700**
Receita tributária	**3.377.217.101,61**	**3.428.401.998,43**	**3.377.217.101,61**	**2.945.545.234**	**3.668.444.631**	**6.613.989.865**
Impostos	3.194.821.518,76	3.234.020.123,11	3.194.821.518,76	2.785.611.722	3.488.294.023	6.273.905.744
Taxas	182.395.582,85	194.381.875,32	182.395.582,85	159.933.512	180.150.608	340.084.121
Contribuição de melhoria	-	-	-	-	347.714.562	347.714.562
Receita de contribuições	**417.975.188,97**	**511.191.902,08**	**417.975.188,97**	**329.138.281**	**347.714.562**	**676.852.843**
Contribuições sociais	417.975.188,97	511.191.902,08	417.975.188,97	329.138.281	-	329.138.281
Contribuição de intervenção no domínio econômico	-	-	-	-	172.184.466	172.184.466
Receita patrimonial	**138.558.038,18**	**94.100.353,96**	**138.558.038,18**	**180.992.182**	**10.612.485**	**191.604.667**
Receitas imobiliárias	4.418.506,79	6.151.995,47	4.418.506,79	4.628.598	145.172.984	149.801.582
Receitas de valores mobiliários	124.123.851,84	79.108.459,44	124.123.851,84	151.386.847	3.150.134	154.536.981
Receitas de concessões e permissões	692.434,85	4.176.118,24	692.434,85	601.022,77	-	601.022,77
Compensações financeiras	-	-	0,00	-	-	-
Receita de cessão de direitos	9.296.467,70	4.663.780,81	9.296.467,70	-	-	0,00
Outras receitas patrimoniais	26.777,00	-	26.777,00	2.392.232	2.879.403,51	5.271.635,27
Receita agropecuária	**76.789,56**	**3.524,00**	**76.790**	**52.567,83**	**33.123,60**	**85.691,43**
Receita da produção vegetal	2.419,00	1.252,00	2.419,00	-	754	754
Receita da produção animal e derivados	73.553,06	-	73.553,06	48.352	29.600,00	77.952,03
Outras receitas agropecuárias	817,5	2.272,00	817,50	4.215,80	2.770	6.985
Receita industrial	**-**	**113.771,00**	**0,00**	**-**	**-**	**-**
Receita da indústria extrativa mineral	-	-	-	-	-	-
Receita da indústria de transformação	-	113.771,00	0,00	-	-	-
Receita da indústria de construção	-	-	0,00	-	-	-
Outras receitas industriais	-	-	-	-	-	-
Receita de serviços	**21.894.166,49**	**38.725.266,82**	**21.894.166,49**	**27.866.033**	**21.490.620**	**49.356.653**
Transferências correntes	**2.010.996.731,79**	**1.618.277.800,13**	**2.010.996.731,79**	**2.058.181.327**	**1.639.239.577**	**3.697.420.903**
Transferências intergovernamentais	1.950.123.629,55	1.574.611.400,18	1.950.123.629,55	1.830.985.312	1.602.291.065	3.433.276.377
Transferências de instituições privadas	76.215,28	244.749,85	76.215,28	734.400	-	734.400
Transferências do exterior	-	-	0,00	-	-	-
Transferências de pessoas	-	-	0,00	-	-	-
Transferências de convênios	60.796.886,96	43.421.650,10	60.796.886,96	226.461.614	36.948.512	263.410.127
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	-
Outras receitas correntes	**261.201.915,53**	**104.262.921,52**	**261.201.915,53**	**71.117.356**	**157.416.742**	**228.534.097**
Multas e juros de mora	36.554.568,36	44.294.226,91	36.554.568,36	31.740.475	40.506.855	72.247.330
Indenizações e restituições	193.777.706,06	32.051.357,49	193.777.706,06	12.549.387	87.143.155	99.692.542
Receita da dívida ativa	5.924.879,72	5.389.722,71	5.924.879,72	4.668.517	5.603.505	10.272.023
Receita decor.de aportes perió.p/ amortização de déf. atuarial do r	-	-	-	-	-	-
Receitas diversas	24.944.761,39	22.527.614,41	24.944.761,39	22.158.976	24.163.227	46.322.203
Conta retificadora da receita orçamentária	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas de capital	**347.699.978,34**	**306.218.893,14**	**347.699.978**	**239.053.020**	**65.733.887**	**304.786.907**
Operações de crédito	**242.423.129,06**	**173.823.616,14**	**242.423.129,06**	**82.255.254**	**17.924.368**	**100.179.622**
Operações de crédito internas	183.780.313,45	152.075.234,68	183.780.313,45	44.774.754	5.882.444	50.657.198
Operações de crédito externas	58.642.815,61	21.748.381,46	58.642.815,61	37.480.500	12.041.924	49.522.424
Alienação de bens	**2.357.715,39**	**1.319.939,56**	**2.357.715,39**	**3.281.203**	**3.522.068**	**6.803.272**
Alienação de bens móveis	2.122.465,00	1.160.660,00	2.122.465,00	1.740.923	1.109.935	2.850.858
Alienação de bens imóveis	235.250,39	159.279,56	235.250,39	1.540.280	2.412.133	3.952.413
Amortização de empréstimos	**28.094.698,24**	**26.356.977,44**	**28.094.698,24**	**37.983.016**	**14.264.610**	**52.247.625**
Amortização de empréstimos	28.094.698,24	26.356.977,44	28.094.698	37.983.016	14.264.610	52.247.625
Transferências de capital	**74.824.435,65**	**104.718.360,00**	**74.824.435,65**	**115.533.548**	**30.022.841**	**145.556.388,20**

(Conclusão)

Tabela 23
Balanço orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-ago. 2016/2015
(R$ 1,00)

Receita realizada	2016			2015		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago
Transferências intergovernamentais	597.760,00	4.942.030,00	597.760,00	1.078.860	651.045	1.729.905,24
Transferências de instituições privadas	-	-	0,00	-	-	0,00
Transferências do exterior	-	-	0,00	-	-	0,00
Transferências de pessoas	-	-	-	-	-	0,00
Transferências de outras instituições públicas	-	-	0,00	-	-	0
Transferências de convênios	74.226.675,65	99.776.330,00	74.226.675,65	114.454.687	29.371.796	143.826.482,96
Transferências para o combate à fome	-	-	-	-	-	0
Outras receitas de capital	-	-	0,00	-	-	0
Integralização do capital social	-	-	0,00	-	-	0
Dív. atv. prov. da amortiz. de emp. e financ.	-	-	0,00	-	-	0
Receitas de capital diversas		-		-	-	
Outras receitas	-	-	0,00	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	424.761.026,48	444.183.314,24	424.761.026,48	394.927.646	702.827.387	#REF!
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	**7.000.380.936,95**	**6.545.479.745,32**	**7.000.380.937**	**6.246.873.646**	**6.775.084.994**	**13.021.958.640**
Operações de crédito - refinanc. (IV)	**-**	-	-	-	-	
Operações de crédito internas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Operações de crédito externas	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida mobiliária	-	-	-	-	-	-
Para refinanciamento da dívida contratual	-	-	-	-	-	-
Subtotal com refinanc. (V) = (III + IV)	**7.000.380.936,95**	**6.545.479.745,32**	**7.000.380.936,95**	**6.246.873.646**	**6.775.084.994**	**13.021.958.640**
Déficit (VI)				**-**	**-**	**-**
Total (VII) = (V + VI)	**7.000.380.936,95**	**6.545.479.745,32**	**7.000.380.936,95**	**6.246.873.646**	**6.775.084.994**	**13.021.958.640**

Receita intraorçamentária	2016			2015		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago
Receitas correntes	**424.761.026,48**	**444.183.314,24**	**424.761.026,48**	**394.927.646**	**702.827.387**	**1.097.755.033**
Receita de contribuições	**420.165.812,19**	**439.858.614,21**	**420.165.812,19**	**388.231.102**	**396.070.764**	**784.301.866**
Contribuições sociais	420.165.812,19	439.858.614,21	420.165.812,19	388.231.102	396.070.764	784.301.866
Receita de serviços	**4.595.214,29**	**4.324.700,03**	**4.595.214,29**	**6.696.544**	**6.755.247**	**13.451.792**
Outras receitas correntes	**-**	**-**	**0,00**			**-**
Total	**424.761.026,48**	**444.183.314,24**	**424.761.026**	**394.927.646**	**702.827.387**	**1.097.755.033**

Fonte: Sefaz-BA.
Elaboração: SEI/Coref.
RREO – Anexo I (IRF art. 52, Inciso i, alínea "a" do inciso ii e §1º).

Tabela 24
Balanço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-ago. 2016/2015

(R$ 1,00)

Despesa executada	2016			2015		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	**6.475.582.084**	**6.405.401.786,40**	**6.475.582.084**	**6.041.371.809**	**5.935.124.422**	**11.976.496.232**
Despesas correntes	**5.755.191.157**	**5.717.113.914,08**	**5.755.191.157**	**5.275.052.625**	**5.385.299.846**	**10.660.352.472**
Pessoal e encargos sociais	**3.130.575.697**	**3.084.939.571,63**	**3.130.575.697**	**2.942.349.020**	**2.896.160.239**	**5.838.509.260**
Juros e encargos da dívida	**97.146.562**	**45.182.854,49**	**97.146.562**	**93.712.604**	**87.584.656**	**181.297.259**
Outras despesas correntes	**2.527.468.898**	**2.586.991.487,96**	**2.527.468.898**	**2.238.991.001**	**2.401.554.952**	**4.640.545.953**
Transferências a municípios	884.508.204	919.463.987,13	884.508.204	820.632.342	849.958.031	1.670.590.373
Demais despesas correntes	1.642.960.694	1.667.527.500,83	1.642.960.694	1.418.358.660	1.551.596.921	2.969.955.580
Despesas de capital	**720.390.928**	**688.287.872,32**	**720.390.928**	**766.319.184**	**549.824.576**	**1.316.143.760**
Investimentos	**543.937.070**	**517.695.474,02**	**543.937.070**	**545.929.257**	**344.594.280**	**890.523.536**
Inversões financeiras	**36.836.378**	**53.937.681,34**	**36.836.378**	**44.423.414**	**55.442.745**	**99.866.158**
Amortização da dívida	**139.617.480**	**116.654.716,96**	**139.617.480**	**175.966.514**	**149.787.552**	**325.754.066**
Reserva de contingência	**-**	**-**	**0**	**-**	**-**	**0**
Reserva do RPPS	**-**		**0**	**-**	**-**	**0**
Despesas (intraorçamentárias) (II)	**459.989.014**	**442.909.877,57**	**459.989.014**	**405.800.536**	**708.854.096**	**1.114.654.632**
Subtotal das despesas (III)=(I + II)	**6.935.571.098**	**6.848.311.663,97**	**6.935.571.098**	**6.447.172.345**	**6.643.978.519**	**13.091.150.864**
Amortização da dívida / refinanc. (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**0**
Amortização da dívida interna	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**0**
Dívida mobiliária	-	-	-	-	-	0
Outras dívidas	-	-	-	-	-	0
Amortização da dívida externa	**-**		**-**	**-**	**-**	**0**
Dívida mobiliária	-		-	-	-	0
Outras dívidas	-		-	-	-	0
Subtotal com refinanc. (V) = (III + IV)	**6.935.571.098,02**	**6.848.311.664**	**6.848.311.664**	**6.447.172.345**	**6.643.978.519**	**13.091.150.864**
Superávit (VI)			**0**	**-**	**-**	**0**
Total (VII) = (V + VI)	**6.935.571.098,02**	**6.848.311.664**	**6.848.311.664**	**6.447.172.345**	**6.643.978.519**	**13.091.150.864**

Despesa intraorçamentária	2016			2015		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas correntes	**459.989.014**	**442.909.877,57**	**459.989.014**	**405.800.536**	**708.854.096**	**1.114.654.632**
Pessoal e encargos sociais	391.818.505	372.711.318,67	391.818.505	372.335.814	351.528.822	723.864.635
Outras despesas correntes	68.170.509	70.198.558,90	68.170.509	33.464.722	357.325.275	390.789.997
Despesas de capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	**459.989.014**	**442.909.877,57**	**459.989.014**	**405.800.536**	**708.854.096**	**1.114.654.632**

Fonte: Sefaz-BA.
Elaboração: SEI/Coref.
Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.
RREO – Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "b" do inciso II e §1º) – LEI 9.394/96, Art. 72 – Anexo X.

Tabela 25
Receita tributária mensal – Bahia – Jan.-ago. 2016

(R$ 1,00)

Meses	ICMS		Outras		Total	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Janeiro	1.583.511.763	1.724.578.252	150.462.916	114.011.796	1.733.974.679	1.838.590.047
Fevereiro	1.454.444.368	1.497.040.438	161.936.239	163.947.107	1.616.380.607	1.660.987.545
Março	1.360.457.185	1.440.538.386	392.603.113	406.424.725	1.753.060.297	1.846.963.111
Abril	1.656.563.208	1.545.992.966	267.767.705	242.093.497	1.924.330.912	1.788.086.463
Maio	1.421.610.534	1.549.765.641	267.257.890	258.185.800	1.688.868.424	1.807.951.441
Junho	1.431.792.705	1.545.468.685	266.964.687	318.945.893	1.698.757.392	1.864.414.579
Julho	1.455.357.934	1.571.070.522	536.098.010	226.729.136	1.991.455.944	
Agosto	1.479.578.363	1.631.183.948	651.757.885	300.618.138	2.131.336.248	
Setembro	1.484.318.807		528.826.632		2.013.145.439	
Outubro	1.615.833.564		286.464.723		1.902.298.287	
Novembro	1.574.891.635		298.842.479		1.873.734.114	
Dezembro	1.797.454.778		306.255.269		2.103.710.048	
Total	**18.315.814.843**	**12.505.638.839**	**4.115.237.546**	**2.030.956.092**	**22.431.052.389**	**10.806.993.187**

Fonte: Sefaz-BA – Relatórios Bimestrais.
Elaboração: SEI.

(Continua)

Tabela 26
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – Jan.-ago. 2016/Jan.-dez. 2015

Unidade da federação	2016								
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Acumulado jan.-ago.
Norte	**2.085.572***	**1.936.013**	**1.905.809***	**1.945.779**	**2.792.895**	**1.948.984**	**1.402.828**	**1.813.935**	**11.840.434**
Acre	0	0	0	0	825346	0	0	0	825346
Amazonas	589.794	563.750	562.335*	596.240	582.085	542052	0	579609	3453530
Pará	903.659	831.678	813.179	777.271	809.720	837.496	825.492	907.019	6.705.514
Rondônia	278.402	265.901	231.763	248.599	274.063	245.505	270.345	62.819	1.877.397
Amapá	69.155	45.318	54.206	62.196	54.062	55.789	56.231	60.552	457.509
Roraima	58.184*	53.760	54.907	62888	55.171	55.894	53.556	0	336.176
Tocantins	186.379	175.607	189.420	198.584	192.449	212.248	197.205	203.935	1.555.827
Nordeste	**5.111.415**	**4.362.259**	**4.141.674**	**5.579.426**	**5.507.939**	**5.598.971**	**5.644.272**	**5.902.951**	**41.848.907**
Maranhão	539.015	458.880	430.172	470.860	466.346	503.405	522.025	452.569	3.843.272
Piauí	311.903	284.945	262.682	272.891	259.837	281.394	281.285	299.990	2.254.927
Ceará	0	0	0	841215	825346	841739	864703	901756	4274759
Rio Grande do Norte	420.309	0	74.446	409.299	395566	394.110	396313	430.556	2.520.599
Paraíba	423.011	395.467	351.966	395.893	383.122	399.775	398.944	401.167	3.149.345
Pernambuco	1.134.041	1.034.893	1.008.678	1.082.529	1.103.320	1.088.569	1.098.438	1.140.746	8.691.214
Alagoas	294.781	338.387	269.495	286.503	256.972	277.013	253.470	374.864	2.351.485
Sergipe	243.132	241.451	237.017	251.253	243.976	242.113	239.260	241.631	1.939.833
Bahia	1.745.224	1.608.236	1.507.216	1.568.984	1.573.453	1.570.853	1.589.835	1.659.671	12.823.472
Sudeste	**14.660.632**	**14.036.703**	**14.593.452**	**14.242.256**	**17.066.384***	**14.745.868**	**14.222.695**	**17.165.725***	**86.501.606**
Minas Gerais	3.400.936	3.164.360	3.277.201	3.437.304	3.456.518	3.496.891	3.522.439	3.466.307	27.221.956
Espírito Santo	810.694	779.508	718.880	719.498	709.837*	694.268	700.375	814.654	5.237.877
Rio de Janeiro	0	0	0	0	2630795	0	0	2.488.295*	2630795
São Paulo	10.449.002	10.092.835	10.597.370	10.085.454	10.269.234	10.554.708	9.999.881	10.396.469	82.444.953
Sul	**6.442.169**	**5.890.772**	**6.097.551***	**6.219.498**	**4.651.105**	**4.473.352**	**6.044.443**	**6.027.329**	**39.748.668**
Paraná	2.296.142	2.032.905	2.286.147*	2.170.598	2.147.489	2122754	2.161.995	2185223	15117106
Santa Catarina	1.671.632	1.368.187	1.368.856	1.413.640	0	0	1.395.397	1.382.992	8.600.704
Rio Grande do Sul	2.474.394	2.489.680	2.442.548	2.635.260	2.503.616	2.350.598	2.487.052	2.459.114	19.842.262
Centro-Oeste	**2.680.777**	**2.350.033**	**2.383.574**	**2.641.734**	**2.613.022**	**2.538.681**	**2.707.294**	**2.565.484**	**20.480.599**
Mato Grosso	765.045	710.859	792.523	831.003	795.668	800.212	831.979	795.575	6.322.864
Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Goiás	1.271.846	1.041.087	1.109.966	1.182.974	1.165.419	1.183.153	1.209.834	1.141.907	9.306.186
Distrito Federal	643.887	598.087	481.084	627.757	651.936	555.315	665.481	628.002	4.851.549
Brasil	**30.980.564***	**28.575.780**	**29.122.060***	**30.628.693**	**32.631.346***	**29.305.856**	**30.021.532**	**33.475.424***	**118.531.861**

(Conclusão)

Tabela 26
Arrecadação mensal do ICMS, por Unidades da Federação – Brasil – Jan.-ago. 2016/Jan.-dez. 2015

Unidade da federação	2015												
	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Acumulado jan.-dez.
Norte	**2.178.375**	**1.985.271**	**1.911.079***	**2.046.169***	**2.110.696**	**2.037.173**	**2.017.797**	**2.089.394***	**2.112.409**	**2.113.162**	**86.651.217**	**2.123.002**	**109.375.743***
Acre	88.635	83.833	91.002	70.960	68.546	69.206	74.906	80.825	80.062	74.973	97.591	98.639	979.178
Amazonas	619.732	633.218	619.063*	629.904*	701.723	590.199	612.326	614.116*	630.775	663.324	60.313.259	567.575	67.195.213*
Pará	870.290	758.663	727.292	780.526	779.623	805.396	773.943	822.721	842.908	824.455	866.193	888.013	9.740.022
Rondônia	281.690	241.379	213.367	275.428	275.931	281.258	276.530	267.876	259.557	252.782	25.069.368	272.617	27.967.784
Amapá	81.722	67.986	64.668	63.116	58.889	59.255	59.750	62.349	71.699	64.530	68.536	63.215	785.715
Roraima	57.249	49.353	49.829	56.558	53.354	56.119	50.604	52.309	53.302	54.728	59.150	56.049	648.603*
Tocantins	179.057	150.838	145.858	169.677	172.629	175.739	169.739	189.199	174.107	178.370	177.120	176.893	2.059.228
Nordeste	**5.740.008***	**5.262.624***	**4.946.771***	**5.564.162**	**5.120.229**	**5.335.472***	**5.271.683**	**5.406.869**	**5.457.400**	**5.653.577***	**5.602.670**	**5.974.307***	**65.335.773***
Maranhão	394.197	418.874	381.999	385.289	387.236	442.114	390.345	439.220	449.473	468.905	446.485	414.817	5.018.955
Piauí	293.266	274.280	224.088	262.695	239.885	292.520	267.298	261.720	313.080	270.743*	261.647	261.603*	3.222.823*
Ceará	843.832	763.582	752.657	811.920	767.845	807.175	813.072	845.356	853.833	876.031	856.848	866.963	9.859.113
Rio Grande do Norte	415.222	371.584	367.826	379.461	355.475	367.024	377.810	372.347	369.703	363.308	393.004	393.691	4.526.456
Paraíba	436.477	367.506	345.780	385.136	384.408	368.959*	372.812	359.070	362.583	388.020	385.673	383.866	4.540.289*
Pernambuco	1.198.389	1.071.965	974.392	1.101.118	994.736	1.054.763	1.040.292	1.062.913	1.079.627	1.066.850	1.080.086	1.115.097*	12.840.228*
Alagoas	293.307	280.768*	231.880*	253.347	274.569	250.351	230.633	237.403	236.593	273.086	275.618	283.046	3.120.602*
Sergipe	257.787*	239.754*	216.528*	242.506	233.707	241.080	234.184	259.236	227.367	246.033	247.423	272.055	2.917.661*
Bahia	1.607.531	1.474.311	1.451.621	1.742.690	1.482.369	1.511.486	1.545.236	1.569.604	1.565.141	1.700.601	1.655.888	1.983.169	19.289.646
Sudeste	**17.183.618**	**16.393.588**	**16.125.333**	**17.290.176**	**16.375.773**	**17.155.398**	**17.544.228**	**16.565.801**	**17.836.728**	**17.740.957**	**17.374.624**	**18.858.215**	**206.444.440**
Minas Gerais	3.223.717	2.968.410	2.912.383	3.175.767	3.046.970	3.124.987	3.127.672	3.183.676	3.215.730	3.253.704	3.407.215	3.306.513	37.946.744
Espírito Santo	771.855	760.248	677.656	781.857	741.769	756.870	806.417	793.442	1.103.380	754.785	766.511	758.676	9.473.466
Rio de Janeiro	2.970.030	2.525.843	2.434.570	2.739.439	2.626.490	2.741.916	3.099.825	2.499.998	2.810.217	2.967.021	2.713.430	2.905.215	33.033.994
São Paulo	10.218.016	10.139.087	10.100.724	10.593.112	9.960.544	10.531.626	10.510.313	10.088.686	10.707.401	10.765.447	10.487.469	11.887.811	125.990.235
Sul	**5.977.293***	**5.051.357**	**5.270.441***	**5.761.502**	**5.651.617**	**5.478.193**	**5.422.156**	**5.466.782**	**6.094.543**	**5.865.199**	**6.106.005**	**5.993.695**	**68.138.784***
Paraná	2.150.055	1.650.280	1.896.168	2.019.252	2.097.232	1.998.898	2.065.633	2.035.514	2.282.517	2.184.185	2.308.688	2.253.420	24.941.842
Santa Catarina	1.463.996*	1.312.392	1.302.888*	1.401.647	1.336.444	1.285.854	1.232.213	1.301.344	1.287.449	1.388.092	1.405.641	1.353.090	16.071.048*
Rio Grande do Sul	2.363.242	2.088.685	2.071.385	2.340.603	2.217.941	2.193.441	2.124.310	2.129.923	2.524.577	2.292.923	2.391.677	2.387.185	27.125.893
Centro-Oeste	**2.986.899**	**2.862.852**	**2.772.029**	**3.126.371***	**2.990.687**	**3.061.808**	**3.107.644**	**2.446.897**	**2.486.539**	**2.566.768**	**2.715.889**	**2.864.905**	**33.989.287***
Mato Grosso	650.875	641.872	679.196	781.654	695.282	711.673	746.893	715.390	742.097	768.437	770.674	1.173.961	9.078.002
Mato Grosso do Sul	636.922	571.478	597.889	655.282	628.487	626.542	650.945	0	0	0	0	0	4.367.545
Goiás	1.099.961	1.097.295	1.016.463	1.126.542*	1.116.540	1.106.606	1.174.511	1.155.940	1.168.736	1.213.316	1.322.197	1.147.111	13.745.217*
Distrito Federal	599.141	552.207	478.481	562.894	550.378	616.988	535.294	575.567	575.706	585.015	623.019	543.833	6.798.523
Brasil	**34.066.194***	**31.555.692***	**31.025.652***	**33.788.380***	**32.249.002**	**33.068.045***	**33.363.506**	**31.975.744***	**33.987.619**	**33.939.663***	**118.450.406**	**35.814.123***	**483.284.026***

Fonte: Sefaz/Confaz/Cotepe-ICMS.
Elaboração: SEI/Coref.
Última Atualização em dezembro.
(1) Dado sujeito a retificação.

Município

Tabela 27
Balanço orçamentário – receita – orçamentos fiscal e da seguridade social – Jan.-ago. 2016/2015

Receita realizada	2016			2015		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receitas (exceto intraorçamentárias) (I)	**877.068.094**	**820.731.846**	**1.697.799.940**	**805.044.243**	**700.890.087**	**1.505.934.330**
Receitas correntes	**864.326.993**	**817.412.583,68**	**864.326.993**	**794.846.668**	**687.328.599**	**1.482.175.267**
Receita tributária	**329.072.562**	**308.934.326,56**	**329.072.562**	**305.863.315**	**248.172.005**	**554.035.320**
Impostos	282.279.201	285.163.961,68	282.279.201	271.087.457	226.367.744	497.455.202
Taxas	46.793.362	23.770.364,88	46.793.362	34.775.857	21.804.261	56.580.118
Receita de contribuições	**41.896.270**	**44.783.814,42**	**41.896.270**	**-**	**-**	**0**
Contribuições sociais	24.207.700	28.287.108,72	24.207.700	38.303.643	14.527.718	52.831.360
Contribuição de iluminação pública	17.688.570	16.496.705,70	17.688.570	21.574.798	-	21.574.798
Receita patrimonial	**33.856.272**	**31.995.850,59**	**33.856.272**	**-**	**-**	**0**
Receitas imobiliárias	704.430	407.437,14	704.430	20.817.764	44.089.694	64.907.458
Receitas de valores mobiliários	29.935.633	28.225.164,05	29.935.633	618.151	1.642.471	2.260.622
Receitas de concessões e permissões	3.216.210	3.363.249,40	3.216.210	13.300.938	29.672.877	42.973.815
Outras receitas patrimoniais	-	-	0	6.898.675	12.774.347	19.673.022
Receita industrial	**-**	**-**	**0**	**-**	**-**	**0**
Receita da indústria de construção	-	-	0	-	-	0
Receita de serviços	**3.292.090**	**242.741,88**	**3.292.090**	**-**	**-**	**0**
Transferências correntes	**412.086.612**	**402.889.871,68**	**412.086.612**	**-**	**3.690.383**	**3.690.383**
Transferências intergovernamentais	409.690.428	401.788.644,68	409.690.428	392.779.052	340.911.249	733.690.301
Transferências de instituições privadas	200	400,00	200	391.092.995	340.499.196	731.592.191
Transferências do exterior	-	-	0	1.685.424	12.710	1.698.134
Transferências de pessoas	840	1.740,00	840	-	-	0
Transferências de convênios	2.395.144	1.099.087,00	2.395.144	550	260.310	260.860
Outras receitas correntes	**44.123.186**	**28.565.978,55**	**44.123.186**	**84**	**139.033**	**139.117**
Multas e juros de mora	21.908.036	23.915.026,26	21.908.036	37.082.895	35.937.549	73.020.444
Indenizações e restituições	4.184.743	4.584.234,53	4.184.743	19.375.909	19.127.932	38.503.841
Receita da dívida ativa	15.420.675	15.505.064,89	15.420.675	1.382.277	4.613.407	5.995.684
Receitas correntes diversas	2.609.732	(15.438.347,13)	2.609.732	12.115.355	10.848.870	22.964.225
Receitas de capital	**12.741.102**	**3.319.262,04**	**12.741.102**	**4.209.355**	**1.347.339**	**5.556.694**
Operações de crédito	**2.035.316**	**-**	**2.035.316**	**10.197.575**	**13.561.488**	**23.759.063**
Operações de crédito internas	2.035.316	-	2.035.316	-	6.195.598	6.195.598
Operações de crédito externas	-	-	0	-	6.195.598	0
Alienação de bens	**1.126.509**	**1.012.310,52**	**1.126.509**	**10.197.575**	**5.702.173**	**2.271.424**
Alienação de bens móveis	-	-	0	-	-	1.676.729
Alienação de bens imóveis	1.126.509	1.012.310,52	1.126.509	-	1.663.717	1.663.717
Transferências de capital	**9.579.277**	**2.306.951,52**	**9.579.277**	**-**	**-**	**-**
Transferências intergovernamentais	2.677.523	882.000,00	2.677.523	-	1.663.717	1.663.717
Transferências de convênios	6.901.754	1.424.951,52	6.901.754	-	-	-
Outras receitas de capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Receitas de capital diversas	-	-	-	-	-	-
Receitas (intraorçamentárias) (II)	**41.289.118**	**41.292.519,75**	**41.289.118**	**38.000.042**	**63.968.107**	**101.968.149**
Subtotal das receitas (III) = (I+II)	**918.357.212**	**862.024.365,47**	**918.357.212**	**843.044.285**	**764.858.194**	**1.607.902.479**
Operações de crédito/ refinanciamento (IV)	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Subtotal com refinanciamento (V) = (III + IV)	**918.357.212**	**862.024.365,47**	**918.357.212**	**843.044.285**	**764.858.194**	**1.607.902.479**
Déficit (VI)	**-**	**-**	**-**	**▫**	**-**	**-**
Total (VII) = (V+ VI)	**918.357.212**	**862.024.365,47**	**918.357.212**	**843.044.285**	**764.858.194**	**1.607.902.479**
Saldos de exercícios anteriores (utilizados para créditos adicionais)	-		-			
Superávit Financeiro	-		-			-
Reabertura de Créditos Adicionais	-		-			-

Receita intraorçamentária	2016			2015		
	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Receitas correntes	**41.289.117,58**	**41.292.519,75**	**82.581.637**	**38.000.042**	**63.968.107**	**101.968.149**
Receita de contribuições	41.289.117,58	41.292.519,75	82.581.637	38.000.042	63.968.107	101.968.149
Contribuições sociais	41.289.117,58	41.292.519,75	82.581.637	38.000.042	63.968.107	101.968.149
Receita de serviços	-	-	-	-	-	-
Total de receitas intra-orçamentárias	41.289.117,58	41.292.519,75	82.581.637,33	-	-	0
Total	**41.289.117,58**	**41.292.519,75**	**82.581.637,33**	**38.000.042**	**63.968.107**	**101.968.149**

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda.
Elaboração: SEI/Coref. Nota: RREO - Anexo I (LRF Art. 52, inciso I, alínea "a" do inciso II e §1º)

Tabela 28
Balanço orçamentário – despesa – orçamentos fiscal e da seguridade social – Salvador – Jan.-ago. 2016/2015

Despesa executada	2016			2015		
	Maio-Jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-Jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas (exceto intraorçamentárias) (I)	**908.943.236,41**	**849.237.200,97**	**1.758.180.437,38**	**782.958.961**	**833.517.254**	**1.616.476.215**
Despesas correntes	**840.389.934,75**	**792.779.543,22**	**1.633.169.477,97**	**743.291.335**	**781.281.746**	**1.524.573.080**
Pessoal e encargos sociais	381.270.418,48	370.804.702,74	752.075.121,22	335.903.905	361.062.450	696.966.356
Juros e encargos da dívida	781.331,12	821.238,93	1.602.570,05	11.503.677	11.715.869	23.219.545
Outras despesas correntes	458.338.185,15	421.153.601,55	879.491.786,70	395.883.753	408.503.427	804.387.179
Despesas de capital	**68.553.301,66**	**56.457.657,75**	**125.010.959,41**	**39.667.626**	**52.235.508**	**91.903.134**
Investimentos	56.946.001,12	46396631,34	103342632,5	25.267.617	39.036.383	64.304.000
Inversões financeiras	-	-	0,00	-	-	-
Amortização da dívida	11.607.300,54	10061026,41	21668326,95	14.400.009	13.199.125	27.599.134
Reserva de contingência	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Reserva do RPPS		**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Despesas (intraorçamentárias) (II)	**42.194.958,83**	**47.217.795,38**	**89.412.754,21**	**37.602.624**	**43.575.895**	**81.178.519**
Subtotal das despesas (III)=(I+II)	**951.138.195,24**	**896.454.996,35**	**1.847.593.191,59**	**2.386.479.507**	**2.544.127.656**	**4.930.607.163**
Superávit (IV)	**-**	**-**	**-**			
Total (V) = (III + IV)	**951.138.195,24**	**896.454.996,35**	**1.847.593.191,59**	**3.246.708.718**	**3.473.456.313**	**6.720.165.031**

Despesa intraorçamentária	2016			2015		
	Maio-Jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.	Maio-Jun.	Jul.-ago.	Acumulado jan.-ago.
Despesas correntes	**42.194.958,83**	**47.217.795,38**	**42.194.958,83**	**37.602.624**	**43.575.895**	**81.178.519**
Pessoal e encargos sociais	41.748.612,83	41.834.802,10	41.748.612,83	37.602.624	43.460.351	81.062.975
Outras despesas correntes	446.346,00	5.382.993,28	446.346,00	-	115.544	115.544
Despesas de capital	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Investimentos	-	-	-	-	-	-
Total	**42.194.958,83**	**47.217.795,38**	**42.194.958,83**	**37.602.624**	**43.575.895**	**81.178.519**

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda.
Elaboração: SEI/Coref.
Nota: Durante o exercício, as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. As Despesas liquidadas são consideradas.

Publique seu artigo

C&P

CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

ENDEREÇO ELETRÔNICO
PARA ENVIO DOS ARTIGOS
cep@sei.ba.gov.br

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Rosangela Conceição
Elissandra Britto

INFORMAÇÕES
55 71 3115-4771
e 3115-4711

www.sei.ba.gov.br

@eu_sei

imprensa.sei

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

A revista Conjuntura & Planejamento, editada pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Estado da Bahia (Seplan), aceita colaborações originais, em português, de artigos sobre conjuntura e planejamento da economia e áreas afins, bem como resenhas de livros inéditos que se enquadrem nestes mesmos parâmetros.

Os artigos e resenhas são submetidos à apreciação do Conselho Editorial, instância que os aprova para publicação.

A Coordenação Editorial reserva-se o direito de sugerir ou modificar títulos, formatar tabelas e ilustrações, dentre outras intervenções, a fim de atender ao padrão editorial e ortográfico adotado pela Instituição, constante no *Manual de Redação e Estilo* da SEI, disponível no site www.sei.ba.gov.br, menu "Publicações".

Os artigos ou resenhas que não estiverem de acordo com as normas não serão apreciados.

O autor terá direito a dois exemplares do periódico em que seu artigo for publicado.

Padrão para envio de artigos ou resenhas:

- Apresentação em editor de texto de maior difusão (Word), formatado com entrelinhas de 1,5, margem esquerda de 3 cm, direita e inferior de 2 cm, superior de 3 cm, fonte Times New Roman, tamanho 12;
- Os artigos devem conter, no mínimo, dez páginas e, no máximo, 15 e as resenhas, no máximo, três páginas;
- É permitido apenas um artigo por autor, exceto no caso de participação como coautor;
- Inclusão, em nota de rodapé, da identificação do autor, com nome completo, titulação acadêmica, nome da(s) instituição(ões) a que está vinculado, e-mail, telefone e endereço para correspondência;
- Arquivos magnéticos devem ser enviados à Coordenação de Análise Conjuntural (CAC), para o e-mail c&p@sei.ba.gov.br;
- As tabelas e demais tipos de ilustrações (desenhos, esquemas, figuras, fluxogramas, fotos, gráficos, mapas etc.) devem estar numerados consecutivamente, com algarismos arábicos, na ordem em que forem citados no texto, com os títulos, legendas e fontes completas, e localizados o mais próximo possível do trecho a que se referem;
- As ilustrações de qualquer tipo devem estar acompanhadas dos originais. As fotografias devem apresentar resolução de 300 dpi (CMYK), com cor real e salvas na extensão TIFF;
- As notas de rodapé devem ser explicativas ou complementares, curtas, numeradas em ordem sequencial, no corpo do texto e na mesma página em que forem citadas;
- As citações de até três linhas devem estar entre aspas, na sequência do texto. As citações com mais de três linhas devem constar em parágrafo próprio, com recuo da margem de 4 cm, fonte 10, espaço simples, sem aspas e identificadas pelo sistema autor-data (NBR 10520 da ABNT);
- As referências devem ser completas e precisas, segundo as Normas Brasileiras para Referências Bibliográficas – NBR 6023 da ABNT.

Todos os números da Conjuntura & Planejamento podem ser visualizados no site da SEI (www.sei.ba.gov.br) no menu "Publicações".

C&P
CONJUNTURA & PLANEJAMENTO

SEI
SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA

SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO

BAHIA
GOVERNO DO ESTADO

ISSN 1413-1536

C&P
191 jul./dez. 2016